PLURALIDADES:

GÊNERO, VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

Maria Helena de Paula Frota
Daniele Ribeiro Alves
ORGANIZADORAS

edmeta EDITORA

Organizadores
Maria Helena de Paula Frota
Daniele Ribeiro Alves

Pluralidades: Gênero, Violências e Resistências

Organizadores
Maria Helena de Paula Frota
Daniele Ribeiro Alves

Pluralidades: Gênero, Violências e Resistências

Fortaleza - CE
2020

edmeta
EDITORA

2020, EDMETA

Organizadoras
Maria Helena de Paula Frota
Daniele Ribeiro Alves.

PLURALIDADES: GÊNERO, VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIAS

Capa
Clarice de Paula Frota

Projeto gráfico e diagramação
Eduardo Freire

Revisão
João Vianney Campos de Mesquita

Equipe Técnica
Cristiê Gomes Moreria
Juliane Queiroz Carvalho

Publicado por
Editora EDMETA

Conselho Editorial
Dr. Francisco Horácio da Silva Frota
Dra. Maria Helena de Paula Frota
Dra. Jaeannette Filomeno Pouchain Ramos
Dr. Irapuan Peixoto Filho
Ms. Maria Andréa Luz da Silva

Coordenação Editorial
Francisco Horácio da da Silva Frota

Edmeta
Editora Digital e Impressa Ltda.
Av. Desembargador Moreira, 2800,
Sala 1008. Bairro Aldeota

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pluralidades: gênero, violência e resistências [livro eletrônico] / organizadoras Maria Helena de Paula Frota, Daniele Ribeiro Alves. -- 1. ed. -- Fortaleza, CE : Edmeta, 2020.
PDF
ISBN978-65-86311-09-9

1. Ciência política 2. COVID-19 - Pandemia 3. Políticas públicas 4. Políticas sociais 5. Violência I. Frota, Maria Helena de Paula. II. Alves, Daniele Ribeiro.

21-53833 CDD-320.6

Índices para catálogo sistemático:
1. Políticas públicas : Ciência política 320.6
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Sobre os autores

Antônio Cristian Saraiva Paiva - Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2004). Pós-Doutorado em Sociologie et Anthropologie, na Université de Strasbourg, France. É pesquisador de Produtividade em Pesquisa (PQ 2-CNPq), Docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Sexualidade, Gênero e Subjetividade (NUSS). É líder do Grupo de Pesquisa Psicanálise & Ciências Sociais, cadastrado no DGP/CNPq. E-mail: cristianspaiva@gmail.com

Daniele Ribeiro Alves - Mestra em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Bacharela em Serviço Social pela UECE e em Ciências Sociais pela UFC. Pesquisadora do Observatório da Violência Contra a Mulher - OBSERVEM da UECE; do Núcleo de Estudos sobre Sexualidade, Gênero e Subjetividade - NUSS-UFC e Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Religião, Cultura e Política (NERPO) -UFC. E-mail: danir.alves@hotmail.com

Diana Géssica Duarte Abreu - Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), bolsista do Programa de Iniciação Acadêmica. E-mail: dianajessyka134@gmail.com

Kelly Maria Gomes Menezes - Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), professora adjunta da Faculdade de Educação (FACED)/ UFC, vice-coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas e Gestão Educacional (GEPGE), ambos na UFC. E-mail: kelly.menezes@ufc.br

Kelyane Silva de Sousa - Mestra em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará – UECE; bacharela em Serviço Social pela UECE; professora substituta do Curso de Serviço Social da UECE e do Centro Universitário Ateneu – UNIATENEU; pesquisadora do Observatório da Violência Contra a Mulher - OBSERVEM da UECE. E-mail: kelyane.sousa@uece.br

Luenya Araújo Maciel - Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), bolsista do Programa de Iniciação Acadêmica. E-mail: luenya_amy@yahoo.com

Maria de Castro Damázio Queiroz - Professora da Rede Estadual do Ceará e do Município de Fortaleza. Graduada em Letras (UFC), com especialização em Ensino da Língua Portuguesa e suas literaturas (FGF), Planejamento Educacional, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e Gestão da Educação Pública, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-MG). Atualmente exerce o cargo de diretora da Escola de Ensino Médio Prof. Jader Moreira de Carvalho, em Fortaleza/CE e mestra em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. E-mail: mariacdqueiroz@gmail.com

Maria Helena de Paula Frota - Doutora em Sociologia pela Universidad de Salamanca- Espanha (2000). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará. Professora Integrante do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas- UECE. Líder do grupo de Pesquisa Gênero, Família e Geração nas Políticas Sociais, vinculado ao CNPq desde 1998. Coordenadora do Observatório da Violência Contra a Mulher – OBSERVEM. Membro efetivo do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher. (2020) Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Sociais – NUPES. Tem experiência na Área de Sociologia, com ênfase em Gênero e Violência, Gênero e Trabalho. E-mail: maria.helena@uece.br

Maria Hermenegilda Silva - Assistente social/ UECE, especialista em Planejamento e Gestão em Políticas Públicas/ UECE. Presidente do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher. Mestra pelo Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas /UECE. E-mail:hermenegilda.silva@hotmail.com

Maria Jaqueline Maia Pinheiro - Assistente social, advogada, mestre em Planejamento e Políticas Públicas e Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Pesquisadora do Observatório da Violência contra a Mulher – Observem/UECE. E-mail: jaquemapinheiro@gmail.com

Maria Valdicelia Cavalcante Lopes - Possui graduação em Licenciatura Plena em Ciências da Religião pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2005), especialização em Pesquisa e Ensino do Fenônemo Religioso pelo Instituto de Ciências da Religião e graduada em Filosofia pelo Instituto Teológico Pastoral. Mestra em Planejamento e Politicas Publicas na Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: cvaldicelia@hotmail.com

Mônica Sillan de Oliveira - Graduada em Serviço Social, Mestra em Planejamento e Políticas Públicas pela UECE, Especialista Internacional em Infâncias e Juventudes pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Buenos Aires/ Argentina); Coordenadora Geral da ONG FACC. E-mail: monsillan@gmail.com

Priscila Nottingham de Lima - Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará; bolsista FUNCAP; mestra em Políticas Públicas e Sociedade (UECE, 2013); assistente social que atuou no Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Ceará. E-mail: priscilanotty@hotmail.com

Rafaela Vitória Linhares da Costa - Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), bolsista do Programa de Iniciação Acadêmica. E-mail: faellalinharesph@gmail.com

Socorro Letícia Fernandes Peixoto - Assistente social. Doutora em Sociologia, pela Universidade Federal do Ceará. Mestra pelo Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará. Foi bolsista do Programa Especial de Treinamento - PET do Curso de Serviço Social, por meio da CAPES. É assistente social concursada do Hospital Geral de Fortaleza (HGF). É docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Cearense – FAC. É membro do Comitê de Ética e Pesquisa do HGF. É pesquisadora e orienta pesquisas nas áreas de saúde, relações de gênero, família, maternidade, pobreza e políticas públicas. É membro da Equipe Flor de Lótus do HGF. Foi preceptora e coordenadora de núcleo da Residência Multiprofissional da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE). E-mail: leticiafpeixoto@hotmail.com

Sumário

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I: GÊNERO, UMA GRAMÁTICA PLURAL

Interpretando a Categoria Gênero de Joan Scott
Maria Helena de Paula Frota _____ *16*

Igualdade/diferença: o paradoxo da cidadania feminina segundo Joan Scott
Maria Helena de Paula Frota _____ *32*

Colonialidade e o Gênero da Devoção: reflexões a partir de narrativas de mulheres devotas no interior do Ceará.
Daniele Ribeiro Alves
Antônio Crístian Saraiva Paiva
Maria Helena de Paula Frota _____ *48*

CAPÍTULO II: EPISTEMOLOGIAS DECOLONIAIS

Narrativas maternas no hospital: leituras a partir das epistemologias feministas decoloniais
Maria Socorro Letícia Fernandes Peixoto
Antônio Cristian Saraiva Paiva _____ *74*

Mulheres do sertão oitocentista: diálogos com a perspectiva decolonial
Kelyane Silva de Sousa
Maria Helena de Paula Frota _____ *93*

CAPÍTULO III: VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Mapeamento sobre o Feminicídio no Brasil: esboço da produção de saberes sobre a violência fatal contra a mulher perpetrada por Parceiros Íntimos (2009 - 2018)
Maria Jaqueline Maia Pinheiro
Maria Helena de Paula Frota _____ *116*

Mulheres e meninas no lastro da exploração: tráfico de pessoas como violência de gênero.
Priscila Nottingham de Lima
Maria Helena de Paula Frota _____ 131

CAPÍTULO IV: MULHERES EM MOVIMENTO

Gênero, sexualidade e educação nos anos 1990: o que apontam as políticas educacionais
Kelly Maria Gomes Menezes
Diana Géssica Duarte Abreu
Luenya Araújo Maciel
Rafaela Vitória Linhares da Costa _____ *154*

Organização das mulheres no Ceará: a trajetória do Conselho Cearense de Direitos da Mulher - CCDM na viabilização de políticas para as mulheres.
Maria Hermenegilda Silva
Maria Helena de Paula Frota _____ 170

Gestão das mulheres catadoras de materiais recicláveis
Maria Valdicelia Cavalcante Lopes
Maria Helena de Paula Frota _____ *195*

CAPÍTULO V: GERAÇÕES EM DEBATE

Mulheres, velhice e o acesso à educação: significados e desafios interseccionais.
Kelly Maria Gomes Menezes _____ *218*

A inclusão de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas pela escola um desafio a ser enfrentado.
Maria de Castro Damázio Queiroz _____ 239

Formação cidadã e projeto de vida na socioeducação infantojuvenil, na perspectiva da garantia dos direitos humanos: Um Estudo sobre a Experiência da Frente de Assistência à Criança Carente - FACC.
Mônica Sillan de Oliveira
Maria Helena de Paula Frota _____ *256*

Apresentação

Essa coletânea é fruto do trabalho de pesquisadoras doutoras, doutorandas e mestras integrantes do Grupo de Pesquisa Gênero, Família e Geração nas Políticas Sociais vinculado ao CNPQ, integrantes do Observatório da Violência Contra Mulher - OBSERVEM dentro do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará - UECE. No Programa estamos inseridas na quarta Linha de Pesquisa: 4. Políticas Sociais e Superação das Desigualdades. Estuda o monitoramento das políticas sociais (juventude, gênero, geração, segurança, trabalho e renda, educação e outras) mediante várias técnicas e métodos de pesquisa que permitam estabelecer perfis e cenários dos desafios e limitações de tais segmentos sociais. Com larga produção acadêmica (mestrado e doutorado).

A presente coletânea é composta de cinco capítulos. **O primeiro: Gênero uma gramática plural.** Trata de conceitos teóricos como abordagem de gênero e cidadania feminina da autora Joan Scott interpretado pela Professora Maria Helena de Paula Frota doutora em Sociologia e Coordenadora do Observem e professora Associada do Programa. Bem como, do artigo Colonialidade e o Gênero da Devoção: reflexões a partir de narrativas de mulheres devotas no interior do Ceará da Doutoranda Daniele Ribeiro Alves professora e pesquisadora do Observem com o seu orientador Antônio Crístian Saraiva Paiva do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

O segundo capítulo é intitulado de Epistemologias Decoloniais com os artigos: Narrativas maternas no hospital: leituras a partir das epistemologias feministas decoloniais da professora e doutora Maria Socorro Leticia Fernandes Peixoto, doutora em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará com o seu orientador Antônio Crístian Saraiva Paiva do mesmo Programa, e Mulheres do sertão oitocentista: diálogos com a perspectiva decolonial da professora, mestra e pesquisadora do Observem Kelyane Silva de Sousa juntamente com a professora Maria Helena de Paula Frota doutora em Sociologia e Coordenadora do Observem.

Terceiro capitulo: Violência contra mulheres, com os artigos Mapeamento sobre o Feminicídio no Brasil: esboço da produção de saberes sobre a violência fatal contra a mulher perpetrada por Parceiros Íntimos (2009 - 2018) da douto-

randa e pesquisadora do Observem, Maria Jaqueline Maia Pinheiro e sua orientadora Maria Helena de Paula Frota, e do artigo Mulheres e meninas no lastro da exploração: tráfico de pessoas como violência de gênero da doutoranda e pesquisadora do Observem Priscila Nottingham de Lima e sua orientadora Maria Helena de Paula Frota.

Quarto capítulo: Mulheres em movimento. Com os artigos: Gênero, sexualidade e educação nos anos 1990: o que apontam as políticas educacionais, da doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará-UFC e professora da referida IES, produção em conjunto com estudantes de graduação de pedagogia da UFC. Organização das mulheres no Ceará: a trajetória do Conselho Cearense de Direitos da Mulher - CCDM na viabilização de políticas para as mulheres da mestra e pesquisadora do Observem Maria Hermenegilda Silva e sua orientadora Maria Helena de Paula Frota e Gestão das mulheres catadoras de materiais recicláveis da mestra e pesquisadora do Observem Maria Valdicelia Cavalcante Lopes e sua orientadora Maria Helena de Paula Frota.

E por último o **capítulo quinto**: **Gerações em debates.** Constam nesse apartado Mulheres, velhice e o acesso à educação: significados e desafios interseccionais, da doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará-UFC e professora da referida IES, Kelly Maria Gomes Menezes. Bem como artigo: A inclusão de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas pela escola um desafio a ser enfrentado da mestra em Políticas Públicas, Maria de Castro Damázio Queiroz e ainda Formação cidadã e projeto de vida na socioeducação infantojuvenil, na perspectiva da garantia dos Direitos Humanos: Um estudo sobre a experiência da Frente de Assistência à Criança Carente - FACC**.** Da Mestra e Diretora da FACC Mônica Sillan de Oliveira e sua orientadora Maria Helena de Paula Frota.

Capítulo I
Gênero, uma gramática plural

Interpretando a categoria *gênero*, de Joan Scott

Maria Helena de Paula Frota[1]

Aqueles que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, poque as palavras, como as ideias e as coisas que elas são feitas para significar; têm uma história. (SCOTT, 1990.p. 5).

1. OS PRIMEIROS USOS DA CATEGORIA *GÊNERO*

Joan Scott, historiadora estadunidense, é uma das estudiosas atuais a sistematizar a categoria *gênero*. Ao escolher o seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicado no Brasil na revista *Educação e Sociedade,* de Porto Alegre, em 1990, a nossa intenção foi, não só, interpretar o pensamento da autora, como também entender as bases teórico-metodológicas apontadas naquele estudo. Na formulação do seu pensamento, a autora faz primeiro uma retrospectiva histórica do emprego e compreensão da categoria por parte de alguns estudiosos. Num segundo momento, a evolução desses pensamentos. No terceiro, a busca das várias teorias – entre elas o Marxismo e a Psicanálise, como fundamentação de uma teoria de *gênero*. No quarto, a sua formulação teórico-metodológica de *gênero*.

Segundo a autora, essa categoria foi empregada por muitos séculos em sentido figurado em termos gramaticais para identificar os traços de caráter e sexuais das pessoas. Só muito recentemente, todavia, as feministas começaram a utilizar a palavra *gênero*, buscando um sentido de expressar *a organização social da relação entre os sexos*.

---

1 Doutora em Sociologia pela Universidad de Salamanca- Espanha (2000). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará. Professora Integrante do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas- UECE. Líder do grupo de Pesquisa *Gênero*, Família e Geração nas Políticas Sociais, vinculado ao CNPq desde 1998. Coordenadora do Observatório da Violência Contra a Mulher – OBSERVEM. Membro efetivo do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher. (2020) Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Sociais – NUPES. Tem experiência na Área de Sociologia, com ênfase em *Gênero* e Violência, *Gênero* e Trabalho.

A dimensão da palavra *gênero*, nesse sentido, foi dada pelas feministas ianques que insistiam em interpretar o caráter eminentemente social das distinções fundadas sobre sexo, rejeitando, portanto, o determinismo biológico implícito no uso das expressões *sexo* e *diferença sexual*, enfatizando, portanto, o aspecto relacional das definições normativas da feminidade.

Foi Natalie Davis, em 1975, quem primeiro reagiu aos estudos em separado de homens e mulheres, afirmando:

> Penso que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos trabalhar somente sobre o sexo oprimido, assim como um historiador das classes não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o alcance dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar o seu sentido e como eles funcionam para manter a ordem social e para muda-la. (Apud SCOTT, 1990, p.6).

Nesse sentido, as pesquisadoras feministas partiram em busca de teorias das ciências humanas e sociais que dessem conta da definição e do alargamento das noções tradicionais e daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas das mulheres.

2. CLASSE, RAÇA E *GÊNERO*

As teóricas feministas que tinham uma visão política dos oprimidos adotaram estas três categorias como eixos de análise, tentando incluir o sentido e a natureza de sua opressão, entendendo que as desigualdades de poder são organizadas. Para a autora, a dificuldade de usar as mencionadas categorias aparentemente iguais e com o mesmo sentido de aplicação se dá na falta de uma base teórica mais consistente daquelas. A categoria classe de base teórica mais sólida se alicerça na complexa teoria marxista da determinação econômica e da transformação histórica, enquanto que as duas outras categorias (raça e *gênero*) não trazem em si esta fundamentação. Não obstante, não há uma unanimidade entre aqueles que utilizam a categoria classe, porquanto, alguns pesquisadores adotam noções weberianas, outros empregam uma forma momentaneamente heurística. Não há, no entanto, esse tipo de clareza para classe, tampouco para *gênero*.

Outras práticas realizadas por alguns autores foram a banalização da categoria *gênero*, com a substituição ou troca simplesmente da palavra *mulher*

pelo termo *gênero*, numa tentativa de buscar prestígio no campo da pesquisa nas Ciências Sociais, ou ainda, o uso do vocábulo *gênero* com a conotação de seriedade, erudição, neutralidade e objetividade ante as propostas políticas e ideológicas do feminismo. Essa tendência de interpretação marcou os estudos de *gênero* nos anos de 1980 como uma estratégia de legitimação institucional dos estudos feministas.

3. ABORDAGENS DESCRITIVA E CAUSAL DE *GÊNERO*

Muitas foram as tentativas de teorizar *gênero*, segundo Scott, todavia, grande parte dessas teorizações não conseguiu superar o quadro tradicional de análise das ciências sociais. A Historiadora seguiu duas abordagens distintas – uma descritiva e outra causal. A primeira refere-se à existência dos fenômenos ou da realidade, sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. Neste sentido, o uso de *gênero* se refere exclusivamente aos domínios estruturais e ideológicos que implicam as relações entre os sexos. Embora considere estas relações sociais, não explicita as razões pelas quais estas são constituídas como são, como funcionam e mudam. *Gênero* é, pois, um conceito novo, associado ao estudo das coisas relativas às mulheres, contudo sem uma força de análise suficiente para questionar os paradigmas históricos. O desafio consistiu em reconciliar a teoria que estava em termos universais.

A segunda abordagem elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando compreender as causas, ou seja, o como e o porquê das coisas. Nessa abordagem, *gênero* tanto é substituto para mulheres como é necessariamente informação sobre os homens, ou seja, um implica o estudo do outro. O entendimento é de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, enfim, *gênero* é igualmente utilizado para designar *as relações sociais entre os sexos*. É uma maneira de indicar *construções sociais*, ou seja, a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma modalidade de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O *gênero* é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado. Com a proliferação desses estudos, o *gênero* tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais consignados às mulheres e aos homens. O uso de *gênero* põe em destaque todo um sistema de relações que inclui o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade. Este uso de *gênero* se refere aos domínios estruturais e ideológicos que implicam as relações entre os sexos. Para a autora, este tipo de interpretação identifica-se como o funcionalismo, pois está fundamentada

na Biologia e na perpetuação da ideia de esferas separadas, como sexualidade ou política, família ou nação, homens e mulheres (SCOTT, 1990, p.8). Conquanto nesta formulação se entenda o termo *gênero* (como relações entre sexos) de caráter social, ele não explica os motivos pelos quais essas relações não funcionam ou como mudam. *Gênero*, portanto, é um novo tema, outro domínio, mas não tem força de análise suficiente para mudar os paradigmas históricos, daí o esforço de muitos historiadores em empregar teorias que expliquem o conceito de *gênero* possibilitando a este conceito dar conta das transformações históricas.

Não obstante, para a autora, o grande desafio para os teóricos é reconciliar a teoria que está concebida em termos universais e relacioná-la com contextos específicos e com a transformação social. As consequências dessas tentativas são as mais diversas. Alguns estudiosos fazem empréstimos parciais de teorias, tornando-as inválidas, tirando sua força de explicação; outros tomam estas mesmas teorias universais, tentando dar conta das transformações, usando-as como modelos, não fazendo mais do que ilustrar temas invariantes. Ocorre ainda o uso de "estudos maravilhosos e cheios de imaginação", os quais não deixam transparecer uma teoria que sirva de referência para outros estudos.

Na tentativa de consolidar uma teoria de *gênero*, Scott (1990, p.8) assinala que (os) historiadoras (os) feministas têm feito uso de variadas abordagens, que se encerram basicamente em três:

> A primeira caracterizada como tentativa totalmente feminista empenha em explicar a origens do patriarcado; a segunda identificada com a tradição marxista tem como linha de ação as críticas feministas; a terceira situação entre o pós-estruturalismo francês e as teorias de relação do objeto, baseadas nas diversas escolas de psicanálise na tentativa de explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

a) Teorias do patriarcado

Os teóricos do patriarcado centram suas análises na subordinação das mulheres e questionam a desigualdade entre homens e mulheres. A explicação dessa teoria está na necessidade masculina de dominá-las. Em primeiro lugar, propõem uma análise interna ao sistema de *gênero* e definem igualmente a prioridade desse sistema em relação à organização social em seu conjunto. Em segundo lugar, a análise permanece fundada na diferença física e a dominação toma a forma de apropriação do trabalho reprodutivo da mulher pelo homem ou da reificação sexual das mulheres pelos homens. Toda a diferença física se reveste de um caráter universal e imutável.

Para Scott (1990, p.8), Mary O'Brien fez uma adaptação engenhosa de Hegel, ao definir a dominação masculina como o efeito do desejo dos homens de transcender sua privação dos meios de reprodução da espécie. Nesse caso, o principio de continuidade da geração resistiu à primazia da paternidade e obscurece o duro trabalho fornecido pelas mulheres na maternidade e a realidade social disto. Para O'Brien, *a fonte de libertação das mulheres reside numa compreensão adequada dos processos de reprodução*, sintetizado por Scott como uma avaliação das contradições entre a natureza do trabalho reprodutivo das mulheres e a mistificação ideológica (masculina) deste.

Tomando as ideias de Sulamith Firestone, Scott (1990, p.8) informa que, para essa autora, a reprodução era igualmente amarga armadilha das mulheres. Na sua análise mais materialista, entretanto, a libertação delas viria das transformações na tecnologia da reprodução, que poderia, num futuro demasiadamente longínquo, eliminar a necessidade dos corpos das mulheres como agentes da reprodução da espécie.

Já para Catherine MacKinnon, também citada por Joan Scott, as relações de dominação no patriarcado têm como fonte de explicação a sexualidade em si mesma. *A sexualidade está para o feminismo assim como o trabalho está para p marxismo: é aquilo que mais nos pertence e o que todavia nos é mais roubado.* Para MacKinnon, aí se dá a reificação sexual considerada por ela como processo primário de subordinação das mulheres. Afirma assim: *relaciona o ato à palavra, a construção à expressão, à percepção à construção, o mito à realidade*. O homem beija a mulher, sujeito, verbo, objeto. Tendo como base esse entendimento, esta autora define como método os grupos de consciência e não o materialismo histórico, parte da experiência partilhada com mulheres da descoberta da identidade comum e que a partir daí estas são conduzidas à ação política. Enfim, seu entendimento é de que a sexualidade está fora da ideologia, sendo susceptível de ser descoberta pela experiência como um fato imediato; a desigualdade é inerente à relação em si mesma; que o sistema de poder funciona assim. Portanto, as relações de desiguais entre os sexos são a fonte da desigualdade entre os sexos. Apesar de MacKinnon entender que as desigualdades têm sua origem na sexualidade, e esta ser integrada a um sistema de relações sociais, ela não explica como o sistema funciona - afirma Scott.

Scott critica esta teoria, dizendo que a ideia não mostra como as desigualdades de *gênero* estruturam todas as outras desigualdades ou como o *gênero* afeta esses domínios que não parecem ser a eles ligados. Considera, ainda, esta teoria problemática, porquanto o corpo humano é visto num sentido permanente e imutável com uma desigualdade de *gênero* fixa, fora de uma construção social ou cultural e, consequentemente, histórica.

b) Análise marxista como tentativa de superar as explicações biológicas e naturais

As feministas marxistas são as representantes máximas desta interpretação, tendo como fundamento o materialismo histórico. Para Scott, a maior preocupação dessa corrente foi encontrar uma explicação materialista para o fenômeno, o que contribuiu, até certo ponto, para limitar ou retardar o surgimento de outras interpretações. A base dessa corrente se deu sobre o duplo sistema constituído de dois domínios – o patriarcado e o capitalismo - ambos separados, mas que interagem entre si. Quando o debate ocorre no campo do marxismo ortodoxo sobre os modos de produção, as explicações das origens e das transformações dos sistemas de *gênero* acham-se fora da divisão social do trabalho. Neste caso, famílias, lares e sexualidade são todos frutos das transformações ocorridas no modo de produção. É nessa direção que Engels explica a origem e as mudanças ocorridas no seio da família, contida em sua obra *A Origem da Família,* e que foram seguidas fielmente pela economista Heidi Hartmann. Essa autora defende a ideia de que o capitalismo e o patriarcado são dois sistemas separados, mas em perfeita interação. Hartmann, contudo, toma a causalidade econômica como prioritária, pois o patriarcado se desenvolve e muda em função das relações de produção. Ao sugerir o fim da divisão sexual do trabalho enquanto tal, para impor fim à dominação masculina, ela entende ser necessária extinguir à segregação profissional por sexos.

Não obstantes, os(as) feministas marxistas permaneceram debatendo em torno das seguintes questões: a rejeição da prevalência daqueles que defendem o argumento de que as exigências da reprodução biológica determinam a divisão sexual do trabalho sob o capitalismo; a banalização da discussão em torno da integração dos modos de reprodução como uma categoria oposta e com um *status* inferior aos modos de produção; o reconhecimento de que os sistemas econômicos não determinam de maneira direta as relações de *gênero* e que, de fato, a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo e continua sob o socialismo, enfim, uma explicação materialista que exclui as diferenças físicas e naturais (SCOTT, 1999, p.9).

> Joan Kelly tentou quebrar este círculo de explicações na medida em que elaborou um ensaio: A dupla visão da teoria feminista, onde a mesma defende que os sistemas econômicos e os sistemas de gênero agem reciprocamente um sobre os outros para produzir as experiências sociais e históricas e que nenhum dos dois era causal e sim que ambos operam simultaneamente para reproduzir as estruturas socioeconômicas e as

> estruturas de dominação masculina de uma ordem social particular. (Apud SCOTT, 1999, p.10).

Para Scott, Kelly tentou analisar o sistema de *gênero* com uma existência independente, constituindo, portanto, e decisivamente, uma abertura nessa linha de interpretação. Para compreensão de Scott, porém, ela permaneceu dentro de um quadro marxista, levando-a a dar ênfase à causalidade econômica às vezes traduzida como realidade social fundada sobre o sexo no que diz respeito à estrutura de *gênero*: *a relação entre os sexos opera em função das estruturas socioeconômicas e através daquelas; mas também em função das estruturas de gênero* (*Apud* SCOTT, 1999, p.10).

As feministas marxistas dos EEUU foram mais longe, ao tomar como referência a análise da sexualidade com a publicação de *Power of Desire*, em 1983. Seus estudos foram influenciados pelos militantes políticos e pesquisadores que tomavam as ideias de Foucault, o qual afirmava ser a *sexualidade produzida dentro de um contexto histórico.* A partir daí, entendiam ser necessárias análises sérias que explicassem a revolução sexual contemporânea, lançando a indagações sobre uma possível política da sexualidade. Tentaram refletir, no entanto, sobre a causalidade e, ao mesmo tempo, lançaram uma série de questões e soluções que acabaram se centrando em aspectos econômicos, mas que, sobretudo, apontam a necessidade de se estudar a ideologia de *gênero* que reflete as estruturas econômicas e sociais. Há também um reconhecimento de se compreender a estrutura psíquica da identidade de *gênero*, ou seja, alcançar o laço complexo entre a sociedade e uma estrutura psíquica persistente. A expressão maior desta ideia foi Jéssica Benjamin, segundo a qual *a política devia incorporar a atenção aos componentes eróticos e fantásticos da vida humana.* Segundo Scott, esta obra aponta para ampliação das análises marxistas ao tratar das discussões sobre ideologia, cultura e psicologia. Para a autora, a vantagem da análise de Jéssica é que evita divergências agudas, ao passo que a desvantagem está no fato de ela deixar intacta uma teoria já inteiramente articulada e que, mais uma vez, leva as relações de sexo a serem analisadas ao modo das relações de produção.

No confronto das ideias entre as feministas marxistas inglesas, publicadas na *New Left Rewiew,* e as estado-unidenses, as primeiras, foram criticadas e acusadas de abandonar uma análise materialista da divisão sexual do trabalho no capitalismo. Por outro lado, as(os) pesquisadoras(es) que empreenderam a tentativa feminista de reconciliar a Psicanálise e o Marxismo e que tinham insistido numa certa fusão entre as duas vertentes, optaram por uma ou outra interpretação. A verdade é que, para Scott, as análises de *gênero* dentro do marxismo foram tratadas, por

muito tempo, como um subproduto das estruturas econômicas que mudavam e que *gênero* nunca teve estatuto próprio de análise.

c) Teorias psicanalíticas

Segundo Scott, as teorias psicanalistas influenciaram as feministas na perspectiva da construção de *gênero*, entendendo que referidas teorias serviam para embasar conclusões particulares em observações gerais ou, ainda, porque ofereciam formulações teóricas importantes. As autoras mais citadas foram Chodorow e Gilligan, que ressaltam o processo pelos quais é criada a identidade do sujeito. Ambas definem como área de interesse as primeiras etapas do desenvolvimento da criança a fim de encontrar as indicações sobre a formação da identidade de *gênero*. Mencionadas interpretações põem ênfase sobre a influência da experiência concreta (a criança vê, ouve, tem relações com aqueles que se ocupam dela, em particular, por certo, com seus pais), enquanto (as) os pós-estruturalistas ressaltam o papel central da linguagem (como sistema de significação – as ordens simbólicas – que precedem o domínio da palavra propriamente dita, da leitura e da escrita) na comunicação, interpretação e representação de *gênero*. *A linguagem é, pois, o centro da teoria lacaniana; é a chave de acesso da criança à ordem simbólica. Através da linguagem é construída a identidade sexuada.* (SCOTT, 1999, p.12).

> Para Lacan - citado em Scott (1990:12) - o falo é o significante central da diferença sexual. Mas o sentido do falo deve ser lido de maneira metafórica. O drama edipiano dá a conhecer à criança os termos da interação cultural, já que a ameaça de castração representa o poder, as regras da lei (do pai). A relação da criança com a lei depende da diferença sexual, de sua identificação imaginária (ou fantasmática) com a posição masculina ou feminina. Em outras palavras, a imposição de regras de interação social é sexuada de maneira inerente e específica, pois a relação feminina com o falo é forçosamente diferente da relação masculina. Mas a identificação de gênero, mesmo se ela aparece sempre como sendo coerente e fixa, é de fato extremamente instável. Como as palavras em si mesmas, as identidades subjetivas são os processos de diferenciação e de distinção, exigindo a supressão das ambiguidades e dos elementos opostos a fim de assegurar (criar a ilusão de) uma coerência e compreensão comuns. A ideia de masculinidade repousa sobre a repressão necessária de aspectos femininos – do potencial bissexual do sujeito – e introduz o conflito na oposição do masculino e do feminino. Os desejos reprimidos estão presentes no inconsciente

> e constituem uma ameaça permanente para a estabilidade de identificação de gênero, negando sua unidade, subvertendo seu desejo de segurança. Além disso, as representações conscientes do masculino e do feminino não são imutáveis pois elas variam segundo os usos do contexto. Um conflito sempre existe, então, entre a necessidade que tem o sujeito de uma aparência de totalidade, e a imprecisão, a relatividade da terminologia e sua dependência em relação à repressão.

A crítica de Scott a esta interpretação reside em diversos aspectos: primeiro as categorias *homem e mulher, feminino e masculino,* como não são vistas como características inerentes, são tidas como construções subjetivas (ou fictícias). Tal interpretação implica também a concepção de que o sujeito se acha em um processo de constante elaboração, e oferece um meio sistemático de interpretar o desejo consciente, referindo-se à linguagem como um instrumento adequado para a análise. O segundo aspecto é a fixação das interpretações sobre as questões relativas ao *sujeito,* reificando como dimensão principal do *gênero* o antagonismo subjetivamente produzido entre homens e mulheres. O terceiro aspecto é que a maneira como o sujeito é constituído permanece aberta, pois a teoria tenta universalizar as categorias e as relações entre masculino e feminino. O quarto aspecto é que essa teoria não permite introduzir uma noção de especificidade e de variabilidade histórica, pois o falo é o único significante e a construção do sujeito com *gênero* é, em última instancia, previsível, já que é sempre o mesmo. Para Lacan, o antagonismo entre os sexos é um aspecto inevitável da aquisição da identidade sexual.

A crítica das(os) historiadoras(es) a esta interpretação é a sua imutabilidade, pois, se o antagonismo está sempre latente, é possível que a ela não possa oferecer uma solução, mas somente a reformulação e reorganização permanente da simbolização da diferença, e da divisão sexual do trabalho.

Carol Gilligan evidencia o caráter historicamente construído de oposição entre masculino e feminino, cujos contrários se apresentam com um caráter invariável, monótono e universal. Gilligan tomou como referência o desenvolvimento moral de meninos e meninas em termos de diferença de experiência, ou seja, da realidade vivida por eles. Esta tese se fundamenta em investigação realizada com uma pequena amostra de alunas estadunidenses e de todas as mulheres do final desde século. A autora destaca o fato que a preferência feminina pelo relacional é universal.

Scott se contrapõe a ela, afirmando serem essas ideias anistóricas, na medida em que o entendimento da relação homem-mulher é como uma oposição binária

que se reproduz; é uma análise simplificada dos dados históricos e dos resultados mais heterogêneos sobre o sexo e o raciocínio moral. Este tipo de argumentação serve para ressaltar a diferença sexual, reforçando, assim, as ideias que pretendem combater. A autora sinaliza a necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma "historização" e de uma "desconstrução" autênticas dos termos da diferença sexual. *A história do pensamento feminista é uma história da recusa da construção hierárquica entre masculino e feminino, em seus contextos específicos; é uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos.* (IDEM, 1999, p.13)

4. A PERSPECTIVA DE *GÊNERO* DE JOAN SCOTT

Para a nossa autora, a categoria *gênero* faz parte de uma tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas de chamar atenção, insistentemente, para a inadequação das teorias, que reivindicam um espaço próprio de definição, como também para explicar as desigualdades persistentes entre homens e mulheres.

O interesse por essas questões é recente, precisamente do final do século XX, estando ausentes, portanto, da maioria das formulações teóricas das ciências sociais formuladas desde o século XVIII.

A explicação encontrada por Scott para o surgimento dessa categoria emergiu num momento de grande efervescência epistemológica dos pesquisadores das ciências sociais que, em certos casos, partiam da discussão da correlação entre modelos científicos e literários, passando da ênfase sobre a causa para a ênfase sobre sentido, confundindo os *gênero*s da investigação, segundo o antropólogo Clifford Geertz (*Apud* Scott, 1990, p.14). Em outros casos, os debates teóricos identificam-se entre aqueles que validam a transparência dos fatos e aqueles que insistem sobre a ideia de que toda realidade é interpretada e construída além dos que põem em xeque a ideia de que o homem é mestre racional de seu destino.

O substrato dessas questões vem desnudar o cenário do debate feito pela crítica da ciência às ciências humanas e pela crítica do empirismo e do humanismo que desenvolvem os pós-estruturalistas. É neste intervalo, para Scott, que se perfaz uma teoria própria para *gênero* e que se encontram aliados científicos e políticos.

A proposta teórico-metodológica para a autora é, pois, *de examinar, escolher atentamente os métodos de análise, elaborar claramente as hipóteses principais e explicar qual o papel e o lugar da mudança. Em vez de buscar insistentemente a origem única dos fatos perseguir e conceber os processos de tal modo ligados entre si que não possam estar separados.* (*Op. Cit*. 1990, p.14). Reafirma

Scott que a escolha evidente dos problemas concretos para estudar significa que estes constituem o começo ou recortes de processos complexos.

O ponto crucial do pensamento dela é ter em mente sempre a visão de processo, insistindo num ponto: *devemos nos perguntar mais seguidamente como as coisas se passaram para descobrir porque elas se passaram* (SCOTT, 1990, p.14), portanto, deve-se pesquisar uma explicação significativa, não uma causa geral e universal. *Vejo agora que o lugar da mulher na vida social humana não é diretamente o produto do que ela faz, mas do sentido que adquirem estas atividades através da interação social concreta.* (MICHELLE ROSALDO apud SCOTT).

A ideia de sentido toma uma relevância importantíssima nesta interpretação, pois este compreende a necessidade de tratar o sujeito individual bem como a organização social, articulados à natureza de inter-relação, para poder compreender como funciona o *gênero* correlacionado à mudança. A proposta da autora é de

> [...] superar a noção de um poder unificado, coerente e centralizado por um conceito que se aproxime da concepção foucaultiana de poder; entendido este por constelações dispersas de relações sociais desiguais identificado pela expressão no "campo das forças" sociais. Compreender que no interior desses processos e estruturas há um espaço para um conceito de agente humano construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade com certos limites e com linguagens – linguagem conceitual que põe limites, mas ao mesmo tempo contém possibilidades de negação, resistência, de reinterpretação de jogo de manifestação metafórica e de imaginação. (SCOTT, 1990, p.14).

Na sua elaboração teórico-metodológica, a autora reafirma que a definição de *gênero* está consubstanciada em duas partes e diversas subpartes que são ligadas entre si mas que devem ser distinguidas na análise. O núcleo essencial repousa entre duas proposições: primeiro, *o gênero é um elemento construtivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; e segundo, o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.* (*Op. Cit*. 1990, p. 14).

No primeiro caso, o *gênero* implica quatro elementos: 1º) *os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas e frequentemente contraditórias, exemplo Eva e Maria como símbolo de mulher na tradição cristã; 2º) os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, que se esforçam para limitar e conter sua possibilidades metafóricas,* exemplos dos quais são entendimentos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas políticas e jurídicas, e tomam a forma típica de uma oposição

binária, que afirmam de maneira categórica o sentido do masculino e do feminino como fruto do consenso social, como posição dominante e traduzida como única possível; 3º) *a noção de fixidez produzindo uma aparência de permanência eterna na representação binária do gênero.* O desafio da nova pesquisadora para a autora é implodir esta noção, é descobrir a natureza do debate ou da repressão que produz esta representação. *Este tipo de análise deve incluir uma noção de política, bem como uma referência às instituições e à organização social.* 4º) *a identidade subjetiva.* Neste aspecto, a autora concorda com as ideias da antropóloga Gayle Rubim de que a Psicanálise fornece uma teoria importante para a reprodução do *gênero*, uma descrição da transformação da *sexualidade biológica dos indivíduos à medida de sua aculturação,* contudo a pretensão da Psicanálise de dar explicações universais deixa a autora cética, o que a conduz a arguir que, *se a identidade é unicamente e universalmente fundada sobre o medo da castração, a pertinência do questionamento histórico é negado. Mais ainda: os homens e as mulheres reais não cumprem sempre os termos das prescrições da sua sociedade ou de nossas categorias de análise.* Recomenda a autora que os historiadores devem antes de tudo examinar as maneiras pelas quais as identidades de *gênero* são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas.

A segunda proposição:

> [...] o gênero é uma primeira maneira de dar significado às relações de poder. Melhor dizendo: o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero, portanto, não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de dar eficácia à significação do poder no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas (SCOTT, 1990, p. 16)

Citando o sociólogo francês Pierre Bourdieu, Scott (1990, p. 16) relata que esse autor, ao escrever sobre as maneiras pelas quais a *"divisão do mundo", fundada sobre referência às "diferenças biológicas", aquelas que se referem à "divisão sexual do trabalho, da procriação e da reprodução" operam como a mais fundada das ilusões coletivas.*

Scott trabalha os conceitos de *gênero* numa visão redimensionada, ao reafirmar que estes estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que estas referências estabelecem distinções de poder (um controle ou um acesso diferencial às fontes materiais e simbólicas), o *gênero* torna-se envolvido na concepção e na elaboração do poder em si mesmo.

Outra contribuição neste sentido que a autora traz é a do antropólogo francês Mauricio Godelier, que assim o formulou:

> [...] não é a sexualidade que cria fantasia (phantasme) na sociedade, mas antes a sociedade que cria fantasia (phantasme) na sexualidade, no corpo. As diferenças entre os corpos que nascem de seu sexo são constantemente solicitadas a testemunhar as relações sociais e as realidades que não tem nada a ver com a sexualidade. Não somente testemunhar, mas testemunhar para, ou seja, legitimar. (SCOTT, 1990, p. 16).

O *gênero* é, então, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas modalidades de interação humana. Quando as(os) historiadoras(es) buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de *gênero* legitima e estabelece as relações sociais, elas (eles) começam a compreender a natureza recíproca do *gênero* ou da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política faz o *gênero* e o *gênero* faz a política (*Op. Cit*. 1990, p.16).

Para Scott (1990, p.16), a política não constituiu senão um dos domínios nos quais o *gênero* é utilizado para análise histórica. Fundamentalmente porque, como diz a autora,

> [...] se trata de um território praticamente inexplorado, já que o gênero tem sido percebido como numa categoria antitética às tarefas sérias de uma verdadeira política. Segundo, porque a história política – que permanece sempre como o modo dominante de interrogação histórica – foi a trincheira da inclusão de materiais ou questões sobre as mulheres e o gênero.

Na sinalização de Joan Scott, desde o surgimento da Era Moderna, com a hegemonia jacobina, durante a Revolução Francesa, na hora em que Stalin se apoderou do controle da autoridade, na tomada do poder nazista na Alemanha ou do título do Aytolá Komehini – em todas essas circunstâncias, os dirigentes que se afirmam, legitimamente, a dominação, a força, a autoridade central e o poder soberano, identificando-os como masculino (os inimigos, os forasteiros, os subversivos e a fraqueza são identificados com o feminino) e literalmente traduziram este código em leis que põem as mulheres no seu lugar (interditando-lhes a participação na sua vida política, declarando o aborto ilegal, impedindo o trabalho assalariado das mães, impondo o código de trajar para as mulheres). Estas ações

e sua programação têm pouco sentido nelas mesmas. Na maior parte dos casos, o Estado não tinha nada de imediato ou de material a ganhar com o controle das mulheres. Estas ações não podem adquirir um sentido, a menos que sejam integradas numa análise da construção e consolidação do poder. Uma afirmação de controle ou de força tomou a forma de uma política para mulheres. Nestes exemplos, a diferenciação sexual foi concebida em termos de dominação e de controle das mulheres. Estes exemplos nos concedem ideias de vários tipos de relações de poder que se constituem na história moderna, mas esta relação particular não perfaz tema político universal.

Na época atual, as ideologias políticas conservadoras desejariam fazer passar toda uma série de leis sobre a organização e o comportamento da família que mudariam as práticas atuais. O nexo entre os regimes autoritários e o controle das mulheres foi bem observado, mas não estudado a fundo.

Para Scott, os regimes democráticos do século XX constituíram sua ideologia com amparo em conceitos genéricos traduzidos em políticas concretas, como as políticas de proteção às crianças e mulheres; da mesma forma que durante muitos anos socialistas e anarquistas fizeram críticas aos regimes ou organizações sociais em termos de metáforas de dominação, contudo de modo genérico, sem uma explicitação ou transformação da identidade de *gênero*. Mesmo assim, no entanto, para Scott, não deixa de ser uma dimensão decisiva na organização da igualdade e da desigualdade e que as estruturas hierárquicas repousam sobre percepções generalizadas da pretensa relação natural entre masculino e feminino.

Seguindo o mesmo raciocínio, a autora assinala ser a alta política em si um conceito genérico, pois estabelece sua importância decisiva, as razões de ser e a realidade de existência de sua autoridade superior, precisamente graças à exclusão das mulheres. Exemplo dado é o dever que as mulheres têm de ter filhos para servir aos seus dirigentes e ao seu rei (pai), fazendo a relação direta entre masculinidade e poder.

O *gênero* é, para a autora, umas das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino-feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. O poder político, para se proteger, referência *gênero* com um caráter de certeza e fixidez, fora de toda construção humana, compondo a ordem natural e divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social tornam-se partes e expressões do sentido do poder, questionar isto ou tentar mudar ameaça o sistema por inteiro (SCOTT, 1990, p.18).

Não obstante, a autora refere que as significações de *gênero* e de poder se constroem reciprocamente. E indaga: como se dá a mudança? Para ela, as mudan-

ças do ponto de vista geral têm várias origens e ocorrem por desordem políticas de massa, quando questionam as ordens antigas e produzem novas crises demográficas causadas por fome, guerras, por transformações das estruturas de emprego que podem mudar as estratégias de casamento, oferecer novas construções de subjetividade, fortalecendo ou negando a dominação e o surgimento de símbolos culturais, fazendo emergir novas interpretações. Enfim, são os processos políticos que vão determinar o resultado a carregar o sentido político que enfrentam vários autores e diversas significações a se enfrentar para garantir o controle. A natureza desse processo, os agentes e as ações não podem ser determinados senão concretamente, se os situarmos no tempo e no espaço.

Finalizando, Scott (1990, p.19) afirma que

> [...] a história política foi jogada no terreno de gênero, cujo solo parece ser fixo, mas é contestado e flutuante. Ademais, a oposição entre masculino e feminino é mais problemática do que conhecida como qualquer coisa definida incessantemente e construída dentro de um contexto concreto. Daí, deve-se perguntar: qual o desafio das proclamações ou dos debates que invocam o gênero? Como as percepções implícitas do gênero são invocadas?

Para reativar algumas discussões, a autora faz as seguintes indagações:

> Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, ainda que saibamos elas participam de grandes e pequenos eventos da história? Como as instituições sociais incorporam o gênero nos seus pressupostos e nas suas organizações? Houve em algum momento conceitos de gênero verdadeiramente igualitários sobre os quais fossem projetados ou mesmo fundados sistemas políticos?

Consoante Scott, estas indagações farão emergir uma história que oferecerá novas leituras e perspectivas a velhas questões, redefinirá as antigas em novos termos, colocará as mulheres visíveis como participantes ativas e estabelecerá uma distância analítica entre linguagem aparentemente fixa do passado e a nossa terminologia. Ademais, com essa nova história, se vislumbrarão estratégias políticas atuais e futuras, pois, assim sendo, o *gênero* possibilitará a definição e reestruturação, juntamente com uma visão de igualdade social, não somente para sexo, como também para classe e raça (SCOTT, 1990, p.19).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pretendermos interpretar o pensamento da autora, observamos que o seu mérito está na incessante busca de definir *gênero como uma categoria útil;* está na compreensão e originalidade de entender que, incorporada a este conceito, há uma proposta teórico-metodológica. Portanto, uma construção em ciência que sintetiza como se percebem e como se trabalham os fenômenos, motivo por que não resultam tão simples sua operacionalização e seu entendimento. Ademais, esta construção depende da evolução, definição e reconstrução das preocupações do campo das demais ciências, especialmente sociais, daí a importância emblemática de uma revisão bibliográfica para elaborar um espaço próprio para *gênero*, como tão competentemente reivindica Joan Scott.

Para as(os) estudiosas(os) não basta concluir que a categoria *gênero* ainda não tem substância ou um valor heurístico. O desafio apontado por Scott é o de que os grupos que trabalham a categoria à luz da sua proposta teórico-metodológica contribuem para esta reconstituição, realizando na prática esse grande desafio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LOBO, E. S. O Trabalho como linguagem: o *gênero* do trabalho *In*: COSTA, A. O. & BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma Questão de Gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.

LOURO, G. L. Nas redes do conceito de *gênero*. *In*: LOPES, M. J. WALDOW, V. R. (orgs). **Gênero e Saúde.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1996

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando *gênero* e classe social *In*: COSTA, A. O. & BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SCOTT, J.W. O *Gênero* como uma categoria útil de análise histórica, *In*: **Educação e Realidade,** Porto Alegre, n.2, 1990, p 5-2.

Igualdade/diferença: o paradoxo da cidadania feminina segundo Joan Scott.

Maria Helena de Paula Frota[1]

"As feministas são mulheres que só tem paradoxos a oferecer".

Olympe de Gouges

RESUMO

Este artigo tem como objetivo lançar mais uma reflexão no contexto acadêmico brasileiro, especificamente no campo das Ciências Sociais, sobre assuntos tão polêmicos e ao mesmo tempo desafiadores como gênero, igualdade, diferença e construção do indivíduo. O esforço na elaboração desse conjunto de ideias parte da intenção em analisar a construção teórico-metodológica da obra da historiadora norte-americana Joan Scott, especificamente a sua obra *Cidadã Paradoxal*. Na análise de explicitação do marco teórico conceitual desse estudo, observamos formulações, divergências e contradições. Noções que definem não somente as interpretações da autora na perspectiva do estado da arte, bem como compreensões que refletem situações graves e seculares que repercutem na vida das mulheres. Dentre eles, o acesso diferenciado aos bens materiais e espirituais da sociedade que, para a autora, é fator basilar da desigualdade. No fundo todas essas tentativas de construção de uma epistemologia feminista postulam uma teoria social de caráter multicultural e emancipatória, daí a sua importância enquanto estudo.

Palavras-chave: Estudos de Gênero. Igualdade e Diferença. Construção do Indivíduo.

---

1 Doutora em Sociologia pela Universidad de Salamanca- Espanha (2000). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professor Associado da Universidade Estadual do Ceará. Professora Integrante do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas- UECE. Líder do grupo de Pesquisa Gênero, Família e Geração nas Políticas Sociais, vinculado ao CNPq desde 1998. Coordenadora do Observatório da Violência Contra a Mulher – OBSERVEM. Membro efetivo do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher. (2020) Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Sociais – NUPES. Tem experiência na Área de Sociologia, com ênfase em Gênero e Violência, Gênero e Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

É fato, as contribuições da crítica feminista as Ciências Sociais, desde o momento em que as mulheres adentraram ao campo do conhecimento científico, antes espaço exclusivamente masculino, com raras exceções. Nesse sentido, pode-se dizer que tem havido uma verdadeira revolução. A resistência feminista vai incidir, nas várias frentes dentre elas a base da ciência cartesiana que é a existência de um ser humano universal, bem como a natureza como fonte de explicação na construção da individualidade desse ser humano.

Questionar as verdades estabelecidas no mundo da ciência é como diz Maria Odilia Silva, *é penetrar em terreno minado de incertezas, saturado de controvérsias movediças, pontuado de ambigüidades sutis, portanto, é preciso discernir e iluminar*[2]. Desse modo, são muitas as dificuldades e os obstáculos que se apresentam aos que ousam enveredar pelos estudos que discutem igualdade e diferença entre homens e mulheres na perspectiva da construção dos indivíduos, ainda que se constitua um tema instigante e desafiador.

Nesse sentido, pretendo nesse artigo fazer algumas reflexões sobre a questão da igualdade e diferença tendo como referência a autora Joan Scott na sua obra "Cidadã Paradoxal" observando formulações, divergências e contradições enfim, elementos paradigmáticos que definem a obra da autora.

Joan Scott inicia sua obra identificando a constituição do feminismo desde os primórdios da Revolução Francesa e juntamente com ele o paradoxo como condição constitutiva do próprio movimento. Para ela, **os impasses foram tão freqüentes tanto quanto as formas contornáveis vividos historicamente pelas mulheres na resolução desses impasses na época, imprimindo ao movimento a sua própria força política.**

O pensamento norteador da autora em toda a sua obra constitui em dois aspectos: primeiro **o feminismo possui uma historia, e está efetivamente marcado por ela e que essa história tem servido de base para a reflexão e ação do feminismo contemporâneo. Segundo, a tensão como força histórica, e esta tem marcado as lutas das feministas tanto para aquelas em que reivindicam a igualdade entre os sexos quanto para as que postulam as bandeiras da diferença.** Nesse contexto a autora revisita a tradição liberal do final do século XVIII não somente para identificar o individualismo liberal, mas também para registrar a efervescência do movimento feminista.

---

2 DIAS, Maria Odília da Silva. Teorias e métodos dos estudos feministas (perspectiva histórica e hermenêutica do quotidiano). São Paulo, 1990. Mimeo. In: **Revista Estudos Feministas**. A contribuição da crítica feminista à ciência. BANDEIRA Lourdes. Florianópolis, 1999, v.7, n.1-2, p.207.

Nessa época, as mulheres ativistas viveram em toda a sua plenitude a luta pelo voto. Elas expuseram publicamente, a negação do direito universal que todo cidadão teoricamente detinha, mas na prática era negado para elas, pondo a nu a mais profunda contradição do estado democrático de direitos que iniciava.

A partir desse momento, com sua participação efetiva na construção da democracia no ocidente, as mulheres tomaram como principal reivindicação essa bandeira de durante os séculos XVIII, XIX e parte do século XX, denunciando a sua exclusão do processo político e democrático que o estado liberal manteve durante os vários séculos.

Portanto, foi na luta pela igualdade de direitos que as feministas expuseram não só as contradições do discurso liberal, como também foi nessa luta que elas sinalizaram as contradições e as suas diferenças. Ou seja, se a diferença sexual foi o ponto de partida para a exclusão do processo democrático, foi essa mesma diferença que foi reivindicada como condição precípua de igualdade sendo porquanto, definida pelas feministas como a principal estratégia de luta. Essa ambiguidade de propósitos é tão forte que ainda hoje, as feministas se dividem entre reafirmar a diferença ou lutar para reduzi-la, minimizá-la, ou até se possível suprimi-la como muitas fizeram e ainda fazem.

Vale ressaltar que para a autora, escrever a história do feminismo, não foi escolher a estratégia entre a igualdade e a diferença, mas a preocupação da autora em toda sua obra foi perceber na historia das mulheres quais dificuldades em resolver os dilemas por elas enfrentados.

2 SITUANDO A RADICALIDADE DAS FEMINISTAS: CONCEPÇÕES E LUTAS

Como estratégia de pesquisa Scott tomou quatro momentos da história moderna da França e elegeu, igualmente, quatro feministas francesas profundamente envolvidas na luta pelos direitos das mulheres, especialmente na luta sufragista como expressão desses momentos. Forma elas Olympe de Gouges, cuja atuação remonta ao movimento revolucionário do final do séc. XVIII; Jeanne Deroin, que teve uma participação intensa na Revolução de 1848; Hubertine Auclert, que militou na Terceira República no final do século XIX e por último, Medeleine Peletier cuja atuação se deu na metade do século XX**.** O que chamou atenção da autora ao observar a história dessas mulheres foi a radicalidade e o jeito visceral como denunciam as contradições dos momentos políticos em que viveram, embora tenham tido e princípios e concepções diferentes**.**

Nesse sentido Scott recompõe a trajetória de luta das feministas ressaltando as principais bandeiras por elas defendidas. Olympe de Gouges e Jeane

Deroin perceberam cedo o direito ao voto como supremo direito do cidadão e da cidadã, portanto votar e ser votada na concepção delas era a grande força niveladora no campo político. Uma das teses da autora é que o voto não representou para elas somente a escolha dos representantes. O voto significou e significa o direito à escolha, à decisão, especialmente o exercício do poder social, em nome não só dos indivíduos, mas também dos grupos sociais. Por isso, Olympe de Gouges, ao perceber que a declaração dos direitos do homem era pretensamente universalista, mas excluía na prática a participação das mulheres, elaborou em 1789, A Declaração dos Direitos da Mulher, em que contempla a co-presença política e social de homens e mulheres e igual dignidade para os dois sexos. Os dezessete artigos da Declaração dos Direitos da Mulher estabelecem um paralelo exato contra a Declaração dos Direitos do Homem, freqüentemente ela substitui a palavra Homem pelas palavras "Mulher e Homem". Dá ênfase especial o direito de expressão das mulheres e afirma que "*a mulher tem o direito de subir ao patíbulo; deveria ter igualmente o direito de subir à tribuna*"; "*o Homem sozinho não representa a humanidade*". *"Se as mulheres estavam sujeitas as forças coercitivas da lei, então deveriam também ser participantes ativas da formulação da lei*". Olympe de Gouges foi executada em 1793 por decreto da Comuna de Paris.

Jeane Deroin em 1848 assumiu as ideias de Olympe de Gouges. Foi militante socialista, organizou associação de operárias para discutir a questão salarial e promover a mobilização pelo voto das mulheres. Percebeu que *não era a natureza, o aspecto biológico, mas a organização social que produzia a diferença sexual*. Para a feminista, o casal homem e mulher era "o indivíduo social" e não somente o homem deveria ser considerado o indivíduo. Introduziu a "questão social" nas discussões sobre os direitos políticos. Posicionou-se contra à economia de mercado como reguladora das leis defendia a regulamentação governamental em nome dos direitos individuais e do povo soberano. Transformou a chamada "diferença sexual" em argumentos à favor da igualdade de direitos. Outro aspecto fundamental questionado por Deroin e que se constituiu outro golpe fundamental na construção da cidadania feminina, foi *a separação entre as esferas de ação: o público e o privado construído pelo pensamento moderno*. Para ela, a existência dessas fronteiras se criava "os interesses" claramente diferentes entre homens e mulheres e, em consequência, a excluía da representação política. Lutava pela permanência do nome de solteira da mulher, na ocasião do casamento para garantir a individualidade desta. Considerou a maternidade como um trabalho produtivo por isso deveria ser remunerado, propôs um "dote social" para as mulheres a título de compensação pelo referido trabalho. Pregou o amor livre para as mulheres independentes das funções reprodutivas. Criou o Clube das Mulheres uma organização exclusivamente feminina. Em

1849 ferindo abertamente a Constituição, por que não era permitido votar nem ser votada, concorreu a uma cadeira ao Parlamento.

Hubertine Auclert: defendeu os direitos dos sociais na Terceira República, 1886. Entrou na política em 1873 com 25 anos. Deu continuidade a luta pelo direito ao voto das mulheres. Como estratégias, escrevia artigos de jornais, fazia campanhas eleitorais. Defendia que o estado deveria assumir a "questão social" pelas vítimas do capitalismo, que por acidentes, fraquezas ou vulnerabilidade não conseguissem cuidar de si mesmo iniciando uma luta pela proteção social. Introduziu a noção de diversidade ao afirmar: "não é possível que todas as pessoas desempenhem o mesmo papel; ao contrário a diversidade é indispensável para que a sociedade funcione harmoniosamente. Afirma que: "uma república que relega as mulheres a uma posição inferior não tem moral para reconhecer a igualdade entre os homens". Questionava porque as mulheres, não eram pagas pelo seu trabalho doméstico? Defendia a participação das mulheres na alta hierarquia da igreja católica. Pregava a contratação de mulheres para os diversos postos de trabalho sem discriminação. Criou uma associação nacional pelo voto feminino. Lançou uma campanha contra o pagamento de impostos, já que elas não eram consideradas cidadãs não podiam votar não deveriam pagar impostos. Começou a exigir a feminização das denominações das palavras, a exemplo de juiz, juíza, ator, atriz dentre outras. Afirmava que *sem a presença das mulheres, os homens ficavam destituídos do falo que garantia a sua masculinidade*. As mulheres, portanto, eram o falo, a fonte do poder dos homens" Denunciava o social como interesse das mulheres não porque elas tivessem maior preocupação com a saúde, mas porque essas áreas eram consideradas alheias à esfera política. Foi considerada mãe do voto das mulheres.

Madeleine Pelletier viveu entre 1874-1939. Defendia a mulher enquanto individuo. Era contra a subordinação do individuo à regulação social. Tinha como metas: a supressão da herança (fonte de todos os males) lutava pela educação gratuita em todos os níveis. Defendia a assistência generosa ás crianças, idosos e enfermos a extinção das diferenças de classes, eliminação do culto ao dinheiro; inteligência e trabalho como meios exclusivos de sucesso. Foi considerada como uma liberal, mas com forte tendência ao anarquismo. Influenciada pelo filósofo Henri Bergson partidário do individualismo radical, pregava o "direito de não ser mulher do jeito que a sociedade esperava". Dessa forma, os direitos formais implicavam no acesso à liberdade e ao poder, ambos pré-requisitos psicológicos para qualquer enunciação da individualidade segundo a mesma. Achava que a identidade feminina aceita pela maioria das mulheres era um fenômeno psicológico, não físico. Tal identidade era concebida pela feminista como uma forma de pressão internalizada, causa e efeito da subordinação. Dizia ela: "a mentalidade de

escravos me revolta" referindo-se a dedicação das mulheres ao trabalho doméstico. Fazendo eco a Nietzsche; "*não gosto das mulheres do jeito que elas são*". Insistia que *as "feministas se virilizassem, vestissem suas filhas de roupas masculinas como aspecto fundamental da política feminista*". Usava cabelos curtos, colarinhos postiços enfrentando os insultos dos desordeiros nas ruas e os da mulher escrava que usa avental. Foi predecessora dos direitos dos homossexuais, lançou uma campanha á favor do aborto, pregava a maternidade como uma escolha não como uma obrigação e o direito da mulher sobre seu corpo. Defendia o controle da natalidade como uma expressão do direito à individualidade. Fazia campanha para que as mulheres conseguissem o status de cidadã. Por sua grande visibilidade política foi considerada uma anomalia por seus algozes que indagavam "*que animal é esse*"? Foi internada como doente mental e faleceu nessa condição.

3 O PARADOXO ENQUANTO IMPASSE E MOTOR, NA CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA FEMININA

Para a autora, o que fica evidenciado na trajetória dessas mulheres, além do pioneirismo e as bandeiras por quais lutaram, os desejos e aspirações também os paradoxos como: primeiro que o feminismo sempre representou uma ameaça e ainda representa para sistemas políticos e filosóficos supostamente democráticos e universais. *Um perigo muito bem identificado e devidamente punido como afirma* Simone Pereira Schmidt[3]. Segundo que as mulheres, não querem ser somente cidadãs do ponto de vista liberal, individualista, querem para os outros e para si outras relações, querem uma nova sociabilidade humana. Terceiro que as feministas nas lutas pela igualdade expõem as diferenças, expondo as diferenças lutam pela igualdade, fazem história, uma história singular.

O paradoxo está n*a necessidade de, a um só tempo aceitar e recusar a "diferença sexual", tal fato, perpassou o feminismo como movimento político por toda a sua longa história.*[4] O argumento aqui é que não se trata de um conflito estabelecido entre princípios universais e práticas de exclusão somente, algo presumivelmente reconciliável segundo a autora. O problema maior e de mais difícil compreensão é a legitimação da exclusão tendo como base a diferença biológica entre homem e mulher. Nesse caso estabelece-se que "a diferença sexual" não era apenas um aspecto natural, mas especialmente uma justificativa ontológica para o tratamen-

3 SCHMIDT, Simone Pereira. Comentários, **orelhas**. In: A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. Joan, W. Scott. Tradução Élvio Antonio Funck. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

4 SCOTT, Joan, W. A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. Tradução Élvio Antonio Funck. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002. p.27.

to diferenciado no campo político e social. O feminismo surgiu antes de tudo como um protesto contra a exclusão política da mulher. Portanto seu objetivo foi eliminar as "diferenças sexuais" na política, mas a reivindicação deveria ser feita em nome das mulheres (um produto do próprio discurso da diferença sexual). Na medida em que o feminismo defendia as mulheres acabava por alimentar a "diferença sexual" que procurava eliminar.

A ideia do paradoxo foi exposta pela primeira vez em 1788 por Olympe de Gouges ao afirmar: *por ser eu uma mulher que só oferece paradoxos, e não problemas fáceis de resolve*r. Entretanto, os paradoxos a que a autora se refere não *são estratégias de oposição, mas elementos constitutivos do próprio feminismo*. Prossegue a mesma*: o feminismo ocidental e historicamente moderno é constituído por práticas discursivas de política democrática que igualaram individualidade e masculinidade*[5]. Para ela a palavra "indivíduo" tem significado ambíguo em seus vários usos. Por um lado, o indivíduo é o protótipo abstrato do ser humano, por outro, é um ser único, uma pessoa diferente de todas as outras de sua espécie.

A primeira definição de individuo foi muito usada em teoria política como base da reivindicação (feita na França pelos filósofos do Iluminismo e por políticos revolucionários) segundo a qual havia direitos e deveres naturais e universais (de liberdade, de propriedade, de felicidade) que davam ao homem um direito comum à cidadania política.

Com essa acepção, os filósofos revolucionários fizeram com que o individualismo abstrato se tornasse a base retórica da república, muito embora, historicamente, as repúblicas não se tenham baseado nessas noções abrangentes.

A segunda definição, fez-se presente quando filósofos de ideias tão díspares quanto Diderot e Rousseau articularam a noção de um eu único e especificaram essa unicidade por sua diferenciação em relação a um "outro". Esse "outro" estabelecia a existência do eu, bem como suas qualidades e características. Tais diferenças não formavam categorias; era precisamente sua interminável variedade que distinguia os indivíduos uns dos outros. O que a espécie humana tinha em comum, conforme essa definição, era sua individualidade, o fato que cada pessoa era diferente de todas as outras. Essa noção de indivíduos radicalmente diferentes entrava em choque com a ideia política do indivíduo abstrato, que procurava articular algo em comum no ser humano que fosse de ordem mais essencial. Na verdade, foi a busca de uma base comum para a comunidade política que tornou intolerável o tipo de diferença aqui articulado.

Para os teóricos políticos do tempo da Revolução Francesa, o indivíduo abstrato expressava essa essência comum a toda espécie humana. Seus direitos eram

5 IDEM. P. 29.

considerados naturais, porque (nas palavras do Marques de Condorcet) "são derivados da natureza do homem" sendo este definido como "um ser sensível (...) "capaz de raciocínio e dotado de ideias morais" a fim de que todos os seres humanos pudessem ser concebidos como iguais, dentro desse ponto de vista, era necessário que os indivíduo fossem abstraídos das categorias diferenciadoras atribuídas como, nascimento, família, riqueza, ocupação, propriedade religião, o que também acarretava seu tratamento como seres incorpóreos, independentes de suas características físicas distintivas de fisionomia, cor da pele e sexo.

Foi essa abstração segundo a autora que tornou possível estabelecer uma identidade humana fundamental, um conjunto de características universais, e, assim, foi aberto o caminho para que se pensasse na igualdade política, social e econômica. Se os seres humanos eram fundamentalmente os mesmos, todos eles poderiam ser vistos como um só individuo. O indivíduo abstrato era esse individuo singular e único. Todavia a noção de individualidade carregava consigo também uma ideia de distinção e de diferenciação. Nesse enfoque, a variedade infinita das diferenças entre o eu e o outro era reduzida a uma questão de diferença sexual: a masculinidade se igualava a individualidade, e a feminilidade com a alteridade, numa posição fixa, hierárquica e imóvel (a masculinidade não era vista como o outro da feminidade). O indivíduo político, portanto, era tido como sendo ao mesmo tempo universal e masculino; a mulher não era um indivíduo, não só por ser não idêntica ao protótipo humano, mas também porque era o outro que confirmava a individualidade do indivíduo masculino. Enfim, a universalidade do indivíduo abstrato foi dessa maneira e nesse momento estabelecida como masculinidade comum.

A construção do indivíduo na modernidade e diz assegura que toda a construção da chamada "ordem natural" foi alicerçada na diferença sexual que norteou toda a explicação das relações sociais incluindo ordenamento jurídico, a política e o conhecimento. No pensamento da autora a individualidade confunde-se com o indivíduo, o homem, o cidadão que é igual a masculinidade, virtude, razão e política. Tais princípios dão sustentação ontológica para o tratamento diferenciado no campo político e social entre homens e mulheres.

A base do direito ainda hoje é, portanto, o homem, individuo abstrato, como ser natural, universal, livre e fraterno. Estes são os princípios da ilustração ou do iluminismo. Sendo a base do direito esse "homem abstrato" já colocou a diferença sexual como principio básico da ordem natural, ou seja, da ordem política. Definindo, portanto a individualidade – o individuo – o homem o cidadão – a masculinidade como virtude, a razão e a política. Constituindo-se, portanto, a justificativa ontológica para o tratamento diferenciado no campo político e so-

cial. A diferença sexual aparece como diferença natural que preexiste à própria significação.

Para a autora, o termo, individuo, tem significados ambíguos em seus vários usos. Por um lado, o indivíduo é o protótipo abstrato do ser humano, por outro, é um ser único, uma pessoa diferente de todas as outras de sua espécie.

4 QUESTÕES DEFINIDORAS DA MODERNIDADE PARA A EXCLUSÃO DA MULHER ENQUANTO CIDADÃ.

Para Scott o paradoxo entre a igualdade e a diferença foi oriundo de cinco questões definidoras da modernidade liberal, que repercutem ainda hoje na vida das mulheres como:

A primeira, a separação entre os direitos políticos e a questão social. A sustentação da argumentação é a importância do voto como elemento nivelador no campo político. O voto como supremo direito do cidadão. O voto como um direito à escolha, à decisão significando, sobretudo, o exercício do poder social, em nome não só dos indivíduos, mas essencialmente o poder sobre os grupos.

Daí explica-se toda a resistência dos poderes constituídos, masculinos, de aceitarem o movimento sufragista das mulheres no mundo inteiro. Aceitar o voto significaria dividir o poder, a decisão, o mando sobre os grupos sociais na sociedade.

A segunda, o direito ao trabalho que se traduzia no direito à propriedade e à família. *Os direitos na época pertencem inequivocamente ao homem,* afirma a autora. Deve-se esclarecer que a noção de trabalho como propriedade está presa à pessoa do trabalhador. A noção de masculinidade compartilhada é representada pela posse da propriedade, portanto, a propriedade como expressão do eu. A propriedade incluindo os bens materiais e mais, a família, os filhos que levam o nome do marido, do pai, o emblema tangível de sua pessoa, o selo a marca. A paternidade passa a ser uma organização social, tendo como expressão máxima o casamento, o contrato social. Esse passa a ser regulador da maternidade e da sexualidade feminina, portanto a figura de mãe e de mulher fica diluída na família, posse e propriedade do marido. Nesse sentido, as relações de gênero, no que se refere ao homem, se igualam entre eles, embora sejam de classes diversas.

Depreende-se daí, o espírito de corpo das práticas masculinas contra as mulheres, serem comuns aos homens, que compõem as diversas classes sociais como a violência, a concorrência no trabalho, dentre outras.

Terceira, por não ser indivíduo nas definições anteriormente elaboradas a mulher é definida como pessoa interdependente, em virtude de seus deveres para com o marido, os filhos e a sociedade. Daí o seu papel diluído como ser social e não político. A partir de então, dá-se uma divisão sexual do trabalho. A demarcação da mulher na divisão sociotécnica do trabalho na sociedade é o social. O social é traduzido como proteção,

assistência, educação, cuidado, portanto, numa condição menos importante e não como no campo da decisão, da propriedade que são papeis políticos, masculinos valorizados. Isso reflete no mundo das leis. Daí na legislação serem separados os direitos políticos dos direitos sociais. Define-se, nesse bojo, o caráter também sexista do Estado, sendo um dos seus sustentáculos o homem a propriedade e o poder.

Quarta, a separação entre o espaço público e o espaço privado definido como: a transgressão do espaço político e social dos limites impostos pelo gênero masculino ao feminino consubstanciando a diferença masculina que tem como símbolo – o poder. Como consequência, houve a necessidade de manter espaços segregados dentro dos quais as atividades se realizam como o espaço da intimidade, da reprodução Esse espaço é definido como político e socialmente como privado e redefinido como espaço da ordem natural. Portanto na divisão sexual, não política, sem valor, portanto, sem expressão, sem reconhecimento social, com pouco poder, arena de intensos conflitos de gênero.

Quinta e última afirmação, o indivíduo em oposição à multidão, simbologia. O indivíduo, "o homem", como expressão da racionalidade, da habilidade intelectual, resistente às emoções. A multidão comparada à mulher, irracional, conhecida pela suscetibilidade às desordens afetivas, com propensão para histeria, facilidade para hipnotizar-se. A diferença sexual aparece como diferença natural que preexiste a própria significação. Daí justificar a tese da autora quando a mesma afirma que na modernidade, a mulher não ter se constituído como indivíduo sendo, portanto tal fenômeno a matriz da violência e da desigualdade social. Em síntese, o indivíduo e a individualidade são masculinos. Portanto, define e redefine o homem como princípio universal base da Filosofia, da Política e da Sociedade.

Na tentativa de sintetizar o pensamento da autora, podemos concluir que contraditoriamente ao negar um conceito de mulher, ela afirma que *a mulher não é sequer conceituada ou definida, ela está diluída entre o marido os filhos e a sociedade*. Paradoxalmente dentro do espírito da modernidade, *a mulher é tida como pessoa interdependente, é considerada como extensão dos deveres para com o marido, os filhos e a sociedade.* No campo político, subtraída do poder de escolher e decidir, votar, portanto não cidadã. Invisível e desprovida da propriedade como expressão do eu, todavia é propriedade do pai até que execute o contrato sexual – casamento, passando a pertencer ao marido e aos filhos. Na divisão sociotécnica do trabalho, a ela é destinada ao social com função menos valorizada na sociedade, como a proteção, a assistência, a educação, reprodução e cuidado. Identificada como natureza, mantida em espaços segregados definidos político e socialmente como privado, o espaço da intimidade, da reprodução, da submissão e da transgressão. Comparada simbolicamente à multidão, a mulher é tida como irracional. Comandada pelas emoções suscetíveis às desordens afetivas, com propensão para histeria, deixa-se influenciar facilmente, portanto sem personalidade. Essa é a construção social da mulher desde a época moderna com reflexos nos dias atuais.

Essa é a gênese de toda a desigualdade, é a base da maior de todas as violências praticadas contra a mulher, a não constituição como indivíduo e consequentemente sendo considerada como não cidadã, resume a autora.

Tal situação vai repercutir em toda a vida social da mulher até os dias atuais, tanto na vida concreta, quanto nas construções simbólicas da sociedade. E vão se manifestar das mais variadas formas e expressões traduzidas por muitos estudiosos, como se verá a seguir.

Neste sentido, a pesquisadora feminista partiu em busca de teorias das ciências humanas e sociais que dessem conta da redefinição e do alargamento das noções tradicionais e daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas das mulheres.

5 COMENTÁRIOS DE ALGUNS AUTORES

Muitas foram as tentativas de teorizar gênero, segundo Scott, todavia grande parte destas teorizações não conseguiu superar o quadro tradicional de análises das Ciências Sociais. Destarte, gênero não é somente um novo tema, é, portanto, um conceito que vai em direção as transformações históricas.

Citando o sociólogo francês Pierre Bourdieu, Scott (1990:16) relata que, este autor ao escrever sobre as maneiras pelas quais a *"di-visão do mundo", fundada sobre as referências às "diferenças biológicas", aquelas que se referem à divisão sexual do trabalho, da procriação e da reprodução" operam como a mais fundada das ilusões coletivas.*

Outra contribuição neste sentido que a autora traz é a do antropólogo francês Mauricio Godelier, que assim o formulou (Scott, 1990:16). (…) *não é a sexualidade que cria fantasia (phantasme) na sociedade, mas antes a sociedade que cria fantasia (phantasme) na sexualidade, no corpo. As diferenças entre os corpos que nascem de seu sexo são constantemente solicitada a testemunhar as relações sociais e as realidades que não tem nada a ver com a sexualidade. Não somente testemunhar, mas testemunhar para, ou seja, legitimar*.

Para Alain Touraine, lutar contra as condições de inferioridade que resulta ainda hoje no acesso desigual aos bens materiais e simbólicos da sociedade, para as mulheres, foi, e ainda é, o motor impulsionador de lutas, resistência e compreensão dessa situação, tanto no continente europeu, destacando - se a França, como também de mulheres nas Américas.

Nesse embate de lutas e elaborações as teorias sociais, vivenciam verdadeiras revoluções nos campos: do conhecimento, do entendimento das relações sociais, originando-se daí interpretações diversas, revolucionando os variados campos das ciências especialmente das humanas. Novas abordagens os novos contornos à

política, à sociologia, filosofia, educação e ao direito, como também na redefinição das artes com suas variadas expressões simbólicas.

No campo da sociologia segundo o autor, as teorias feministas estavam incorporadas as teorias marxistas influenciadas profundamente pelos ideais de liberais da revolução francesa. O marco dessa época é a compreensão do domínio do homem sobre a mulher numa vertente de classe social com a exploração de uma classe (homens) sobre a outra (mulheres). Nessa perspectiva em muitas análises considera-se a mulher como "o proletário" do homem, ou "o seu colonizado" cuja compreensão definiu a luta dos movimentos feministas de vertente marxista pós anos 60 que proclamara união de todas as mulheres para a formação da "*frente de mulheres na luta contra o capitalismo mundial*". Segundo o autor, essa compreensão tem ainda hoje uma forte influencia nos movimentos feministas de esquerda inseridos na América Latina que se manifestam através das diversas tendências.

Outras análises surgiram na atualidade que fundamentam as discussões noutros parâmetros. À frente dessas idéias destaca-se a filósofa Judith Butler, defendendo a teoria radical do grupo *queer*. O movimento *queer* radicaliza nas suas concepções criticando as categorias homem e mulher, não apenas reivindicando as categorias gays e lésbicas, mas nega a existência real das categorias históricas acima relacionadas. O fundamento dessas idéias é balizado na obra de Claude Lévi-Strauss e que foi desenvolvida por Françoise Héritier no primeiro volume de Masculin-Féminin (Odile Jacob, 1996) que corresponde às seguintes pressupostos. As normas das relações entre homens e mulheres foram criadas com o objetivo edificar a hegemonia de um sistema social que confere um monopólio das relações heterossexuais preferencialmente em face de sua função da reprodução social através da proliferação da institucionalização do núcleo familiar monogâmico em cujo espaço se instala a dominação masculina, fundada no controle social masculino das formas sociais de reprodução da espécie, e, por conseguinte, da sociedade. De acordo com tal compreensão o surgimento dos dois gêneros como exclusivos e dominantes se da face às exigências dos sistemas sociais terem como objetivo a reprodução da espécie humana, por meio do sistema familiar nuclear tendo como autoridade máxima, o homem pai de família ao qual a mulher estava subordinada.

Para o autor, Judith Butler questiona a noção de mulher por uma abordagem heterossexual, no sentido de que, tal formulação impõe ao gênero feminino ser indispensável a dualidade sexual macho e fêmea. Ao mesmo tempo a autora critica o "essencialismo" como explicação da feminilidade, como definição "interna" ou "naturalista" como razão de ser das condutas particulares das mulheres. Tal apreciação se fundamenta nos protestos dos homossexuais a redução da sexuali-

dade a complementaridade dos dois sexos. Seguindo os autores da desconstrução como Michel Foucault e Jacques Derrida, Judith Butler na tentativa de construir uma genealogia define a identidade feminina como uma interiorização jamais completamente conseguida a partir da oposição binária entre homens e mulheres, pela qual o homem fundou o seu poder cultural e social sobre a mulher natureza.

Tal análise confirma a debilidade dos discursos em favor da igualdade de gênero afirmando ser esta igualdade a tentativa de elevar as mulheres ao nível dos homens e em fazê-las entrar numa masculinização geral à procura da construção de uma sociedade unissexo. Outra postura criticada pela autora é a do igualitarismo não crítico ou não essencialista que consiste na idéia que existe uma natureza feminina diferente da dos homens e que ela deve ser reconhecida em igualdade a esta última.

Demarcando uma posição no campo da sociologia européia Alain Touraine, em sua obra "O Mundo das Mulheres" 2006; concorda com Butler e fundamenta suas críticas a idéia de gênero salientando que esta carrega em si um determinismo social e ideológico, das condutas femininas. Nessa interpretação ressalta o autor, *as mulheres são levadas a agir em função do seu lugar na sociedade e que a sua subjetividade não é senão um conjunto de reflexos e ilusões que as impossibilitam de uma ação autônoma*[6]. Para ele esse argumento ratifica a tese da dominação masculina.

Na compreensão acima citada, a teoria de gênero elimina a história pessoal das mulheres, seus sentimentos (feelings), as relações interpessoais, em suma tudo que intervém na formação da personalidade. Adverte o autor, que não só se deve escolher entre um determinismo social e uma subjetividade psicológica: tudo se combina para criar as identidades singulares.

Ao aderir à crítica radical as noções de gênero o autor chama atenção para os seguintes aspectos: reafirma o mesmo que, as ações contra a desigualdade e as discriminações, representam de fato, a parte mais visível da ação feminista e por obterem maior sucesso entre as mulheres por ser essa mais visível.

Partindo dessa formulação, propõe o autor uma nova metodologia que denomina de "intervenção sociológica" que tem como principio "*mulher enquanto atrizes de suas vidas*"; e *movimentos profundos de transformação cultural*[7]. Tal metodologia consiste em: interação e trocas constantes entre investigadoras e mulheres que participam da pesquisa e que nesse momento em que as mulheres explicitam as suas experiências, suas ideias, seus sofrimentos e esperanças que

6 TOURAINE, Alain. **O mundo das mulheres**. Tradução. Joana Chaves. Lisboa: Instituto Piaget, 2006, p.26.

7 IDEM, P. 25.

constituem o aspecto essencial da investigação. Na oportunidade devem ser elaborados resumo detalhados das entrevistas e de cada reunião dos grupos. Nessa ocasião as mulheres manifestam a alegria de se descobrirem a si mesmas e de falarem sobre a própria vida.

Posteriormente a autora trabalha os conceitos de gênero numa visão redimensionada, ao reafirmar que estes estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que estas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial às fontes materiais e simbólicas), o gênero torna-se envolvido na concepção e na construção do poder em si mesmo.

Joan Scott, em recente produção[8], *reafirma, em haver uma relação lógica paradoxal entre "igualdade" e "diferença", identidade individual" e "identidade coletiva" e propõe o conjunto de paradoxos como "núcleo duro*" do campo novo de estudo, denominado de gênero e feminino e como tal, define a argumentação em três aspectos:

> *1.A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente*. 2. I*dentidades de grupos definem indivíduos e renegam a expressão ou percepção plena de sua individualidade.* 3. *Reivindicações de igualdade envolvem a aceitação e a rejeição da identidade de grupo atribuída pela discriminação. Ou, em outras palavras: os temas de exclusão sobre as quais essa discriminação está comparada são ao mesmo tempo: negadas e reproduzidas, nas demandas pela exclusão*[9].

Segue a autora, pensar simultaneamente, através desses paradoxos, significa repor constantemente o lugar da nova forma de apreensão do universal universalismo: histórica, multicultural, emancipatória e contingentemente é que se pretende que qualquer afirmação dos eixos temáticos desses paradoxos nunca seja ou possa vir a ser definitivamente "resolvida". Trata-se de pensar o universal em constate e inacabado movimento, onde seria justamente a tensão entre os eixos o que os movimentaria. Participando desse debate, Matos adverte que, na busca de formulações de teorias especificamente de gênero ou mesmo pela aproximação da temática de gênero a outras ancoragens ressalta a autora que *o sistema clássico cartesiano e ins-*

---

8 SCOTT, Joan, W. O enigma da igualdade. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

9 SCOTT, Joan, W. O enigma da igualdade. I*n:* Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. MATOS, Marlise, **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis v. 16, n. 2, p. 343, 2008:

trumental é inadequado, obsoleto e até auto-ilusório devendo, portanto, ser revisto mesmo tendo sido empoderado recentemente[10]. Observa a mesma que, durante esse período de formulações das discussões de gênero temos abordagens tradicionais sobre o conhecimento que nos tornaram capaz de dar o salto qualitativo dentre eles o historicismo marxista, pelas teorias psicanalistas, pelas desconstrucionistas, por novas interpretações do pragmatismo e das discussões pelo tema da performance ou mesmo através de um cânone literário, através das incursões recentes da antropologia e da sociologia do conhecimento. Reafirma a autora, já emerge nova concepção de conhecimento e de sujeito conhecedor que ainda sendo individuo historicamente particular, é também agente social, coletivo e político corporificado "interessado emocional e racional e cujo corpo interesses e emoções e razões são fundamentalmente constituídos por seu contexto histórico particular".

Para a autora referida, *há um desafio para os estudiosos de gênero repensar a universalidade em termos de um ato constitutivo e sempre muito tenso de tradução multicultural muito mais do que tradição, dominação ou colonização*[11]. A isso tem se dedicado parte substantiva – direta ou indiretamente - aos estudos sob a rubrica do gênero

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *A condição humana.* Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. In: Florianópolis, *Revista Estudos Feministas*. 2008. N.1. Vol.16.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina.* Tradução de Maria Helena Kühner. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FROTA, Maria Helena de Paula. Interpretando a categoria de gênero de Joan Scott. In: FROTA, Maria Helena de Paula; OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. (Orgs.). *Família, gênero e geração:* temas transversais. Fortaleza: EDUECE, 2004. 242p.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GROSSI,Miriam Pilar, Apresentação.In: A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal:* as femi-

10 idem

11 MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. Florianópolis, 2008**, Revista Estudos Feministas**, *v.16, n.2, p.354.*

nistas francesas e os direitos do homem. Tradução de Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002. 312p.

KEHL, Maria Rita. *A mínima diferença:* masculino e feminino na cultura. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. In: Florianópolis, *Revista Estudos Feministas*, 2008. N.2. vol. 16.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

_____. *Minha história das mulheres.* Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PULEO, Alícia H. *Filosofía, Género y Pensamiento Crítico.* Universidad de Valladolid, 1999. (Colección "Acceso al Saber", Serie Filosofía)

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero e patriarcado: violência contra a mulher. In: GUSTAVO, V.;

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004b. (Coleção Brasil Urgente)

SCHMIDT, Simone Pereira

SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal:* as feministas francesas e os direitos do homem. Tradução de Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002. 312p.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade.* Porto Alegre, jul./dez. 1990. p.5-22.

TOURAINE, Alain. *O mundo das mulheres.* Tradução de Joana Chaves. Lisboa: Instituto Piaget, 2006. 263p

Colonialidade e o gênero da devoção: Reflexões assentadas em narrativas de mulheres devotas no interior do Ceará

Daniele Ribeiro Alves[1]
Antônio Cristian Saraiva Paiva[2]
Maria Helena de Paula Frota[3]

RESUMO

Reflete-se o gênero na perspectiva da colonialidade, com base nas narrativas de mulheres devotas, objeto de investigação de pesquisa doutoral em andamento. Nesse sentido, discute-se como a ordem colonial está intrínseca na produção do saber, numa base epistêmica dual. O aporte metodológico mobilizado aqui são as narrativas biográficas. Para isso, tem-se como base as experiências de mulheres de algumas localidades da Serra da Ibiapaba, no interior do Ceará, e que são devotas de Isabel Maria. A personagem em questão é tida pelos devotos como operadora de milagres e integra o panteão dos chamados "santos do povo", visto que sua "canonização" dispensa a intervenção da Igreja Católica Apostólica Romana. Des-

1 Mestra em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Bacharela em Serviço Social pela UECE e em Ciências Sociais pela UFC. Pesquisadora do Observatório da Violência Contra a Mulher - OBSERVEM da UECE; do Núcleo de Estudos sobre Sexualidade, Gênero e Subjetividade - NUSS-UFC e Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Religião, Cultura e Política (NERPO) -UFC.

2 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2004). Pós-Doutorado em Sociologie et Anthropologie, na Université de Strasbourg, France. É pesquisador de Produtividade em Pesquisa (PQ 2-CNPq), Docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Sexualidade, Gênero e Subjetividade (NUSS). É líder do Grupo de Pesquisa Psicanálise & Ciências Sociais, cadastrado no DGP/CNPq.

3 Doutora em Sociologia pela Universidad de Salamanca- Espanha (2000). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará. Professora Integrante do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas- UECE. Líder do grupo de Pesquisa Gênero, Família e Geração nas Políticas Sociais, vinculado ao CNPq desde 1998. Coordenadora do Observatório da Violência Contra a Mulher – OBSERVEM. Membro efetivo do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher. (2020) Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Sociais – NUPES. Tem experiência na Área de Sociologia, com ênfase em Gênero e Violência, Gênero e Trabalho.

se modo, tida por longos anos como "santa milagreira", passou a ser conhecida, na atualidade, como "santa protetora das mulheres espancadas". Nesse contexto, portanto, mobiliza-se uma visão de gênero como categoria plural, que se mostra potente para uma análise da produção de normas que envolvem mulheres nos enredos culturais, entrelaçando devoção, alta intensidade patriarcal e forte catolicismo popular. Assim, nas trilhas das teorizações decoloniais, compreende-se que não é possível cristalizar as mulheres e suas trajetórias nos "muros" da resistência ou da submissão (opções de agência, segundo o feminismo ocidental), já que as relações de gênero são significadas, "derrapadas", movimentadas e performatizadas dentro de contextos específicos, não se podendo universalizá-las.
Palavras-chave: Debate *decolonial*. Gênero. Mulheres devotas. Narrativas.

1. INTRODUÇÃO

Debatemos, neste módulo, à luz do conceito de *colonialidade* de gênero (LUGONES, 2014), algumas questões suscitadas em pesquisa realizada sobre narrativas de mulheres devotas. Formulamos assim porque discutimos como a ordem da *colonialidade* está intrínseca na produção do saber, apoiando-nos em uma base epistêmica dual, bem como operamos na produção de sujeitos. Além disso, refletimos como as próprias epistemologias feministas necessitam radicalizar o conhecimento, repensando as categorias universalizantes como o próprio conceito de gênero.

Para isso, partimos do debate *decolonial*. Inicialmente, caberia contextualizar brevemente esse debate, para que fique compreensível ao leitor de onde surgem as reflexões aqui propostas. A travessia argumentativa seguirá a ideia de que é preciso questionar os saberes e situar os sujeitos, levando-nos a pensar que a produção do conhecimento é costurada pela relação: "tempo" em campo – o presente de onde se fala (FABIAN, 2013) – e o saber que se carrega, bem como é primordial o exercício acadêmico de situar quem são as interlocutoras, a todo momento.

Essas questões são primordiais para não reduzir as análises a um só modo de conhecer: o eurocêntrico e colonial. Ao mesmo tempo, procuraremos expor a ideia de que não podemos cristalizar as mulheres e suas trajetórias nos "muros" da resistência ou da submissão (alternativas políticas visualizadas para os sujeitos, segundo a tradição do feminismo ocidental), pois as relações de gênero são muito mais dinâmicas e complexas. As trajetórias de vida e as narrativas das mulheres devotas com quem dialogamos são importantes como geradoras de pistas e fissuras de nossa compreensão e desconstrução da categoria gênero.

Ante essas considerações iniciais, devemos destacar que este estudo toma como recorte empírico o culto popular a Isabel Maria, mulher que, em 1926, na

cidade de Guaraciaba do Norte[4], na região da Ibiapaba, no interior do Ceará, foi assassinada a facadas, na frente do filho, e jogada no abismo pelo marido, que ficou enciumado com o corte de cabelo da esposa. A personagem em questão passa a receber dos devotos a atribuição de operar milagres e a integrar, assim, o panteão dos chamados "santos do povo", visto que sua "canonização" dispensa a intervenção da Igreja Católica Romana.

Desse modo, tida por longos anos como "santa milagreira", passou a ser conhecida, na atualidade, como "santa protetora das mulheres espancadas". Essa ênfase foi dada especialmente quando, em 2009, houve a visita de Maria da Penha Fernandes[5] à capela da personagem em questão.

Como mencionado anteriormente, o aporte metodológico que embasa nosso trabalho coincide com as narrativas biográficas. Elencamos como interlocutoras mulheres devotas de algumas localidades da Serra da Ibiapaba. Devotas de Isabel Maria, elas se identificam como católicas, com práticas devocionais ditas tradicionais, princípios estes que marcam suas histórias e nomeiam Isabel Maria como "protetora das mulheres sofridas"[6].

O guia desta discussão, todavia, focará, primordialmente, na interligação da devoção[7] e relações de gênero, com base na experiência de uma interlocutora,

---

4 A Serra da Ibiapaba localiza-se no Estado do Ceará e é uma região composta por nove cidades. Guaraciaba do Norte é uma delas. Hoje na cidade vive um total de 38.529 habitantes (IBGE, 2006), em seis distritos. Guaraciaba é de maioria católica, com influência de agostinianos recoletas, como por exemplo, a presença do Mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe, das irmãs Agostinianas Recoletas, aberto, oficialmente, em 20 de agosto de 2004 (LIRA, 2010). O padre ainda é uma figura importante, como conselheiro e intelectual. O vigário atual é o espanhol Pe. Frei Santiago Martínez Lazaro, que foi um dos interlocutores da pesquisa. O mesmo destaca sobre o catolicismo em Guaraciaba; "*Aqui é a tradição, é a fé tradicional*". A ideia aqui de tradição está ligada às práticas de um catolicismo ortodoxo.

5 A Lei n.° 11.340 foi nomeada Maria da Penha, em homenagem à biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que lutou quase 20 anos em busca de justiça contra um ato de violência doméstica e familiar.

6 Este trabalho é fruto da tese de doutorado em andamento com um leque amplo de questionamentos. Todavia, aqui faremos apenas um recorte: a discussão de gênero, a partir da narrativa de uma interlocutora.

7 A devoção é, sobretudo, a relação santo-devoto. É importante reforçar a ideia de que o culto aos santos do povo não é uma negação ou substituição ao culto oficial, aos santos da Igreja Católica. Na verdade, tais santos se complementam na proteção aos sujeitos. No Ceará, há uma marca comum quando se fala de boa parte das santas do povo: uma morte sofrida. Qual a particularidade da devoção a Isabel Maria? Esse corpo que sofre apareceu de forma unânime nas narrativas dos devotos e devotas. Então, há achados imprescindíveis e que se entrelaçam nesta devoção: o corpo em sofrimento, o re-memorar de uma história e os milagres atribuídos a ela. Ademais, outros dispositivos particulares são acionados na constituição da santidade de Isabel Maria: a construção de uma capela, a memória de velhos na constituição de uma oralidade, o ato de testemunhar promes-

Maria Licosa. O grande desafio nesse aspecto é o confronto das narrativas ouvidas com as próprias estratégias representacionais do gênero e dos "feminismos" que foram mobilizadas na pesquisa. Dizemos mais: é imperativo analisar a relação entre objeto de estudo e conceitos neste contexto particular em que são produzidos. É preciso, nesse sentido, pensar contextualmente os constructos locais, dentro da sociedade em que foram produzidos: de alta intensidade patriarcal e com forte catolicismo, de vertente tradicional, com ênfase no caráter penitencial. Assim, apostamos na pertinência de recuperar o caminho do pensamento *decolonial* para refletir a respeito.

2. O DEBATE *DECOLONIAL*: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Cabe situar, desde logo, que o encontro recente com o campo de reflexões propostas pelo pensamento *decolonial*, questionador de um projeto moderno, ocidentalizante, eurocêntrico de ciência, capaz ainda de repensar conceitos e experiências compartilhadas de grupos, foi propulsor de inquietudes e mudanças na interpretação e na análise dos achados da pesquisa, assim como interrogou a própria produção de um conhecimento situado.

Nestas circunstâncias, tensionamos saberes canônicos dentro da ciência e nos próprios feminismos, com a opção *decolonial*, que, segundo Ballestriné (2013), é um movimento epistemológico de radicalizar o pensamento pós-colonial, com um repensar crítico das ciências sociais na América Latina. Ele foi fundado nos anos 1990, pelo Grupo Modernidade/*Colonialidade* (M/C), formado por intelectuais latino-americanos.

Importa frisar que a orientação pós-colonial[8] foi um conjunto de variadas teorias, que buscavam novas modalidades de pensar as lógicas coloniais modernas. Sua principal ênfase era uma análise histórica do processo de descolonização dos chamados países de "Terceiro Mundo" na metade do século XX, especialmente, nos Continentes asiático e Africano.

Nesse mesmo caminho de discussão, no sentido de reforçar tal movimento epistemológico, político e intelectual, nasceram os chamados Estudos subalternos nos anos de 1970, com o objetivo de dar voz aos sujeitos que foram privados

---

sas, ex-votos, a prece a Isabel Maria e a divulgação nos jornais, da santa milagreira e protetora das mulheres espancadas e traídas, bem como a aparição nas mídias digitais. Este cenário de sentidos e interações suscita o reforço e a recriação de um processo devocional

8 "A teoria pós-colonial é, ao lado da teoria feminista, um campo de estudos que lança um novo olhar sobre as sociedades modernas", avalia Miriam Adelman (2009, p. 198). Ambas as teorias trabalham "a partir de uma 'epistemologia da alteridade'", procurando evidenciar nas construções teóricas que balizaram os saberes disciplinares seu caráter reducionista, essencializador e, mesmo, falocêntrico (PELÚCIO, 2012, p.403).

da "fala", bem como promover outra gramática nos estudos. Todavia, suas bases, eram ainda as do pensamento europeu, por exemplo, com o termo *subalterno*, do pensador marxista Antônio Gramsci.

Houve, assim, o giro *decolonial*, termo empregado originalmente pelo filósofo portoriquenho Nelson Maldonado Torres, em 2005, como destaca Ballestriné (2013, p.105), que surgiu no sentido de repensar uma teoria, mas, antes de tudo, significava um "[...] movimento de resistência teórico, prático, político e epistemológico à lógica da modernidade/*colonialidade*. A *decoloniaisidade* aparece, portanto, como o terceiro elemento da modernidade/*colonialidade*".

Este pensamento procura se aproximar de fundamentos da história e da genealogia *decoloniais*. Qual a diferença entre colonialismo e *colonialidade*? Recorremos a Anibal Quijano (1992) para responder, pois o autor nos oferece uma reflexão pertinente sobre o tema. Para ele, o colonialismo é a dominação política, econômica, cultural e social dos europeus sobre os continentes, anterior à *colonialidade*. "La colonialidad, en consecuencia, es atin el modo mas general de dominacion en el Mundo actual, una vez que el colonialismo como orden politico explfcito fue destruido" (QUIJANO, 1992, p.14).

Portanto, o pensamento *decolonial* é uma reflexão da permanência da *colonialidade* transpondo a experiência colonial. Isso porque, mesmo com o fim das administrações coloniais, há ainda contínua dominação das estruturas de poder colonial nos povos, que penetrou seus modos de existir, como o racismo, a xenofobia e a desigualdade de gênero.

O debate *decolonial* tem como aspecto central discutir a continuidade da *colonialidade*, com suporte em quatro dimensões: numa ***colonialidade* do ser:** desumanização na colonização, em que a questão racial é o sistema organizador das hierarquias do sistema-mundo; ***colonialidade* do poder:** hegemonia do Estado-Nação, a partir da exploração e dominação capitalismo/racialização do trabalho; ***colonialidade* do saber**: discussões dicotômicas e encaixes de categorias eurocêntricas (QUIJANO, 1992) e ***colonialidade* do gênero**: classificações conforme os parâmetros dos cristianismos, com seus conhecimentos eurocentrados e masculinos, expressos no controle simbólico dos corpos femininos. Um modelo heteronormativo, de superioridade masculina, sob um processo de "sujeitificação" e investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos (LUGONES, 2014)

Em razão disso, como estudiosos das questões de gênero, jamais poderíamos negligenciar esse panorama. Iremos partir, então, do ponto de vista do debate *decoloniais*, que reflete o projeto *colonialidade* /modernidade no sentido de descolonizar, numa perspectiva mais ampla do que a discussão pós-colonial, como já mencionado.

Antes, porém, de avançar nesta discussão, cabe situarmos de "onde escrevo", pois, torna-se importante destacar o que mobiliza nossa escrita. Pensando, pois, o lugar de fala, a partir do *feminist standpoint*[9], de Patricia Hill Collins (1997), que consiste em refletir sobre as variadas posições sociais constituídas desde a localização de grupos nas relações de poder.

Evita-se aqui usar a noção de "lugar de fala" como um clichê, mas a entendemos como potencialidade nesta escrita, pois estamos implicados nas múltiplas condições, estruturadas em gênero, raça, classe e geração, que resultam nas desigualdades e hierarquias situadas em grupos.

Agora, em discurso de primeira pessoa, prossigo[10]. Sou mulher negra, cissexual, feminista e cearense, portanto, mobilizada e com sensibilidades para travar reflexões que atravessem este meu lugar. Assim, não há como falar de mulheres, sejam santas do povo ou devotas, sem destacar na minha escrita imbricações como o lugar de onde falo, Ceará, com todas as "estereotipizações" a respeito. Além de atentar, muito mais, para quem são estas mulheres, imbricadas em questões de gênero.

Neste caminho, como afirmado anteriormente, é primordial a crítica às bases epistêmicas da ciência. Pretendo, assim, abrir um diálogo interno para a análise da linguagem, como faz Strathern (2006). Digo isso, porque, muitas vezes, tentei aplicar ordens e regularidades convencionais das oposições do pensamento ocidental (erudito/popular; resistência/submissão) com vistas a racionalizar e compreender a devoção a Isabel Maria. Isto não se mostrou suficiente para compreender esse contexto específico – cearense, de lógica patriarcal, sexista e de um forte catolicismo popular. Há outras tantas questões que transbordam e/ou rompem com essas dualidades.

Desta forma, olhar para os conceitos de gênero não consiste em discutir o pano de fundo que permeia o objeto investigado, mas sim em torná-los o método

9 A mulher negra é o "Outro do Outro", como diz Grada Kilomba. Ao fazer uma reflexão em torno da fala de Simone de Beavouir, esta destaca a constituição do feminino com "Outro", ou seja, como um objeto e sua funcionalidade. Assim, para a mulher, negra há uma desigualdade bem maior no seu lugar social. Patrícia Hill Collins discute o lugar da mulher negra e a importância da autodefinição, para a constituição de reflexões, diferente de uma norma masculina hegemônica. Discutindo as distintas posições de um sujeito num grupo, a depender da relação entre gênero, raça, classe e geração. "As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado"(COLLINS, 1997, p.36)."Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social". (COLLINS, 1997, p.37).

10 O texto, aqui e adiante, segue com ênfase em primeira pessoa, privilegiando-se a fala da autora que realizou a pesquisa de doutorado, mesmo que o texto tenha sido produzido a quatro mãos.

de investigação. Não se intenciona, com isso, construir uma *epistéme* que rompa a bagagem teórica deste campo, mas pretende-se criar fraturas e desassossegar o "rol" hegemônico da produção de conhecimento e suas categorias, destacando os limites da linguagem produzida a respeito.

Cabe abrir aqui um conjunto de questões iniciais: Por que é pouco ou quase nada pensado gênero quando se estuda religiosidade popular? Por que parecem ser distintos os interesses destes dois campos? Quem são as mulheres devotas? É importante entrar nesta arena de narrativas em relação à história dominante do feminismo, no sentido de desestabilizá-lo. Prosseguimos, agora, em terceira pessoa: indicamos com isso uma ausência de conhecimento situado a respeito da realidade de mulheres devotas das cidades interioranas[11]. Que saber local é construído por elas? Como pensar diferentes modos de ler o gênero nas suas falas?

Esse conjunto de questões obrigou-nos a repensar trilhas e lançar um outro olhar sobre os achados da pesquisa. Primeiro, pensando num modo cultural particular de conhecimento de mulheres devotas, e, segundo, inserindo-nos nesse modo de pensar. Isto não implica o abandono, digamos, de outras tantas discussões de gênero importantes, como Butler (2000) e Scott (1995), de vertentes diferentes, mas que são de países não periféricos, portanto, "privilegiadas", na condição em que se encontram no ocidente, dentro da produção de saber neste campo. Elas, sem dúvidas, são fundamentais para discutir gênero, porque romperam com uma ciência androcêntrica, desestabilizando saberes e abrindo novas perspectivas epistemológicas.

Comungamos, porém, com Donna Haraway no seu famoso texto *Gênero para um dicionário marxista* (2004 [1991]), que suscita reflexões em torno de teorias próprias dos feminismos, dos países ditos periféricos, num saber situado. Strathern (2006) também nos move a pensar sobre como construir outros modos de pensamento e alcances analíticos, repensando categorias e conhecimentos sobre devoção e mulheres. Ela tem revisitado as ideias clássicas do feminismo e da antropologia, no sentido de refletir sobre conceitos e referências imersas no imaginário ocidental do gênero e os seus modos de conhecimento. A grande questão para a autora supracitada é que tais pressupostos operam dicotomias clássicas e são aplicados a "outros" sistemas simbólicos contextualizados. Assim, é preciso problematizar esses "encaixes".

Reafirmamos que não se propõe aqui uma virada de pensamento, recalcitrando as teorias já existentes sobre gênero, mas, isto sim, manejar alguns deslocamentos aproximando o diálogo com a perspectiva *decolonial*. Lugones (2014) é importante neste debate, no que se refere ao conceito de gênero, que destaca o seu

11 Li, por exemplo, muitos livros que destacam o catolicismo popular, como a Coleção Centenário de Juazeiro. Nenhum trabalhou na perspectiva de gênero.

surgimento a partir do sistema moderno-colonial. Para a autora, no século XVI, a hierarquia superior-inferior da classificação racial foi uma forma de dominação social, em que a *colonialidade* de gênero ficou subordinada a essa dominação.

Nessa constituição do saber, o conhecimento europeu estava atrelado ao sujeito (humano). Desta forma, os povos colonizados eram apenas objetos, não humanos, apenas sexos, machos e fêmeas. Portanto, não faziam parte da organização social dos gêneros, que consistia em homem branco/europeu e mulher/europeia/burguesa. Assim, não existia mulher colonizada, mas a fêmea, pois, na *colonialidade* de gênero, ela nem se constituía mulher.

O pensamento de Lugones (2014) é complexo e eminentemente teórico, mas foi de extrema importância para entender a "*colonialidade* de gênero". Comungamos, porém, teórica e metodologicamente, muito mais com Rita Laura Segato (2012). Ela, a partir de sua imensa experiência de campo, discorda da reflexão de Lugones, ao destacar que existiam sim "formas de gênero" nas sociedades tribais e afro-americanas, antes mesmo do processo colonial, embora fossem de baixa intensidade patriarcal.

Devemos enfatizar que acionamos tais autoras, porque concordamos, de que há marcas coloniais na ideia da violência patriarcal experimentada hoje pelos povos afro-latinos-americanos. Com Segato (2012), porém, aprendemos que é preciso situar o campo e a sua linguagem para tecer as próprias reflexões sobre as relações de gênero.

É desta forma, portanto, que iremos trabalhar. É, todavia, um desafio aqui enxergar pela lente *decolonial*, já que as nossas referências são advindas de saberes produzidos e consagrados, dentro das bases epistêmicas eurocêntricas e ocidentalizadas das universidades. Neste processo de escrita, enxergar as fraturas que o conhecimento *decolonial* proporciona é ainda um esforço imenso, porque é preciso a hermenêutica da suspeita como principal lente.

3 DE UM CERTO LUGAR: SITUANDO SABERES

Sabe-se que, por longos anos, a história foi androcêntrica. Tratados morais, escritos por homens religiosos, por exemplo, trouxeram normatizações drásticas, em que se naturalizou o feminino no espaço privado, na maternidade e ainda como não indivíduo. Isto não é nenhuma novidade. Nos anos de 1960, porém, as próprias vozes e experiências femininas foram sendo ampliadas, com movimentos sociais e políticos. Paralelamente, despontam novas perspectivas e metodologias no campo científico, como o pensamento feminista.

Segato (2012) apresenta três posições dentro do pensamento feminista, numa crítica à *colonialidade*: uma delas é a do feminismo eurocêntrico, que destaca que

o problema da dominação de gênero e patriarcal é universal; outra é a do feminismo descolonial[12], defendido por Lugones (2014), por exemplo, de que o gênero se origina na modernidade colonial, ou seja, não havia gênero no mundo pré-colonial; finalmente a vertente *decolonial*[13], a que Segato (2012) adere, segundo a qual nas sociedades indígenas e afro-americanas havia uma organização patriarcal, diferente do gênero ocidental, chamado de patriarcado de baixa intensidade.

São variadas posições dentro do campo dos feminismos[14], que, apesar de vários dissensos, potencializam a construção do conhecimento. É possível notar algo incomum que perpassa as vertentes destacadas: a importância de se discutir a violência patriarcal.

Esse campo de estudo é amplo e com inúmeras perspectivas, em que poderíamos traçar diversos caminhos para pensar a presente temática de estudo. Portanto, enfatizamos que é fundamental a análise histórica situada, como faz Lélia Gonzales (2011), que propõe um feminismo afro-latino-americano, pois, falar da opressão da mulher latino-americana implica, muitas vezes, uma ocultação generalizada da realidade vivida, em que a questão racial[15] é invisibilizada no interior das relações hierárquicas entre os sexos.

Para isso, o pensamento *decolonial* é fundamental. É preciso adentrar a cultura nordestina e cearense não como algo fixo e estável, mas como uma história de negociações e derrapagens, no que se refere aos estereótipos estabelecidos desse lugar: "os cabra-machos" e as "meras vítimas". Entendemos que os costumes e constituições de feminilidades e masculinidades e seus diversos fios estão em constante mutação.

Por isso, introduzir a discussão de gênero no objeto de estudo não significou apenas encaixá-lo como "luz" na vida das comunidades. O processo de decodificação contínua (STRATHERN, 2006), numa habilidade de ampliar significados, de ocupar diversas visões, só foi possível, com o tempo, quando também refizemos nosso olhar.

---

12 Ao se aprofundar nessa discussão, percebemos algumas autoras usando *decoloniais* ou descolonial. Qual a diferença? São em termos de origem. *Decoloniais*: origem anglicana. Descolonial: origem portuguesa e espanhola. A autora Lugones usa a expressão feminismo descolonial.

13 Não há um consenso entre usar o termo *decoloniais* ou descolonial.

14 Há diferentes perspectivas: nas primeiras análises feministas o sexo (tarefas realizadas por cada sexo, como a discussão da Scott do público e privado) interferia na construção do gênero. Nas análises feministas da contemporaneidade, o gênero que faz o sexo (ver Butler, com a análise da performatividade).

15 Cabe aqui um dado importante da nossa realidade histórica: para nós, "amefricanas" do Brasil e de outros países da região - assim como para as ameríndias- a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada (LÉLIA GONZALES, 2011, p.17).

3.1 O tempo: trabalho intenso, persistente e demorado com o campo

Logo nos primeiros anos de doutorado, quando realizamos o trabalho de campo na capela de Isabel Maria, em Guaraciaba do Norte-CE, não estava explícito o fato de que mulheres iriam ali para pedir proteção contra a violência. Este era um assunto silenciado. Ecoavam, de forma enfática, apenas os milagres. Não havia, porém, uma alusão espontânea de maus tratos pelos companheiros ou desejo de proteção. Era uma presença ocultada, já que a vergonha, o medo de ser julgada ou mesmo a conversa com uma "estranha", fazia com que tais sujeitos performatizassem, de cuidadosamente, avaliando a situação.

O manejo com tais questões foi se estabelecendo fio a fio. Nas idas ao local, viagens longas de 360km de Fortaleza-CE para Guaraciaba do Norte-CE, percebemos que, por vezes, fomos com "muita sede ao pote". Nossa intenção era a de ler o gênero nas suas falas, a partir da relação entre devoção a Isabel Maria e a violência doméstica e familiar, porém não conseguimos. A ansiedade por dados não nos fez ter o traquejo adequado. Sem muito êxito com as mulheres, pois não ouvimos seus sofrimentos conjugais, fomos direcionando a pesquisa para a construção da santidade de Isabel Maria, num viés de como foi se estabelecendo a devoção. Já que, ao falar de violência, pensamos que estávamos querendo forçar uma discussão que não existia.

O tempo, entretanto, é um excelente mediador no processo de desatar nós para a abertura de uma investigação. No decorrer de dois anos de pesquisa, conseguimos nos aproximar de algumas interlocutoras, com outras estratégias. De fato, saber lidar com o tempo significa deixar fluir com maior espontaneidade a pesquisa, sintonizar com os desenhos da vida das pessoas e do lugar (INGOLD, 2015). Foi esse "trabalho do tempo" que nos possibilitou construir as ferramentas de aproximação, conforme as particularidades daquele local, bem como aprender a refletir pacientemente sobre quem são aquelas interlocutoras, sem encaixá-las na caixinha mulher-devota-submissa.

A ideia, então, foi colocá-las na condição de narradoras de suas experiências. Assim, não mais tentando estabelecer o diálogo a partir das interrogações sobre violências sofridas, mas abordando a experiência devocional foi que as próprias interlocutoras suscitaram uma reabertura do que tínhamos deixado de lado.

Não é estranha à história das pesquisas nas Ciências Sociais a figura do "nativo" renegado a um simples informante, que será objeto a ser repensado por meio das questões e teorias já prontas, esvaziando a dimensão do presente do trabalho de campo, em que ambas, pesquisadora e pesquisadas, produzem a pesquisa como trabalho intersubjetivo. Contra a destituição dos traços que singularizam

os informantes, no sentido de apenas encaixá-los nos aportes teóricos, é preciso deixar-se guiar pela incerteza e pelo desconhecimento.

Certamente, estas mulheres devotas, em algumas perspectivas teóricas feministas, já poderiam ser categorizadas como "exemplos" de submissão feminina. Não estamos aqui, no entanto, abandonando conceitos e tais discussões teóricas, mas intensificando as "conexões entre os saberes" (PEREIRA, 2010). Pensando, especialmente, o "delicado trabalho de criação do sujeito". (DAS, 2011).

Apostamos num feminismo plural, que não se cristaliza em identidades, muito menos em categorias fechadas. Até porque há uma pluralidade de feminismos correntes, que ora se cruzam e se reafirmam, ora se negam. Os paradoxos e perspectivas de várias vertentes são extremamente válidos porque têm sido proveitosos para repensar categorias.

Seguimos, assim, as ideias de Veena Das (2011) ao discutir sobre o processo de criação do sujeito; de Strathern (2006), que desestabiliza a linguagem de gênero; e pensamos nas agências femininas ainda com Das (2011;2007;1999), Lugones (2014), e, em especial, com Saba Mahmood (2006). Todas estas autoras nos deram pistas para um outro olhar do objeto de estudo e um repensar da caixa de ferramentas teórico-metodológica.

4 MULHERES DEVOTAS: A EXPERIÊNCIA DO ENCONTRO COM O "OUTRO"

A maior parte das interlocutoras são mulheres, porque os achados da investigação nos fizeram focar nelas. Além do que, a maior parte de pessoas que frequentam a capela são do sexo feminino. Em registro de voz silenciosa, elas estão ali pedindo para que não sejam violentadas e/ou proteção para o casamento.

O ato de compreender, neste caso, é uma construção possível apenas quando se sabe ler as estruturas das relações objetivas, ou seja, o contexto da história do Nordeste patriarcal, machista, e a forte religiosidade popular[16]. Contrariamente, trataria tal problemática como mera fantasia e ingenuidade daquelas mulheres que procuram Isabel Maria em nome da proteção no casamento.

16 A colonização, no seu processo econômico, cultural e político "ditou" a centralização do poder na figura do homem, gerando, assim, estereótipos racistas e sexistas. No Ceará, foi aflorada tais questões, pelo exacerbar do ideal de provedor masculino, no cumprimento das obrigações, quanto à proteção e à honra da família; pelos grandes latifúndios, pelo poder ilimitado dos coronéis e pelo corpo feminino como campo de disputa. É isso, que chamo de alta intensidade patriarcal no Ceará, tomando como referência a expressão "baixa intensidade patriarcal", da autora Segato (2012). A história do Ceará tem suas estruturas católica tradicional e penitencial, coloniais, racista e sexista. A intensidade patriarcal é aflorada: pelo exacerbar do ideal de provedor masculino, no cumprimento das obrigações, quanto à proteção e à honra da família (o patrimônio moral da família); pelos grandes latifúndios, pelo poder ilimitado dos coronéis e pelo corpo feminino como campo de disputa.

É comum ainda pensar a violência como um evento extraordinário, como se não tivesse imergido na vida cotidiana (destacando aqui a ideia de Veena Das), ou mesmo, pensando a violência, em termos do Estado e das políticas públicas, na procura das mulheres pelos aparatos legais, como delegacias. Ora, é onde, geralmente, se faz pesquisa com mulheres em situação de violência. Como se a voz delas só pudesse se manifestar em tais espaços, ou mesmo, como se as marcas da violência ficassem apenas no âmbito privado. Este olhar me desassossega.

Essa ideia, no entanto, de pensar violência e devoção nos levou para alguns questionamentos. É um testemunho de violência sofrida e silenciada, no sentido de que não se buscam aparatos legais, mas manifestada na devoção? Desta forma, como o gênero é acionado? Em que condições ocorrem os testemunhos e quais revelações são possíveis? Como estes eventos se rompem na religiosidade? Como estas mulheres reconstroem o seu cotidiano?

A pesquisa contou com 23 interlocutores, porém, sete (mulheres casadas de 35 a 58 anos, de diferentes classes sociais) falaram sobre a proteção ao casamento e/ou da violência sofrida. Iremos focar, todavia, nesta seção, em uma delas, Maria Licosa, 47 anos, pobre, com quem mantive um só contato, porém, muito intenso em torno de uma narrativa que envolve fé, gênero, violência e dor.

As narrativas tanto verbais, como sonoras e visuais, são, na verdade, modo de ser no mundo destas mulheres. No caso estudado, são vozes e corpos em devoção, assentadas numa cultura patriarcal, heteronormativa e com relações assimétricas entre os sexos. Isto parece ser o óbvio. Entretanto, o desafio aqui é colocar em xeque as concepções sobre gênero.

Devemos destacar, ainda, que a linguagem interiorana das interlocutoras, simplória e, muitas vezes, sem um significante no dicionário, alertou-nos para a necessidade de um maior esforço para penetrar as teias da violência sofrida e nas relações de gênero. Além disso, requer pensar a religião de forma histórica e situada, não a definindo universalmente, mas compreendendo que é um "produto histórico de processos discursivos". (ASAD, 2010, p. 264).

Este olhar mostrou-se como diretriz para desenvolver a pesquisa, pois, como Strathern (2006), pensamos que é necessário refletir contextualmente, sem apenas utilizar e encaixar as categorias refletidas dentro da bagagem acadêmica da própria pesquisadora. Para tanto, é preciso uma perspectiva dialógica entre interlocutoras-pesquisadora.

É um jogo em que devem ser negociadas as palavras evocadas nas narrativas, dando sentido às práticas das mulheres. É uma experiência do encontro com o outro. E, sobretudo, de mundos culturais diferentes. A investigadora, sem dúvida, analisa, narra, vive e se afeta por esta relação de ficção nós-elas. Quem somos nós

para elas? Quem são elas para nós? Qual o campo da produção do conhecimento? São perguntas que estão em jogo no processo de investigação. Nossa perspectiva, contudo, é tecer "conexões parciais" (STRATHERN, 2006), entendidas como trocas, onde o texto é apenas um artifício para colocar diferentes contextos em cena.

Para Haraway (1995), à objetividade do conhecimento só se chega parcialmente, pois o conhecimento é situado. É necessário, portanto, privilegiar a desconstrução, sem esquecer de que é a visão da pesquisadora, com suas experiências, requerendo, deste modo, instrumentos para olhar o "outro", num posicionamento crítico. Adotamos, pois, uma escrita que atenta à posição do parcial, do não homogêneo, do olhar crítico e marcado pelo gênero. Queremos pensar pela fratura que o conhecimento situado oferece e pela experiência concreta e relacional com as mulheres, numa apreensão da dinâmica social e prática, a fim de aprofundar as análises de cada mulher devota. Segue, então, a interlocução com Maria Licosa.

4.1 Maria Licosa[17]

> O que ela já me deu de milagre é que eu tive uma depressão e aí eu fui absolvida, fiquei boa. **A situação que eu tava viu, graças a Deus ela me levantou**. Peço por a gente, pela família da gente. Eu considero ela santa, porque é só pedir ela que ela dá, pedir com fé né, ela dá. Ela é uma mulher sofrida né, que nós somos mulheres né, e o marido dela fez né, que está neste mundo, pode qualquer um, marido da gente fazer com a gente, porque tá hoje o ciúme né, a gente pedir a Deus que não aconteça com a gente e nem com mulher nenhuma. **Eu, realmente, também estou aqui pedindo a ele, que meu esposo era muito violento, né. Eu realmente já fui... Me separei, já voltei de boa com ele, hoje tem quatro meses que me separei e voltei pra ele, porque estamos de boa agora, nós temos muito filho. Tomara que ele seja pessoa ótima agora**, que não seja aquele de primeiro**. E estou pedindo pra não sofrer violência agora**. (MARIA LICOSA, DEVOTA, 47 ANOS).

Apesar de um único encontro com Maria Licosa, foi um momento cheio de intensidade, de dor e de alívio no "contar de si", num um ato de reconhecimento da violência doméstica[18]. Aqui estamos falando do testemunho de violência sofrida

17 É um nome fictício. Esta iniciativa serve preservar sua identidade, até por estar em conversa com temas, muitas vezes, tidos como não revelados, optei por não expor seus nomes reais.

18 A violência doméstica acontece no âmbito privado e, muitas vezes, é naturalizada por se tratar de parceiros íntimos e de uma relação de proximidade e dependência emocional.

e o sentido dado por esta mulher num contexto de fé. Estaria nós diante de uma autoanálise provocada e acompanhada, como diria Bourdieu? Sim. Numa atenção silenciosa, fomos seguindo-a por meio de como ela se reconhece, já que é uma enunciação das experiências vividas com explicitações de sua dor articulada com a fé. Ela constrói seu próprio ponto de vista sobre a violência sofrida e sobre a fé, a partir de uma experiência de depressão e mudança, na busca de Isabel Maria.

"*Fui absolvida, fiquei boa e Ela me levantou*" é interpretar ao seu modo a experiência de dor e de como venceu a aflição, através da crença em Deus e em Isabel Maria. Para Naara Luna (2008), a religião é um meio de significar as ações humanas num contexto de existência geral, no qual os sujeitos interpretam e dão sentido às suas experiências.

Licosa vai abrindo sua intimidade. Reconhece o sistema de opressão vivido, ao falar da violência perpetrada pelo marido e a depressão, por conta disso. Ela carrega uma bagagem de sofrimentos, de angústias e de sequelas físicas e psíquicas. Ainda a permanência no casamento em nome dos filhos é um discurso presente. A ideia da criação dos filhos e a exaltação da maternidade como identidade a ser preservada revela essa relação imagística dos atributos indissociáveis ao feminino.

Percebemos também uma mulher com desejo de ser ouvida, mesmo sem ter o retorno, possivelmente, esperado (um conselho ou uma palavra de fé). Nós só poderíamos, naquela condição, nos solidarizar com sua dor. Ora, tinha ela uma decisão firmada, o desejo de continuar num relacionamento, sem violência. Não é fácil, escutar dores e não se afetar. Estávamos diante de uma mulher cheia de sequelas de uma cultura machista, patriarcal e um relacionamento opressivo, mas a dimensão da fé era o discurso que sustentava o seu "eu", como "processo de mudança".

A fé é também uma significação particular da dor, na medida em que se torna uma potência maior para amenizá-la. A dor aqui, como emoção, é conduzida por fios pessoais e sociais, em permanente tensionamento: embora originada em matrizes culturais e expressas em simbólicas sociais, é interpretada pelo indivíduo, de acordo suas circunstâncias e singularidades (LE BRETON, 2013).

O processo de subjetivação (BUTLER, 2003) nos auxilia a pensar estas mulheres devotas, pois o mesmo processo que subordina (a violência) é também o que instiga a criar meios para um agenciamento autoconsciente. Constitui-se como sujeitos, num espaço de elaboração de normas externas, manifestado em práticas religiosas.

> Muitas mulheres pedem devido ao sofrimento de Isabel. A maioria das mulheres que pedem alcança algo, acham que ela faz algo. **Como ela**

> **foi sofrida, o marido dela fez muita barbaridade e maldade com ela. Aquilo que ela não alcançou ela faz por outras**. Peço por saúde, **eu pedi um casamento sem briga**. Eu passei por um momento difícil, uma cirurgia enorme, eu pedi a ela. (MARIA LICOSA, DEVOTA, 47 ANOS).

É preciso enxergar cuidadosamente essa mulher. É necessário compreender desejos diferentemente estruturados (ABU-LUGHOD, 2012, p. 442), pelo contexto e circunstâncias vividas, num entrelaçar de catolicismo popular e opressão feminina, no Ceará. Para as suas aflições, é preciso pedir a santa protetora. Ela relata momento de briga com o companheiro, ao salientar que caiu do carro.

> Proteger a minha família, a mim mesmo, né. **A minha fé é muito. Eu sou uma mulher guerreira,** porque o que passei, viu, eu caí do carro, fui parar em Sobral. Sou uma mulher vitoriosa, demais, o que passei, não quero passar mais, o que já sofri, viu. (MARIA LICOSA, DEVOTA, 47 ANOS).

À primeira vista, pode parecer que tal relato se conforma à norma da submissão feminina. Faltaria nesta mulher um empoderamento e uma emancipação aos moldes do movimento feminista? Compreendemos, na verdade, é que há diferentes desejos estruturados por mulheres. Ela exprime um discurso, criando estratégias de agenciamento dentro de uma relação concreta de subordinação. Como? Há uma exaltação da força de uma mulher dentro do ciclo de violência, bem como, é uma fala na qual se enaltece a superação do sofrimento, mesmo estando ainda com o companheiro. É uma narrativa que potencializa a ideia de guerreira (muito presente nos discursos sociais). São modalidades de ação, como diz Mahmood (2006), dentro da norma e ao mesmo tempo se "trabalha" seus limites, através de desejos e emoções.

Jamais defenderemos o ponto de vista de que mulheres continuem em relações violentas, mas entendemos os sujeitos com seus modos de ação, atravessados por desejos e experiências, dentro de um sistema patriarcal intenso. A capacidade de agir, segundo Mahmood (2006), não é igual a resistir, subverter ou ressignificar a ordem de dominação masculina, no sentido de uma autonomia política e moral das mulheres, na perspectiva de políticas liberatórias. É, todavia, como as normas são vividas, performatizadas e incorporadas por sujeitos de forma diferente.

Lugones (2014) enfatiza, numa outra perspectiva, uma forma de infrapolítica, que ela chama de resistência por dentro, rumo à libertação, na capacidade de recusar estruturas e relações de poder.

> A resistência é a tensão entre sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessário para que a relação opressão-resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno. (LUGONES, 2014, p.940).

O que nos interessa na perspectiva da autora são os processos de subjetivação, de construção de si dos sujeitos. Não é, portanto, uma produção de interesses individuais que quebram com todos os instrumentos de sua opressão. Mas pensamos que a autora ainda continua na dualidade opressão/resistência, em que não há um "entre" ou "dentro", mas um dos "muros". O sujeito deve assumir, no feminismo, a liberdade como normatividade? Qual o sentido dado de liberdade[19]?

E as mulheres que não seguem este modelo liberatório? Seriam elas despojadas dos desejos de liberdade, aos moldes assumidos pelo feminismo? Ou devemos suspeitar de mundos afixados, conforme diz Lila Abu-Lughod (2012), ao fazer uma crítica à obsessão norte-americana de abordar as mulheres mulçumanas na política do véu, como falta de agência e como merecedores de salvação ou libertação?

É importante mostrar a inaplicabilidade desta ideia de liberdade, um conceito ocidental construído em contexto específico. Para isso, é fundamental entender que "nossas próprias metáforas refletem uma metafísica profundamente enraizada, com manifestações que emergem em todas as espécies de análises. A questão é como deslocá-las de maneira mais efetiva". (STRATHERN, 2006, p.39).

Além disso, há "diferentes modalidades de pessoa, conhecimento e experiência". (MAHMOOD, 2006, p.132). Assim sendo, deve-se apreender o sujeito historicamente situado e suas negociações com este padrão de liberdade. É preciso ainda analisar a rede de criação de si mesmo, com base nos conhecimentos, experiências e condições discursivas que sustentam seus modos de ser.

Maria Licosa nos fez pensar muito sobre essa discussão, a partir de Lila Abu-Lughod (2012), ao tratar sobre o véu, que, para os liberais, significativa a opressão das mulheres afegãs sob o regime do Talibã e dos terroristas. Mesmo o Afeganistão liberado do Talibã, porém, muitas mulheres não descartaram o véu. Então, era algo para se problematizar.

A autora, então, vai desconstruindo algumas prenoções: primeiro, que o Talibã não inventou a burca; segundo, que ela é uma invenção da separação de mundos simbólicos masculinos e femininos, associando, geralmente, a mulher à casa

19 Antes, de tudo, a contribuição feminista busca romper com a ideia da liberdade iluminista do sujeito neutro e descorporificado, pois ela depende dos contextos sociais. Por isso, a importância de se problematizar que liberdade é essa.

e ao espaço doméstico; e, terceiro, o véu, para muitas mulheres, era uma invenção libertadora e uma forma de circular em espaços segregados, ainda dentro de uma lógica moral da separação de homens e mulheres, com quem não se relacionavam.

> O desejo pela liberdade e liberação é um desejo historicamente situado, cuja força motivacional não pode ser assumida a priori, mas precisa ser reconsiderada à luz de outros desejos, aspirações e capacidades inerentes a um sujeito culturalmente e historicamente localizado. (MAHMOOD, 2001, p. 223).

Em outras palavras, que outros desejos seriam mais significativos do que não sofrer violência? Filhos e casamento são elencados como principais elementos de desejo para Maria Licosa. É perturbadora essa discussão, pois há uma legislação que a ampara. É preciso "salvá-la" nesse contexto? O leitor deste texto pode ainda perguntar: mas o que as devotas sabem sobre a Lei Maria da Penha?

Aqui, na sua fala, a proteção é pela fé, apesar de conhecer os caminhos legais de proteção pela lei.

> Estou pedindo pra proteger a gente, do mal, do dia de amanhã, porque estamos aqui e não sabe o que está pensando. Pra proteger a gente e que a gente não sabe o dia de amanhã. **Nunca fui à delegacia, nunca, porque era o pai dos meus filhos e aí a gente vai aguentando**. Aí você vai deixando de gostar e eu disse que não queria mais, **passei 21 anos com ele, não é uma semana, não é um mês, mas minha vida toda. Mas eu voltei**. **Nunca fui a delegacia, nunca fiz, porque era o pai dos meus filhos né.** (MARIA LICOSA, DEVOTA, 47 ANOS).

Tal mulher, como tantas outras, tem noção da existência da lei, apesar de conhecer vagamente o seu funcionamento. Duarte *et al*. (2004) salientam que as "condições formais da modernização", exemplificada aqui, com a lei como aparato do Estado, não necessariamente afeta de forma acelerada a "difusão material" (delegacia para a mulher e outros aparatos de apoio). Para esta mulher de classe pobre, não se chega à promoção desta autonomia feminina idealizada numa legislação. Ela não deseja a "punição do agressor", mas torná-lo um bom marido. A ideia de ser o pai dos seus filhos e a decisão de não ir à delegacia nos fazem refletir como ainda se vincula a resolução e negociações de conflitos/violência apenas à ordem dos espaços privados. Ir a um aparato

público de proteção às mulheres é visto como não possível nesse processo, para ela.

Licosa sofreu violência física, moral e psicológica - imersa completamente numa relação de opressão. Ela, contudo, desejou continuar com o companheiro e pediu a Isabel Maria proteção. Conhece os meios legais para buscar os seus direitos, mas não escolheu esse caminho. Que outros caminhos seriam possíveis para a mudança dessa realidade?

"Em lugar de supor que a interioridade seja um puro reflexo de algo supostamente exterior, foi preciso admitir que ela constitui um espaço de elaboração de forças extrínsecas, projetando-se, ao mesmo tempo, para fora". (GOLDMAN,1996, p.104). Cremos que esta afirmação abre um leque para outras reflexões. Ao pensar o testemunho desta mulher devota, sabe-se que são investidos sobre os seus corpos normas sociais, bem como compreende-se também que há autodecifra-mentos individuais. Não são apenas as representações que incidem sobre o sujeito, mas o psíquico e social estão inteiramente conectados.

Ou seja, de que modo ela cria a interligação entre condutas estabelecidas *dentro do contexto machista, do sofrimento e da prática religiosa*[20]. Cada uma cria sua maneira de agenciar. Importa frisar novamente que não estamos abrindo uma defesa de que estas mulheres devam continuar em relações violentas, pois, se há um direito fundamental, é uma vida sem violência. O que advogamos, no entanto, é compreender suas histórias.

Devemos repetir que não deixamos de pensar analiticamente o sofrimento causado pela violência contra a mulher e a possibilidade de morte, mas indagamos: se reduzirmos a discussão apenas à submissão feminina, estaríamos silenciando essas mulheres? Não estaria, de algum modo, apenas reproduzindo categorias incorporadas da passividade/resistência como uma fórmula de pensar a realidade? É apenas nesse formato que devemos entender seus sofrimentos?

Tais questionamentos desassossegaram nossas certezas. A fala das mulheres embaralhou nossos conceitos, categorias... Era o nosso princípio de liberdade que elas deveriam incorporar? A pesquisadora sempre tida como a mulher sozinha e corajosa que faz pesquisa. Mundos distintos.

Ainda perguntamos: a fé em Isabel Maria é o silêncio das mulheres, no sentido de não buscar aparatos legais para a proteção? As reflexões de Das (2011)

20 Não há dúvidas de que a castidade, o silêncio e a obediência são uma representação do discurso católico tradicional que atravessa essa mulher devota, como a capacidade de cuidar dos outros e de proteger o casamento. Todavia, há também mecanismos de ressignificar essas normas, com a ideia de ser protegida pela lei e pela fé. Isto parece ser o que as torna ativas na ideia de proteção.

são pertinentes aqui, em especial, quando a autora chama de "evento crítico" os testemunhos de violação e violência, incorporadas cotidianamente como memória, silenciada sobre o fato, e, ao mesmo tempo, manifestada nas relações sociais. Nesse viés, Das (2011) nos instiga outras leituras de como a violência no espaço doméstico se faz presente nas experiências públicas e coletivas da fé, de mulheres devotas. A autora questiona também: como estes eventos são levados à vida cotidiana? E quais as suas marcas? (DAS, 2011).

Queremos pensar junto com o feminismo *decolonial*, na sua capacidade de suscitar reflexões situadas, pois o projeto político feminista deve ser "continuamente negociado em contextos específicos". Seria um pedido de não luta feminista? A se adequar ao modelo patriarcal nordestino? Não, continuamos com a certeza da luta feminista e da sua importância na mudança social, mas nossas convicções políticas e teóricas não poderiam ser encaixadas na vida destas mulheres. Defendemos sim essa revisão dual da passividade/resistências e, como consequência, as distintas modalidades de agenciar.

As devotas reelaboram suas crenças, criando outros códigos de proteção, justificando suas construções. Das (2011) nos alerta também no sentido de evitar pensar a violência nas oposições rígidas como agência e opressão; associando a ideia de agência à transgressão, como se a voz feminina aparecesse apenas quando transgredindo a situação posta.

> That is why I am very interested in conceptualizing agency in much more complex ways. In many situations you cannot decipher which particular individual has this specific responsibility because it is the coming together of various forces that produces a particular action. Furthermore, if you reflect on the opposite of agency, you can find notions of patience and of passion, two instances where you allow things to happen to you but that are not to be equated with passivity. So in that sense, it seems to me that we are called upon to think about these issues in more subtle ways than as a simple notion of resistance to oppression. First and foremost to identify what is oppression is extremely hard. (DAS apud DIFRUSCIA, 2010, p.138)[21].

21 "É por isso que estou muito interessada em conceituar agência de maneiras muito mais complexas. Em muitas situações, você não pode decifrar qual indivíduo em particular tem essa responsabilidade específica, porque é a confluência de várias forças que produz uma ação particular. Além disso, se você refletir sobre o oposto de agência, poderá encontrar noções de paciência e paixão, duas instâncias em que se permite que as coisas aconteçam com você, mas que não devem ser equiparadas à passividade. Então, nesse sentido, parece-me que somos chamados a pensar sobre essas questões de maneiras mais sutis do que como uma simples noção de resistência à opressão. Primeiro

Interessante porque Das, nesta entrevista, destaca a complexidade de pensar a opressão, pois é preciso problematizar o que é o normal num contexto específico, diz ela. As mulheres ainda podem converter a passividade em ação, no sentido de agenciar (DAS, 2007). É neste artifício de subordinação que se proporciona também a potência, pela qual se ressignificam as práticas. Usando metáforas da proteção pela lei (Maria da Penha) e pela fé (Isabel Maria). Diante dessas considerações, vamos repensar gênero.

5 (RE)PENSANDO GÊNERO, AINDA

Tudo indica que algumas explicações, por vezes, partem de como se as pessoas já soubessem as representações da "sociedade" sobre as construções do masculino e feminino, por exemplo; como se elas tivessem já em mente a ideia dessa trama. A perspectiva aqui, porém, é de como é visto o fenômeno pelas próprias pessoas envolvidas. Para isso, é preciso se distanciar das nossas próprias estratégias representacionais. É o primeiro passo.

Para isso, a linguagem analítica deve se aproximar das experiências dos sujeitos e dos constructos locais em que são produzidos, evitando o perigo de atribuir, sem mediações, as representações de gênero ocidentais em contextos particulares, mas também discutindo sobre como os pressupostos sobre o que é indivíduo/sociedade se transformam em objeto de conhecimento (STRATHERN, 2006). Entendemos, em concordância com Haraway (1995), que todo saber se origina de uma localização histórico-cultural-epistemológica. Só convertendo o olhar, conseguiremos abrir outros caminhos.

Então, a aproximação com as reflexões de Strathern (2006) se mostra oportuna, autora que segue o eixo nós/eles para vislumbrar os próprios limites da linguagem. Nota-se, pois, que produzimos descrições de nós mesmos que são diferentes daquelas que os melanésios, por exemplo, produzem de si. Um dos problemas é o modo como lançamos as descrições do mundo.

Vejam que na cultura ocidental, com o projeto iluminista da razão, foi apregoado o fenômeno do individualismo, no qual o primado do valor "indivíduo" se interliga com a liberdade e a igualdade de um homem burguês, branco e proprietário. Assim, não havia o reconhecimento da liberdade feminina. Tais valores ainda não são homogêneos, enfrentando suas reconfigurações com outros valores na experiência social. São noções também desafiadas aos seus limites.

Para Louis Dumont (1993), desde uma visão antropológica inspirada na noção de pessoa de Mauss[22], a sociedade moderna construiu a ideia de nature-

e sobretudo porque identificar o que é opressão é extremamente difícil". (Tradução nossa).

22 Texto escrito em 1938**, Uma categoria do espírito humano:** a noção de pessoa, aque-

za humana, atribuindo-lhe papéis. Desse modo, a noção de indivíduo foi sendo construída como categoria moral e jurídica, numa totalidade indivisa. É uma ideologia[23] individualista, numa conjuntura do Estado-Nação, em que se preza pela reflexividade e autonomia do sujeito, o que não tem nenhuma referência com a individuação, um processo "biopsicológico" do indivíduo[24].

Essa discussão pode nos servir, no entanto, para entender que a noção de indivíduo é uma produção da modernidade. Portanto, o sujeito moderno, que inicialmente não envolvia mulheres, não é um fato empírico. É sim uma constituição da dimensão moral do sujeito, no sentido de "idealização" de um sujeito autônomo, sem quaisquer interferências para isso.

O que entendemos com os autores citados, porém, é que há uma variabilidade de relações e realidade histórica. Assim, não se pode absolutizar a perspectiva do universalismo moderno. No contexto aqui estudado, mesclam-se códigos individualistas e hierárquicos, numa porosidade em que o "mundo dos deuses" faz total sentido mesclado com as reconfigurações dos elementos "individualistas".

Desta forma, não há a noção de indivíduo em termos absolutos, assim como o masculino, o feminino devem ser questionados. Exemplo disso é que, quando se trata do homem ou da mulher, em sociedades melanésias, não se fala em características ou papéis diferenciados, pois não há "atributos", mas sujeitos feitos de relações.

Entendemos, ainda, gênero não como um atributo fixo, mas uma construção que se reconfigura em relações (THÉRY, 2007). Assim, gênero não é apenas uma construção social do sexo, numa distinção simbólica, normativa e subjetiva do masculino e do feminino, como discute Scott (1995), mas uma modalidade de relações sociais. As pessoas são construídas com *locus* plural das relações que as produzem (MAHMOOD, 2006; STRATHERN, 2006). É nessa direção que temos dedicado atenção especial às narrativas das mulheres devotas de nossa pesquisa, na medida em que são centrais para dar concretude às questões elencadas ao longo deste texto.

Com isso, sublinha-se o efeito principal desta decisão. Entende-se que "[...] a

---

la de Eu.

23 Não como a ideia negativa marxista, como opacidade do real.

24 A tese de Dumont seria, *grosso modo*, a origem "fora-do-mundo" do indivíduo ocidental, como valor cultural. A sociedade de castas indianas, uma organização fundada na categoria como igualdade, fruto do mundo moderno, escapa ao modelo da Índia. Lá existe o holismo como princípio, ou melhor, a hierarquia como característica das culturas tradicionais. Sem dúvida, há várias críticas à ideia do "individualismo" X "hierarquia", especialmente, quando o autor cristaliza as noções de casta e as formações sociais hindus, sem perceber seus ajustes, como diz Veena Das em Misse et al. (2012).

construção do gênero é o produto e o processo tanto da representação quanto da auto-representação". (DE LAURETIS, 1994, p. 217). A subjetividade como processualidade é um modo de dizer o mundo, que envolve, sem dúvidas, os efeitos da normatividade e da construção de modelos de feminilidade dentro de uma dimensão histórico-política.

Sendo, contudo, uma das atividades contínuas de produção de si, não se pode esquecer também os efeitos da autorrepresentação na construção social, de como os sujeitos significam estes modelos. Além disso, há uma negociação e condições de performatividade dos enredos culturais. Gênero, entendido assim, é efeito e não uma causa do discurso (BLUTER, 2003).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na experiência da mulher estudada na pesquisa, pode-se dizer que ela está sim dentro desse gênero acionado na *colonialidade*, mas ela se movimenta dentro da norma, dando-lhe sentido diferente. Há uma outra gramática para refletir, o ritual de devoção a Isabel Maria, uma agência feminina, mesmo atravessada nas normas da domesticidade e do cuidar, desta alta intensidade patriarcal.

Acrescente-se, ainda, que, na Modernidade, há a constituição de um cidadão universal: homem, branco, *pater familiae* e heterossexual. Incrustados nisso, têm-se o Estado, a política, a ciência e os direitos. A mulher e o espaço doméstico tornam-se residuais, fora dos assuntos universais. Assim, o espaço doméstico é despolitizado nesse contexto; e o espaço público, por sua vez, é o da lógica da decisão. Isto não quer dizer que no espaço privado não haja os micropoderes femininos e suas negociações.

Chegamos, então, ao conceito de gênero que nos tem servido na experiência da pesquisa, como compreensão da construção e produção de normas que atravessam os sujeitos nos enredos culturais, ao mesmo tempo, como criação, numa dimensão processual e plural, de como são significadas, "derrapadas", movimentadas e performatizadas as normatizações pelos sujeitos, tornadas relações, dentro de contextos específicos.

Quando se fala em relações, destaca-se a multiplicidade de formas de vivenciar o gênero. Deve-se entender que, nas cidades interioranas, tal qual a que serviu de referência ao estudo, ainda é comum o sistema binário e hierárquico que organiza tarefas, espaços, direitos e deveres nas relações entre os sexos e no meio social. Logo, "ações sensíveis ao contexto comunitário devem ser dirigidas à promoção da esfera doméstica e do coletivo de mulheres como um todo, frente a hierarquia e prestígio e poder do espaço público comunitário e aos coletivos dos homens" (SEGATO, 2012, p.124).

Chegamos, por fim, à ideia de que é preciso muito mais pensar a organização comunitária e seus espaços: produção, reprodução, vida política e social, com a capacidade de politizar dentro das suas organizações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros. **Estudos Feministas**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 451, ago. 2012.

ADELMAN, Miriam. **A Voz e a Escuta:** encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. Curitiba: Blucher, 2009.

ASAD, TALAL. A construção da religião como uma categoria antropológica. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 19, p. 1-384, 2010.

BALLESTRIN, L. (2013). América Latina e o giro *decoloniais*. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 1, 89-117.

BALLESTRIN, L. (2013). América Latina e o giro *decoloniais*. Revista Brasileira de Ciência Política, 1, 89-117.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000. p.151- 172.

BUTLER, Judith. **Mecanismos psíquicos del poder:** teorías sobre la sujeción. 2. ed. Madrid: Cátedra, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLINS, P. H.. Comentário sobre o artigo de Hekman "Thuth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited": Onde está o poder? **Signs**, 22(2), 375-380, 1997.

DAS, Veena. 1999. Fronteiras, violência e o trabalho de campo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.14, n. 40, p. 31-42.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cad. Pagu**. dez. 2011, n.37, p.9-41.

DAS, Veena. Violência e tradução. **RBSE**. Dez. 2007.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Organização Frank Barat; tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. 144 p.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses:** o feminismo como crítica cultural. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.

DUMONT, Louis. **O individualismo:** uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o Outro**: como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOLDMAN, Marcio. Uma Categoria do Pensamento Antropológico: A Noção de Pessoa. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 1996, v. 39 n. 1, p. 83-109.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **Caderno de formação política do Círculo Palmarino** n. 1 Batalha de Ideias, 2011.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, 1995, p. 07-41.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. São Paulo: Vozes, 2015.

LE BRETON, D. **Antropologia da dor**. São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.

LIRA, José Luís. **De volta a Campo Grande**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v.22, n. 3, set/nov, 2014, p. 935-952.

LUNA, Naara. Religiosidade no contexto das terapias com células-tronco: uma investigação comparativa entre pesquisadores "iniciantes e iniciados" e seus pacientes. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, 2008, p. 156-178.

MAHMOOD, Saba. Feminist theory, embodiment, and the docile agent: Some reflections on the Egyptian Islamic Revival. **Cultural Anthropology**, 2001, p. 202-236.

MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre; BIRMAN, Patrícia; PEREIRA, Pedro Paulo; FELTRAN, Gabriel e MALVASI, Paulo. Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos Entrevista com Veena Das. Dilemas. **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 5, n. 2, abr.-jun., 2012, p. 335-356.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamento às margens sobre póscolonialismos, feminismo e estudos queer. **Contemporânea**, v.2, n.2, 2012, p. 395-418.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência, gênero e cotidiano: o trabalho de Veena Das. **Cadernos Pagu**, n. 35, jul/dez, 2010, p. 357-369.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

QUIJANO, A. **Colonialidad y Modernidad-racionalidad**. H. Peru Indig. n.13, v. 29, 1992, p. 11-20.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998.

SALVATICI, Silvia. Memória e gênero: reflexões sobre história oral de mulheres. **Revista de História Oral**, v. 8, n.1, jan./jun. 2005, p.29-42.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, jul./dez.1995, v.20, n.2, p. 71-99.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e *colonialidade*: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES**, 2012, v. 18, p. 1-5.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva:** problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: Editora UNICAMP, 2006.

THÉRY, Irène. Le genre: identité des personnes ou modalité des relations sociales?. **Revue Française de Pédagogie**, 2010ª, p. 103-117. Disponível em <http://rfp.revues. org/1923>. Acesso em: 13 set. 2019.

Capítulo II
Epistemologias decoloniais

Narrativas maternas no hospital: Leituras com base nas epistemologias feministas *decoloniais*

Socorro Letícia Fernandes Peixoto[1]
Antônio Cristian Saraiva Paiva[2]

RESUMO

Origina-se este texto de achados parciais de pesquisa de doutorado realizada, que teve como objetivo abordar as narrativas maternas de algumas interlocutoras, atendidas em um hospital público de alta complexidade em Fortaleza (CE), por meio das lentes epistemológicas do feminismo *decolonial*. A metodologia arrimou-se em busca qualitativa, tendo como referência abordagens biográficas, mediante incursões etnográficas em campo e observação direta e participante. As informações obtidas tiveram um amplo referencial bibliográfico e documental como expediente de análise. A maternidade, insterseccionada pelos marcadores de classe, gênero e raça, ultrapassa os aspectos biológicos e aparece como uma experiência plural e permeada de elementos materiais, simbólicos e normativos, sendo contemplada por uma série de deslocamentos nas camadas populares. Ser

1 Assistente social. Doutora em Sociologia, pela Universidade Federal do Ceará. Mestra pelo Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará. Foi bolsista do Programa Especial de Treinamento - PET do Curso de Serviço Social, por meio da CAPES. É assistente social concursada do Hospital Geral de Fortaleza (HGF). É docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Cearense – FAC. É membro do Comitê de Ética e Pesquisa do HGF. É pesquisadora e orienta pesquisas nas áreas de saúde, relações de gênero, família, maternidade, pobreza e políticas públicas. É membro da Equipe Flor de Lótus do HGF. Foi preceptora e coordenadora de núcleo da Residência Multiprofissional da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE).

2 Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (1994), com formação psicanalítica. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2004). Pós-Doutorado em Sociologie et Anthropologie, na Université de Strasbourg, France. É pesquisador de Produtividade em Pesquisa (PQ 2-CNPq), Docente Associado 3 do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Sexualidade, Gênero e Subjetividade (NUSS), laboratório vinculado à linha de Pesquisa: Diversidades culturais, estudos de gênero e processos identitários, do PPG em Sociologia da UFC. É lider do Grupo de Pesquisa Psicanálise & Ciências Sociais, cadastrado no DGP/CNPq.

"mãe de família" marca as trajetórias femininas, o que traz para si um *status* social em seus lugares de pertencimento, porém é plena de contradições. As leituras do feminismo *decolonial* foram âncoras para a compreensão das capacidades de agência e processos de individualização das mulheres pobres e negras desta pesquisa. Ao não desistirem de viver suas sexualidades, paixões e desejos, ao realizarem rupturas conjugais quando não satisfeitas, ao enfrentarem situações de violência conjugal com altivez, enfim, ao buscarem inúmeras estratégias de sobrevivência material e simbólica, as mulheres rompem, mesmo que parcialmente, com o ideário da *colonialidade* moderna, orquestrada pelo sexismo, racismo e capitalismo.
Palavras- chave: Maternidade. Agência feminina. Feminismo *decolonial*

1 INTRODUÇÃO

Este módulo do livro é parte de pesquisa de doutorado que objetivou analisar os significados das experiências de maternidade das mulheres pobres da periferia de Fortaleza. Abordou-se a maternidade mediante três derivações: a noção de interseccionalidades, em virtude dos marcadores de classe, gênero e raça das interlocutoras; os discursos biomédicos e estatais, permeados por via de regulações biopolíticas que reverberam sobre os corpos femininos; e as agências enunciadas e vividas pelas mulheres mães em contextos de pobreza. Neste ensaio, foram interpretadas as narrativas de vida das trajetórias das mulheres mães entrevistadas[3], em campos empíricos diversos, sendo estes: a comunidade do Morro da Vitória[4], um hospital público em Fortaleza, sendo este o Hospital Geral de Fortaleza[5], e as casas de algumas interlocutoras.

3 A pesquisa, de cunho qualitativo, parte, nesse sentido, de narrativas biográficas (BERTAUX, 2010) e das trajetórias sociais (DUBAR, 1998; BOURDIEU, 2007a) de 13 mulheres entrevistadas em um hospital público em Fortaleza e 4 mulheres entrevistadas no Morro da Vitória, todas moradoras na periferia de Fortaleza, sendo a maioria delas negras. Estabelecemos, mediante aproximações sucessivas com essas mulheres, um campo de interações e observação participante, durante o trabalho de campo ocorrido no período de abril de 2016 a dezembro de 2018.

4 O Morro da Vitória é uma comunidade periférica de Fortaleza que se localiza no topo do Mucuripe, próximo ao Farol "novo", no litoral leste da cidade. Próximo ao antigo Mirante, no Morro de Santa Terezinha, local que já foi ponto turístico de Fortaleza, ocupado por bares e restaurantes frequentados pela classe média cearense, o Morro da Vitória atualmente encontra-se nas estatísticas como uma das "zonas de risco" da cidade. No item que trata do contexto da pesquisa, exploraremos melhor as condições socioeconômicas e geográficas do Morro da Vitória e, por conseguinte, do bairro Vicente Pinzon.

5 O Hospital Geral de Fortaleza é um hospital público de alta complexidade do Estado do Ceará, vinculado ao Sistema Único de Saúde. Esta pesquisa foi realizada com mães atendidas no Banco de Leite Humano e no Ambulatório de Prematuros, sendo aprovada, após a parecer no. 2.272.916, pelo Comitê de Ética em Pesquisa do hospital, por via da Resolução Nº466/2012, ao qual esse trabalho foi submetido, bem como à Resolução Nº 510/2016, A entrevistas ocorreram no Ambulatório do

Aqui procedemos a um recorte analítico da tese em questão, na qual abordamos as narrativas maternas de algumas das interlocutoras no hospital, sob o ponto de vista das epistemologias feministas *decoloniais*. A *decolonialidade* foi norteadora de dois pontos percebidos nas narrativas femininas ao tratar da maternidade. Primeiro, os lugares de subalternidade estrutural nos quais os textos, os corpos, as vidas das mulheres latino-americanas e, com maior intensidade, quando pobres e negras, se encontram diante do saber e do viver numa sociedade com fortes resquícios coloniais. O segundo ponto refere-se à visibilidade das agências femininas a que as epistemologias feministas *decoloniais* dão ênfase.

A maternidade é investigada como experiência mediante a noção de interseccionalidades, tendo em vista os pertencimentos sociais das mulheres mães ancorados nas diferenças e desigualdades de classe, gênero e raça, que singularizam as experiências maternas, em contextos históricos, sociais e culturais específicos; nas normas e discursos biomédicos e estatais que reverberam nos entendimentos e práticas das mulheres pobres a respeito de como vivenciam a maternidade, e nas modalidades de agências femininas enunciadas e vividas pelas mulheres em contextos de pobreza.

A maternidade é um tema que tem transitado nas investigações sociológicas e em tantos outros campos disciplinares, dentre eles os estudos feministas, sobretudo desde os anos 1960 e 1970, em virtude da ascendência do feminismo da diferença[6]. Os (as) autores (as) com os(as) quais dialogamos neste estudo compreendem que a maternidade não é um fato puramente biológico (BADINTER, 1985; 2011), mas um construto cultural e social mutável, com base em ordens materiais e simbólicas de representação do feminino, como um lugar de reconhecimento comum entre as mulheres, mediante os códigos hegemônicos de gênero em contexto ocidental.

Ao ser objeto de regulação das práticas políticas e estatais e dos discursos biomédicos da sociedade ocidental cristã, a maternidade é fonte de *status social* para as mulheres da periferia, pressuposto que se confirma na fala de uma das interlocutoras que diz: "[...] na favela ninguém mexe com a mãe de ninguém",

Banco de Leite Humano e no Ambulatório de Bebês Prematuros, dados os objetivos da pesquisa.

6 Didaticamente, o feminismo tem sido delimitado por suas etapas teóricas em três grandes fases: a fase universalista, humanista, das lutas igualitárias por direitos civis, políticos e sociais ocorridas no final do século XIX e início do século XX; a fase radical e diferencialista, pela afirmação das diferenças e identidades desenvolvidas a partir da década de 1960 e a fase desconstrucionista, que deu apoio aos sujeitos múltiplos e nômades, denominada terceira fase, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Nos dias atuais, refere-se à quarta fase do movimento feminista, com a popularização e democratização deste nas redes sociais. A nomeação dessas "fases" ou "ondas", no entanto, não corrobora colabora com uma linearidade evolucionista, mas apreende as principais questões que marcam cada época, cujas fronteiras são quebradas em consonância com o movimento do real.

sendo assim colocada em um lugar quase que sagrado. Em meio aos seus percursos biográficos e aos processos que as estruturam, as narrativas femininas contam muito de si, portanto, a maternidade atravessa as trajetórias de vida das mulheres, e também suas relações familiares, afetivas, conjugais, de trabalho, de vizinhança, dentre outros.

Mesmo vivenciando, porém, situações de sofrimento social, as mulheres, no cotidiano ordinário de suas vidas (DAS, 2011), desenvolvem pequenas agências, bem como as reconstruções de si, nas quais se reposicionam, constroem lugares para si, embora não rompam por completo com as situações que vivem, dada a precariedade de todas as ordens que assolam suas vidas.

Este estudo fundamenta-se no campo socioantropológico das epistemologias feministas, sobretudo, do feminismo *decolonial*. Privilegiamos mulheres que subvertem o ideal de mulher e mãe, ancoradas nas ausências de suportes econômicos, estatais, conjugais. Observamos, por meio das agências cotidianas das interlocutoras, resistências à *colonialidade* de gênero (LUGONES, 2014).

A metodologia assentou-se em pesquisa qualitativa, norteada pelas abordagens biográficas, por meio das narrativas de vida (BERTAUX, 2010) das trajetórias sociais (DUBAR, 1998; BOURDIEU, 20007) femininas, com ênfase nas experiências de maternidade. No hospital, nossos itinerários de observação, anotações, elaboração do diário de campo, participação em palestras e as inúmeras vivências que ocorreram nas salas de esperas dos ambulatórios foram por demais significativos e contribuíram para a análise das falas das interlocutoras. Todas estas têm seus nomes tratados com codinomes, em razão do anonimato e da preservação do seu sigilo das mesmas e de suas famílias.

Além do trabalho rural e da análise dos inúmeros escritos no diário de campo, buscamos reunir informações por via de pesquisa bibliográfica e documental. A busca rural estendeu-se de agosto de 2017 a fevereiro de 2018, uma vez que os projetos de pesquisas realizados em ambientes organizacionais, sobretudo de saúde, precisam cumprir um cronograma estabelecido pelo pesquisador e aprovado pelo Comitê de Ética, dadas as exigências éticas descritas.

Não obstante, esta seção conforma uma parte da tese de doutorado em tela, em que a maternidade é narrada e vivida por algumas mulheres entrevistadas no hospital, em meio as percursos e percalços de suas vidas. Assim, procuramos apresentar alguns breves fragmentos de suas falas, que transitam entre os eventos críticos vividos, operando mediante uma gramática violenta de gênero (DAS, 2007) e também em acontecimentos[7] vividos por elas (FOUCAULT, 2014).

7 Se os discursos devem ser tratados, antes, como conjuntos de acontecimentos discursivos, que estatuto convém dar a esta noção de acontecimento que foi tão raramente levada em consideração

As epistemologias feministas *decoloniais* são lentes importantes acerca quais estudamos para compreender as falas dessas mulheres. Santos (2018) expressa a ideia de que a *decolonialidade* debate a desobediência epistêmica como necessária à crítica feminista, contrapondo não somente o sexismo de modo abstrato, mas, também, a compreendendo como parte indissociável das relações raciais, étnicas, econômicas e epistêmicas. Ao contrário da *descolonialidade* que se contrapõe ao colonialismo e não à *colonialidade*, a noção de *colonialidade* pressupõe que a descolonização não descolonizou os povos. Grosgofel (*Apud* MATIAS, 2018) ressalta que a primeira descolonização iniciada no século XIX pelas colônias espanholas, e no século seguinte pelas colônias inglesas e francesas, não foi completa. O primeiro movimento implicou a independência apenas jurídico-política formal de Estados-Nação estabelecidos como periferia *decolonial*. Assim, diferente do colonialismo, a noção de *colonialidade* não significa o fim da dominação colonial.

2 MATERNIDADE(S) EM NARRATIVAS: LEITURAS *DECOLONIAIS*

Respaldada por múltiplas teias discursivas, a maternidade é objeto de investigação e intervenção médica e estatal. Neste comenos, a regulação dos corpos femininos grávidos e os posteriores cuidados maternos e infantis mobilizam um conjunto de especialistas no assunto, tornando as mulheres como as principais responsáveis pela gestão de si e dos seus filhos, em tempos neoliberais. Higiene, saúde, educação, aleitamento materno, tecnologias reprodutivas, dentre outros temas, atualizam-se nas páginas de livros, revistas, jornais e dispositivos virtuais. Concomitantemente aos agentes especialistas privados e estatais, as próprias mulheres constituem redes virtuais de mães, em que compartilham dilemas da maternidade, gestação, parto, puerpério, ciclos de vida das crianças e aleitamento materno sob livre demanda. Essas mulheres, muitas delas de classe média, cuja maternidade por escolha ou por acaso se tornou projeto em suas vidas, mobilizam saberes e compartilham experiências vividas à extensão de suas trajetórias.

Orna Donath (2017) expressa que a maternidade é para as mulheres a relação que lhes permite experimentar múltiplos sentimentos de realização, alegria, amor, conforto, orgulho e satisfação. A própria maternidade, contudo, é, ao mesmo tempo, uma arena saturada de tensões e ambivalências, capaz de gerar culpa, vergonha, raiva e hostilidade. A autora destaca, ainda, a ideia de que ser mãe por si é

---

pelos filósofos? Certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. (FOUCAULT, 2014, p. 54)

capaz ser algo opressivo, já que reduz o grau de independência feminina, sendo as mães seres humanos capazes de, consciente ou inconscientemente, maltratar e algumas vezes até matar.

Sob essa óptica, a maternidade não se mostra de igual maneira para todas as mulheres. A norma hegemônica que destina as mulheres à "devoção materna", orquestrada pela Igreja e pelo Estado, e que produz sua valorização moral e social, ganhou relevo mediante os ecos dos discursos modernos hegemônicos no mundo ocidental, durante o século XVIII. Essas vozes, tidas como universais, são ainda expressas no controle simbólico e material sobre a sexualidade e os corpos femininos, cujo modelo heteronormativo com vistas a procriar são arrimados na ênfase nas diferenças entre os sexos e legitimados no sentimento de família nuclear centrados nas presenças intimistas do casal heterossexual e seus filhos.

Badinter (1985) exprime a noção de que a exaltação do amor materno no último terço do século XVIII operou uma espécie de revolução nas mentalidades, transformando a imagem da mulher-mãe. A mulher é chamada a desempenhar o papel de boa mãe, mediante o desenvolvimento de cuidados e da atenção para com os seus filhos. Um dos discursos do pensamento social da época era o de que o cuidado para com as crianças, realizado pelas serviçais, ocasionaria doenças e mortalidade:

> Igualmente nova é a associação das duas palavras, amor e materno, que significa não só a promoção do sentimento, como também a da mulher enquanto mãe. Deslocando-se insensivelmente da autoridade para o amor, o foco ideológico ilumina cada vez mais a mãe em detrimento do pai, que entrará progressivamente na obscuridade. (BADINTER, 1985, P. 146).

Nesse estudo, pressupomos que as diferenças anatômicas entre os sexos, designadas no nascimento, contêm significados históricos e sociais, sendo o corpo não um receptáculo passivo da cultura, mas algo que contém uma agência, portanto, operamos mediante a desconstrução do pensamento ficcional e binário ocidental de separação entre corpo-mente, natureza-cultura, masculino-feminino.

Na esteia desse percurso, concordamos com as reelaborações teóricas da filósofa Judith Butler (2010), ao questionar a divisão sexo/gênero como um pilar da política feminista, sendo o sexo da esfera do natural e o gênero da esfera do cultural. Para a autora, o sexo e o gênero são construtos culturais constituídos por formações discursivas que definem e demarcam o corpo também inscrito nessa teia de significados, sujeitos a ressignificações. A autora apoia-se na noção de que

as identidades, ao serem "generificadas" e sexuadas são performativas, portanto, sujeitas a transgressões.

Nessa direção, procuramos desnaturalizar o ideal único de maternidade socialmente aceito e suas ressonâncias, como a própria existência de uma espécie de instintividade do amor materno. A dedicação aos filhos, incentivada pelas intervenções médicas e estatais, sobrecarrega física e mentalmente as mulheres, sendo aquelas que não cumprem o ideal de mãe dedicada e protetora postas à margem numa sociedade já estratificada.

Desse modo, a maternidade, ao não ser um destino para a vida das mulheres, comporta singularidades relacionadas à intersecção dos marcadores sociais de gênero, raça e classe social. Nesse sentido, essas singularidades são percebidas nas subjetividades femininas e nas dimensões estruturais da própria sociedade capitalista, que hierarquiza as mulheres, posicionando-as em lugares de subalternidade, em função dessas variáveis. As mulheres pobres e negras dispõem de poucos capitais culturais e econômicos, em função da sua trajetória, a exemplo dos parcos recursos financeiros de suas famílias, das maternidades precoces, das conjugalidades instáveis, das cenas de violência doméstica e ausência dos pais dos seus filhos, além da desigual divisão do trabalho que assola sua vida.

As falas das interlocutoras revelaram os significados que as posições de classe e raça exercem sobre suas vidas desde a mais tenra infância, em que a intimidade do lar instituído nas famílias nucleares modernas, sobretudo em contexto europeu, não fazem eco nos contextos brasileiros das periferias das cidades, cujas famílias convivem em redes extensas de parentes, em que a precariedade econômica dispõe de uma casa aberta para a sociabilidade da rua e cujo trabalho infantil convive com a "circulação das crianças" na rede de parentesco e vizinhança (FONSECA, 1999). Assim, os formatos de organização familiar das classes populares também conjugam outros modos específicos no tratamento e na sociabilidade infantil. Ao discorrerem sobre essa experiência, trazem as próprias vivências como filhas, cujo trabalho infantil e abandono materno fizeram delas crianças adultas muito cedo. As meninas pobres realizam trabalhos domésticos, cuidam dos irmãos mais novos, ajudam suas mães em atividades externas, como vendas, bicos, costuras e serviços de manicure; a maternidade, para elas, talvez chegue sob outras roupagens, mais cedo, nessas tantas estratégias de cuidados.

Ana, uma das interlocutoras entrevistadas no hospital, tinha 23 anos e tem duas filhas. Sua filha mais velha morava com uma de suas irmãs em outro Estado brasileiro. Ana é lésbica e disse que "[...] eu peguei esses dois filhos, porque eu me descuidei e a necessidade falou mais alto". Durante a entrevista, ela residia com

sua filha recém-nascida e com sua irmã mais nova de 21 anos na casa que era de sua mãe, que já houvera falecido.

> O meu pai abandonou a gente quando a gente era tudo pequenininho, ele foi para o mar e nunca mais voltou. Aí a minha mãe teve que criar e ser pai e mãe... Desde pequena para criar nós três. Precisou deixar a gente nas casas para ir trabalhar, morava no emprego e a gente nas casas de um e de outros até que ela conseguiu 300 cruzeiros e foi comprou o terreno e hoje em dia é onde a gente mora. Entendeu? Tudo foi ela, mãe e pai foi ela. Em questão de dar tudo para a gente foi ela. Por isso que a única coisa que a gente vê que se reflete é nela, entendeu? Eu tinha... eu acho que eu tinha... A minha irmã já era mocinha, minha irmã mais velha. Eu já andava, eu acho que eu já tinha uns seis anos, [ou] sete anos. A minha irmã era de braço. Não, era tudo os três juntas, entendeu? Mas era aquela coisa, minha mãe tinha... Eu acho que é, minha mãe se incomodava muito, porque deixava as três filhas dela e não poder ficar para cuidar do trabalho... Entendeu? Era praticamente tia, entendeu? Aí tinha um... Tinha... Essa minha tia tinha um rapaz que a gente chamava ele de pai, aí criou a gente até a minha mãe comprar essa casa, aí pronto. Ela tinha que passar 15 dias no trabalho. Aí quando voltava e ficava só uma noite e um dia com a gente e ia e voltava de novo. A gente era pequenininha já ainda, a minha irmãzinha ainda era de braço. Tinha uns dois anos, minha irmã tinha uns dois anos (ANA).

Assim, diversas situações de sofrimento social são vividas pelas mulheres, rotineiramente. Veena Das (2011) nos permite pensar que tanto os sofrimentos sociais como os pequenos agenciamentos femininos não aparecem como fatos extraordinários, mas permanente em suas vidas.

Este estudo, conforme expresso noutra passagem, ancora-se nas matrizes teóricas feministas de base *decolonial*[8] que disputa epistemologicamente o olhar

8 Ballestrini (2013) no artigo *–América Latina e o giro* ***decolonial*** - realiza um relato do percurso das especificidades dos estudos subalternos e *descoloniais* na América Latina. O denominado giro *decolonial* foi uma expressão fundada por Nelson Maldonado-Torres em 2005 e que basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/*colonialidade*. A *decolonialidade* aparece, portanto, como o terceiro elemento da modernidade/*colonialidade*. Conforme Mignolo (*apud* Ballestrini, 2013), a conceitualização da *de-colonialidade* é mais remota do que o pensamento da *colonialidade*, na qual emerge como contrapartida à fundação da modernidade/*colonialidade*. Na América Latina, o debate pós-colonial é datado em 1992, ano da fundação do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, sendo este um conjunto de intelectuais latino-americanos e americanistas que vivia nos EUA. Em 1998,

ocidental, heterossexual, branco e masculino sobre as mulheres, sobretudo, àquelas do Terceiro Mundo, como discorre Mohanty (2008). Essas vertentes dão visibilidade às agências femininas, além de situá-las na teia da dominação colonial, em contextos localizáveis.

> Eu quando eu tive minha filha, eu fiquei mais louca do que eu era, devido eu não ter o pai da minha filha ao meu lado, devido e não ter tido aquele apoio de pai, nem de mãe (...) Eu vivia no mundo, eu não queria saber de filho não. A minha mãe que sustentou. A minha mãe e meu irmão, de 22 anos. Eu não dei, mas eu deixei a minha mãe tomar de conta, mas eu sempre tava lá vendo ela. Eu tinha 16 anos, eu queria curtir. Essa primeira gravidez não mudou nada. Porque ele [o pai da criança] estava preso. Eu queria que ele tivesse do lado da minha filha. Ela mamou três meses, mas eu não queria dar mais peito, eu queria me desfazer dela, não matar, mas que ela passasse para outra pessoa que amasse ela, que desse carinho e amor porque eu não ia... Eu não tinha tempo para isso. Eu achava assim. Eu vivia no mundo, eu não queria saber de filho não. Passava o dia usando drogas, usando drogas. Comecei a ter conhecimento das pessoas que roubavam, comecei a praticar roubo, coisa que eu nunca pensei que ia fazer. Até que eu fui presa, com os meus 17 anos, eu fui presa. Comecei a praticar assaltos, fui roubar, roubei, comecei a cheirar cocaína.

Os percursos de Mariana são permeados de eventos críticos materializados pelas violências em seu corpo. Ela é uma mulher negra, vaidosa, de olhos vivos e pintados de lápis, os sofrimentos que viveu e que vive não são impedimentos para que ela possa resistir e "enfrentar a vida", conforme ela mesma diz. Nasci-

---

Santiago Castro-Gomez traduziu o documento para o espanhol como *Manifiesto inaugural del Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos,* que culminou numa coletânea de artigos lançada em 1998, sob a coordenação de Eduardo Mendieta e Santiago Castro--Gomez, intitulada *Teorias sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*, cuja voz mais radical do grupo era Walter Mignolo. Este demonstra seu descontentamento em relação aos estudos subalternos considerados originais. Lugones (*apud* Ballestrini , 2013) relata que a expressão ~~–d~~*decolonial* não deve confundida com ~~–d~~descolonização. Para a autora, em termos históricos e temporais, a última indica uma superação do colonialismo. Já a ideia de *decolonalidade* aponta exatamente o contrário e procura transcender a *colonialidade*, a face obscura da Modernidade, que permanece operando ainda nos dias de hoje em um padrão mundial de poder. Assim, a supressão da letra ~~–s~~ marcaria a distinção entre o projeto *decolonial* do Grupo Modernidade/*Colonialidade* (M/C) e ideia histórica de descolonização, via libertação nacional no período da Guerra Fria. Além disso, insere-se em outra genealogia de pensamento, sendo o constitutivo diferencial do M/C.

da em Barreiras, no interior do Ceará, veio para Fortaleza aos três anos de idade. Relatou que sua infância não foi boa e que a separação dos pais quando tinha oito anos foi um sofrimento para ela.

Durante a realização da entrevista, morava com sua mãe e com seus quatro filhos e enfatizou seu atual estado civil de viúva. A filha mais velha, de seis anos, é fruto do primeiro relacionamento dela, quando engravidou aos 16 anos. Já as duas filhas mais novas, de três e um ano de idade, e o bebê de nove meses que carregava nos braços em todas as nossas entrevistas, são filhos do segundo companheiro. O menino nasceu prematuro e ficou por cerca de três meses na UTI Neonatal do hospital. Disse que teve três partos cesáreas, sendo o último parto normal, quando estava com seis meses gestacionais. Ambos os companheiros de Mariana eram "envolvidos no mundo do crime e das drogas" e foram assassinados.

A mãe de Mariana, que durante a primeira entrevista, em 2017, tinha 42 anos, é pensionista e beneficiária do Programa Bolsa Família. Sua casa na qual tivemos oportunidade de chegar até a porta, abriga Mariana, seus quatro filhos, três irmãos dela, sendo que um trabalha de balconista e recebe um salário-mínimo e o outro recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de uma irmã que trabalha "avulso" e um sobrinho de oito anos. Mariana disse ser manicure.

Aos onze anos, ela começou a fumar maconha e depois evoluiu para "drogas mais pesadas". Começou a roubar, traficar, vivia nas ruas, foi presa e disse "gostar de briga, como gente da periferia mesmo".

> A minha infância não foi muito boa, não. (...)Aí com 10 anos de idade, eu comecei a fumar cigarro escondido da minha mãe. Eu me lembro que eu saía na rua para fumar o cigarro eu passava direto todo dia na [casa] minha amiga aquela catinga não ficar em mim, para mim não apanhar porque a minha mãe me bate muito. (..._ Eu cresci na peia a minha mãe me batia muito, porque o que a minha mãe fez comigo eu nunca vou fazer para minhas filhas. Tipo se elas quiserem namorar jamais eu vou prender ou bater, porque eu acho que isso não vai dar jeito. Ela vai apenas engravidar e vai chegar para dentro de casa com um bucho e o pai não vai nem querer saber. Mas no meu caso vai ser o contrário. Com 11 anos eu comecei a fumar maconha. Fumava tanta maconha... eu passava o dia todinho na rua, a minha mãe só ia me ver 8 horas da noite.

Mariana engravidou da filha mais velha do seu primeiro relacionamento dentro da prisão, quando ainda menor de idade, com 15 anos. Nessa época, fal-

sificou seus documentos e realizou inúmeras visitas ao companheiro no presídio. Este também foi assassinado após sair da prisão. E avalia, com reservas e olhar cabisbaixo, que "eu era tão sem noção", parece que uma certa reflexividade sobre si é expressa em alguns momentos das falas de Mariana.

> Com 12 anos de idade eu me envolvi com um rapaz que ele tirou a minha virgindade e ele... Que ele só quis fazer hora com a minha cara. Falou para todo mundo que tinha feito comigo e o que não tinha feito. Aquilo ali.. Foi fazendo eu me "desgostar" mas ainda de mim mesma. Aí eu peguei até que eu sair dele, não quis mais saber foi quando. Foi quando conheci o pai da minha mais velha. Quando eu conheci ele eu tinha 14 anos, eu usava maconha e cigarro, ele não aceitava isso. Ele era envolvido muito no mundo, fazia muita coisa errada, mas... Ele roubava, ele traficava, ele matava, só dessas coisas. Eu gostei muito dele. Quando conheci ele, ele tinha 18 anos. Eu tinha 14 [anos]. Aí eu gostei... Eu comecei a gostar dele, me envolvi muito com ele. Ele foi preso, passava muito tempo preso. O meu relacionamento de cinco anos, foi dois anos ele aqui fora e três anos ele preso. Quando eu fiz 15 anos, ele passou... Eu engravidei... Quando eu fiz 15 anos ele ficou na cadeia. Passou um ano, passou um ano preso. Nesse período, eu fiz uma identidade de falsificação. Fui visitar ele lá no presídio. Todo mundo ficava falando que eu não era de maior, e eu dizia que era de maior. Entrei, fiquei visitando ele. Que eu percebi que estava uma coisa estranha, eu tava já grávida da minha menina mais velha... Engravidei dela lá dentro. Passei até os nove meses visitando ele. Quando ela nasceu eu ainda visitei ele. Eu mesma vi que aquilo ali não era para mim, e várias conversas que eu fiquei sabendo, que ele tinha muita mulher por aqui por fora.

Mariana foi mãe aos 15 anos. |A notícia da gravidez, no lugar de ser acolhida com festa, foi abnegada pelo pai. Os códigos de honra feminina baseados nas moralidades locais e de gênero haviam sido rompidos, a declaração da não virgindade da filha de 15 anos, agora estava pública, ela estava grávida de um "envolvido" no mundo do crime, de um presidiário. A maternidade, entretamto, não mudou suas escolhas. "Essa gravidez não, não mudou. Eu fiquei pior. Eu não queria ter tido filho sem pai, eu não queria ter tido, porque o pai dela estava preso". A mãe de Mariana e o seu irmão trataram de criar a neta. O "parentesco inventado" nas camadas populares, conforme relata Fonseca (2006), parece seguir laços mais du-

radouros do que rancores de quaisquer partes. "Deixar a mãe tomando de conta" revela a maneira de como a "criação" das crianças na favela, uma vez que a palavra "adoção" não faz parte do vocabulário dos pobres, distintivamente é enfatizada como vínculo mais do que da pessoa autônoma (FONSECA, 2006).

Presa pela primeira vez aos 17 anos, Mariana narra duas situações de cárcere, em razão das transgressões às normas. Na primeira, ao fundar-se nas normas de gênero, cuja maternidade é lugar de reconhecimento comum entre as mulheres, justifica, em sua fala, que foi presa por tentar comprar fralda e leite para a filha. O uso recorrente de drogas culminou com o uso da cocaína aos 18 anos, sendo esta uma das drogas consideradas "pesadas" pelas mulheres. "Eu comecei com o cigarro, do cigarro para maconha, passei por comprimido, do comprimido eu passei para cocaína." Relata, portanto, que nunca usou "pedra", *crack*, sendo classificada por ela como a pior de todas as drogas.

A trajetória de Mariana é regada de inúmeros acontecimentos sem muita linearidade, porém plena de sentidos dados por ela. Mariana como sujeito de sua vida mediante as circunstâncias vividas, transita entre campos por demais arriscados, o "mundo das drogas", as situações de cárcere, os sofrimentos advindos da violência doméstica que sofria, a privação de ver sua filha mais velha, os acasos de suas gestações e, depois, a criação dos outros três filhos pela mãe. Mariana acompanhava seu companheiro, entre violências, drogas, separações e reencontros. Mariana também engravidou do Levi, seu filho mais novo, na cadeia, durante as visitas a Jairo. "Eu cheirava cocaína de manhã, de tarde, de noite". Ela disse que tinha pensado em abortar, mas o pai que ainda se encontrava preso, não deixou. "E eu só ia visitar ele muito doida. Muito drogada. Mas tinha vez que ele percebia e tinha vez que ele não percebia. Virada, passava dois ou três dias."

Levi nasceu prematuro, e a mãe de Mariana fez questão de esconder o nascimento de Jairo. O nascimento do filho foi silencioso, um acontecimento "às escondidas". Mariana, em razão da sífilis e do uso de drogas, precisou ficar internada oito dias no hospital. Levi, por sua vez, passou três meses na UTI. Mariana disse acompanhar o pequeno quase todos os dias. Mariana, após o nascimento de Levi, disse ter passado um tempo sem usar drogas, em decorrência das rotinas no hospital, para acompanhar o filho internado. Não passou pouco tempo, no entanto, ela deixou o seu quarto filho aos cuidados de sua mãe e resolveu fazer programas sexuais, sendo esta uma maneira de sobrevivência para ela e os filhos. Após um tempo, o companheiro e pai dos filhos mais novos dela morreu nos seus braços, num "acerto de contas" após um roubo realizado em um local proibido pelas leis locais do tráfico.

Mariana relata o percurso do seu uso de drogas e da convivência "frenética" com o companheiro. Ao mesmo tempo, não se desobriga, pelo menos em sua fala,

das suas atribuições de mãe referentes aos cuidados com os filhos. Isso revela as tensões e contradições expressas por Duarte (2009) no que tange ao denominado por ele *ethos* privado nas classes populares, ao passo que o declínio das formas convencionais de conjugalidade e reprodução acompanha o reforço ao controle das éticas conjugais, familiares e reprodutivas. Assim, o tensionamento manifestado em sua fala entre seus processos de individualização como mulher contrasta em relação às moralidades e a sua incorporação de cumprir as "obrigações maternas" e garantir o cuidado com os filhos. "Eu, eu era uma drogada como todo mundo lá dizia, em termos das minhas filhas, elas eram limpas, arrumadas, bem banhadas, não faltava comida."

Falar sobre trajetórias femininas, com base nas experiências de maternidade de mulheres das classes populares, requer uma escrita vinculada a um campo de produção do conhecimento que provoca deslocamentos e reposicionamentos nas formas de se enxergar, tanto os mundos sociais como a vida dos sujeitos situados nesses contextos, dada a complexa relação entre indivíduo e sociedade. Desse modo, as narrativas de vida individuais das mulheres mães, pobres e negras estarão relacionadas às suas trajetórias sociais, considerando as estruturas sociais e as relações de poder nas quais estão inseridas.

> No começo da minha infância foi bom, até os meus 12 anos. Mais ou menos, eu sofri abuso do meu padrasto. A minha mãe se separou dele, aí depois voltou de novo. Eu tive que aguentar. Aí ele quis me abusar de novo. Aí foi, eu fugi de casa, com 12 anos fui morar com a minha tia. A minha mãe foi atrás de mim e ela me bateu. Aí ela mandou eu voltar para casa de novo, né? Aí eu voltei. Depois ela se separou dele de novo. Aí até hoje ela bota a culpa em mim dizendo que terminou o amor da vida dela por causa de mim. Ele passava a mão nas minhas partes. Ficava botando o dedo, passava a mão nos seios, aí eu chorava muito. Ele me ameaçava muito, dizia que se eu dissesse para minha mãe, ele matava meus irmãos, matava eu e a minha mãe. Eu tinha muito medo. Aí eu passei muita dificuldade, passava fome com a minha mãe, quando ela se separou dele, e ele não dava nem um real, e ele tem três filhos com a minha mãe. Ele não dava nada até hoje ele não dá nada para minha mãe. A minha mãe trabalha de faxineira nas casas dos outros, diarista. Ela tá construindo a vida dela. Ela cria meu filho de um ano e oito meses. O meu pai, eu conheci ele agora. Conheci ele quando eu já tinha tido meu primeiro filho. Eu já nasci sem conhecer o meu pai. A primeira vez que eu vi meu pai eu tinha 16 anos. Eu tenho cinco

> irmãos. Só que minha mãe deu duas filhas quando elas eram bebês, porque ela não tinha condições de criar. Eu sou a mais velha. Aí depois de mim foi duas, aí ela deu todas as duas. Aí teve mais três com o meu padrasto que me abusou, que é meu irmão, o único menino e minhas duas irmãs gêmeas. As gêmeas têm... nove [anos] e o meu irmão tem onze [anos] (ANA KARLA).

Ana Karla é uma menina-mulher que com 17 anos era mãe de dois filhos, um menino mais velho de dois anos e uma menina de meses, dentro da temporalidade de sua primeira entrevista realizada em 2017, ambos de pais diferentes. Não há aqui, nos relatos da vida de Ana Karla, nem de nenhuma das mulheres da pesquisa, uma cronologia ordenada de suas trajetórias, pois isso já foi comprovado como algo por demais ilusório. Lidamos com um sistema de disposições heterogêneo, em que "o singular é necessariamente plural". (LAHIRE, 2005, p.25). A narrativa é de um aspecto da vida de uma adolescente de 17 anos, que já usou drogas, já viu seu atual companheiro ser preso, que foi separada do seu primeiro filho cuja guarda encontra-se com a mãe que até o final da primeira entrevista não deixava Ana Karla vê-lo, o que rendeu muito choro enquanto ela me relatava sua história.

Ana Karla, aos 12 anos, precisou fugir para a casa da tia, como meio de se livrar dos abusos sexuais do padrasto, e teve o silêncio como seu cúmplice dos nove aos 12 anos de idade. O abuso, entretanto, cessou temporariamente somente enquanto o tio de Ana Karla era vivo. Foi esse tio que expulsou o padrasto da casa da mãe de Ana Karla, proibindo-o de andar no bairro, afirmando que, se ele voltasse, morreria. —Aí ele foi embora. No outro dia ele voltou. "O meu padrasto levou uma pisa do tio e da população todinha, que passou 15 dias internado.

A capacidade de fuga de uma menina de 12 anos para evitar o abuso e cuja mãe defendia o abusador é uma história que se repete entre meninas e mulheres. A fuga foi a possibilidade encontrada, mesmo que precária, de reduzir a dor da violência sexual. Acionamos a gramática do feminismo *decolonial*, quando Maria Lugones (2014) adota o conceito de colonização de gênero, ao tratar, mediante a lógica colonial, das opressões de gênero e de raça e capitalistas vividas pelas mulheres do Ocidente.

Lugones (2014, p. 359) é ousada, ao considerar a dicotomia hierárquica central moderna como marca do humano em detrimento da condenação do colonizado como não humano. Ao iniciar pela colonização das Américas e do Caribe, homens e mulheres se tornaram sujeitos por dentro das tensões e brutalidades da colonização moderna. Assim, o macho colonizado não humano é na perspectiva civilizatória de entendimento normativo homem como ser humano e as fêmeas

eram vistas de acordo com o entendimento normativo colonial como mulher, ou seja, como inversão do homem. Assim, pessoas colonizadas tornavam-se machos e fêmeas, machos se tornaram não-humanos-como-não-homens, e fêmeas colonizadas se tornaram não-humanas-como-não-mulheres. A *colonialidade* gênero, para a autora, estava na distinção entre humano e não humano, sexo tinha que estar isolado. (...) Transformar os colonizados em seres humanos não era o objetivo dos colonizadores.

Ana Karla parece resistir à opressão de gênero, quando resolveu falar tudo para a mãe, mesmo sem a mãe acreditar nela e sim no padrasto e, sobretudo, quando ela foge para a casa da tia que também disse ter sido assediada pelo mesmo homem. Não queremos entrar no mérito da discussão da maternidade da mãe de Ana Karla, uma vez que a entrevistada foi ela e não sua mãe e, aqui, estou apresentando um trecho de sua trajetória de vida, mesmo sabendo que suas formas de socialização primária estão diretamente relacionadas com seu percurso.

Logo, a resistência à *colonialidade* do gênero é historicamente complexa. (...) Nesse sentido, a resistência é a tensão entre a "sujeitificação" (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão - resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno (LUGONES, 2019, p. 363).

Quantas mulheres negras e pobres foram abusadas ou estupradas ao longo da história da sociedade brasileira! Ana Karla, ao se perceber como explorada, buscou meios bem desafiantes para uma menina de 13 anos que não suportava mais a mudez diante daquela situação de violência, em adição ao contexto de privação material e de serviços sociais públicos precários típicos das áreas mais pobres da cidade. Ela aciona a rede de parentesco como meio de protegê-la.

Desse modo, apostar em uma pesquisa guiada pelas epistemologias feministas contemporâneas faz com que compreendamos as categorias analíticas como instáveis, ante os múltiplos e instáveis contextos e ações. Desse modo, teorias estáveis e conscientes, num mundo instável e incoerente, são obstáculos tanto para nossos conhecimentos como para nossas práticas sociais (HARDING, 1993).

Assim, apostamos numa epistemologia feminista que descarta os binarismos construídos arbitrariamente pela cultura ocidental moderna de separação e hierarquização generalizada entre natureza/cultura, corpo/mente, sexo/gênero, homem/mulher. As experiências aqui estudadas são baseadas nos interesses das mulheres, em construtos locais, por onde se constituem representações próprias de gênero, dadas as sociabilidades impressas entre as mulheres interlocutoras desta pesquisa.

Ao fazermos uso das lentes dos feminismos *decoloniais*, partimos da crítica ao silenciamento político e científico dos povos dos continentes asiáticos, africanos e latino-americanos ante as teorias originárias de dominação do norte global. São notórios as permanências e os efeitos do processo de *colonialidade* dos países do norte-sul, especialmente das "potências" coloniais europeias e norte-americanas sobre a vida das mulheres colonizadas. A *decolonialidade* agrega ao feminismo e à própria discussão das maternidades não hegemônicas a noção do enraizamento das discriminações advindas das relações hierárquicas de gênero, raça e do euroamericanismo capitalista.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decurso histórico do feminismo, várias questões relacionadas à opressão das mulheres, isso que nos une, foram postas na ordem do dia dos debates entre os grupos de mulheres e nas reivindicações do movimento em geral. Essas foram ganhando contornos mediante as particularidades de cada realidade em que as mulheres estavam inseridas.

Para nós, retomar a interface do feminismo com o tema da maternidade, é resgatar o arquivo, como meio de memória e problematização desse tema. As interpelações das feministas, desde os anos de 1960 (não significa que anteriormente esse tema não fosse debatido), eclodiram no cenário internacional, nos Estados Unidos e França e, no Brasil, precisamente nos anos de 1970.

Situar a maternidade no debate feminista é assumir um lugar de não neutralidade científica, portanto o tema conjuga uma série de interpretações feministas cujas filiações teóricas comportam múltiplas vertentes de campos epistemológicos distintos, a exemplo da Sociologia, Filosofia, Antropologia, História, Ciência Política, Psicanálise, Literatura, dentre outras. Talvez um dos pontos em comum dessas abordagens seja o questionamento à naturalização da maternidade como destino biológico feminino. Portanto, recobrar a trajetória histórica do tema no âmbito das correntes feministas constitui-se como uma apropriação da própria história do objeto de pesquisa sob os olhares epistemológicos propostos no estudo.

Nessa linha de rotinas e roturas cotidianas, as mulheres trouxeram falas, dramas, objetos, descobertas, sustos, medos, prazeres, segredos vividos. Mesmo sem uma consciência feminista elaborada, essas mulheres conseguem realizar roturas e correr riscos, indicando-nos formas de vida, às vezes sutis, da feitura das roturas. A maternidade, que mobiliza visões diretamente relacionadas às múltiplas identidades femininas, é vista nesse trabalho mediante uma interface de um objeto teórico, porém político, que resguarda relações de poder e de moralidades com

base nas interlocutoras que vivem essa experiência em suas imbricações relacionais e hierárquicas.

Segundo Olesen (2006), o *status* reprodutivo feminino é um tema que desde o início ocupa destaque central na pesquisa qualitativa feminista e que há muito é responsável pela produção de obras influentes.

Desse modo, com base nos trânsitos por esses lugares e identificações, remetemo-nos a Haraway (1995), quando ela traz a "visão" como possibilidade de ultrapassagem de um corpo marcado pelos esquemas heteronormativos, e também sobre evitar oposições binárias. Ao insistir na natureza corpórea de toda visão, a autora resgata o sistema sensorial que tem sido útil para dar um salto para fora do corpo marcado, o olhar do conquistador. "Este é o olhar que inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação." (HARAWAY, 1995, p. 21).

Assim, temos como desafio o uso da visão como sistema sensorial que deve ultrapassar, segundo Haraway (1995), os corpos marcados pela heterossexualidade branca. Perceber as tramas das maternidades localizáveis, desde as epistemologias feministas contemporâneas articuladas aos pressupostos socioantropológicos serão lentes adotadas nesse estudo, a fim de se enxergar os movimentos, os rostos, os corpos maternos. Haraway trata "[...] a objetividade feminista como uma localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto" (HARAWAY, 1995, p. 21). Para ela, com amparo nessa premissa, podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver, inclusive não inocentemente.

Nesse sentido, o lugar de fala, algo tão propagado nos debates atuais, apresenta-se para nós como visibilidade da agência feminina, sobretudo das mulheres pobres e negras, cujas vozes ao longo da história colonial não puderam ser ouvidas. Mergulhadas em contextos localizáveis de sofrimento, cuja base tinha como pilares as engrenagens interseccionais capitalista, racista e sexista, essas mulheres eram expropriadas até mesmo dos seus próprios corpos, cujo olhar e desejo imposto do colonizador imperavam como destino.

Nos anos de 1980, as organizações das mulheres negras no Brasil começaram a ganhar visibilidade política e se espalharam por todo o Território Nacional. Inspiradas nos escritos do feminismo negro, sobretudo das ativistas norte-americanas, a exemplo de Angela Davis, *Bell Hooks* e Patrícia Hill Collins, as feministas negras no Brasil passaram a questionar o caráter ocidental do movimento feminista, ao omitir por dentro das relações de gênero o aspecto da raça. Esta, por sua vez, conjuga hierarquias que há nas relações entre as próprias mulheres da

população branca e não branca. Além disso, o feminismo negro chama a atenção para a realidade vivida pelas mulheres negras e pelas múltiplas modalidades de resistências que compõem suas histórias de vida.

Neste segmento, os lugares de fala e as experiências das mulheres negras, pobres e mães produziram uma série de enunciações que traduziram as intersecções dos sistemas de pertencimentos que estruturam tanto os seus discursos como suas práticas cotidianas. Mediante uma tensão criativa entre o instituído socialmente e seus contextos de vida, suas falas retratam seus construtos nativos e os lugares sociais que ocupam, diante de experiências de vida distintas.

Assim, a *decolonialidade* rompe com a ideia de uma mulher universal, mas assevera a existência de uma multiplicidade de mulheres, situadas em tempos e lugares históricos e culturais, mediante marcadores de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual, dentre outros. São mulheres que ainda sofrem as marcas da *colonialidade* moderna, orquestrada pelo sexismo, racismo e capitalismo.

A capacidade de resistência das mulheres às normatividades tradicionais de feminilidade e maternidade hegemônicas e às formas de opressão, em contextos de subordinação de todas as ordens historicamente situadas, foi algo notável nos deslocamentos das narrativas das interlocutoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. América Latina e o giro *decolonial*. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº11, pp. 89-117, maio - agosto de 2013.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**. O mito do amor materno. Tradução: Waltensir Dutra. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira Editora, 1985.

_____. **O conflito**. A mulher e a mãe. Tradução: Vera Lúcia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida**. A pesquisa e seus métodos. São Paulo: Paulus, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 8. ed. Campinha, SP: Papirus, 2007a.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *In*: **Cadernos Pagu**, n.37, p.9-41, julho-dezembro de 2011.

DONATH, Orna. **Mães arrependidas.** Uma outra visão da maternidade. Tradução: Marina Vargas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Família, moralidade e religião: tensões contrastivas contemporâneas em busca de sentido. In: VELHO, Gilberto; DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Gerações, família e sexualidade.** Rio de Janeiro: Letras, 2009.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, n. 62, vol.19, n.62, pp.13-30, 1998.

FONSECA, Claudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 26, p. 11-43, jan./jun. 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2:** O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GROSFOGUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e *colonialidade* global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *In*: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, 1995, pp. 07-41.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *In*: **Estudos feministas**, Florianópolis, n.1, 1993, p. 7-32.

LAHIRE, Bernard. Patrimônios individuais de disposições. Para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 49, pp. 11-42, 2005.

LUGONES, María. Rumo ao feminismo descolonial. *In*: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

OLESEN, Virginia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. *In*: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna e colabs. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MAHMOOD, Saba. Teoria Feminista, Agência e Sujeito Liberatório: Algumas Reflexões sobre o Revivalismo Islâmico no Egipto. *In*: **Revista Etnográfica**, Lisboa, n.1, Vol. X, 2006, pp.121-158.

MOHANTY, Chandra. Under Western Eyes. In: MOHANTY, Chandra; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes. **Third World Women and the Politics of Feminism**. Bloomington: Indiana University Press, 1991.

MATIAS, Vivian. Notas desobedientes: *decolonialidade* e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *In*: **Psicologia & Sociedade**, vol. 30, maio, 2018, pp. 1-11.

Mulheres do sertão oitocentista: Diálogos com a perspectiva *decolonial*

Kelyane Silva de Sousa [1]
Maria Helena de Paula Frota[2]

RESUMO

O sertão nordestino oitocentista denota relações de gênero que, marcadas pela formação sócio-histórica regional, rompem com as ideais tradicionais sobre o que é ser homem e ser mulher no Brasil. Na análise de algumas autoras, nesse período, despontam figuras semilendárias classificadas como "matriarcas do sertão", por sua posição de poder perante as famílias e os negócios. Dentre esses atributos, destaca-se o fato de serem mulheres da elite do sertão, marcado pela escassez de recursos e pela demora cultural. Esta seção do livro revisita as mulheres sertanejas oitocentistas, numa perspectiva *decolonial*, o que requer também compreender seu contexto histórico e suas contradições, haja vista que, apesar de romperem com a lógica patriarcal de poder e assumirem uma posição de comando, pertenciam à aristocracia agrária da época, o que lhes atribuía alguns privilégios. Para alcançar o objetivo, utilizou-se o método biográfico nas ciências sociais, mediante pesquisa bibliográfica e documental. Como categorias de análise principais, recorreu-se a mulheres do sertão, gênero e poder e *decolonialidade*. Assim, retomar a história das mulheres do sertão nordestino oitocentista sob a perspectiva sociológica nas categorias gênero e poder tornou-se relevante para compreender que as

1 Mestra em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará – UECE; bacharela em Serviço Social pela UECE; professora substituta do Curso de Serviço Social da UECE e do Centro Universitário Ateneu – UNIATENEU; pesquisadora do Observatório da Violência Contra a Mulher - OBSERVEM da UECE.

2 Doutora em Sociologia pela Universidad de Salamanca- Espanha (2000). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professor Associado da Universidade Estadual do Ceará. Professora Integrante do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas- UECE. Líder do grupo de Pesquisa Gênero, Família e Geração nas Políticas Sociais, vinculado ao CNPq desde 1998. Coordenadora do Observatório da Violência Contra a Mulher – OBSERVEM. Membro efetivo do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher. (2020) Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Sociais – NUPES. Tem experiência na Área de Sociologia, com ênfase em Gênero e Violência, Gênero e Trabalho.

análises não devem ser unilaterais, mas hão de ser compostas por entrelaçamento dos olhares sobre gênero, classe, raça e lugar de origem.
Palavras-chave: Mulheres do Sertão. *Decolonialidade*. Gênero e poder.

1 INTRODUÇÃO

Debruçar-se sobre os fatos históricos, biografar a vida das mulheres e tentar conhecer as diversas faces da realidade constitui uma das principais modalidades de militância das feministas, e, no Brasil, especificamente, foi a temática mais abordada nos anos de 1990[3] . Essa desafiadora missão de reler o que já havia sido produzido e encontrar nas entrelinhas da produção acadêmica as mulheres e, além disso, mostrar o lugar do feminino no passado, conjurar a imagem das "esquecidas", significou, na maioria dos casos, em não só relembrá-las, mas também enaltecê-las, atribuindo às mulheres do passado os títulos de "heroína", "guerreira", dentre tantos.

Assim exposto, a sugestão da pesquisa não é só recontar, mas é reviver, trazer à baila das discussões de gênero uma expoente, por ser inegável seu papel de destaque no período em que viveram as matriarcas do sertão do Ceará, a fase dos Oitocentos, sem, entretanto, incorrer no errôneo discurso que exalta somente suas características pessoais, esquecendo-se do contexto que as formou, como mulheres reais, com todas as contradições e paradoxos próprios da existência humana, mas que se destacaram também pelas possibilidades do meio em que viveram.

Este segmento da obra decorre dos estudos que se sucederam ao encerramento da pesquisa de mestrado, que teve como título *Bárbara de Alencar:* Relações de Gênero e Poder no Cariri Cearense, cuja publicação ocorreu em 2015, de igual autoria. No percurso dos estudos de gênero, foram incluídas novas correntes epistemológicas feministas, dentre as quais a *decolonialidade*, que, segundo Ballestrin (2020), questiona os estudos acerca do movimento feminista que sintetizavam as conquistas das mulheres em "ondas"[4] com amparo em referenciais do Ocidente. As autoras da perspectiva feminista *decolonial* rompem com o referencial unilateral desses estudos e estão "[...] interessadas em tornar global cada vez mais representativo de outros contextos regionais, locais, dada a diversificação das histórias e trajetórias das lutas feministas". (P.2)

3 Tilly(1994) ressalta que a distinção dos trabalhos que retratam as histórias das mulheres dos demais é seu engajamento político, seu aspecto de transformação social, ainda que tenham sido escritos por pessoas que não estavam diretamente engajadas no movimento feminista. Todas essas produções possuem um cunho de movimento social, advindos do contexto de luta das mulheres de 1970 a 1980.

4 As ondas do feminismo correspondiam a uma sistematização da luta e conquista dos direitos civis, políticos e sociais das mulheres.

Embora no período de elaboração da referida dissertação as leituras sobre o feminismo *decolonial* ainda não estivessem na centralidade dos estudos, a proposta sempre foi pensar as mulheres de acordo com seu lugar no mundo: compreender quem foi Bárbara de Alencar pressupunha entender o que significava ser uma mulher da elite no Cariri, Sertão Nordestino, durante o século XIX. Com essa compreensão, as leituras não poderiam partir dos clássicos da Sociologia europeia, mas das autoras nordestinas, notadamente Rachel de Queiroz, em seu texto, com a parceria de Heloisa Buarque de Hollanda, *Matriarcas do Ceará* (1990), e Miridan Konx Falci, com o texto *Mulheres do sertão nordestino* (1997), e até revisitando obras clássicas da literatura, como *Os sertões,* de Euclides da Cunha; ou seja, partiram da premissa de que os acontecimentos públicos, narrados na história tradicional, negligenciavam o espaço de participação das mulheres, dos negros e indígenas no Brasil e de crianças, adolescentes e idosos. A perspectiva *decolonial*, além de arrimar a formação do conhecimento transpondo a óptica da Modernidade e sua marca de colonização, permite questionar a *colonialidade* do poder, do ser e do saber, como expressa Quijano (2000).

> A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/ moderno,capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. (P. 126).

Discutir sobre as matriarcas do Ceará, numa perspectiva *decolonial*, perpassa também o questionamento da "colonialidade de gênero", como aponta María Lugones (2008). Faz-se necessário compreender tais mulheres dentro do seu contexto regional - uma sociedade marcada pelo sistema patriarcal nas leis e costumes - num instante histórico em que as mulheres não tinham direito nem mesmo a andarem desacompanhadas na rua.

Em tais circunstâncias, este escrito capitular tem como objetivo geral revisitar as mulheres sertanejas oitocentistas numa perspectiva *decolonial*, o que requer também compreender seu contexto histórico e suas contradições, haja vista que, malgrado romperem com a lógica patriarcal de assumirem uma posição de comando, pertenciam à aristocracia agrária da época, situação que a elas destinava alguns privilégios.

Para alcançar tais objetivos, durante a investigação, recorremos ao Método Biográfico em Ciências Sociais, na perspectiva de Mirian Goldenberg (1998), ou

seja, exibir o contexto de uma época por meio da vida de um sujeito de pesquisa, e realizando demanda bibliográfica e documental nos acervos históricos.

Os módulos seguintes do texto são: a metodologia, em que é expresso o método biográfico nas Ciências Sociais; a mostra do contexto do sertão nordestino no período oitocentista, caracterizando a sociedade sertaneja e as particularidades do Ceará; e, a modo de remate, a discussão central acerca das construções elaborações sociais de gênero no sertão com as matriarcas do Ceará.

2 O MÉTODO BIOGRÁFICO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A metodologia desta pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica e documental. Louvamo-nos no método biográfico, que, segundo Mirian Goldenberg (1998), configura "A utilização do método biográfico em ciências sociais é uma maneira de revelar como as pessoas universalizam, através de suas vidas e de suas ações, a época histórica em que vivem". (P. 43). Estudar a história das mulheres é desafiador, pois, segundo Tilly (1994),

> [...] há duas tarefas cada vez mais urgentes que se apresentam à história das mulheres: produzir não somente estudos descritivos e interpretativos, mas também estudos que resolvam problemas analíticos, e vincular as descobertas que decorrentes desses às questões gerais que há muito estão postas à história. Ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são algo mais do que uma categoria biológica; elas existem socialmente e compreendem pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades; suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder. Mas, sobretudo porque, para o historiador, em função do processo permanente de estruturação social. (P.31).

Em sendo uma mulher a referência, é permitido que conheçamos o contexto sobre uma distinta visão nas relações de gênero, acerca daquelas que tiveram destaque na história, seja por coragem, bravura ou "atos heroicos". Isto nos possibilita, por conseguinte, entender quais as condições que a fizeram se sobressair dentre as demais, perpassando o entendimento de que homens e mulheres são constituídos socialmente, e as demais relações que estabelecem - de classe, raça e geração - terão influência direta no modo como se exibem. Guimarães (2005), ao acentuar a relevância de se estudar a história das mulheres, define:

> Nesse sentido, a mulher e o homem são construídos socialmente, a partir de uma cultura historicamente situada no tempo e dentro das circunstâncias possíveis, determinadas por essa temporalidade. Sujeitos de seu tempo, imersos em um conjunto específico de relações sociais historicamente situadas, cada ser-mulher e cada ser-homem tem um grupo originário e estão submetidos às regras de comportamento que se firmam à ética hegemônica. Assim sendo, sob o ponto de vista da construção de sua especificidade de mulher e homem, são determinantes sua classe, raça, religião e a forma de inserção na sociedade. Deste modo, a partir das variáveis fundamentais se constroem o ser-homem e o ser-mulher. (P. 90).

Por isso, além de simplesmente narrar os fatos que aconteceram na vida das matriarcas do Ceará, foram situados o contexto e os significados que existiram por meio do seu lugar histórico, mulheres da elite, donas de posses e escravos, descendentes de portugueses e que administravam os bens, os escravos e sua família.

3 O SERTÃO NORDESTINO NO PERÍODO OITOCENTISTA

O sertão é a referência de uma parte do Nordeste, marcada pela diversidade de recursos naturais e que é objeto de constantes transformações da paisagem natural – numa constante mutação entre aridez do solo e abundância de fertilidade no período das chuvas. É também a terra de um povo assinalado pela luta da sobrevivência ali, constituído pelos nativos da terra, os indígenas, conhecidos pela sua personalidade aguerrida, até os estrangeiros, que chegaram e se estabeleceram no lugar.

A Região sobra dividida assim: o Nordeste rico e produtor de açúcar[5] – de onde temos referências das sociabilidades descritas na obra *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre– e o agreste e o sertão, distantes dos centros litorâneos – retratados na obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha.

É importante prosseguir com esta seção abordando as particularidades dessas distintas microrregiões, para que compreendamos a diferença entre as relações sociais nelas estabelecidas. Ressaltamos, também, que as condições geográficas e econômicas irão incidir diretamente nas relações de gênero, propiciando o aparecimento de mulheres que se destacaram na realidade social e foram no-

5 A Zona da Mata açucareira compreende a região próxima ao litoral, que se inicia no Rio Grande do Norte e termina no norte da Bahia. Caracteriza-se pela monocultura da cana-de-açúcar [*Saccharum officinarum*] para a produção e a exportação deste bem.

meadas pela escritora Rachel de Queiroz e Heloisa Buarque de Hollanda como as *Matriarcas do Ceará* (1990).

O século XIX é marcado por diversas mudanças políticas e sociais no Brasil. Durante a dita centúria, passamos do Período Colonial ao Regime Imperial, findando com o início da República e o fim da escravidão. O Brasil, ao largo das duas primeiras décadas do século XIX, era colônia de Portugal. Sua maior atividade econômica do período era a empresa açucareira, que teve sua produção concentrada no Nordeste, especialmente nas Províncias de Pernambuco e Bahia, em razão das favoráveis condições climáticas, geográficas, políticas e econômicas.

Como noticia Fausto (2014), o açúcar, desde o século XV, era considerado uma especiaria, habitualmente usada como medicamento ou condimento, e, no século seguinte, passou a fazer parte da dieta da aristocracia europeia, por meio das publicações de culinária, até se popularizar entre todas as classes sociais. O chamado açúcar "barreado"[6] era produzido nos engenhos. Estes ficavam dentro do latifúndio, que abrigava também a casa-grande dos senhores das terras, e a senzala, que servia de moradia para a principal mão de obra desse sistema - os negros africanos escravizados e os indígenas.

Apesar de ser considerado o principal produto de exportação da economia colonial, o açúcar brasileiro concorreu com as Ilhas das Antilhas, a partir de 1630, quando Inglaterra, França e Holanda iniciaram o plantio da cana-de-açúcar. Além da concorrência no mercado estrangeiro, essa atividade repercutiu no preço de compra das pessoas escravizadas, o que aumentou significativamente os custos com a mão de obra. O açúcar nordestino voltou a ganhar destaque na economia, na segunda metade do século XVIII, com a Reforma Pombalina, e durante a rebelião de escravos em São Domingos – colônia francesa nas Antilhas (atual Haiti) – em 1791. No século seguinte, as províncias que mais produziam açúcar eram Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, nessa ordem. As demais também produziam alimentos de subsistência extraídos da mandioca e carne de gado, como acontecia nas famílias da região do Cariri, no Ceará (FAUSTO, 2014).

A derrocada do sistema colonial é um dos principais acontecimentos desse período, refletindo as transformações políticas e econômicas mundiais, como a queda dos regimes absolutistas europeus e o florescimento do iluminismo na França e do liberalismo na Inglaterra, que foram difundidos na Revolução Francesa (1789) e na Revolução Industrial, respectivamente. A repercussão disso no Brasil ocorreu porque Portugal dependia da proteção inglesa, mas tentava limitar o poder dessa Nação à presença dos ingleses em terras brasileiras. O fim da

6 Segundo Fausto (2014), o açúcar era chamado de barreado, porque continha barro na composição para se tornar mais branco e parecido com o europeu, considerado de boa qualidade.

colônia, entretanto, não rompeu com as relações subalternas de poder que se estabeleceram no País, no tocante à relação de classe, raça e gênero, como ressalta Quijano (2000).

> Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (P. 118).

Assim, as transformações sociais ocorridas após a independência do País, destacavam-se, principalmente pelas reformas administrativas ocorridas no reinado de Dom José I (1750-1777), por meio de seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal, enquanto as relações de dominação de classe/raça e gênero permaneciam pouco alteradas. Elas representaram "[...] um grande esforço para tornar mais eficaz a administração portuguesa e introduzir modificações no relacionamento metrópole-colônia". (FAUSTO, 2014, p. 59). Dentre as suas principais ações, Pombal criou companhias de comércio para desenvolver a produção para exportação nas regiões Norte e Nordeste do País; ampliou o controle e os impostos sobre o ouro de Minas Gerais; e expulsou os jesuítas, por causa do seu trabalho com os indígenas – marcadamente de cunho "civilizatório/salvador" - que passaram a ser incorporados à civilização portuguesa, pois a Companhia de Jesus acumulava muitas riquezas no País.

Esse conjunto de mudanças, que impulsionaram a produção, mas ampliaram a taxação de impostos e importaram as ideias iluministas, perpetuaram-se no reinado de Dona Maria I (1777 a 1816), no qual deve-se destacar a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808, período em que as relações econômicas e políticas dentro do próprio País foram alvos de intensas mudanças, em razão das exigências de adequação do Rio de Janeiro para receber a realeza.

As insatisfações dos diversos setores da população com a administração da Coroa Portuguesa refletiram no surgimento de rebeliões e movimentos separatistas e de independência em relação à Metrópole. Os traços convergentes dessas revoltas encontram-se no seguinte ponto:

> Elas tinham a ver com as novas ideias e os fatos ocorridos na esfera internacional, mas refletiam também a realidade local. Podemos mesmo dizer que foram movimentos de revolta regional e não revoluções nacionais. Esse foi o traço comum de episódios diversos como a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração dos Alfaiates (1789) e a Revolução de 1817 em Pernambuco. (FAUSTO, 2014, p. 63).

Já nos séculos XVIII e XIX, a Região Geoeconômica do Nordeste, a área correspondente ao sertão setentrional que abrangia uma grande parte do Nordeste e o maior número de estados, correspondia às províncias. Dentro desse perímetro das terras nordestinas, as matriarcas tiveram sua atuação política na região do Cariri.

Acerca das características socioespaciais do sertão, o livro *A sociologia de Os sertões*, de Adelino Brandão (1974), que faz a análise da obra de Euclides da Cunha7 expressa que "[...] o primeiro ensaio de descrição sociográfica e de interpretação histórico-geográfica do meio físico, dos tipos humanos e das condições de existência no Brasil". (P. 18).

Conforme o autor, a metodologia criada por Euclides da Cunha possibilitou a interpretação de alguns conceitos sociológicos necessários para a compreensão dos sertões. A primeira dessas concepções a ser citada é a de "[...] demora cultural; isto é, a diferença entre o ritmo de desenvolvimento entre os segmentos de

---

7 Como lembra Brandão (1974), *Os sertões* é uma obra de Euclides da Cunha, publicada em 1902, a qual aborda a Guerra de Canudos (1896-1897), que ocorreu no sertão da Bahia. O escritor havia presenciado os acontecimentos por meio do trabalho jornalístico que realizou para o jornal *O Estado de São Paulo*. A obra narra as condições de vida dos sertanejos e sua luta para seguir o líder messiânico, cearense, de Quixeramobim, Antônio Conselheiro. Apesar de ser posterior às duas principais revoluções em que Bárbara atuou, apresenta uma análise sociológica do homem sertanejo aprofundada de dados e sentidos que corresponde à realidade do Cariri cearense.

cultura [...]" (BRANDÃO, 1974, p.22), que tem como significado a relação entre sociedades, as quais se desenvolvem, econômica e politicamente, de maneira distinta, sendo umas mais aceleradas do que outras. Um exemplo de "demora cultural" é o hiato entre as zonas urbanas e rurais do Brasil. Na obra, percebe-se um vazio cultural entre "[...] litoral e sertão, entre caipiras e civilizados, entre cidade e campo e, de certa forma, entre o norte e o sul, no que o primeiro tinha de arcaico, medieval, e este desenvolvido e moderno". (IDEM, p. 25).

A respeito das populações locais, o sertanejo possui destaque pela sua marginalidade social, em razão da sua escassez de recursos materiais e culturais. Euclides da Cunha argumenta, entretanto, que "o sertanejo é um retrógrado, não um degenerado". (*Apud* BRANDÃO, 1974, p. 29).

> O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. [...]agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofreia o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a expenda da sela. Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas. [...] É o homem permanentemente fatigado. [...] Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrigem-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréu canhestro, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias. Este contraste impõe-se ao mais leve exame. Revela-se a todo o momento, em todos os pormenores da vida sertaneja — caracterizado sempre pela intercadência impressionadora entre extremos impulsos e apatias longas. (CUNHA, 1901, p. 48).

Esta descrição demonstra uma característica do sertanejo - a intermitência - capacidade de mudança de acordo com os acontecimentos e eventualidades.

Os sertanejos e sertanejas são frutos da desigualdade cultural, social, econômica próprias da relação litoral-interior. Sua história é marcada pelo "isolamento social", o distanciamento dos grandes centros econômicos e de poder, dos *locis* das decisões. Por "isolamento social", compreende-se uma situação "privada de contatos pessoais" (BRANDÃO, 1974, p. 40). Naquele período, isso correspondia à existência de acidentes geográficos que causavam separação física. Estes eram montanhas, mares, oceanos, desertos, ou, no caso do sertão aqui, referido como a Chapada do Araripe e o distanciamento da Capital e do litoral da Província.

Em relação ao clima do sertão, Brandão (1974) aponta que este é caracterizado pela "intermitência", com base nos estudos do sociólogo alemão Von Wiese, para quem "[...] os fatos sociais se processam numa certa direção e conforme certo ritmo" (WIESE *apud* BRANDÃO, 1974, p. 58). Ou seja, o clima do sertão é formado por uma sucessão de fenômenos meteorológicos que ocorrem intempestivamente. O estudioso da obra de Euclides da Cunha descreve o clima citando trechos dela mesma:

> De um lado, a extrema secura dos ares... Do outro, as chuvas que fecham, de improviso, os ciclos adurentes das secas..." As forças que trabalham a terra... Dissociam-se nos verões queimosos; degradam-nas nos invernos torrenciais ..." "Desse perene conflito...ressalta a significação mesológica do local." Euclides se refere às "intercadências de dias embraseados e de noites frigidíssimas, entre paisagens desérticas das épocas das secas e a ressurreição da flora, ao sobrevir das chuvas, quando, então, "o sertão é um paraíso". (BRANDÃO, 1974, p. 61).

Os sertões permite elucidar questões geográficas do Nordeste brasileiro no século XIX, mas, além disso, possibilita compreender a formação social da população por meio da análise do sertanejo e de suas condições de vida em circunstâncias climáticas adversas. O "isolamento social" em relação às cidades litorâneas, onde as informações chegavam mais rapidamente, principalmente pela comunicação portuária, propiciava um diferente ritmo de vida e relações sociais com outros contornos. Esse é um dos aspectos que são relevantes para se entender por que, no tocante às relações de gênero, tivemos, no sertão cearense – na contramão da Zona da Mata – o advento de famílias matriarcais.

3.1 O Ceará e os sertões do século XIX

Segundo Raimundo Girão (1986), destacado historiador cearense, o Ceará, no século XIX, passava por uma reestruturação política e econômica. Havia

conseguido sua emancipação em relação a Pernambuco – ainda no século anterior – iniciando sua linhagem de governadores com Bernardo Manuel de Vasconcelos, empossado em 1789. Quanto à economia do Ceará, para o autor, como base de produção, esta possuía os seguintes produtos: carne de charque, algodão, açúcar, café, cera de carnaúba, maniçoba, oiticica, caju, mamona e lagosta. Destes, tinham destaque, na primeira metade do século XIX, os quatro primeiros e, como principal atividade, no tempo demarcado para esta investigação, destacava-se a charqueada, ou seja, a produção da carne de charque, pois, nessas terras, havia as condições favoráveis para a produção, conforme expressa o seguinte trecho:

> O caráter salino do solo, a abundância de pastos suculentos, os campos mimosos e agrestes determinaram a multiplicação do gado vacum. Sem tardança – como ficou salientado – criou-se, nos sertões cearenses, qual já se dera em outras paragens do Nordeste, a civilização específica do pastoreio, a única adequada e, sem dúvida, possível. (GIRÃO, 1986, p. 133).

A criação de animais, não somente bovinos, mas também caprinos, suínos e aves, encontrou condições propícias para se estabelecer no Ceará. Com o clima intermitente, com breves períodos de chuva e longas secas, essa atividade garantia a subsistência do sertanejo, pois, além da carne, todas as partes dos animais eram aproveitadas. A produção de couro de bovinos e caprinos movimentava também a indústria de fabricação de vestimentas, utensílios domésticos, móveis e artefatos utilizados nas próprias usinas de beneficiamento da carne ou da produção de açúcar (GIRÃO, 1985). A charqueada foi a atividade mais importante do Ceará durante o século XVIII, alvo de uma grande queda nas exportações, com a seca de 1790 a 1793, chamada de "seca-grande ou a comprida". (IDEM, p. 145). Ainda assim, essa permaneceu nas décadas seguintes como uma das principais atividades de subsistência do povo sertanejo.

O segundo produto era o algodão, utilizado para a fabricação de tecidos e redes. A produção ascendeu em 1777, com o português Antônio José Moreira Gomes, que trouxe para Fortaleza as técnicas de Lisboa. O florescimento da exportação, entretanto, só aconteceu em 1809, com a abertura dos portos, a qual proporcionou o comércio direto com Londres. Durante a segunda metade do século XIX, o algodão foi beneficiado pelas guerras civis ianques, já que os Estados Unidos eram o seu maior concorrente, e teve um progressivo aumento, como relata Rodolfo Teófilo (*Apud* Girão, 1986):

Em 1845, segundo a estatística da alfândega, a exportação foi de 124.757 quilogramas. Em 1876, vinte anos depois, nota-se um progresso imenso, a exportação subiu a 4.426.491quilogramas. Acresce que não foi aquele o ano da maior exportação; em 1871, já havia baixado o preço do algodão, ela subira a 7.907.941 quilogramas. (P. 158).

A ruína das exportações do algodão ocorreu no século XX, com as novas exigências do mercado externo em relação à espessura do fio. Este continuou a ser cultivado, entretanto, em baixa escala. O açúcar é o outro artigo produzido durante o período oitocentista, no Ceará, porém, seu produto final era diferente do de Pernambuco:

> Talvez se pudesse chamar de *Nordeste da rapadura* o "Nordeste duro" de Gilberto Freyre, porque foi e ainda é a rapadura, mais que a carne dos novilhos, a comida forte e generalizada do homem desta parte do Brasil. A rapadura tornou-se, na expressão de Capistrano, uma das alegrias do sertanejo. (GIRÃO, 1986, p. 163, grifo do autor).

Destacou-se, na produção de rapaduras, o Cariri, que se tornou exportador para os estados do Nordeste, como demonstra Girão (1985): "Por volta de 1860, havia no Cariri mais de 300 engenhos, na maioria, de madeira. No Crato, 130, sendo 8 de ferro. Em 21, dos 34 municípios, a estatística do Senador Pompeu anotou 1.200 deles". (P. 164).

No concernente à religião, o catolicismo predominou no século XIX, imbuído da cultura popular, condicionado pelas dificuldades próprias da região, com templos católicos de estrutura arquitetônica pobre e formada por clérigos que se dedicavam a outras atividades, como o comércio, a criação de gado ou, até mesmo, a política. A Igreja representava uma das principais autoridades para o povo, privado de educação e dos bens básicos e que via no sacerdote um líder legitimado (GIRÃO, 1985, p. 164).

Cariry (2001), ao descrever a região que lhe concedeu seu sobrenome, exalta as belezas naturais dela, rodeada pela Chapada do Araripe, a qual, na linguagem indígena, significa "Lugar das Araras" (p.1). O Cariri é privilegiado pelas nascentes da Chapada, que garantem terras férteis o ano todo e vegetação sempre verde, viva. O Cariri é uma região peculiar e admirável em diversos aspectos.

Para o desenvolvimento dessas regiões, com certeza, contribuiu bastante o crescimento da população. Por isso, ressaltamos que, ao Cariri cearense, centro geográfico com equidistância das principais capitais do Nordeste, desde meados do século XVII até os dias de hoje, continuam a chegar multidões sertanejas, em

fluxo constante, atraídas pela fertilidade e pela consagração do território como espaço mítico[8] (CARIRY, 2010, p. 1).

Segundo Reis Júnior (2008), a mão de obra de homens e mulheres escravizados foi imprescindível para a ocupação do território brasileiro e para o êxito econômico do País. Tal relação de trabalho, baseada na exploração, imprimiu, para a classe trabalhadora, uma face degradada, que exprime uma condição inferior de classe social na sociedade brasileira. Ainda como nação independente, a escravidão foi mantida, revelando as contradições do período. Costa (*Apud* REIS JÚNIOR 2008) assevera, sobre o rompimento da relação substancial entre o escravismo e a sociedade agrária oitocentista, que

> [...] nenhum motivo parecia existir para que se rompesse com essa tradição. Nem mesmo o da incongruência que existia no fato de uma nação que se tornava politicamente independente e inseria em sua carta constitucional a afirmação de que todos eram iguais perante a lei conservar o sistema escravista. (P. 250).

A escravidão no Ceará, segundo Ferreira Sobrinho (2011), teve ascensão no final do século XVIII com o rápido processo de ocupação do sertão, e, segundo o Censo de 1804-1813, a população de "[...] pardos livres e cativos, mulatos livres e cativos e pretos livres e cativos era superior à população branca". (P. 56). Na vila do Crato, o número de pretos e mestiços correspondia a 67% da população total. O escravismo cearense, diferente das demais províncias nordestinas, foi pouco expressivo. Essa realidade está atrelada às atividades econômicas, predominantemente pecuaristas, as quais forneciam subsídios alimentícios para os vizinhos latifundiários. Em números, a Província contabilizava uma população que, "[...] em 1864, era de 36 mil habitantes nessa condição. O censo de 1872 apresentava 32. 975 escravos, perfazendo 4,4% da população escrava do Brasil, ao passo que a província do Rio de Janeiro detinha 39,7% dos escravos". (REIS JÚNIOR, 2008, p. 251).

Com a introdução da cultura do algodão, do café e do açúcar para exportação, houve o aumento do tráfico entre províncias, em decorrência do qual foi registrada, no Ceará, a saída de 16.480 escravos de 1850 a 1880 (PINHEIRO *apud* REIS JÚNIOR, 2008, p. 252). Sobre as condições do trabalho escravo no Cariri, Reis Júnior (2008) cita a pesquisa realizada por Antônio José de Oliveira em in-

8 Um dos mais destacados fatos míticos foi o Milagre de Juazeiro, que ocorreu quando Padre Cícero Romão Batista deu a comunhão à beata Maria de Araújo, e a hóstia se "transformou" em sangue. Tal acontecimento se deu em Juazeiro do Norte, em 1889 (FARIAS, 2013).

ventários[9] do período oitocentista, na qual se constatou que, entre as principais funções laborativas, estava a fabricação de rapadura nos engenhos, no lugar de açúcar para exportação, o que era comum no litoral nordestino.

A composição de gênero nesse segmento populacional sobressai-se à medida que observamos sua relativa equidade, com uma pequena superioridade, em números, para o sexo masculino. Numa visão geral, Reis Júnior (2008) aponta como características da sociedade escravista cratense aspectos distintos das regiões com números expressivos de escravos, dentre os quais se destacam a elevada incidência de crianças escravizadas, que chegava a 35,41% no período de 1921 a 1930, quando comparada com outras regiões que estavam de 2 a 6%, e a razão de masculinidade, a qual, inversamente, estava em torno de 113,3, bem abaixo da razão baiana, cerca de 199, registrada de 1710 a 1827 (REIS JÚNIOR, 2008).

Os proprietários do Crato advinham das distintas classes sociais ‑ desde pequenos produtores até grandes latifundiários, como a família Alencar ‑ e, no século XIX, registraram uma população escrava de 294 pessoas, número significativo em razão do nível de desenvolvimento econômico e social da região (REIS JÚNIOR, 2008). Esse expressivo número de escravos no Cariri se deu também pela presença das famílias abastadas, dentre elas, os Alencares, que possuíam uma grande quantidade de escravos e as demais famílias que detinham o poder local, como as das "matriarcas do Ceará".

4 CONSTRUÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NO SERTÃO: AS *MATRIARCAS DO CEARÁ*

Durante o período colonial, a sociedade nordestina – principal polo de produção econômica, como destacamos na parte anterior – exprimiu características peculiares em relação aos gêneros, que se tornaram alvo de várias produções acadêmicas, aja vista sua relevância na elaboração das imagens de homens e mulheres. Dentre essas características, teve destaque uma família numerosa, composta por pai, mãe, filhos, escravos e outros parentes, a qual foi denominada, posteriormente, de família extensa (DURHAM,1982; ALMEIDA, 2001; ITABORAÍ, 2005). Entretanto, a análise realizada, destaca o feminismo subalterno, o qual

> Construindo-se como um feminismo crítico, radical e autônomo, o feminismo de(s)colonial absorve dos feminismos latino-americanos

9 Os inventários de bens foram utilizados por ambos os historiadores, Oliveira (2003) e Reis Júnior (2008), como fonte para se entender as relações sociais e econômicas desse período. Tais documentos estão arquivados no Fórum Desembargador Hermes Parahyba, na cidade do Crato – CE, sendo o mais antigo datado de 1751.

> diferentes vertentes, propostas e debates travados ao longo de sua larga trajetória das últimas quatro décadas. É fonte de inspiração a heterogeneidade das mulheres no continente transamericano como um todo, inseridas em situações e relações de subalternidades diversas e comumente sobrepostas referentes à classe, raça, etnia, cultura, orientação sexual, nacionalidade, geografia. (BALLESTRIN, 2020, p. 4).

Ao traçar o perfil da família brasileira no período colonial, em relação a homens e mulheres, realizamos um diálogo crítico com a obra *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, pois, segundo Albuquerque Júnior (2003),

> Freyre foi o inventor do conceito de família patriarcal, para descrever as relações familiares no Brasil, desde o período colonial até o final do século XIX, quando esta teria entrado em declínio, para ser substituída, paulatinamente, pela família nuclear burguesa. (P.135).

Outros autores clássicos para se entender a formação do Brasil são Sérgio Buarque de Holanda[10] e Nestor Duarte, os quais trataram da influência da família e do cotidiano da vida privada nas ações políticas da vida pública.

Para Eunice Durham (1982), a família colonial – melhor instituição para se entender as relações entre homens e mulheres – traduziu o modelo de família ibérica advinda dos colonizadores [11]portugueses, modelo que foi apregoado nas famílias da elite e tinha objetivos específicos: regulamentar a procriação, especificamente, a sexualidade das mulheres; legitimar os filhos; e assegurar o repasse dos bens por herança. A autora enfatiza que essa regulamentação não era válida aos homens, por isso, os inúmeros relatos de concubinas e filhos ilegítimos, pois os homens não tinham obrigação legal fora do casamento instituído.

O patriarcado, para Durham (1982), era o sistema dominante, de modo indiscutível, a família colonial. As mulheres da elite, no entanto, se expressavam de duas maneiras, principalmente, com submissão ou como enérgica mãe. A primeira delas era a mulher totalmente submissa, que aceitava sua condição de inferioridade e acolhia às imposições que lhe era imposta pela figura masculina, suportava

10 Sérgio Buarque de Holanda escreveu *Raízes do Brasil* e Nestor Duarte produziu *A ordem privada e a organização política nacional*. Junto com Freyre, formam o conjunto de autores clássicos para se entender a família colonial, a organização política brasileira e a criação da identidade nacional, na análise de Itaboraí (2005).

11 O patriarcado é um conceito amplamente discutido como estrutural para a formação e expansão capitalismo como sistema de opressão/dominação das mulheres na sociedade, no mercado de trabalho e em todas as esferas da vida em uma perspectiva marxista.

traições e até agressões físicas em nome da permanência familiar. A mulher era considerada um bem pertencente ao homem, o patriarca, e era educada, desde cedo, para ser esposa. Não era permitido a ela ter contato com a vida social, com exceção da ida à missa ou a alguns festejos religiosos, desde que acompanhada por homens da família. Permanecendo em casa, a mulher estava longe das decisões políticas e sociais.

A segunda imagem era a da "enérgica mãe de família" (DURHAM, 1982, p. 38), a qual organizava o ambiente doméstico e, por vezes, assumia o papel de chefia da casa na ausência temporária do marido ou por viuvez, administrando escravos, filhos e negócios. O cuidado com os filhos, entretanto, nessas duas imagens de mulher, ainda era responsabilidade somente das mães. Em decorrência desses papéis, elas assumiam, como mãe-administradora do lar, a importância do casamento; para as mulheres, tinha outros fins além da preservação dos bens da família: poderia ter sentido também de liberdade. Cardoso (1903), ao comentar sobre as mulheres dessa época, diz que elas, por terem menos liberdade, imaginavam o casamento como um meio para mudar de vida, para sair de sua rotina e encontrar emoções e razões diferentes para viver. Ao se casarem, no entanto, na maioria das vezes, deparavam o cotidiano de novas responsabilidades, com a administração dos afazeres domésticos, com o surgimento dos filhos e do marido autoritário. Apreende-se dessa realidade a ideia de que as mulheres negras, indígenas e pobres ocupavam outras funções nessa sociedade, que não passa pela construção de uma "família" – de acordo com os moldes do colonizador, como destaca Lugones (2014),

> Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. (P. 936).

Quanto à sua educação, não era permitido às mulheres dessa época saber ler ou escrever, pois, com esse conhecimento, elas podiam desviar-se do "caminho correto", escrevendo para namorados ou tendo acesso a livros pouco instrutivos,

como os romances. Muitas vezes, às mulheres da elite cabia apenas aprender as habilidades domésticas, a costurar, a bordar ou as boas maneiras de se comportar como uma "mulher descente". A mulher da família colonial não podia escolher com quem iria se casar. Normalmente, era o pai que determinava e sua decisão era baseada em questões de interesse financeiro. Por vezes, o marido eleito era algum parente e bem mais velho do que a jovem noiva.

Almeida (2001), entretanto, aponta que as imagens da mulher propostas por Gilberto Freyre apresentam apenas uma face da história, o Nordeste açucareiro, pois a realidade do Sudeste era bem diferente, com relações em que as mulheres predominavam. De forma semelhante, o sertão refletia essas mulheres que estabeleciam diferentes relações de gênero e poder:

> [...] As mulheres separavam-se dos maridos com certa frequência; falou-se até de "divórcio" no sentido que lhe é dado atualmente [...] as mulheres viúvas ou na ausência do marido assumiam papéis de mando nos empreendimentos da família, de liderança, de cabeça de casal (ALMEIDA, 2001, p. 4).

Outrossim, Albuquerque Júnior (2003), apoiado em Ronaldo Vainfas e Richard Parker, aponta que generalizar a organização familiar na Colônia como patriarcal, na qual a dominação masculina aparece como situação dada e imutável, incorre no erro de ignorar a multiplicidade de realidades daquele período: "É evidente que afirmar a dominação masculina como regra geral em nível conceitual, não exclui a existência, nas práticas concretas, de homens e mulheres relativamente livres". (P. 137). A figura do patriarca no Nordeste imprimiu a imagem do homem nordeste, forte, viril, sem traços de fraqueza e dominante na família. Tal representação perdura, atualmente, no imaginário social e nos meios culturais. Acerca do nordestino e de sua imagem atribuída, Albuquerque Júnior (2003) define:

> [...] Figura em que se cruzam uma identidade regional e uma identidade de gênero. O nordestino é macho. Não há lugar nesta figura para qualquer atributo feminino. Na historiografia e sociologia regionais, na literatura popular e erudita, na música, no teatro, nas declarações públicas de suas autoridades, o nordestino é produzido como uma figura com atributos masculinos. (P. 20).

Essa também é a perspectiva de Falci (2004), a qual argumenta que a sociedade do sertão nordestino foi fundamentada no patriarcalismo, em que havia diver-

sas estratificações baseadas na classe social, na raça/etnia e no gênero. Segundo a autora, a pretensa democracia entre raças e culturas advindas da mestiçagem da região causou uma falsa aparência de coesão entre os diversos grupos. A marca da hierarquização estava presente desde o espaço doméstico até a rua, assinalando os discursos, por exemplo, no momento em que se celebravam os casamentos, nos quais se registravam indagações comuns feitas pelos ancestrais: "Minha filha, ele é branco?" (FALCI, 2004, p. 243), demarcando, assim, a importância do branqueamento da família nas relações sociais da época. A pesquisadora afirma, ainda:

> Mas a história tem outra memória sobre o sertão do Nordeste: uma terra de modo de vida excêntrico para as populações do Sul, onde perduraram as tradições e costumes antigos e específicos, onde extensas fazendas de gado e de plantio de algodão utilizaram a mão de obra livre e escrava trabalhando lado a lado, espaço em que uma população, descendente de portugueses se mesclou com os "negros da terra" – os indígenas – e com os negros da Guiné – os escravos trazidos pelos próprios colonizadores ou mandados comprar, depois, nas praças comerciais de São Luís, Recife, Salvador ou no pequeno porto de Parnaíba, ao norte do Piauí (FALCI, 2004, p. 242).

A existência das mulheres no sertão, entretanto, permitiu o aparecimento de outras relações de gênero. De acordo com a autora, desde o século XVIII, houve o aumento progressivo do número de mulheres advindas dos Açores, em Portugal, e também de africanas escravizadas, ao passo que, no século seguinte, em 1826, havia 47 mulheres para cada grupo de 100 habitantes. "Eram 28.245 mulheres livres e 11.699 mulheres escravas [...]" (FALCI, 2004, p. 243) no sertão do Piauí. A referida estudiosa ressalta que a natalidade era muito alta no sertão, no entanto, havia também mortalidade infantil, por infecção do cordão umbilical, e morte de mulheres, por ocasião do parto. E essas mulheres de lugares diversos e posições sociais acabaram se tornando também matriarcas.

Com base nas discussões do texto *Matriarcas do Ceará – D. Federalina de Lavras*, de Rachel de Queiroz e Heloisa Buarque de Hollanda (1990), recriamos a imagem das mulheres icônicas do sertão nordestino por meio de três figuras de destaque que possuíam características marcantes e peculiares. Para as escritoras, essas mulheres são o antagonismo da versão de "mulher brasileira" das metrópoles e correspondem à imagem da mulher europeia da Era Vitoriana[12]. Nesse sen-

12 As transformações da Inglaterra no século XIX, entre elas, a evolução da ciência, propiciaram o surgimento da figura da mulher da elite restrita à esfera privada, guardiã da moralidade e da vida

tido, foram elencadas Bárbara de Alencar, Federalina, de Lavras da Mangabeira, e Marica Macedo, todas pertencentes à região do Cariri – CE. As autoras categorizam essas três mulheres como matriarcas pelos seguintes atributos análogos:

> Foram elas matriarcas semilendárias, proprietárias de terra e gado no interior do sertão, longe das pretensões fidalgas das Casas-Grandes da zona açucareira. Levavam uma vida rústica relativamente distante dos padrões culturais europeus que, na época, moldavam as sociedades do litoral nordestino. No sertão, exerciam grande poder de liderança, tendo controle total de seus feudos regionais. (QUEIROZ; HOLANDA, 1990, p. 1).

Essas mulheres exerciam o poder de mando na região, organizando as atividades no ambiente doméstico, mas o que vem a se tornar sua principal característica é o fato de influenciarem as relações econômicas, políticas e culturais da região em que viviam, junto com os filhos, escravos e outros sujeitos que tivessem uma relação de proximidade e ocupassem posições de poder, em sua maioria, clérigos, cientistas e políticos.

> [...] o poder das matriarcas não era necessariamente vinculado ao poder político ou econômico da região, ainda que, subsidiariamente, tenham desenvolvido atividades e ocupado posições de controle nessas áreas. De forma sintomática, surgem elas em cena a partir da posição ocupada na estrutura familiar. São chefes de família, ou melhor, tornam-se chefes de família devido à ausência do patriarca, por morte, ou por viagens constantes. Raramente são solteiras ou sem família. A manipulação de filhos, parentes e agregados parece ser o foco inicial do poder e do raio de influência das matriarcas. Começam a exercer seu controle em um âmbito mais restrito, o familiar, e terminam por englobar a rede de poderes que liga, de forma bastante específica, no interior do Nordeste, o Estado, a Igreja e a família. (QUEIROZ e HOLLANDA, 1990, p.1).

Cabe destacar a distinção clara que essas mulheres do sertão cearense têm das outras que pertenciam à zona açucareira, que tinha seu principal expoente na Província pernambucana, não só pelos espaços geográficos, distantes dentro da

doméstica, sexualmente reprimida, e que tinha apenas uma escolha aceitável de carreira profissional: tornar-se preceptora, ou seja, educadora de crianças dentro do ambiente doméstico.

mesma região, mas pela influência do tipo de produção econômica que predominava em cada um deles. O primeiro, no tocante à relação de gênero, será marcado pelo surgimento das matriarcas, o segundo, pela figura masculina, o patriarcado.

Ressaltamos que toda essa construção histórica da mulher, que é recorrente em muitos autores, privilegia o entendimento das famílias de elite, que dominavam a vida social e se tornaram símbolo de cada época. Observa-se, contudo, a existência de mulheres que, como as matriarcas do sertão nordestino, assumiam o papel de mando em suas famílias e chegavam a ser provedoras de suas casas, lutando pela sua sobrevivência e a de seus protegidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, neste escrito, buscou-se fazer um resgate de como se estabelecem as relações de gênero e poder na sociedade oitocentista sertaneja. Como percebido, houve uma distinção geográfica e sociais entre as formas de organização nas famílias na sociedade: de um lado, o Nordeste açucareiro, descrito pela obra clássica *Casa Grande e senzala,* de Gilberto Freyre, as relações eram de mando e administração dos bens, da família e dos escravos ficavam a cargo do pai, ele representava o chefe do seu clã, portanto, as relações eram patriarcais.

Por outro lado, caracterizado pelos termos de Euclides da Cunha, o sertão, isolado socialmente e caracterizado pela demora cultural, ou seja, distante dos grandes centros de poder, expressou distintas relações de gênero, possíveis em razão da ausência do marido ou por ocasião de sua morte, como aparentemente são os casos de Bárbara de Alencar, Federalina de Lavras e Marica Macedo, em que a chefia da família foi encabeçada pelas mulheres, relações retratadas no texto *As matriarcas do sertão,* de Rachel de Queiroz e Heloísa Buarque de Hollanda.

As matriarcas eram mulheres da elite sertaneja que comandavam com maestria seus bens e sua família. Ainda que essas mulheres tivessem essas características, eram seus filhos homens que apareciam na vida pública e que difundiam o sobrenome das famílias, pois, de acordo com Falci (2006), as mulheres da elite do sertão tinham que respeitar determinados limites de sua atuação. O mesmo não correspondia às mulheres negras, indígenas e mestiças pobres, as quais não eram consideradas dignas nem mesmo de formar uma família nos moldes convencionais, partindo da premissa do colonizador.

Por fim, é relevante destacar o fato de que o Cariri é a região que apresenta altos índices de violência contra a mulher e de feminicídio com maiores manifestações de tortura e opressão – e foi também o *locus* de surgimento das matriarcas do sertão. Esta é uma das questões que apontam a necessidade de mais estudos e pesquisas, principalmente por intermédio da visão dos estudos feministas subal-

ternos, apontando a questão interseccional de classe, raça, gênero na formação desta região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, N. **Gênero e Ciências Humanas** - Desafio às Ciências Sociais desde a Perspectiva das Mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

ALMEIDA, Ângela Mendes. "Família e História: Questões Metodológicas". *In*: **XVI Congresso Brasileiro de Economia Doméstica.** Associação Brasileira de Economistas Domésticos/Conselho Federal de Economia Doméstica. Viçosa, MG: [s.n.], 2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Nordestino:** uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

BALLESTRIN, L. M. A. Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 28 (3). 2020.

BRANDÃO, Adelino. **A sociologia de "Os sertões"**. São Paulo: Tipografia Jundiá. 1974. 130 p.

CARDOSO, O. B. **Problemas da Família.** São Paulo: Edições Melhoramentos, 1903.

CARIRY, R. **CARIRI** – A Nação das Utopias. Fortaleza, 2001.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** Campanha de Canudos. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Família e Casamento. *In*: **Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** Vitória: ABEP. v. 1, 1982, p 31-50.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary DEL (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto. 2004.

FARIAS, A. C. **Mergulho no Letes:** uma reinterpretação político-histórica da Confederação do Equador. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. 228 p.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1996.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. **"Catirina minha nêga, tão querendo te vendê..."** Escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850 -1881). Fortaleza: Secult, 2011. 336 p.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução História Cearense.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A./Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE, 1986. Capa de Alberon. 466 p.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GUIMARÃES, M. F. Trajetória dos feminismos. Introdução à abordagem de gê-

nero. *In*: CASTILLO-MARTÍN, M. (org); OLIVEIRA, S.(org.). **Marcadas a ferro:** violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; 2005. 259 p.

ITABORAI, Natalia Reis. A família colonial e a construção do Brasil: Vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. **Revista Anthropológicas**, ano 9, volume 16(1): 171-196 (2005).

LUGONES, M. Colonialidade y gênero. **Tabula Rasa.** Bogotá - Colombia, No.9, p. 73-101. 2008.

QUIJANO, Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (coord.). **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO.2000

QUEIROZ, Rachel de; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Matriarcas do Ceará** – D. Federalina de Lavras. **Papéis avulsos**, n. 24, 1990. Coordenação Interdisciplinar de Estudos Culturais (CIEC/ECO/UFRJ). Disponível em: http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/matriarcas-do-ceara-d-fideralina--de-lavras/ Acessado em 08 de jan. de 2015.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. O escravismo no Crato oitocentista: possibilidades de pesquisa numa perspectiva materialista. In: FREITAS, Antonio de Pádua Santiago; BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto; DAMASCENO, Francisco José Gomes. (orgs.) **Pesquisa Histórica:** fontes e trajetórias. Fortaleza: EdUECE/ ABEU, 2008. 261 p.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, vol. 3, 1994. pp. 29- 62.

Capítulo III
Violência contra mulheres

Mapeamento sobre o feminicídio no Brasil: Esboço da produção de saberes sobre a violência fatal contra a mulher perpetrada por parceiros íntimos (2009 – 2018)

Maria Jaqueline Maia Pinheiro[1]
Maria Helena de Paula Frota[2]

RESUMO

O artigo apresenta revisão de literatura onde se priorizou como descritor principal o feminicídio, sendo agregados, para melhor compreensão, outros quatro: violência contra a mulher, políticas públicas para as mulheres, assassinatos de mulheres/parceiros íntimos e machismo, visando obter informações que subsidiassem na elaboração da pesquisa de doutorado. Para tanto, utilizou-se o Catálogo de Dissertações e Teses, mapeamento sistemático realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior – CAPES, de onde foram analisadas dissertações e teses disponíveis no período de 2009 a 2018, dependendo do descritor. A pesquisa ocorreu durante o mês de agosto de 2018, sendo encontrados 151 trabalhos, tendo sido explorados e analisados os conteúdos dos resumos de trinta e cinco. Uma das constatações é a ausência quase que total de pesquisadores-homens dos temas expressos nos descritores, sendo presumível a ideia de que, em primeira análise, não há interesse pela matéria **gênero** por parte de investigadores do sexo masculino. A intenção deste estado da arte foi buscar contribuições nos aspectos do objetivo das pesquisas, bem como quais são as regiões do Brasil que mais pesquisam o feminicídio e, ainda, ampliar a visão sobre a literatura, em busca de produção de

1 Assistente social, advogada, mestre em Planejamento e Políticas Públicas e Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Pesquisadora do Observatório da Violência contra a Mulher – Observem/UECE.

2 Doutora em Sociologia pela *Universidad* de Salamanca- Espanha (2000). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professor Associado da Universidade Estadual do Ceará. Professora Integrante do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas- UECE. Líder do grupo de Pesquisa Gênero, Família e Geração nas Políticas Sociais, vinculado ao CNPq desde 1998. Coordenadora do Observatório da Violência Contra a Mulher – OBSERVEM. Membro efetivo do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher (2020). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Sociais – NUPES.

saberes sobre a temática e de políticas públicas inovadoras para o enfrentamento da violência contra a mulher.
Palavras-chave: Feminicídio. Violência contra a mulher. Parceiro íntimo.

1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher, em razão de ser mulher, é um problema grave, que afeta todas elas, embora de modos diferenciados, dependendo de particularidades - como classe, cor, idade e local onde reside.

O assassinato de mulheres, no Brasil, é denominado de feminicídio – Lei 11. 104, de 9 de março de 2015. Não constitui um evento isolado, mas conforma um *continuum* de violência (RUSSELL, 1992) que, no nosso País, atinge, principalmente, as que estão no ambiente doméstico, e seus agressores são, majoritariamente, parceiros ou ex-parceiros (FBSP, 2019, 2020; WAILSELFISZ, 2015). Esse evento denominado de *feminicídio íntimo*.

Constitui este um crime de ódio, poder e controle dos homens sobre os corpos das mulheres que são transformados em territórios a serem usados e abusados (XINRAN, 2005) - "corpos territórios" (SEGATO, 2005).

Não cabe à mulher escolher. Ela será escolhida e é susceptível de pagar com a morte, caso não se submeta ao que é prescrito pelo patriarcado (SAFFIOTI, 1987).

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 1.326 mulheres foram mortas no ano de 2019, um acréscimo de 7,1%, quando comparado com o ano de 2018, sendo que 89,9% foram mortas por parceiros íntimos ou ex-companheiros (FBSP, 2019). É uma estatística que vem aumentando e, embora tenham ocorrido avanços nas legislações, a exemplo das Leis Maria da Penha e do Feminicídio, percebe-se um descompasso da efetivação desses ditames legislativos e da devida proteção às mulheres.

2. METODOLOGIA: ESBOÇO DE UM MAPEAMENTO

Esta é uma investigação de teor qualitativo, onde utilizamos cinco descritores: feminicídio, violência contra a mulher, políticas públicas para as mulheres, assassinatos de mulheres/parceiros íntimos e machismo. Para todos os descritores, empregamos aspas. O filtro temporal utilizado, dependendo do descritor, restringiu-se ao período de 2009 a 2018, sendo que, em alguns descritores, selecionamos pesquisas relativas há dez anos e outros, como o feminicídio cuja Lei 13.104 foi sancionada em 2015, analisamos os anos subsequentes à normatização do crime e apenas o ano de 2014, anterior à lei.

Esclarecemos que, nos anos anteriores à promulgação da Lei do Feminicídio (2015), encontramos um número reduzido de publicações e, portanto, optamos

pela recorrência ao descritor "assassinato de mulheres", combinado com "parceiros íntimos", para pesquisar os anos anteriores a 2014, com um recuo até 2009. Ressaltamos que, para cada um dos cinco descritores, dependendo do número de produções encontradas, aplicamos filtros, de modo a chegar ao produto final indicado neste estado da arte.

Na primeira aproximação com o Catálogo da CAPES, utilizamos os cinco descritores entre "aspas", encontrando como resultado o que mostramos no Quadro 1. É importante esclarecer que o único descritor que pesquisamos com um "filtro" inicial – assassinatos de mulheres - visto que ele, quando pesquisado sozinho, indicou apenas 11 produções e, em conjunto com o descritor complementar "parceiros íntimos", o número alcançou 104 produções. Esclarecemos que o mesmo descritor – assassinatos de mulheres – quando pesquisado sem as aspas indicava 1 079 712 produções.

Outra observação pertinente é que a pesquisa ocorreu em agosto de 2018, sendo relevante essa informação, já que o banco de dados da CAPES está em perene atualização, em decorrência da obrigatoriedade de inserção dos dados dos programas de pós-graduação do Brasil na Plataforma Sucupira.

Quadro 1 – Seleção de Dissertações e Teses – Banco de Dados de Teses e Dissertações relacionados aos descritores abaixo indicados.

Número	Descritor	Trabalhos Encontrados
01	"Feminicídio"	46
02	"Violência contra a mulher"	819
03	"Políticas Públicas para as Mulheres"	48
04	"Assassinatos de Mulheres"/ "Parceiros íntimos"	104
05	"Machismo"	182
	Total	1199

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, 2018. Quadro elaborado pelas pesquisadoras.

Com suporte no total de trabalhos encontrados (1199), passamos a refinar nossa pesquisa utilizando os seguintes filtros: descritor 1 - "feminicídio" - utilizamos dois filtros: a) filtro de tempo anos 2014 a 2015[3] e b) grau acadêmico das produções apresentadas - Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado. O segundo filtro foi utilizado para todos os descritores.

No 2º descritor – "violência contra a mulher" - grande número de achados - 817 - optamos pela aplicação de três filtros, refinando até chegar ao número de

3 2015 – Ano da criação da Lei do Feminicídio.

26 trabalhos: a) filtro temporal – período de 2009 a 2014 (anos anteriores à Lei do Feminicídio); b) grau acadêmico - Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado; e c) Grande área de conhecimento - Multidisciplinar.

Com o descritor 3 – Políticas Públicas para as Mulheres - prosseguimos com o mesmo critério metodológico do descritor 1: filtro temporal - 2014 a 2018 e refinamento do grau acadêmico, similar para todos os descritores.

O descritor 4 – "assassinatos de mulheres" / "parceiros íntimos" - utilizamos, já na própria escrita do descritor, um refino, já que o foco central da nossa pesquisa é o feminicídio perpetrado por parceiros íntimos, sendo que, ao pesquisar os dois termos, concomitantemente, encontramos 104 produções. Considerando o número expressivo, optamos por utilizar três filtros: a) grau acadêmico (103) - utilizado para todos os descritores; b) grandes áreas de conhecimentos - Ciências Humanas (27), Ciências Sociais Aplicadas (8) e multidisciplinares (4), totalizando 39 trabalhos; e c) ano da publicação - 2009 – 2018 (anos de início e término de pesquisa dos outros descritores), restando 35 trabalhos.

Quanto ao descritor 5 – "machismo" - na primeira aproximação, indicou 182 trabalhos. Ao aplicar o filtro grau acadêmico, encontramos o mesmo número - 182, divididos em doutorado - 38; mestrado acadêmico - 136 e mestrado profissional - 8. O segundo refinamento – período temporal 2009-2018 - houve uma redução do número de trabalhos para 146. Utilizamos, então, o filtro Grande Área de Conhecimento, quando selecionamos Ciências Humanas (52); Ciências Sociais Aplicadas (28); Multidisciplinares (21), totalizando 101 achados. O último filtro utilizado foi Área de Conhecimento, quando selecionamos: Direito (3), Interdisciplinar (1), Serviço Social (8) Ciências Sociais e Humanidades (13) e Sociologia (9), chegando finalmente ao número 34.

Quadro 2 – Seleção de Dissertações e Teses, por Grau Acadêmico.

Nº	Descritor	Mestrado Acadêmico	Mestrado Profissional	Doutorado	Total
01	"Feminicídio"	30	06	10	46
02	"Violência contra a mulher"	20	02	04	26
03	"Políticas Públicas para as Mulheres"	37	05	06	48
04	"Assassinatos de mulheres" "parceiros íntimos"	69	04	30	103
05	"machismo"	136	08	38	182
	Total	292	25	88	405

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, 2018. Tabela elaborada pelas pesquisadoras.

Em relação ao primeiro descritor – "Feminicídio" - foram encontradas as seguintes quantidades de trabalhos: em 2018 – 05 trabalhos, em 2017, 22; em 2016, 10; em 2015, 02 (ano que a Lei foi sancionada) e em 2014, 03 - totalizando 42 textos.

Quanto ao segundo descritor - "Violência contra a mulher" - identificamos os seguintes achados: 2009 – 03; 2010 – 05; 2011 – 02; 2012 – 01; 2013 – 08 e 2014 – 07, totalizando 26 ensaios. É pertinente ressaltar que foram encontrados 11 trabalhos anteriormente à Plataforma Sucupira. Quanto aos descritores "Políticas Públicas para as Mulheres", "Assassinatos de mulheres" / "Parceiros Íntimos" e "Machismo", foram encontrados, respectivamente, 32, 35 e 146 investigações.

Após o levantamento das pesquisas das produções de trabalhos relativos aos descritores selecionados, fizemos a primeira leitura exploratória dos resumos, quando chegamos a 35 trabalhos selecionados, para, em seguida, fazer outra leitura, mais reflexiva e adentrar o texto das dissertações e teses.

Quadro 3 – Seleção de Dissertação e Teses – Banco de Teses e Dissertações da CAPES relacionadas ao Tema Feminicídio.

Descritor 1 – Feminicídio

Nº	Título	Autor	Ano	Instituição
01	O assassinato de Violeta Formiga: A imprensa e atuação do movimento feminista paraibano.	Rayana Benício de Oliveira (Dissertação)	2017	Universidade Federal da Paraíba – UFPB
02	Feminicídio: uma abordagem dos dados, leis e políticas públicas (2011-2015)	Suelen Aires Gonçalves (Dissertação)	2017	PUC – Rio Grande do Sul
03	Morreram porque mataram: Tensões e paradoxos na compreensão do feminicídio.	Izabel Solyszko Gomes (Tese)	2014	Univ. Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
04	Poder Patriarcal e discurso nos feminicídios: a importância da tipificação do crime como medida de rompimento com o ciclo naturalizado de violências contra as mulheres.	Renata Bravo dos Santos (Dissertação)	2018	Faculdade de Direito de Vitória.
05	Feminicídio – quando a vítima é mulher.	Sidney Moura da Silva (Dissertação)	2017	Universidade Estadual do Ceará – UECE
06	Do pensamento feminista ao Código Penal: o processo de criação da Lei do Feminicídio no Brasil.	Clara Flores Seixas de Oliveira (Dissertação)	2017	Universidade Federal da Bahia – UFB
07	Determinantes Sociais dos Feminicídios no Peru e no Brasil (2009 – 2014)	Paola Isabel Carrasco Asin (Dissertação)	2016	Universidade Federal de Juiz de Fora

08	Violência de gênero: Caracterização do Feminicídio no Município de Belém.	Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa (Dissertação)	2017	Universidade Federal do Pará
09	O Homicídio Qualificado pelo Feminicídio: estudos dos casos na Cidade Manaus.	Goreth Campos Rubim (Dissertação)	2017	Universidade do Estado do Amazonas
10	Até que a morte nos separe: uma análise sobre o feminicídio no município de vitória (2010 – 2016)	Karla Oliveira Amaral Ribeiro da Cruz (Dissertação)	2018	Universidade Federal Espírito Santo
11	Aspectos epidemiológicos do Feminicídio no município de Goiânia, Goiás.	Luana Muzzi Vaz David (Dissertação)	2017	PUC – Goiás.
12	"Não vai ter juiz, nem delegado que vai proibir eu de te matar". Uma análise dos processos de feminicídios íntimos do tribunal do júri de Ceilândia – DF (2012 – 2016)	Amanda de Sales Lima (Dissertação)	2018	Universidade de Brasília – UnB
13	Feminicídio: Uma análise dos inquéritos policiais da Delegacia de Homicídios e Proteção às Mulheres	Gladston Cunha (Dissertação)	2016	Universidade de Vila Velha

Fonte: Catalogo de Teses e Dissertações da Capes, 2018. Tabela elaborada pelas pesquisadoras.

Outro dado observado, ao pesquisar os cinco descritores no Catálogo da CAPES, foi o número de produção nos temas selecionados produzidos por mulheres. Verificamos que, de 189 produções (utilizando apenas os trabalhos encontrados), 167 foram produzidas por mulheres.

Desse indicador, surge uma indagação: seriam os temas indicados nos descritores fenômenos desvalorizados para os pesquisadores [homens]? Estariam os fenômenos sociais – assim como cores, atividades, produção e reprodução – divididos por sexo nas produções da Academia?

Quadro 4 – Seleção de Teses e Dissertações, por Sexo dos Pesquisadores. (1)

Nº	Descritor	Sexo do pesquisador		Total
		Masculino	Feminino	
01	"Feminicídio"	07	39	46
02	"Violência contra a mulher"	02	24	26
03	"Políticas Públicas para as Mulheres"	01	47	48
04	"Assassinatos de Mulheres" "parceiros íntimos"	06	29	35
05	"machismo"	06	28	34
	Total	22	167	189

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, 2018. Tabela elaborada pelas pesquisadoras (números de produções encontradas e filtradas).

De semelhante modo, a professora Heleieth I. B. Saffioti (1987) pontua sobre o desinteresse dos homens pela problemática feminina e se pergunta o porquê desta indiferença, asseverando que há uma forte propaganda para solidificar nos homens que esses temas são femininos e, por outro lado, que "rapazes foram alvo de maciça propaganda que rotula tudo e qualquer feminismo através da conotação pejorativa do feminismo radical". (SAFFIOTI, 1987, p.6).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a leitura inicial e a elaboração dos quadros, retomamos as produções selecionadas (35) para nova revisão, ou seja, adentramos a análise dos textos completos das dissertações e teses selecionadas. Nosso intuito é compreender os sentidos expressos nos resultados das produções, bem como identificar objeto, objetivo, metodologia adotada e resultados.

Para este escrito, é importante esclarecer que ele tem como centralidade o feminicídio, sendo ele próprio um dos descritores, além de outros quatro descritores que circulam e interagem em torno do tema principal. Portanto aqui nos deteremos nos resultados inerentes ao descritor principal, em decorrência, principalmente, do espaço para a discussão.

Quadro 5 – Descritor 1: Feminicídio.

Nº	Autor/Ano/Grau Acadêmico	Objetivo	Observação
01	OLIVEIRA (2017) - Dissertação	Retomar o caso de assassinato de Violeta de Lourdes Formiga, pelo ex-marido, na cidade de João Pessoa, Paraíba. A autora contextualiza os "crimes de honra", apresentando a concepção de feminicídio para SEGATO (2006). A pesquisa investiga o tratamento dado ao crime pela imprensa local.	Trabalho não disponibilizado na Plataforma Sucupira
02	GONÇALVES (2017) - Dissertação	Abordagem de dados, leis e políticas públicas sobre violência contra a mulher, seu enfrentamento e o feminicídio no Brasil nos anos de 2011 a 2015. Utilizou dados do Mapa da Violência 2015 e da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.	
03	GOMES (2014) – Tese	Reconhecer vertentes conceituais no entendimento do fenômeno do feminicídio para adensar o debate e seu enfrentamento.	

04	SANTOS (2018) – Dissertação	Buscar constatar por qual motivo a tipificação do feminicídio constitui importante política pública para o rompimento do ciclo naturalizado de violências contra as mulheres reproduzido nos discursos sexistas das mortes de pessoas do sexo feminino. Para tanto, apresenta-se a ideia de masculinidade e virilidade e como o patriarcado estruturante e estrutural influencia na prática de violências contra a mulher, afastando-se a ideia de diferenças naturais entre homens e mulheres. São também apresentados conceitos de violência e a forma como o exercício do poder patriarcal autoriza que mulheres sejam violentadas de diversas formas diariamente, até chegar ao ato último em seus corpos, o feminicídio.	
05	SILVA (2017) – Dissertação	Compreender o fenômeno social da violência de gênero em seu viés mais atroz, no qual a mulher é assassinada pelo simples fato de ser mulher: o feminicídio.	
06	OLIVEIRA (2017) - Dissertação	Compreender como determinadas ideias acerca do problema a ser enfrentado [a violência contra a mulher, especificamente, a morte de mulheres apresentada enquanto feminicídio] e da solução postulada [a criação de um novo crime e, portanto, de uma punição criminal correspondente] penetraram na arena legislativa e foram traduzidas e incorporadas durante o processo de elaboração da Lei do feminicídio.	
07	ASIN, (2016) – Dissertação	Analisar os determinantes sociais que fazem parte do índice de desigualdade de gêneros associados à ocorrência dos feminicídios no Peru e no Brasil e construir as taxas padronizadas dos feminicídios no Peru e no Brasil.	Trabalho não disponibilizado na Plataforma Sucupira.
08	TOLOSA (2017) - Dissertação.	Este trabalho apresenta um estudo sobre a caracterização do feminicídio na cidade de Belém-PA e os perfis das vítimas e dos autores, verificando a vitimização e o antecedente criminal do acusado. A pesquisa tem caráter quantitativo e qualitativo, com recorte temporal de 2011 a 2015.	Trabalho não disponibilizado na Plataforma Sucupira

09	RUBIN (2017) – Dissertação	Realizar um estudo de casos em nove processos criminais de homicídios qualificados pelo feminicídio na capital amazonense que tramitam nas três varas do Tribunal do Júri Popular desta cidade. O objetivo desta pesquisa qualitativa é compreender sobre esta nova qualificadora, e identificar o perfil das vítimas e acusados, as motivações e os meios de execuções deste tipo de delito na cidade de Manaus. Por isso utilizou-se a pesquisa bibliográfica e analítica para conhecer o histórico e a motivação da prática deste delito, e principalmente quais são os meios de enfrentamento a este pratica criminosa.	Trabalho não disponibilizado na Plataforma Sucupira
10	CRUZ (2018)	Analisar o conteúdo das denúncias de violência de gênero seguidas de feminicídio, bem como quais os indícios que o antecederam, registrados entre os anos de 2010 e 2016, junto a Delegacia de Homicídios e Proteção a Mulher (DHPM) no município de Vitória. No sentido de explorar melhor os objetivos propostos, descreveu-se as técnicas e métodos a serem utilizadas. Para tanto, optou se pelo uso intencional da Abordagem Qualitativa e Quantitativa; uso do paradigma indiciário; estudo exploratório descritivo; pesquisa bibliográfica e documental, por meio da análise dos Inquéritos Policiais e entrevistas em profundidade por meio do método História de Vida .	Trabalho não disponibilizado na Plataforma Sucupira
11	DAVID (2017) – Dissertação	Caracterizar os homicídios femininos, bem como descrever as características sociodemográficas das vítimas, da ocorrência dos homicídios e sua distribuição nos sete distritos sanitários do município de Goiânia, Goiás. Trata-se de um estudo descritivo, realizado com os dados registrados no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) entre 2008 e 2015.	
12	LIMA (2018) - Dissertação	Objetiva-se compreender como o sistema de justiça criminal (SJC) vem introduzindo a perspectiva de gênero nas investigações de morte de mulheres. Para tanto, foram analisados autos de processos judiciais, transitados em julgado e em andamento, distribuídos ao Tribunal do Júri de Ceilândia, região administrativa do Distrito Federal (DF), no período de 2012 a 2016, nos casos em que foram denunciados os autores de crimes de feminicídio íntimo.	

13	CUNHA (2016) – Dissertação	Verificar como a lei do Feminicídio está sendo aplicada pela polícia, realizou-se a análise de 25 (vinte e cinco) inquéritos policiais de homicídios de mulheres instruídos pela DHPM/ Vitória entre março de 2015 e março de 2016 para identificar se a autoridade de polícia judiciária realiza o enquadramento dos indiciados com a qualificadora feminicídio, conforme previsão legal.	Trabalho não disponibilizado na Plataforma Sucupira

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, 2018. Tabela elaborada pelas pesquisadoras. Número de produções encontradas e filtradas.

Gonçalves (2017) utiliza dados da Pesquisa Mapa da Violência/FLASCO (2012), cujo estudo enfatiza a violência de gênero no Brasil e da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, sobre feminicídio. Sua pesquisa intenta realizar uma abordagem descritiva de variadas faces do problema e do enfrentamento da violência contra a mulher, especialmente a produção e o uso da categoria feminicídio. A autora intenta compreender como o Estado avança no combate à violência contra as mulheres, bem como a produção legislativa no Brasil e na América Latina sobre o feminicídio. Suelen Aires Gonçalves (2017) faz uma pesquisa bibliográfica e ainda entrevista mulheres gestoras de políticas públicas para as mulheres. Destaca, ainda, a importância das formulações legislativas, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, e argumenta que, embora essas normatizações tenham dado visibilidade e grandes avanços no enfrentamento à violência contra a mulher, ainda muito temos que avançar, principalmente, no que concerne a investimentos na área de educação em igualdade de gênero e capacitação dos agentes públicos. Outro resultado a que chegou foi a importância do diálogo sobre a categoria gênero na análise dos crimes de feminicídio.

Gomes (2014), em sua tese assevera que discutir a morte de mulheres é tarefa de ordem teórico-prática complexa, na mediada em que são tantas as singularidades relativas a letalidade de violência de gênero. A autora esclarece que tanto os movimentos de mulheres, como os feministas foram os principais responsáveis por denunciar a letalidade da violência perpetrada contra as mulheres e que teve, desde o início dos anos 1990, na Cidade de Juárez, no México, acirrado seus debates – dialogando com a teoria e denúncias – em toda a América Latina, mas chegou tardiamente no Brasil, não obstante o número alarmante de assassinatos de mulheres.

Izabel Solyszko Gomes (2014) tem por principal objetivo de sua tese percorrer caminhos teórico-metodológicos que permitam determinada com-

preensão do que é o feminicídio. A autora divide o fenômeno em três vertentes: a "genérica" - que reconhece que são feminicídios todas as mortes violentas de mulheres "cuja causa central a discriminação e as desigualdades de gênero, ou seja, a condição das mulheres na sociedade patriarcal (assassinato de mulheres, as mortes decorrentes de aborto inseguro ou mortalidade materna, mutilações, etc.) " (GOMES, 2014, p. 15). A segunda vertente "específica" reconhece o fenômeno a partir dos assassinatos de mulheres cujas "mortes violentas sofrem um recorte apontando estes crimes de assassinatos que se tornam objetos de análise e reflexão" (*IDEM, IBIDEM*). É segundo Gomes (2014), a vertente mais difundida. A terceira vertente é a da "judicialização" - nesse caso, o foco é o diálogo entre o feminismo e o Direito Penal, confrontando a insuficiência do tipo penal homicídio. A autora defende que os feminismos e sua epistemologia feminista são chaves analíticas para explicar as tensões acerca do fenômeno do feminicídio. Por fim, Gomes (2014) discorre sobre a história de denúncias do feminicídio na América Latina e, no remate, mostra o estado da arte do debate teórico sobre o feminicídio no Brasil com amparo no exame de um conjunto de pesquisas realizadas no Brasil, no esforço para compreender o fenômeno.

Santos (2018) assinala em sua produção acadêmica que os assassinatos de mulheres "são a expressão final de poder e controle social sobre o corpo e a vida das mulheres" (2018, p. 14), sendo que a clareza das razões de violência contra a mulher não estava, necessariamente, exposta nas investigações e nos processos criminais. A autora conclui que há a necessidade de se divisar com interesse a perspectiva feminista e não apenas relativamente ao Direito Penal, pois as questões de sexo e de gênero, como também o patriarcado e as consequências dessa estrutura de poder, reclamam análises dialogadas.

Semelhantemente a Gomes (2014), Santos (2018) ressalta a existência de legislação sobre o feminicídio em países da América Latina, além do Brasil, demonstrando que a morte de mulheres não constitui fenômeno isolado. Como indagação principal de seu trabalho, Renata Bravo dos Santos (2018) buscou constatar por qual motivo a tipificação do feminicídio constitui importante política pública para o rompimento da violência contra a mulher, trabalhando com a abordagem foucaultiana de análise de discursos "para identificar como essas relações de poder são enunciados em discursos nos casos de feminicídio". (SANTOS, 2018, p. 19). A autora analisa processos na 1ª Vara Criminal de Vitória, no Espírito Santo, capital que figura como campeã de violência contra as mulheres, segundo o Mapa da Violência: homicídio de mulheres no Brasil, 2015. Ressalta – se que a pesquisadora trabalha a categoria mulher, como "o escopo

de demonstrar a intenção de luta política dos diversos grupos de mulheres que buscam constantemente o enfrentamento às violências" (SANTOS, 2018, p. 22).

Conclui que o Estado se expressa como reprodutor de violência estrutural e patriarcal contra as mulheres, uma vez que se mostra incapaz de zelar pela integridade moral e física, compromissos assumidos em convenções e tratados internacionais. Ademais, remata que a tipificação do feminicídio é imprescindível como política pública para romper as violências contra mulheres, levar o fenômeno ao conhecimento dos agentes do sistema jurídico, reforçando a importância da capacitação de agentes públicos, criação de bancos e de sistemas de dados relacionados ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Silva (2017) aprofunda o estudo da violência de gênero em seu viés mais atroz: o feminicídio. Utiliza como metodologia a pesquisa quantitativa no primeiro momento e, posteriormente, a qualitativa, além do estudo de campo na Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza, analisando inquéritos policiais, no período de março de 2015 a março de 2016. O autor faz uma análise no seu aspecto legal, bem como as estatísticas dos anos de 2015 e 2016 no que denomina de perfil dos feminicídios. Traça o perfil das vítimas, do agressor, motivações para o crime, tipo de arma utilizada e local do crime, no território de Fortaleza. Ainda identifica a dificuldade da mulher em romper com o ciclo da violência, já que o Estado falha e, ao falhar, permite a mulher "voltar ao alcance do agressor" (SILVA, 2017, p. 149) se colocando em grande risco de sofrer um feminicídio. Como resultado da pesquisa, relata da necessidade de uma educação transformadora no ensino de base, bem como o papel que a mídia deveria desempenhar de conscientização e divulgação de programas de igualdade entre homens e mulheres.

Oliveira (2017) busca na sua produção acadêmica observar a trajetória em que uma categoria desenvolvida por pensadoras feministas ingressa na esfera legislativa para transformar-se numa categoria legal, no caso, o crime de feminicídio. Analisa o processo de criação da Lei de feminicídio e a "polêmica sexo/gênero", sendo essa sua primeira vertente de pesquisa. Na segunda frente de trabalho, Clara Flores Oliveira (2017), foca no que "dizem respeito às respostas ao problema do feminicídio […] em se responder ao problema através da criação de uma lei que se estabelece uma qualificadora e aumenta a pena atribuída" (OLIVEIRA, 2017, p. 20).

Assim como Santos (2018), Oliveira (2017) opta por trabalhar a categoria mulher e, semelhante a outros pesquisadores, faz um resgate histórico do feminicídio na América Latina, entretanto, na sua conclusão, a pesquisadora refere-se a um "desenrolar 'apressado' do processo de elaboração da lei [feminicídio]" (2017, p. 187) não obstante outros autores anteriormente citados observem uma tardia

legislação do feminicídio no Brasil. Conclui que "as mulheres não são assassinadas por paixão ou honra, mas por serem mulheres em uma sociedade em que vigoram relações de gênero extremamente desiguais".

David (2017) tem por proposta contribuir para a visibilidade do feminicídio por meio da obtenção das características das vítimas e distribuição dos feminicídios nos distritos sanitários do Município de Goiânia, no período de 2008 a 2015. A autora faz uma revisão bibliográfica dos principais autores que discorrem sobre a violência contra a mulher, especialmente o feminicídio, resgatando a história do conceito, citando Rita Segato (2005), na América Latina (México), e Saffioti e Almeida (1995) no Brasil. Luana Muzzi Vaz David (2017) também discorre sobre o feminismo no mundo e no Brasil, reavendo a história do movimento, percorrendo o movimento sufragista até o momento atual.

A autora elabora um quadro com informações sobre as principais publicações brasileiras a respeito da violência e da mortalidade feminina no Brasil, no período de 2003 a 2016. Um dos aspectos trabalhados pela pesquisadora refere-se à relação entre a "religião e violência, considerando-se que o discurso religioso reforça a misoginia, afirmação da masculinidade hegemônica e tolerância aos atos de violência contra a mulher, uma vez que prega a submissão das esposas aos maridos" (DAVID, 2017, p. 40), fato corroborado por Frota (2012), ao analisar os feminicídios na Região do Cariri, no Ceará.

Dados coletados por Luana Muzzi Vaz David, aprofundando estudos do IPEA, no Brasil, no período de 2009 – 2011 indicam o registro de 13.071 feminicídios, equivalendo a 4,48 óbitos por 100 mil mulheres. Mais alarmante ainda são as taxas de óbitos de mulheres no Nordeste (6,90) e Centro-Oeste (6,86).

Por fim, David (2017) expressa que, embora a Lei do Feminicídio tenha previsto "penas mais duras, sinalizando uma política de redução da tolerância em relação à violência contra a mulher […] não foram suficientes para reduzir, de forma significativa, os homicídios femininos por agressão", corroborando as conclusões de Oliveira (2017).

Lima (2018), em sua dissertação "*Não vai ter juiz, nem delegado que vai proibir eu de te matar* – Uma análise dos processos de feminicídios íntimos do Tribunal do Júri de Ceilândia – DF (2012 – 2016) ", tem por objetivo compreender como o Sistema de Justiça Criminal introduz a perspectiva de gênero nas investigações de mortes de mulheres. A autora analisa processos judiciais no período de 2012 a 2016, na cidade-satélite de Ceilândia, Distrito Federal. Ela "desconfia" de que, embora a Constituição Federal Brasileira de 1988, reconheça que "todos são iguais perante a lei", o lugar das mulheres nas normas sociais é, de certo modo, chancelado pelo Direito no silêncio das leis.

O trabalho de Lima (2018), assim como as outras pesquisas aqui, comentadas, traz a arqueologia do feminicídio, desde o feminicídio citando Russel (1992) e Marcela Lagarde, referindo-se ao termo *feminicídio*, cuja utilização inicia-se no México, nos anos de 1990. Lima (2018) ainda cita o termo "*femigenocídio*", utilizado em Rita Segato (2013), entretanto, a autora percebe que, independentemente, todos têm dois elementos constitutivos: a misoginia e a impunidade, relacionada ao descumprimento do Estado com suas obrigações de proteção e prevenção. Outro dado importante percebido pela estudiosa é a falta de abordagem, nos processos judiciais, em relação à história de violências sofridas, relação de gênero com a pobreza estrutural, acreditando que o Judiciário elenca as informações que "merecem ser visibilidade" (grifamos) valorizando aspectos e desqualificando situações de vulnerabilidades. Vamos além: suspeitamos de que o Judiciário não investiga, ou não valoriza, as trajetórias que as mulheres buscaram, anteriormente à violência fatal, à procura de sobrevivência. Conclui a autora que, embora as estruturas jurídicas se aliem ao discurso patriarcal, as novas legislações introduzam uma perspectiva de gênero, que são importantes, ao menos no ponto de vista simbólico.

4. A MODO DE REMATE

Os diversos trabalhos analisados convergem para um mote em comum: o Estado como reprodutor de violência estrutural e patriarcal contra as mulheres, uma vez que se mostra incapaz de zelar pela sua integridade moral e física, compromisso assumido em convenções e tratados internacionais.

Outra constatação é a importância de nomear o feminicídio e sua tipificação, porquanto é imprescindível a efetivação de políticas públicas que rompam com o padrão patriarcal e machista, inclusive levando o fenômeno ao conhecimento dos operadores da justiça e da segurança pública, além de outras políticas como a saúde e educação. Aqui é importante ressaltar que a agenda da Educação é uma pauta que se reproduz, insistentemente, desde a época em que a inglesa Mary Wollstoncraft escreveu o livro *A Reivindicação dos Direitos da Mulher*, em 1792.

Esse mapeamento não tem a pretensão de ser conclusivo, mas antes é um esboço a oferecer dados para futuros estudos a serem explorados e aprofundados no terreno das ciências sociais, principalmente no âmbito do feminicídio, fenômeno que, infelizmente, se conserva atual no Brasil, onde o patriarcado se reinventa todos os dias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAVID, Luana Muzzi Vaz. **Aspecto epidemiológico do feminicídio no Município de Goiânia.** Mestrado (Dissertação) PUC. Goiânia. Goiás. 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **13ª Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Disponível em:https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf Acessos diversos. FROTA, Maria Helena de Paula, SANTOS, Vivian Matias de; BARROSO, Hayeska Costa; ALVES, Daniele Ribeiro; LIMA, Sarah Dayana Lacerda Martins; SILVA, Janaína de Sousa da. **Assassinatos de Mulheres no Ceará**. Série: Informativos do Observem. Editora EDUECE: Fortaleza, 2012.

GOMES, Izabel S. **Morreram porque mataram**. Tensões e paradoxos na compreensão do feminicídio. 2014. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Escola de Serviço Social UFRJ. Rio de Janeiro, 2014.

GONÇALVES, Suelen Aires. **Feminicídios:** uma abordagem dos dados leis e Políticas Públicas (2011 – 2015). PUC – Rio Grande do Sul, 2017.

LIMA, Amanda Sales. **Não vai ter juiz, nem delegado que vai proibir eu de te matar.** Uma análise dos processos de feminicídios íntimos no Tribunal do Júri de Ceilândia – DF. (2012 – 2016). Mestrado (dissertação). Universidade de Brasília. DF, 2018.

OLIVEIRA. Clara Flores Seixa de. **Do pensamento feminista ao Código Penal**: o processo da criação da lei de Feminicídio no Brasil. Mestrado (dissertação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2017.

SANTOS, Renata Bravo dos. **Poder Patriarcal e discurso nos feminicídios**: a importância da tipificação do crime como medida de rompimento com o ciclo naturalizado da violência contra as mulheres. Mestrado (dissertação). Faculdade de Direito de Vitoria. Vitória. Espírito Santo. 2018.

SILVA, Sidney Moura da. Feminicídio. **Quando a vítima é mulher**. Mestrado (dissertação) Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero**: Poder e Impotência. Editora Revinter: Rio de Janeiro, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).

SEGATO, Rita Laura. Que és um feminicídio? In: BELAUSTEGUIGOIA, Marisa; MELGAR, Lucia (org). Notas para um debate emergente. ***Fronteiras, violência, justicia: nuevos discursos.*** PUEG – UNIFEM, Cidade do México, 2005. Disponível em: http://www.hodo50.org/codoacodo/enero2010/segato.pdf acesso em 11 jan 2018.

XIRAN. **As Boas Mulheres da China.** Tradução Manoel Paulo Ferreira. – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

WAILSELFISZ, Júlio J. **O Mapa da Violência 2015**. Homicídio de Mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO, 2015.

Mulheres e meninas no lastro da exploração: Tráfico de pessoas como violência de gênero

Priscila Nottingham de Lima[1]
Maria Helena de Paula Frota[2]

RESUMO

O tráfico de pessoas caracteriza-se como uma das mais graves violações dos direitos humanos na realidade contemporânea, uma vez que repercute diretamente sobre a liberdade e dignidade das vítimas. Tal prática, que incorpora as mais diversificadas modalidades de exploração, seja sexual, trabalho forçado em fábricas de costura, em fazendas, trabalho doméstico, casamento servil, exploração sexual, entre outros, desponta de modo insistente em escala mundial. Nessa conjuntura, mulheres e meninas emergem como as principais vítimas no contexto global, conforme aponta o Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes (UNODC) em relatório de 2018, indicando 49% de mulheres e 23% de meninas; em contraste aos 21% de homens e 7% de meninos entre os afetados. No Brasil, o crime é subnotificado, contudo, ainda assim, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) divulgou em 2019 um balanço com informações sobre a temática de maneira desagregada. No documento, identifica-se o fato de que 29 denúncias sobre esse tema foram realizadas nacionalmente, por intermédio do Disque 100 em 2019. Outra fonte significativa constitui o último relatório publicado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, pois possui uma compilação de dados, embora ainda não atualizados, referente aos anos de 2014-2016.

---

1 Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará; bolsista FUNCAP; mestra em Políticas Públicas e Sociedade (UECE, 2013); assistente social que atuou no Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Ceará.

2 Doutora em Sociologia pela *Universidad* de Salamanca- Espanha (2000). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora Integrante do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – UECE. Líder do grupo de Pesquisa Gênero, Família e Geração nas Políticas Sociais, vinculado ao CNPq desde 1998. Coordenadora do Observatório da Violência Contra a Mulher – OBSERVEM. Membro efetivo do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher. (2020). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Sociais – NUPES.

Nesse documento já se debate sobre a subnotificação e os possíveis motivos dessa ocorrência, tais como: medo de represálias por parte do agressor, vergonha pela condição vivenciada, falta de conhecimento dos canais de denúncia. Apesar da subnotificação, conforme avalia o UNODC (2018), a prática se expandiu e está longe de ser erradicada, submetendo milhões de pessoas à exploração extrema, especialmente mulheres e meninas, com a finalidade de exploração sexual.
Palavras-chave: Tráfico de Mulheres. Exploração Sexual. Violência de Gênero.

1 INTRODUÇÃO

O tráfico de pessoas é um fenômeno do século XX que incorpora características sobejamente complexas e moventes. Complexas porque condensa aspectos não apenas relacionados às múltiplas finalidades que a exploração das vítimas desencadeia, mas especialmente em razão dos inúmeros fatores envolvidos nas relações de poder, desigualdade e supressão da dignidade humana que essa prática engloba.

Embora manifestações anteriores reportem alguns de seus aspectos, tais como aqueles que permearam o tráfico de escravizados africanos ou o processo de escravização indígena no século XVI, de um modo geral, o tráfico humano contemporâneo não conforma o mesmo evento, nem mesmo um reflexo "evolutivo" daquele anterior. Importante é salientar, entretanto, que a permanência de aspectos estruturais que perpetuam a reificação do outro não é tema tão paradoxal numa conjuntura onde, apesar dos avanços legais e jurídicos, a *colonialidade* vigora imperiosa nas relações intersubjetivas.

Para discutir o tema em questão, este módulo utiliza a abordagem qualitativa, recorrendo às pesquisas bibliográfica e documental. As seções foram divididas do seguinte modo: o primeiro segmento sustenta uma discussão referente à desigualdade de gênero sob a perspectiva *decolonial*; o segundo aborda o tráfico de pessoas como uma violência de gênero; a terceiro seção problematiza a cidadania no Brasil e os desafios para alcançar adequadamente o enfrentamento ao tráfico de pessoas, em especial o de mulheres e meninas.

A DESIGUALDADE DE GÊNERO SOB A ÓPTICA *DECOLONIAL*

Para debater a desigualdade de gênero na perspectiva proposta, consideramos necessário elucidar a categoria *decolonial*. Quijano (2009) procede a uma esclarecedora reflexão sobre aspectos relativos ao que ele classifica como colonialismo e *colonialidade*. O autor explica que o colonialismo foi um processo histórico iniciado por volta do século XVI – vastamente documentado e analisado – ocorrido em relação a diversos Países situados no sul global, que foram submetidos a profunda

e devastadora exploração por parte de alguns Estados do norte global, especificamente do Continente Europeu, nos seguintes termos:

> Estrutura de dominação/exploração onde o controlo da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma produção de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. (QUIJANO, 2009, p. 73).

Por outro lado, a *colonialidade*, embora relacionada ao colonialismo, é um processo moderno e diferente daquele. Conforme Quijano (2009), o colonialismo constitui relações de poder com características bem particulares, ancoradas em liames capitalistas desiguais, estruturalmente refratadas em relações raciais e de gênero discrepantes, constituindo intersubjetividades dominadas pelo eurocentrismo. O referido autor chama atenção para o fato de que o poder representa "[...] uma articulação estrutural entre elementos historicamente heterogênios" (IDEM, p. 79), muitas vezes contraditórios, em disputa por espaços expressivos, mas submetidos ao controle de recursos desproporcionalmente distribuídos socialmente.

Afunilando o debate para o recorte de gênero, Vergès (2020) estabelece uma argumentação a respeito da importância de perceber a *colonialidade* para desconstituir o que a autora denuncia como feminismo civilizatório – ou branco-burguês – pois esse último "[...] adotou e adaptou os objetivos da missão civilizatória colonial, oferecendo ao neoliberalismo e ao imperialismo uma política dos direitos das mulheres que serve a seus interesses." (VERGÈS, 2020, p. 17). Sob a bandeira da igualdade de gênero, o feminismo civilizatório subjuga a dimensão política progressista, que considera importante uma luta anticapitalista, antirracista, além de incluir a percepção do ser mulher em transposição ao fator biológico, como é o caso das transexuais, por exemplo, mas não apenas delas.

Essa viragem na interpretação crítica dos feminismos[3] é proposta sob a óptica do feminismo *decolonial* – ou de política *decolonial* – direcionado para a compreensão e enfrentamento da *colonialidade* em toda a sua extensão. Sobre o feminismo *decolonial*, Vergès (2020) ressalta: "[...] estudam o modo como o complexo racismo/sexismo/etnicismo impregna todas as relações de dominação,

3 Referimo-nos a feminismos, partindo da compreensão de que o movimento não é uníssono e denota, inclusive, muitas contradições, conforme ressalta Ribeiro (2018): "É importante ressaltar que não existe apenas um enfoque feminista: há diversidade quanto às posições ideológicas, abordagens e perspectivas adotadas, assim como há grupos diversos, com posturas e ações diferentes. (P. 30).

ainda que os regimes associados a esse fenômeno tenham desaparecido". (P. 41). Para se obter avanços, é importante promover e se apropriar de outros saberes que não apenas aqueles eurocentrados; é fundamental estabelecer uma reflexão ancorada numa abordagem multidimensional, pois ela "[...] permite evitar uma hierarquização das lutas fundada em uma escala de urgência cuja estrutura, via de regra, permanece ditada por preconceitos." (IDEM, p. 47).

Ainda sobre essa concepção, Hooks (2018) chama atenção para aquele feminismo classificado como civilizatório por Vergès (2020), argumentando que ele foi o que auferiu mais notoriedade por parte da população em geral:

> O feminismo sobre o qual mais ouvem falar é ilustrado por mulheres que são primordialmente engajadas em igualdade de gênero – salários iguais para funções iguais e, algumas vezes, mulheres e homens dividindo as responsabilidades do trabalho doméstico e de maternagem e paternagem. (HOOKS, 2018, p. 35).

Para a autora, de outra parte, é importante promover a defesa de um feminismo dirigido para "acabar com sexismo, exploração sexista e opressão" (IDEM, p. 14), portanto inscrito em profundidade e numa problematização muito maiores do que a superficialidade atribuída por uma interpretação deslocada das questões de classe, raça e estrutura socioeconômica. Na realidade, o movimento representa feminismos, com perspectivas e interpretações diferentes, mas que se torna problemático desde o momento em que perde seu caráter essencialmente progressista, político e desafiador da estrutura societária: "[...] a política começou a ser aos poucos removida do feminismo. E prevaleceu a hipótese de que não importa o posicionamento político de uma mulher, seja ela conservadora ou liberal, ela também pode encaixar o feminismo em seu estilo de vida." (HOOKS, 2018, pp. 43,44).

A perspectiva *decolonial,* portanto, é fundamental para refletir sobre as nuanças do tráfico de mulheres, uma vez que, apesar da persistente subnotificação[4], os dados disponíveis apontam uma inegável primazia de mulheres e meninas negras ou "racializadas"[5] como as principais vítimas dessa modalidade de violência. Na

4 Sobre a subnotificação, Oliveira e Oliveira alertam (2018): "[...] o que observamos no país, em termos gerais, é a ausência de bancos de dados e consequente produção periódica e consistente de dados quantitativos e qualitativos que demonstram a situação do tráfico de pessoas em âmbito nacional". (P. 19).

5 Flávia Rios, que escreve uma abertura para a edição brasileira da Ubu, no livro de Vergès, explica: "[...] ao se referir às mulheres racializadas, Vergès também considera aquelas vistas e entendidas como não brancas e não ocidentais, que vivem na Europa e nos Estados Unidos, na condição de imigrantes ou refugiadas. O mesmo termo é válido para mulheres que, embora possuam cidadania

realidade, a população negra aparece igualmente nos altos índices de violência de vários outros segmentos, como, por exemplo, em homicídios. O *Atlas da Violência* (2020) traz: "[...] as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada a das mulheres não negras." (IPEA, 2020, p. 47).

Tendo em vista que a situação de vulnerabilidade é um dos principais fatores que favorecem as redes criminosas no processo de captação de novas vítimas, perceber pontos estruturais é indispensável para uma abordagem mais realista e de alcance profundo. A OXFAM Brasil relatou em pesquisa recente que "A população negra no Brasil tem sua proporção de renda em relação à população branca praticamente estagnada desde 2011, e a equiparação salarial entre mulheres e homens recuou entre 2016 e 2017". (2018, p. 16).

Esse panorama, sem dúvidas, é reflexo de relações de exploração e excludentes que não foram adequadamente enfrentadas apesar dos avanços constitucionais. Schwarcz (2019) salienta que, "Desde o período colonial, passando pelo Império e chegando à República, temos praticado uma cidadania incompleta e falha, marcada por políticas de mandonismo, muito patrimonialismo, várias formas de racismo, sexismo discriminação e violência." (P. 24). Sob a égide de uma elaboração de saberes pendidos para a discriminação sexista e racial, reforçou-se o caráter excludente em uma sociedade que criminaliza segmentos populacionais específicos. Numa perspectiva histórica, Soihet (2016) mostra como a ciência do século XIX abordou a criminalidade, promovendo uma reflexão de origem racista e eugenista:

> Cesare Lombroso, médico italiano e nome conceituado da criminologia no final do século XIX, [...] argumentava que as leis contra o adultério só deveriam atingir a mulher não predisposta pela natureza para esse tipo de comportamento. Aquelas dotadas de erotismo intenso e forte inteligência, seriam despidas do sentimento de maternidade, característica inata da mulher normal, e consideradas extremamente perigosas. Constituíam-se nas criminosas natas, nas prostitutas e nas loucas que deveriam ser afastadas do convívio social. (P. 384).

Mencionada investigadora denota um quadro geral da condição das mulheres no Brasil naquele período, estabelecendo um diálogo sobre estigmas e contradições

---

francesa no papel, não escapam aos processos de racialização devido a marcas sociais diacríticas como cor, costumes, religião, língua ou outro distintivo que as impeça de adentrar a seleta e exclusiva sociedade ocidental." (2020, p. 10).

impostas ao gênero feminino, a depender do recorte de classe e raça. Enquanto às de classes mais abastadas eram educadas para o recato, o casamento e a reclusão na vida privada em exercício da maternidade, a mulher pobre ocupava o espaço público em busca de oportunidades de trabalho, muitas vezes era arrima de família e unia-se com um companheiro sem a formalidade do casamento. Além disso, estavam muito mais vulneráveis à exploração sexual e à violência urbana:

> A vida familiar destinava-se, especialmente, às mulheres das camadas mais elevadas da sociedade, para as quais se fomentavam as aspirações ao casamento e filhos, cabendo-lhes desempenhar um papel tradicional e restrito. Quanto àquelas dos segmentos mais baixos, mestiças, negras e mesmo brancas, viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual. (IDEM, p. 389).

À vista disso, embora tenham ocorrido avanços legais e conquistas promovidas pelos movimentos feministas, a conjuntura contemporânea atesta a perpetuação da violência mais gravosa conduzida contra esse mesmo segmento de mulheres mais pobres e negras. As informações apresentadas pelo último relatório global do *United Nations Office on Drugs and Crimes* (UNODC) endossam: "A maioria das vítimas detectadas no mundo são do sexo feminino, principalmente mulheres adultas, contudo são detectadas cada vez mais meninas." (2018, p. 10).

Além disso, conforme ainda o mesmo relatório, a exploração sexual desponta como a principal finalidade do tráfico de pessoas no Mundo, reproduzindo uma violência sexual recorrente em relação às mulheres. Schwarcz (2019) nos oferece mais alguns dados para refletir sobre o assunto, quando acentua que "Mulheres correspondem a 89% das vítimas de violência sexual no Brasil." (p. 184), desmascarando uma misogenia, que no tráfico é impulsionada pela lucratividade do uso dos corpos humanos, transformados em mercadorias.

Schwarcz (2019) explica a misogenia como a aversão ao feminino, desencadeando uma violência de origem patriarcal já ocorrente nas relações societárias muito antes da conjuntura atual, no Brasil, desde a colonização. Ela se manifesta de inúmeras maneiras, "que vão desde a exclusão social até a violência de gênero" (p. 186), perpetuando a reificação do corpo feminino em múltiplas práticas de sexualidade violenta, gerando opressão, exploração, estigmatização e morte.

Na seção a seguir, reportamo-nos ao tráfico de seres humanos, sua conceituação, finalidades e a incidência da violência de gênero inegavelmente refratada nessa prática que destitui a dignidade e liberdade humanas, violando direitos humanos fundamentais.

3 TRÁFICO DE PESSOAS: REFRAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

O tráfico de seres humanos representa um fenômeno que envolve *vias ad facere* diversificadas, renova-se constantemente, com finalidades de exploração múltiplas e motivação impulsionada pelo lucro. Sakamoto (2020), ao caracterizar o trabalho escravo contemporâneo, esclarece que não se refere aos "[...] resquícios de modo de produção arcaicos que sobreviveram ao capitalismo. Trata-se de um empreendimento para potencializar seus processos de produção e expansão." (P. 10). Embora tráfico de pessoas e escravidão contemporânea não sejam sinônimos, de maneira analógica, reflete-se a respeito de ambos, nesse ponto-chave mencionado por Leonardo Sakamoto (2020), uma vez que a principal motivação dessas práticas é o lucro alimentado por uma racionalidade instrumental assente na reificação dos corpos.

Malgrado as cifras lucrativas serem variadas, a depender do país onde as pessoas estão sendo exploradas, além de representar uma informação extremamente difícil de conseguir com precisão, o UNODC (2018) condensou alguns dados desse panorama: "Em um país no centro da Europa, por exemplo, um traficante ganhou no mínimo 7.000 euros por obrigar uma vítima a envolver-se em sexo comercial durante cinco semanas." (P. 39). Citado relato nos oferece uma estimativa do quão lucrativa é passível de ser essa atividade, indicando um motivador fundamental de sua propagação.

Cabe destacar o fato de que o tráfico de pessoas é uma categoria que foi sociologicamente pouco discutida, centrando análises majoritariamente no campo sociojurídico. Esse enfoque, embora importante, é insuficiente para abarcar a complexidade dessa violência, uma vez que debater conceitos legais, jurisprudências, normas e tratados não oferece o alcance efetivo do cotidiano dessas pessoas, seu perfil socioeconômico amiúde e, principalmente, a experiência de vida que acumulam.

O maior atesto do argumento expresso refere-se ao conceito mais utilizado para explicar o tráfico de pessoas. A maior parte dos pesquisadores ancora essa categoria na caracterização oferecida pelo Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, mais conhecido como Protocolo de Palermo, documentado no ano 2000, mas ratificado pelo Brasil apenas em 2004 pelo decreto número 5.017:

> A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à

> fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos; (BRASIL, 2004, s/p).[6]

Sem negar a importância que esse marco legal representa – especialmente porque foi fundamental para a elaboração de uma agenda internacional e reforça a visibilidade necessária que o fenômeno precisa alcançar – a concepção do Protocolo de Palermo não é suficientemente esclarecedora, além de ter sido elaborada muito mais na perspectiva da repressão do crime do que na proteção dos direitos humanos, conforme evidencia Dottridge (2020): "Ao enfatizar o tráfico de pessoas como crime, o Protocolo de Palermo [...] acabou dando pouca atenção à proteção das pessoas traficadas e à prevenção." (P. 42).

Além disso, evocamos a reflexão de Santos (2013) sobre os limites da universalidade proposta pelo Direito, demasiadamente ocidentalizado, construtor de normativas aquém das narrativas marginalizadas, localizadas fora do alcance nortista: "[...] o universal é o produto da transformação histórica do fundacional eurocêntrico, ocidental." (SANTOS, 2013, p. 59). Uma abordagem contra-hegemônica prevê o reconhecimento das fragilidades das abordagens jurídico-ocidentalizadas. À vista disso, com o objetivo de elucidar melhor nosso objeto, esmiuçamos o evento em três etapas: a primeira diz respeito ao recrutamento; a segunda envolve o deslocamento; a terceira a exploração.

O estabelecimento de uma argumentação mais detalhada faz-se relevante, tanto para uma compreensão mais aproximada da matéria, quanto para evitar que ela seja confundida com outras práticas, como, por exemplo, a prostituição, a exploração sexual, o contrabando de migrantes, a migração voluntária ou situações de refúgio, cuja motivação principal é a sobrevivência, dentre outros tantos fenômenos que dialogam com a tráfico de modo transversal. O referido quiproquó tem consequências importantes, conforme observa o Ministério da Justiça (2017), pois "[...] a constante confusão entre tráfico de pessoas, contrabando de migrantes e imigração irregular, além da confusão entre o que seria trabalho escravo, servidão, exploração sexual ou exercício da prostituição, faz com que o fenômeno fique

6 O Código Penal Brasileiro, no artigo 149-A, prevê cinco modalidades de exploração: remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo; trabalho análogo ao escravo; qualquer tipo de servidão; adoção ilegal; exploração sexual.

ainda mais desconhecido." (P. 10).

Destarte, retomamos o detalhamento proposto: a fase do recrutamento ocorre de diversas maneiras, com o uso declarado da violência – como nos casos de rapto, coação, chantagem ou ameaça – ou por meio da fraude, quando, por exemplo, ocorre a oferta de um emprego com vantajosas condições. Nesse momento, as organizações criminosas apelam para as redes sociais, fazem anúncios na internet, rádio ou jornal impresso, procedem ao recrutamento corpo a corpo e executam outros mecanismos mais modernos de que ainda não se tem conhecimento ou são reportados em menor proporção. Sobre as estratégias utilizadas para a captação de vítimas, o UNODC (2018) aponta:

> [...] os traficantes inovam e tiram proveito das novas tecnologias para trabalhar de forma flexível, o que inclui o prolongamento de suas operações para além das fronteiras. A utilização de aplicativos baseados na Internet facilitou o processo de identificação das vítimas e o contato com elas, a logística da transferência de dinheiro e a coordenação entre diferentes grupos. (P. 39).

A etapa do deslocamento é caracterizada pelo translado da vítima para outra localidade, ocorrendo de ser um município diferente daquele de sua partida, ou estado ou país (caracterizando o tráfico interno ou internacional). Em geral, as despesas da viagem são bancadas pelos criminosos, que mais adiante irão cobrar esses custos de modo desproporcional. O deslocamento acontece por qualquer meio de transporte, em alguns casos as vítimas são vendadas ou sedadas para que não consigam identificar o trajeto. A falsificação de documentos também é uma possibilidade nessas ações.

Na última fase, a exploração que pode ocorrer para múltiplas finalidades: exploração sexual, trabalho análogo ao escravo, servidão, adoção ilegal, dentre outros. Outro ponto importante a ser elucidado é que as finalidades de exploração têm se diversificado constantemente. Mais recentemente, por exemplo, casos de mendicância forçada foram reportados em algumas regiões do mundo:

> Outra forma de tráfico que ilustra as variações em rendimento criminal é tráfico para mendicidade. No Leste Europa e Ásia Central, três casos descreveram um rendimento diário por vítima de cerca de 8-10 dólares, enquanto que em um caso da Europa Ocidental e do Sul, uma vítima traficada por mendicidade foi forçado a ganhar cerca de 300 a 500 euros por dia para os traficantes. (UNODC, 2018, p. 40).

Outra finalidade que o UNODC (2018) expressa é a criminalidade forçada, entretanto, apesar dessas diversificadas modalidades de exploração, a exploração sexual ainda é aquela que desponta de modo mais predominante,

> A maioria das vítimas detectadas globalmente é traficada para fins de exploração sexual, embora este padrão não seja uniforme em todas regiões. O tráfico de pessoas do sexo feminino - tanto mulheres como meninas – para exploração sexual prevalece nas áreas onde a maioria das vítimas é detectada: Américas, Europa, Ásia Oriental e Pacífico. (IDEM, p. 10).

O UNODC (2018) mostra, ainda, um percentual de 49% de mulheres entre as vítimas de tráfico de pessoas, enquanto as meninas representam 23%. Com efeito, "As mulheres adultas representaram quase metade das vítimas detectadas em 2016." (IBIDEM, p. 25), enquanto o percentual de homens está perto dos 21%, concentrados mais nos casos em que a finalidade é o trabalho forçado. Dados semelhantes são expressos em relatório global da Internacional Organization for Migration (IMO) sobre casos de tráfico de pessoas acompanhados e atendidos pela organização de 2016-2017:

> *Most of them were women (54%), while 20 per cent were girls, 22 per cent were men and 5 per cent were boys. Just over a quarter were children, with 16 per cent of the victims from 15 to 17 years of age. Nearly 30 per cent were trafficked into forced labour, while 47 per cent were trafficked for the purpose of sexual exploitation.*[7] (IOM, 2020, p. 49)

Mesmo em relação a estes indicadores, é racional questionar a predominância masculina no trabalho forçado, uma vez que há uma parcela de mulheres invisibilizadas alocadas como empregadas domésticas, mas sendo exploradas em situação análoga à escravidão, como foi o caso de Madalena Gordiano[8], vastamente

---

7 "A maioria delas era de mulheres (54%), enquanto 20 por cento eram meninas, 22 por cento eram homens e cinco por cento meninos. Pouco mais de um quarto era de crianças, 16 por cento das vítimas tinham de 15 a 17 anos. Aproximadamente 30 por cento foram traficadas para trabalhos forçados, enquanto um percentual de 47 por cento foi criminosamente comercializado para a finalidade de exploração sexual." (Tradução livre das autoras).

8 Matéria publicada sob o título "Mulher é libertada em MG após 38 anos vivendo em condições análogas à escravidão: Ela não recebia salário, não tinha direitos, e vivia reclusa, sob a vigilância dos patrões até o fim de novembro, quando foi resgatada de um apartamento no centro de Patos de Minas." Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/12/20/mulher-e-libertada-em-mg-apos-38-anos-vivendoemcondico es-analogas-a-escravidao.ghtml. > Acessado em: 19 jan 2020.

noticiado pela mídia brasileira em 2020. Alves (2020) fundamenta: "De maneira geral, o trabalho doméstico fica inviabilizado na discussão sobre o trabalho escravo, apesar das conhecidas condições desumanas a que essas trabalhadoras estão sujeitas em muitos casos." (P. 186,187).

Apesar de o trabalho escravo contemporâneo e o tráfico de pessoas não representarem o mesmo fenômeno, uma situação de tráfico de pessoas é provável ter como finalidade o trabalho escravo, fato, inclusive, recorrente, uma vez que o deslocamento da vítima para exploração em localidade distante do domicílio de origem aumenta as chances de controle e cerceamento de liberdade dessas pessoas, considerando que o território se torna desconhecido e os vínculos comunitários são rompidos, dificultando a fuga ou pedido de socorro.

Nesse mesmo direcionamento, o *Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas* referente aos anos de 2014-2016, disponibilizado pelo Governo brasileiro, aponta 317 mulheres vítimas de tráfico de seres humanos – tanto os casos internos como internacionais – para fins de exploração sexual, enquanto somente cinco homens foram identificados na mesma situação (BRASIL - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2017, p. 34). Apesar de uma notória subnotificação, – pois "[...] os registros não conseguem dimensionar o problema ou alcançá-lo e a regra seguirá sendo a subnotificação" (IDEM, p. 46) – é inegável identificar um recorte de gênero nessa modalidade de crime, compondo uma violência dotada de contornos bastante específicos na conjuntura atual.

Interessante é assinalar que o UNODC (2018) reporta, ainda, na outra ponta do processo, um percentual de 65% de homens condenados pelo crime de tráfico de pessoas em 2016, na contextura internacional. A violência de gênero se refrata na imposição de papéis sociais que o masculino atribui ao feminino. Mesmo no universo feminino, as imposições são segmentadas: enquanto um grupo de mulheres deve se manter recatado e maternal, outro grupo deve atender aos "insaciáveis" impulsos sexuais do macho. Desse modo, há um espectro de estereótipos, que, conforme sinaliza Ribeiro (2018), são "[...] generalizações impostas a grupos sociais específicos, geralmente aqueles oprimidos. Numa sociedade machista, impõe-se a criação de papéis de gêneros como forma de manutenção de poder, negando-se humanidade às mulheres." (P. 37).

No contexto do tráfico de mulheres, não apenas para fins de exploração sexual, essa segmentação aparece de modo latente, ou seja, as mulheres dos países empobrecidos estão no topo do ranque. De tal maneira, de acordo com Carvalho (2018), gênero e vulnerabilidade se associam nos perfis preferencialmente buscados pelos criminosos, "[...] podendo esse fenômeno ser considerado um impacto consequente das desigualdades sociais e culturais." (P. 65). Quando a situação é de

tráfico interno, figuram como vítimas mulheres negras e aquelas provenientes de regiões do País mais precarizadas - no caso Brasil, situadas no Norte e Nordeste.

Sobre as especificidades da violência de gênero sofrida pelas mulheres, Ribeiro (2018) ressalta a agravamento desse fenômeno sobre as mulheres negras, circunscritas nos casos mais gravosos:

> Por mais que todas as mulheres estejam sujeitas a esse tipo de violência, é importante observar o grupo que está mais suscetível a ela, já que seus corpos vêm sendo desumanizados e ultrassexualizados historicamente. Esses estereótipos racistas contribuem para a cultura de violência contra essas mulheres, que são vistas como lascivas "fáceis", indignas de respeito. (IDEM, p. 78).

Todas essas práticas e discursos fomentam a desumanização do outro, colaborando com a legitimidade do processo de exploração massificada dessa parcela populacional. A IOM (2020) chama atenção ainda para as principais violências e traumas enfrentados pelas pessoas sobreviventes ao tráfico humano: altos níveis de violência física e sexual; acidentes de trabalho; altos níveis de depressão, ansiedade e estrese pós-traumático; risco de suicídio; excesivas horas de trabalho; precárias condições de vida e restrição de liberdades. (p. 216)[9]

Na próxima seção apresentamos um diálogo entre os direitos de cidadania no Brasil e sua relação com o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

4 CIDADANIA NO BRASIL: (IM)POSSIBILIDADES PARA O ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE MULHERES

> *"No Brasil, há a ideia de que a escravidão aqui foi mais branda do que em outros lugares, o que nos impede de entender como o sistema escravocrata ainda impacta a forma como a sociedade se organiza"*
>
> *(Djamila Ribeiro)*

Na epígrafe apresentada, Ribeiro (2019) problematiza a herança colonial que se refrata nas relações societárias de um Brasil que ainda sustenta inúmeras desigualdades e um racismo de origem estrutural. Raça foi uma invenção do colonizador europeu. Ávido por legitimar um processo de exploração, provocou genocídio e violência em nome do processo civilizador. O outro, o estranho, foi representado

9 Essas informações constam, originalmente, no idioma inglês, organizadas em uma tabela disponibilizada na referência indicada.

como bárbaro e pagão, justificando assim uma multiplicidade de arbitrariedades hediondas. "Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista." (QUIJANO, 2005, p. 118). Ante essa perspectiva, estabeleceu-se no Brasil uma lógica cidadã seletiva, que confronta de maneira muito contraditória aquilo que ocorreu no contexto europeu.

Para aprofundar as particularidades propostas neste texto, faz-se necessário situar o conceito de cidadania com amparo em um autor clássico nessa discussão, uma vez que está ancorado no saber eurocentrado: Thomas Humphrey Marshall (1967). Carvalho (2020), inclusive, também a ele recorre como referência para assinalar a bem distinta realidade brasileira, fato discutido mais adiante. Marshall (1967), em razão da conjuntura que viveu, posiciona sua reflexão na realidade da Europa ocidental, em especial a da Inglaterra. Cabe indicar que, para estabelecer os fundamentos de suas ideias, o intelectual londrino reporta-se inicialmente ao seu tocaio Alfred Marshall, economista que viveu nos séculos XIX e XX, e conseguiu inovar ao estabelecer um diálogo entre Economia e Sociologia.

Alfred Marshall, um liberal, de acordo com Marshall (1967), defendeu o argumento de que a desigualdade no que se refere ao seu aspecto quantitativo é aceitável, mas que ela não justifica uma vida miserável. Desse modo, Alfred Marshall sustenta que todo homem deve ter o direito de viver de modo decente, como um "cavalheiro". Nesses termos, Marshall (1967) considera que viver como um cavalheiro ainda não representa propriamente a defesa de uma cidadania, uma vez que "Ele a concebeu como um modo de viver que brotasse de dentro de cada indivíduo e não como algo imposto a ele de fora." (p. 62), mas que é considerada como a interpretação de um germe dessa categoria.

Ainda assim, Alfred Marshall inicia uma discussão importante nesse âmbito, levando Marshall (1967) a concluir que "A igualdade básica por ele sugerida [...] tem sido enriquecida com nova substância e investida de um conjunto formidável de direitos. [...] Tem sido, sem dúvidas, identificada com o *status* de cidadania." (P. 62). Ao supor, assim, de saída, o autor organiza uma compreensão do conceito de cidadania dividido em três partes ou elementos: civil, político e social (MARSHALL, 1967, p. 63). O referido autor diz, em complemento, que "Nos velhos tempos, esses três direitos estavam fundidos num só. Os direitos se confundiam porque as instituições estavam amalgamadas." (IDEM, p. 64).

Nessa linha de raciocínio, Marshall (1967) nos transporta ao período feudal, assinalando que o *status*, ou seja, a posição social, determinava a medida de desigualdade durante toda a existência das pessoas. Não existia, portanto, nenhuma lei ou prática que igualasse todos os sujeitos de uma nação, conforme exprimido

na sequência: "Não havia, nesse sentido, nenhum princípio sobre a igualdade dos cidadãos para contrastar com o princípio da desigualdade de classes." (P. 64). Sem dúvida, o declínio do mundo feudal e da organização tradicional teve influxos nas mudanças que precedem o surgimento de direitos de alcance mais generalizado. Marshall (1967) defende o ponto de vista consoante o qual a tripla composição da cidadania caminhou separadamente – embora se entrelaçando em determinados momentos – sendo inclusive o berço dessas garantias situado em séculos distintos: os direitos civis na dianteira, oriundos do século XVIII; os direitos políticos do século XIX; e os direitos sociais do século XX.

Com relação aos direitos civis, o autor ressalta a importância do papel dos tribunais de justiça em promover e registrar esse progresso. O princípio central desses direitos teve como nascedouro a Revolução Francesa, evocando uma liberdade que engloba o direito de propriedade, trabalho e mobilidade social, por exemplo. Esse paradigma logo se espraia por toda a Europa, sendo a Inglaterra uma dessas principais referências, "Nas cidades os termos "liberdade" e "cidadania" eram semelhantes." (MARSHAL, 1967, p. 69).

Os direitos políticos, por sua vez, de acordo ainda com o mesmo autor, não se explicam pela criação de novos direitos, mas pela extensão de velhos direitos a outros setores da população jamais alcançados, "No século XVIII, os direitos políticos eram deficientes não em conteúdo, mas na distribuição [...]" (IDEM, p. 69). O sufrágio, por exemplo, por extenso período, foi monopólio de uma classe (mais abastada) e gênero (o masculino).

No decurso dos anos, em decorrência de conflitos e reivindicações populares, ele foi paulatinamente se estendendo até alcançar seu *status* universal; embora saibamos que esse processo refratou também muitas contradições, conforme pontua a expressão de Santos (2013): "No século XVIII, por exemplo, os direitos humanos eram parte integrante dos processos revolucionários em curso e foram uma de suas linguagens. Mas também foram usados para legitimar práticas que consideramos opressivas se não contrarrevolucionárias." (P. 48). Como ilustração, Santos (2013) se reporta às investidas de Napoleão para dominar o território do Egito em 1798, sustentando um discurso de "salvador" e "restaurador" de direitos daquele povo com o mero objetivo de legitimar um processo de a dominação.

Retomando a discussão clássica, no que se refere aos direitos sociais, Marshall (1967) menciona a *Poor Law* – ou Lei dos Pobres Elizabetana – criada na Inglaterra do século XVI, retratada como uma iniciativa ambígua, uma espécie de protoforma da assistência social aos pauperizados, mas que esteve circunscrita a uma lógica de manutenção da ordem e punição da vagabundagem: "A *Poor Law* elisabetana era, afinal de contas, um item num amplo programa de planejamento econômico cujo

objetivo geral não era criar uma nova ordem social, e sim preservar a existente com um mínimo de mudança essencial." (MARSHALL, 1967, p. 71).

Desse modo, o intelectual inglês argumenta que, por ter essa origem na ordem feudal, essa noção de assistência ficou por algum tempo presa à ideia de velhas práticas e, portanto, foi excluída de início da nova ordem capitalista. Para demarcar uma aproximação renovada com a ordem social, o autor demarca o direito à educação primária pública, que surge no século XIX no contexto Inglês: "[...] o desenvolvimento da educação primária durante o século XIX constituiu o primeiro passo decisivo em prol do restabelecimento dos direitos sociais da cidadania no século XX." (MARSHALL, 1967, p. 74).

Em razão do caráter breve deste escrito, sob o aspecto dimensional, não será factível prolongar o aprofundamento temático nesse debate, mas acreditamos que foram apresentados os elementos principais para compreender a noção eurocêntrica de cidadania proposta por Thomas Humphrey Marshall (1967), que enfatiza: "A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*." (P. 76).

A discussão do mencionado autor nos oferece importantes elementos para compreender a cidadania. Esse estatuto*, in verum*, deveria ser assegurado pela própria condição de ser humano, mas não é assim que efetivamente acontece. Mesmo nos países do norte global, uma precondição de nacionalidade é exigida, ou de reconhecimento de situação regular no país, o que exclui desse escopo uma diversidade imensa sujeitos, de modo que "Os direitos humanos foram subsumidos no direito do Estado, e o Estado assumiu o monopólio da produção do direito e de administração da justiça." (SANTOS, 2013, p. 48).

No caso específico do Brasil, tanto o surgimento quanto a consolidação dos direitos de cidadania ocorreram de modo bastante diferenciado e tardio, conforme bem sinaliza Carvalho (2020):

> Aqui não se aplica o modelo inglês. Ele nos serve apenas para comparar por contraste. Para dizer logo, houve no Brasil pelo menos duas diferenças importantes. A primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros. A segunda refere-se à alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos: entre nós o social precedeu os outros. (P. 17-18).

O percurso histórico brasileiro situa-nos em uma circunstância sobejamente complexa, distinta e desafiadora. Esse território foi ocupado de modo profunda-

mente violento pelo colonizador europeu, que aqui promoveu genocídio em massa e escravização de vastos contingentes populacionais de indígenas e africanos. O processo abolicionista, tardio e fruto de um movimento predominantemente elitizado, não assegurou direitos ampliados de cidadania ao liberto. Sobre a Lei Áurea (1888), Schwarcz (2019) salienta:

> A lei não ressarciu os senhores, que esperavam receber indenização do Estado por suas "perdas". No entanto, também não previu nenhuma forma de integração das populações recém-libertas, inaugurando um período chamado de pós-emancipação, que teve data precisa para começar mas não para terminar. (P. 30).

A transição do Império para a República, incentivada por interesses internacionais e classistas, ocorreu sem grandes sobressaltos. Nessa Terra, não houve grandes guerras e revoluções populares de alcance nacional, talvez com exceção da Guerra do Paraguai (1864-1870), que, ainda assim, teve maior parte do conflito circunscrito ao território do estrangeiro. A Primeira República (1889-1930), situada entre práticas patrimonialistas e clientelistas, não promoveu nenhuma iniciativa significativamente inclusiva. A figura do coronel nesse contexto se delineia com toda a força: "O coronel corporificava um dos elementos formadores da estrutura oligárquica tradicional baseada em poderes personalizados e nucleados, geralmente, nas grandes fazendas e latifúndios brasileiros." (SCHWARCZ, 2019, p. 54). Essa personagem na nossa herança histórica contribuiu com a descaracterização da cidadania, que esteve circunscrita aos pretextos do apadrinhamento e da coerção.

O palco de ascensão dos direitos sociais é desencadeado por iniciativa do governo de Getúlio Vargas, mas, ao contrário do que ocorreu no contexto europeu, nosso modelo esteve repleto de autoritarismo e práticas paternalistas, dissociando os direitos civis e políticos dos sociais: "De 1937 a 1945 o país viveu sob o regime ditatorial civil, garantido pelas forças armadas, em que as manifestações políticas eram proibidas, o governo legislava por decreto, a censura controlava a imprensa, os cárceres se enchiam de inimigos do regime." (CARVALHO, 2020, p. 113). Embora Vargas tenha inaugurado iniciativas de caráter burocrático, incluído enormes avanços na legislação trabalhista, seu caráter messiânico, centralizador e despótico não favoreceu a formação de um sentimento consolidado de cidadania na população.

No decorrer da história, o Brasil mesclou regimes democráticos e autocráticos, consolidando direitos nessa trajetória, mas perpetuando velhas práticas de

exclusão, corrupção e manutenção de privilégios. Mesmo no período pós-Constituição de 1988, a desigualdade e a falta de acesso aos direitos fundamentais vigoram como marca forte, consoante reforça Carvalho (2020):

> A cronologia e a lógica da sequência descrita por Marshall foram invertidas no Brasil. Aqui, vieram primeiro os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que órgãos de representação política foram transformados em peças decorativas do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. (P. 219-220).

em consequência de toda essa fragilidade, idealizar uma Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas[10] que tenha alcance efetivo das demandas ainda é um imenso desafio. Oliveira e Oliveira (2018) endossam a ideação de que "O tráfico de pessoas é uma questão complexa por envolver uma multiplicidade de fatores, como as desigualdades socioeconômicas e a própria situação política de um país." (P. 17). Assim, a lógica de desestruturação de direitos, os quais já haviam avançado no Brasil, retroage as perspectivas de enfrentamento ao tráfico, uma vez que a vulnerabilidade da população é um elemento propulsor dessa modalidade de crime.

Associado ao panorama geral, o enfoque nas vastas desigualdades de gênero e raça submete essas parcelas da população às contínuas violências e violações, entre as quais o tráfico de pessoas vigora e persiste. No Brasil, esse enfrentamento está organizado em iniciativas de três naturezas: prevenção, combate e assistência. A operacionalização, contudo, é ainda precária, haja vista que "[...] os aspectos que se referem à prevenção são muito frágeis, pois não se fixa a prevenção nas motivações da traficância, ou seja, não se incorpora o enfrentamento das desigualdades de gênero, geração, etnorracial e orientação sexual." (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018, p. 26).

No aspecto do combate, os autores apontam para a punição apenas daque-

10 A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), publicada no Brasil com supedâneo no Decreto presidencial número 5.948, de 26 de outubro de 2006. A PNETP expressa como finalidade "[...] estabelecer princípios, diretrizes e ações de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e de atenção às vítimas, conforme as normas e instrumentos nacionais e internacionais de direitos humanos e a legislação pátria." (BRASIL, 2006).

les que estão diretamente envolvidos no crime, ignorando muitas vezes a geralmente vastíssima rede de sujeitos que são beneficiados com a prática delituosa, ignorando "[...] os interesses das cadeias produtivas e os aspectos mais amplos de responsabilidade solidária." (IDEM, p. 26). Em relação ao aspecto da assistência, a precarização é severa, uma vez que fica a critério de cada Estado ou Município implantar e investir nessas iniciativas, que geralmente ocorrem por meio dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETPs).

De acordo com o Relatório de Avaliação de Resultados do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2018), o Brasil conta com uma rede de 19 (dezenove) NETPs, localizados, além do Estado do Ceará, nos Estados do Amazonas, Acre, Amapá, Maranhão, Alagoas, Bahia, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Além disso, há uma rede de 17 (dezessete) PAAHMs, dos quais 13 (treze) estão no Estado do Amazonas, nos Municípios de Manaus (portos, aeroporto e rodoviária), Itacoatiara, Humaitá, Manacapuru, Parintins, Coari, Tabatinga, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Novo Airão, Iranduba. Além desses, o restante situa-se em Fortaleza/CE, Belém/PA, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP.[11]

Sakamoto (2020) chama atenção para os limites no combate ao trabalho escravo contemporâneo, que, sem dúvida, são os mesmos com os quais se deparam as inciativas antitráfico no Brasil:

> [...] é necessário atacar o sistema que leva à reprodução do trabalho escravo. Para tanto, é preciso garantir acesso a emprego, educação, saúde, cultura, lazer, moradia e alimentação à população mais pobre, a qual acaba se tornando presa fácil para aliciadores de mão de obra. (P. 14).

Expressa a ideia noutro torneio, assegurar cidadania é pressuposto indispensável, porquanto políticas segmentadas e focalizadas vão apenas servir como paliativo, pois, enquanto o negócio for lucrativo e não houver alternativa de sobrevivência digna à população, os índices de exploração tendem apenas a crescer.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tráfico de pessoas caracteriza-se como uma manifestação contemporânea de uma modalidade de violência que condensa aspectos históricos densos e de alcance transversal. Sua definição no meio acadêmico e institucional ainda se encontra muito restrita ao âmbito jurídico-normativo, carecendo de aprofunda-

11 Mesmo com essa abrangência, os recursos direcionados são precários, sem aportes federais. A maior parte conta com profissionais em cargos terceirizados ou comissionados.

mento no debate sociológico que tenha como enfoque uma abordagem crítica e que priorize as experiências de vida das pessoas submetidas a esse tipo de violência. Essa iniciativa é fundamental, visto que abre possibilidades para a formulação de políticas públicas mais compatíveis com as reais demandas expressas pelos sujeitos, além de oferecer a ampliação dos elementos necessários para uma compreensão esclarecida da categoria, evitando equívocos na identificação do fenômeno.

Conquanto indique diversas finalidades de exploração, a de cariz sexual ainda desponta como a mais significativa. Nesse terreno, as vítimas em potencial são mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade social. Perceber os aspectos da *colonialidade*, desigualdade de gênero e raça nessas relações é igualmente fundamento essencial para profundar e compor fundamentos mais assertivos em relação ao conseguimento das campanhas de prevenção e das outras frentes que precisam ser mobilizadas no enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Desse modo, concluímos que o tráfico de mulheres, sem dúvidas, refrata uma violência de gênero num contexto pós-colonial. Ele representa, entretanto, também, um negócio bastante lucrativo e, como todo negócio, pressupõe demanda e clientes dispostos a pagar, único meio de garantir o lucro das quadrilhas. Assim, o negócio do tráfico de mulheres não envolve apenas articuladas redes criminosas e pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas também uma vasta demanda de clientes disposta a gastar para usufruir da mercadoria humana, especialmente se ela for importada e exótica.

Destarte, reforçamos a noção de que toda essa transversalidade, contextualizada historicamente, precisa estar incluída no debate acerca do problema. No âmbito nacional, alçamos avanços na positivação de direitos, mas sustentamos muitas limitações para uma efetivação ampliada. Mais investimentos governamentais para o enfrentamento também constituem um fator fundamental. Acima de tudo, é necessário elaborar uma compreensão mais abrangente e assertiva dessa prática, que continua promovendo exploração, estigmatização, morte e marginalidade, especialmente de mulheres e meninas originárias do sul global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Raissa Roussenq. A herança do racismo. *In*: SAKAMOTO, Leonardo (org). **Escravidão Contemporânea.** São Paulo: Editora Contexto, 2020, p. 173-188.

BRASIL. **Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004**. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pes-

soas, em Especial Mulheres e Crianças. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/ D5017.htm Acessado em: 12 dez 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006**. Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP. Disponível em:< https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/politica-brasileira/anexos_contrap/decreto-no-5948.pdf > Acessado em: 28 dez 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2013-2016). **Relatório da Avaliação de Resultados**. Brasília: 2018. Disponível em: < file:///C:/Users/prisc/Downloads/Relat%C3%B3rio%20de%20Avalia%C3 %A7%C3%A3o%20II%20Plano%20-%20Final%20(Agosto2018).pdf > Acessado em: 12 nov. 2019.

CARVALHO, Annie Vieira. A importância das normativas locais para o trabalho de rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas: a política e o plano distrital de enfrentamento ao tráfico de pessoas. *In*: LEAL, Maria Lúcia. **Tráfico de pessoas e mobilidade humana.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

DOTTRIDGE, Mike. A História da proibição da escravidão. *In*: SAKAMOTO, Leonardo (org). **Escravidão Contemporânea.** São Paulo: Editora Contexto, 2020, pp. 31-51.

HOOKS, Bell**. O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2018. Versão *E-book*.

INTERNACIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. IOM. **Word Migration Report 2020.** Disponível em:< https://publications.iom.int/ > Acessado em: 19 jan 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Atlas da Violência 2020.** Disponível em: < www.ipea.gov.br > Acessado em: 19 jan 2021.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e *status***. Traduzido por Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

BRASIL - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas:** dados 2014 a 2016. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/relatorio-de-dados.pdf> Acessado em: 28 dez 2020. [Levar para a ordem alfabética]

OLIVEIRA, Maria Luiza Moura; OLIVEIRA, Assis da Costa. Balanço da situação do tráfico de pessoas e da atuação do Estado para enfrentamento no Brasil: um olhar observalatrata [REVER] . *In*: LEAL, Maria Lúcia (org). **Tráfico de pessoas e mobilidade humana.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

OXFAM Brasil. **País estagnado:** um retrato das desigualdades brasileiras 2018. Disponível em: < www.oxfam.org.br > Acessado em: 15 nov 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Edições Almedina SA., 2009, pp. 73-117.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Versão *E-book*.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUÍ, Marilena. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2013.

SAKAMOTO, Leonardo. O trabalho escravo contemporâneo. *In*: SAKAMOTO, Leonardo (org). **Escravidão Contemporânea.** São Paulo: Editora Contexto, 2020, p. 07-16.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. *In*: PRIORE, Mary Del (org). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2016, pp 383-422.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. UNODC. **Relatório Global sobre o tráfico de pessoas 2018.** Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/publicacoes.html > Acessado em: 01 jan 2021.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo *decolonial*.** Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

Capítulo IV
Mulheres em movimento

Gênero, sexualidade e educação nos anos 1990: O que apontam as políticas educacionais[1]

Kelly Maria Gomes Menezes[2]
Diana Géssica Duarte Abreu[3]
Luenya Araújo Maciel[4]
Rafaela Vitória Linhares da Costa[5]

RESUMO

Examina as políticas públicas de educação dos anos de 1990, na perspectiva de gênero e sexualidade. Para alcançar o objetivo pretendido, foi utilizada a pesquisa de natureza qualitativa, com o auxílio das buscas bibliográfica e documental. As informações coletadas seguiram as etapas: levantamento dos textos (políticas, legislações, documentos etc.), classificação, categorização, interpretação e análise. Nos resultados, observa-se que, embora as políticas educacionais objetivem garantir o direito à educação para meninas e mulheres, não levam em conta as suas trajetórias que, histórica e culturalmente, são diferentes daquelas vivenciadas pelos homens, e refletem muito mais situações de exclusão, privação e violação sistemática de direitos. Assim, proporcionar a mulheres e meninas sua inserção

1 Este segmento resulta da pesquisa *Políticas Educacionais e a Agenda dos Movimentos de Mulheres/Feminista no Brasil - de 1990 a 2010*, desenvolvida no Programa de Iniciação Acadêmica (BIA) vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da Universidade Federal do Ceará (UFC), durante o ano de 2019. O experimento contou com a participação de uma professora doutora, que coordenou os trabalhos, e de três estudantes de graduação em Pedagogia.

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), professora adjunta da Faculdade de Educação (FACED)/ UFC, vice-coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas e Gestão Educacional (GEPGE), ambos na UFC. E-mail: kelly.menezes@ufc.br

3 Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), bolsista do Programa de Iniciação Acadêmica. E-mail: dianajessyka134@gmail.com

4 Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), bolsista do Programa de Iniciação Acadêmica. E-mail: luenya_amy@yahoo.com

5 Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), bolsista do Programa de Iniciação Acadêmica. E-mail: faellalinharesph@gmail.com

na escola é fundamental, mas é igualmente necessário possibilitar sua permanência e igualdade de direitos aliadas às demais políticas públicas.
Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Educação. Políticas Educacionais.

1. INTRODUÇÃO

O acesso à educação está consubstanciado na Constituição Federal brasileira como direito social e subjetivo, atributo da pessoa humana, direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988). Logo, tratar da educação é uma maneira de dar visibilidade a esse direito, bem como reivindicar políticas públicas que viabilizem a sua materialização na vida dos sujeitos históricos.

Embora a luta das mulheres tenha obtido ganhos no que tange à igualdade de gênero e à garantia de direitos, especificamente em relação ao acesso à educação, ainda é preciso avançar em muitos aspectos. Por exemplo, segundo os dados de 2018, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não obstante a mulher brasileira tenha galgado êxito em quase todos os indicadores educacionais – hoje existem menos mulheres analfabetas e, entre as pessoas de 18 a 24 anos, 15,1% das mulheres estão no ensino superior, enquanto estão 11,3% dos homens – a renda média do homem ainda é avaliada como maior. Um homem recebe, em média, R$ 1.522 por mês, enquanto uma mulher tem como salário o valor médio de R$ 1.123. Ainda segundo os dados, ao realizar uma análise por área de atuação, os salários das mulheres também continuam menores (IBGE, 2018).

Por conseguinte, a primeira reivindicação dos movimentos de mulheres foi em relação ao direito à educação, demandando sua inserção e permanência na escola e no mercado de trabalho. A educação, nessa perspectiva, é uma maneira singular de promover a emancipação feminina. Da igual maneira, pesquisar sobre as ações de igualdade de gênero é de fundamental importância, uma vez que revela as pautas historicamente demandadas pelo conjunto de mulheres e de que maneira estas foram, total ou parcialmente, ou não foram incorporadas pelas políticas públicas brasileiras. Pesquisas com esse intento têm sua relevância atrelada à visibilidade da educação e da escola como espaços plurais e que devem acolher sujeitos múltiplos. Ao dar notoriedade a essa elaboração coletiva, também se possibilita a análise da influência dos movimentos sociais no agenciamento das políticas públicas e em que aspectos ainda é fundamental avançar.

No Brasil, o termo **gênero**, como acontece com a ampliação do conceito simplista e binário de **masculino** e **feminino**, além de imposições padronizadas e preestabelecidas, só passou a ser utilizado, tal como conhecemos hoje, nos anos de 1980. Além desse aspecto, cabe frisar que essa revolução não se restringiu apenas à área teórica, pois, na qualidade de uma categoria eminentemente política, seu

desenvolvimento ganhou as ruas e propiciou uma série de avanços normativos. Louro (1997) ressalta que a abordagem teórica de gênero não nega os aspectos biológicos que incidem sobre a categoria, mas que essa se fundamenta, sobretudo, em seus componentes sociais. A ênfase dessa perspectiva recai, então, sobre os elementos constituintes da formulação sócio-histórica e do modo de se analisar as práticas sociais decorrentes da relação entre homens e mulheres.

Nesse escopo, os estudos de gênero, uma vez transpassadas as diferenças meramente biológicas, começaram a priorizar: a compreensão dos arranjos familiares e sociais, o entendimento da meritocracia como subterfúgio das classes mais abastadas em permanecer com seus históricos privilégios, as múltiplas modalidades de representação das mulheres, a análise teórico-crítica da relação indissociável entre mulheres e homens. Sobre o último apontamento, essa é hoje uma condição fundamental de análise, uma vez que é no âmbito das relações sociais que se supera o antagonismo histórico homem x mulher, compreendendo gênero como um "[...] elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (e como) um primeiro modo de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1995, p.14).

Importante é ressaltar que entendemos "igualdade de gênero" neste texto na perspectiva preconizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que a define como "[...] igualdade de direitos entre homens e mulheres", além de ser "um direito humano fundamental, um elemento essencial para a construção da justiça social e uma necessidade econômica" (UNESCO, 2019).

Segundo Louro (1997), discutir a aprendizagem entre homens e mulheres, requer uma visão para a própria história das pessoas, no sentido de considerar as desigualdades vivenciadas na realidade de cada mulher quando do acesso a esse direito. Do contrário, as investigações

> [...] ficariam sem exame não apenas as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros. A pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos. (LOURO, 1997, p. 24).

Essa concepção abrange o conceito de identidade, o qual comporta sujeitos plurais, com histórias de vidas múltiplas e contraditórias. Esse ângulo pressupõe a escuta das mulheres em seus contextos de privações e superações, cuja dialeti-

cidade toma formato desde o pertencimento delas a determinados grupos específicos, que abrangem: classe social, raça/etnia, nacionalidade, religião, geração, dentre outros. Segundo Frota (2012, p. 56), Joan Scott, reafirma haver "[...] uma relação lógica paradoxal entre "igualdade" e "diferença", identidade individual e identidade coletiva e propõe o conjunto de paradoxos como "núcleo duro" do campo novo de estudo, denominado de gênero e feminino [...]".

Essa noção de pertença a determinados segmentos sociais, os quais agregam violentas e multifacetadas exclusões, deve partir da própria mulher, privilegiando o modo de ela forjar a sua identidade e situar-se como protagonista de sua vida na contextura das relações sociais. Nessa perspectiva, as instituições sociais são constituídas pelos gêneros e, ao mesmo tempo, constituintes deles. Estas são formadas, pois, pelas relações de gênero, engendradas histórica, social e culturalmente, na sociedade. Uma dessas instituições, em que o componente de gênero exerce muito poder, é a escola. O ambiente escolar foi levado à prática da formação de sujeitos sociais, cujos papéis demarcam, de maneira abrupta, o que é feminino e o que é masculino.

Assim, neste ensaio, analisamos como o duo gênero-sexualidade está inserto nas políticas educacionais brasileiras, especialmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), durante os anos de 1990. Como estratégias metodológicas, recorremos à demanda de natureza qualitativa, com o auxílio das pesquisas dos tipos bibliográfico e documental. Para tanto, o ensaio foi organizado em quatro partes - Introdução, Metodologia, Resultados e Discussão, e Considerações Finais – seguindo-se as referências.

2. METODOLOGIA

Conforme adiantado, este experimento possui caráter qualitativo, cuja proposta incide no aprofundamento das informações obtidas na investigação e no tratamento analítico de dados subjetivos. Na esteira desse pensamento, o estudo qualitativo busca o porquê dos fenômenos, priorizando a compreensão da dinâmica das práticas e relações sociais (GOLDENBERG, 1997).

Não é ocioso repetir que este estudo foi operado com amparo nas pesquisas librária e documental, sobre cujo suporte efetivou-se o levantamento de referências sobre as categorias teóricas da pesquisa - Gênero, Educação e Políticas Públicas. O foco foi o levantamento de material, arrimado em autores – clássicos e contemporâneos – com histórica e efetiva contribuição sobre o tema (GIL, 2007), além de políticas, documentos e legislações pertinentes à educação brasileira.

Sobre a pesquisa documental, foi fundamental a identificação das principais políticas educacionais desenvolvidas nos anos de 1990 no Brasil, com destaque

da LDB e dos PCNs, bem como das pautas reivindicadas pelos movimentos de mulheres na área da educação no concernente à igualdade de gênero. Nessa fase, foi feito o levantamento dos textos (políticas, legislações, manifestos etc.), bem como efetivadas a sua classificação (elegendo o que é importante para os fins da pesquisa) e categorização (organização do material coletado de acordo com cada categoria de análise) (PIMENTEL, 2001).

Em seguida, levamos a efeito a análise e interpretação do material coletado, cujo mote foi a inserção das demandas referentes às questões de gênero nas políticas educacionais durante os anos de 1990 com esteio na busca pelos termos: "gênero", "mulher/mulheres", "menina/meninas", "sexo/sexualidade", "co-educação", "feminino/feminina"; além da análise dos elementos velados, ou seja, aqueles que não revelavam o tema de maneira explícita, mas que carregavam significados que vão ao encontro da discussão sobre mulher e igualdade de gênero. Após essa etapa, as informações obtidas por intermédio de pesquisa bibliográfica e documental foram confrontadas com os teóricos estudados e a análise crítica da realidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sociedade brasileira – fortemente assinalada pela "cultura do atraso" que se evidencia no conservadorismo das relações de favor, do coronelismo, do patriarcalismo, dentre outros traços (SOUZA, 2019) – ao largo de sua história, gestou a escola como um espaço privilegiado do padrão homem-branco-rico-jovem-heterossexual-*cisgênero*. Logo, a história da educação no Brasil ocorreu concomitante ao enredo da discriminação de gênero, a exemplo da maioria dos outros países.

Conforme evoca Marilena Chauí (2003), a sociedade brasileira expressa quatro características marcantes de sua formação sócio-histórica: relações sociais baseadas na hierarquia; relações sociais e políticas gestadas em contatos pessoais; contexto de intensas desigualdades sociais e econômicas, que reproduzem carências e privilégios; compreensão da lei como vontade individual e não como expressão de uma coletividade; além das disparidades étnico-raciais.

Os reflexos desses traços peculiares da sociedade brasileira irão incidir diretamente no acesso das mulheres à educação. A exclusão feminina do ambiente escolar continuou intensa durante todo o período colonial, quando os donos de terras, homens, representavam a figura de poder central e, consequentemente, eram aqueles que se inseriam no ensino formal. Além do exposto, a tradição ibérica, advinda com o povo português, influenciou a visão da mulher como um ser inferior, que não necessitava da obtenção de conhecimento (RIBEIRO, 2000).

Assim, o Brasil manteve a segregação das mulheres do espaço escolar nessa época, conhecida entre os estudiosos do tema como "hiato de gênero". Essa omissão do País relativa à inclusão das mulheres no sistema educacional durou expressivamente mais de 400 anos.

Foi somente no século XX, após a Revolução de 1930, que o hiato de gênero diminuiu, pois, finalmente, as mulheres passaram a ter a possibilidade de desfrutar das primeiras medidas educacionais e, principalmente, após a primeira versão da LDB, de 1961. Com esta Lei, a admissão das mulheres ao ensino foi igualada à dos homens, iniciando-se, pois, a reversão de seu défice educacional e da dívida histórica desse acesso ao conjunto de mulheres. As mulheres que se beneficiaram dessa Lei na época, no entanto, foram apenas aquelas que cursavam o magistério (BELTRÃO; ALVES, 2004).

Uma vez promulgada a Constituição Federal de 1988, durante o período de redemocratização brasileira e efervescência dos movimentos sociais – inclusive o feminista, que se encaminhava para a chamada "terceira onda" [6] – os direitos das mulheres passaram a ser motes para debate como uma necessidade específica, reclamando acesso à educação igualitário para meninos e meninas. A educação é reforçada na Carta Magna, ao acentuar a CM que toda pessoa deve ter acesso garantido a esse direito, independentemente de sua classe social, raça/etnia, crença religiosa, gênero, orientação sexual e idade.

Retomando o Texto Constitucional, em referência à proteção das mulheres, em seu artigo 5, há uma clara tentativa de supressão das desigualdades entre os sexos: "[...] **homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações**, nos termos desta Constituição", além de, no artigo 7, afirmar que

> São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XX - **proteção do mercado de trabalho da mulher**, mediante incentivos específicos, nos termos da lei [...] XXX - **proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade**, cor ou estado civil [...]. [Grifamos].

6 Segundo as intelectuais do movimento feminista, o feminismo é dividido em três grandes momentos históricos que ficaram conhecidos como *ondas*. A primeira *onda* feminista corresponde ao final do século XIX e início do século XX, oportunidade em que as feministas lutavam fundamentalmente pelo sufrágio feminino; na segunda *onda*, em meados dos anos de 1960, reivindicava-se igualdade jurídica e social para as mulheres; e na terceira *onda*, já nos anos de 1990, ocorriam os estudos de gênero e das interseccionalidades. Pesquisadores asseveram que já é lícito se falar da *quarta* onda, com início nos anos de 2010, mas ainda não é consenso nos estudos da área (MENEZES, 2017).

A ampliação da educação infantil desde 1988 também representa uma grande conquista para as mulheres, uma vez que, desde os anos 1970, os movimentos de mulheres reivindicavam que todas as crianças tivessem acesso à educação partindo do entendimento da sua importância, mas também se configurando como um direito das mães trabalhadoras (VIANA; UNBEHAUM, 2004).

Ainda não havia, no entanto, uma discussão de gênero que superasse a reivindicação da desigualdade de sexos baseada apenas na inclusão igualitária de meninos e meninas no ensino formal. Esse debate só se adensou no País com a nova LDB, em 1996, a qual coincidiu com a inserção da categoria gênero dos diversos grupos e núcleos de estudos e pesquisas feministas. A problematização da categoria gênero surgiu como um intenso debate entre as feministas militantes e estudiosas e, consequentemente, o meio acadêmico também passou por uma transformação, na medida em que essas mulheres começaram a introduzir, nas escolas e universidades, os estudos de gênero, cuja preocupação não se debruçava apenas em efetivas pesquisas e apontamentos teóricos, mas também e, principalmente, incutir àquele universo – historicamente machista – as ideias de liberdade e igualdade:

> Sem dúvida, desde há muito tempo, as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas e nas lavouras. Gradativamente, essas e outras mulheres passaram a ocupar também escritórios, lojas, escolas e hospitais. Suas atividades, no entanto, eram quase sempre (como são ainda hoje, em boa parte) rigidamente controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, "de apoio", de assessoria ou auxílio, muitas vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou à educação. As características dessas ocupações, bem como a ocultação do rotineiro trabalho doméstico, passavam agora a ser observadas. Mais ainda, as estudiosas feministas iriam também demonstrar e denunciar a ausência feminina nas ciências, nas letras, nas artes. [...] Assim, os estudos iniciais se constituem, muitas vezes, em descrições das condições de vida e de trabalho das mulheres em diferentes instâncias e espaços. Estudos das áreas da Antropologia, Sociologia, Educação, Literatura etc. apontam ou comentam as desigualdades sociais, políticas, econômicas, jurídicas, denunciando a opressão e submetimento feminino. (LOURO, 1997, p. 17 – 18)

Ao mesmo tempo, os anos de 1990, intensamente assinalados pela ofensiva neoliberal, significou um período que os autores chamam de "desertificação das

políticas sociais", inclusive das políticas de educação. Segundo Antunes (2004), essa denominação refere-se à intensa onda de privatizações, à ausência de políticas sociais estruturantes e à cooptação dos movimentos sociais e da classe trabalhadora engajada.

Em 1990, ocorreu a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien – Tailândia, a qual resultou na Declaração Mundial de Educação para Todos. Já em seu preâmbulo, mencionado Documento traz um dos principais direitos positivados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) - "Toda pessoa tem direito à educação" - ao mesmo tempo em que expõe que, contraditoriamente, mais de 960 milhões de adultos são analfabetos, sendo dois terços constituídos de mulheres. Logo, uma das prioridades do documento é garantir que meninas e mulheres tenham acesso à educação, reduzindo as taxas de evasão escolar e analfabetismo femininos.

A Conferência marca diversos eventos importantes, como o Ano Internacional da Alfabetização, e busca avançar rumo às metas da Década das Nações Unidas para os Portadores de Deficiências (l983-1992), da Década Internacional para o Desenvolvimento Cultural (1988-1997), da Quarta Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1991-2000), da Convenção sobre os Direitos da Criança, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e Estratégias para o Desenvolvimento da Mulher.

Ainda em relação ao Documento, seu texto sinaliza que o contexto dos anos de 1990 já não permite que os direitos essenciais e as potencialidades das mulheres não sejam levados em consideração. No artigo terceiro, que trata da universalização da educação e da equidade, a peça assinala que a prioridade mais urgente é [...]melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação para meninas e mulheres, e superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo educativo"; e, ainda, que "[...]os preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação".

A Declaração tem influência na elaboração dos documentos educacionais brasileiros, conforme é observado na LDB (1996), cuja promulgação significou um marco para as políticas públicas de educação no País. Desde a publicação da Peça, a educação passou a ocupar um lugar de maior destaque na agenda pública. A LDB foi promulgada após o debate sobre variados projetos que tramitaram desde o início dos anos de 1990. Sua versão final, apresentada pelo senador Darcy Ribeiro, não correspondeu aos interesses e aspirações do grupo de intelectuais e educadores objetivados na Carta de Goiânia em 1986, mas, mesmo assim, é considerada uma referência fundamental para se pensar educação no Brasil e um avanço em relação às suas versões anteriores de 1961 e 1971. Emerge, pois, como

uma conquista significativa para os profissionais da educação e para o coletivo de sujeitos engajados na luta coletiva por melhores condições educacionais desde os anos de 1970 (SAVIANI, 2007).

A LDB reforça os preceitos de igualdade de acesso e permanência na escola elencados pela Constituição Federal, mas, assim como esta, é preciso fazer um exercício de observar as menções às questões de gênero nas entrelinhas dos documentos e o não-detalhamento das "[...] definições e derivações desses princípios em sua interação com as relações de gênero pode acarretar mais discriminação". (VIEIRA, UNBEHAUM, 2004, p. 92).

Esse mesmo decênio – precisamente em 1997 - foi marcado pela elaboração dos PCNs para o Ensino Fundamental, os quais objetivaram nortear a matriz curricular básica de todo o sistema educacional. Em apresentação de levantamento sobre a situação do Ensino Fundamental no Brasil dos anos de 1960 aos anos 1990, os Parâmetros citam o Relatório sobre o Desenvolvimento no Brasil (1996), onde afirmam que as mulheres, nos quatro decênios, continuaram com número médio de anos de estudo inferior ao dos homens. Em sua análise, porém, os PCNs tentam atenuar esse dado, alegando que, "Além das imensas diferenças regionais no que concerne ao número médio de anos de estudo, que apontam a região Nordeste bem abaixo da média nacional, cabe destacar a grande oscilação deste indicador em relação à variável cor, mas relativo equilíbrio do ponto de vista de gênero [...]". Paradoxalmente, no Volume 8 dos Temas Transversais dos PCNs, há a asserção de que,

> Atualmente, reivindica-se a inclusão da categoria de gênero, assim como etnia, na análise dos fenômenos sociais, com o objetivo de retirar da invisibilidade as diferenças existentes entre os seres humanos que, por vezes, encobrem discriminações. Por exemplo, um dado estatístico, como "nível de escolaridade médio atingido pelo alunado brasileiro", não expõe as diferenças entre o nível de escolaridade de meninos e de meninas, assim como a diferença da escolaridade atingida por crianças brancas e crianças negras. Entretanto, incluindo-se essas variáveis, o mesmo dado estatístico revelará diferenças que podem ser analisadas como discriminações. Trata-se, portanto, de desvendar e explicitar as discriminações e preconceitos associados ao gênero, no sentido de garantir a equidade como princípio para o exercício da cidadania. (BRASIL, 1997, p. 322).

Quanto às questões de gênero, não há, no Documento – salvo nos apêndices dos Temas Transversais – nenhuma orientação expressa quanto à sua abordagem,

mas aponta para a necessidade de discussão sobre as desigualdades entre os sexos, quando afirmam o compromisso da escola em "[...] posicionar-se [...] [abrindo] a oportunidade para que os alunos aprendam sobre temas normalmente excluídos e atua propositalmente na formação de valores e atitudes do sujeito em relação ao outro, à política, à economia, **ao sexo**, à droga, à saúde, ao meio ambiente, à tecnologia, etc." [Grifamos].

Conforme mencionado, especificamente nos Temas Transversais previstos nos PCNs, dentre as suas seis áreas, destaca-se aquela relativa à orientação sexual, que compreende três eixos: as reflexões sobre o Corpo e a Sexualidade, as Relações de Gênero e a Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). O volume relacionado a esse Tema Transversal é o que mais interessa à discussão de gênero na educação, pois, com arrimo nas dimensões sociológica, psicológica e fisiológica, é capaz de orientar o professor em suas intervenções, notadamente vinculadas às questões de gênero e sexualidade. Particularmente sobre o eixo que trata das Relações de Gênero, as orientações para o docente são expressas textualmente:

> Em relação às questões de gênero, por exemplo, os professores devem transmitir, por sua conduta, a valorização da eqüidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente. Ao orientar todas as discussões, eles próprios respeitam a opinião de cada aluno e, ao mesmo tempo, garantem o respeito e a participação de todos, explicitando os preconceitos e trabalhando pela não-discriminação das pessoas. Para a construção dessa postura ética, o trabalho coletivo da equipe escolar, definindo princípios educativos, em muito ajudará cada professor em particular nessa tarefa. (BRASIL, 1997, p. 303).

Ademais, os Temas Transversais privilegiam as seguintes áreas: Ética (Respeito Mútuo, Justiça, Diálogo, Solidariedade); Meio Ambiente (Ciclos da Natureza, Sociedade e Meio Ambiente, Manejo e Conservação Ambiental); Saúde (Autocuidado, Vida Coletiva); Pluralidade Cultural (Pluralidade Cultural e a Vida das Crianças no Brasil, Constituição da Pluralidade Cultural no Brasil, o Ser Humano como Agente Social e Produtor de Cultura, Pluralidade Cultural e Cidadania) e Trabalho e Consumo (Relações de Trabalho; Trabalho, Consumo, Meio Ambiente e Saúde; Consumo, Meios de Comunicação de Massas, Publicidade e Vendas; Direitos Humanos, Cidadania). Também existem possibilidades de o(a) professor(a) trabalhar em sala temas locais, como: Trabalho, Orientação para o Trânsito, dentre outros (BRASIL - MEC, 1997).

Nesses documentos, a questão da equidade de gênero e da não diferenciação da oferta e permanência da educação para meninos/homens e meninas/mulheres, é uma reivindicação de suma importância. As mulheres, nesse sentido, afirmam-se como sujeitos sociais que devem ser reconhecidas também na vida pública, elaborando uma pedagogia dos movimentos de mulheres.

A agenda dos movimentos de mulheres esteve nessa década sustentada no tripé: "[...] a inclusão de educação/orientação sexual no currículo escolar; o combate ao sexismo no currículo escolar, especialmente nos livros didáticos; a expansão da educação infantil como forma de cuidado e educação da prole da mãe trabalhadora". (ROSEMBERG, 2001, p. 188 - 189).

Um dos elementos fundamentais de análise nos documentos e políticas educacionais é a linguagem, pois todos fazem menção aos sujeitos utilizando o masculino genérico, como: "professor", "aluno", "pais", "trabalhador", "filho" etc. O machismo se revela também de modo sutil/inconsciente e exerce poder sobre a nossa maneira de pensar, falar e agir. A invisibilidade do feminino está em diversas modalidades textuais com as quais nos deparamos no dia a dia, fomentando o uso sexista da linguagem e a cultura do machismo. Corroborando essa ideia, o Manual para o Uso Não Sexista da Linguagem – o que bem se diz bem se entende", elaborado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 2014 (p. 13), afirma:

> A equidade de gênero na linguagem só será garantida a partir do momento em que se repensar a forma como o tema é tratado nos ambientes educacionais, hoje disseminadores da dominação masculina nos discursos, principalmente quando não identificado o sexo da pessoa a quem se refere. Utilizando o feminino e o masculino para tratarmos de grupos mistos estaremos ampliando a visibilidade das mulheres em todas as esferas sociais, publicizando a participação feminina que sempre existiu na construção histórica do estado e do país, mas nem sempre destacada. Com discursos e documentos oficiais do Governo que incluam expressões no feminino, garantiremos a maior visibilidade das mulheres e caminharemos rumo à mudança cultural e social tão necessária [...].

Além disso, comumente, os textos utilizam a palavra "homem" como sujeito universal, contemplando homens e mulheres. A esse respeito, Paulo Freire, no prefácio de A Pedagogia da Esperança – um reencontro com a Pedagogia do Oprimido (1993), desculpa-se com as mulheres pelo uso machista de sua linguagem utilizada em seu livro A Pedagogia do Oprimido (1987):

> [Minha] linguagem machista que marca todo o livro [Pedagogia do Oprimido] e de minha dívida a um sem número de mulheres [...] E é importante salientar que, estando nos fins de 1970 e começos de 1971, eu já havia vivido intensamente a experiência da luta política, já tinha cinco a seis anos de exílio, já havia lido um mundo de obras sérias, mas, ao ler as primeiras críticas que me chegavam, ainda me disse ou me repeti o ensinado na minha meninice: "Ora, quando falo homem, a mulher necessariamente está incluída". [...] E por que os homens não se acham incluídos quando dizemos: "As mulheres estão decididas a mudar o mundo."? [...] **Isto não é, na verdade, um problema gramatical mas ideológico.** [...] Daquela data até hoje me refiro sempre a mulher e homem ou seres humanos. [...] Não se diga que, sendo o fundamental a mudança do mundo malvado, sua recriação, no sentido de fazê-la menos perverso, a discussão em torno da superação da fala machista é de menor importância, sobretudo porque mulher não é classe social. A discriminação da mulher, expressada e feita pelo discurso machista e encarnada em práticas concretas é uma forma colonial de tratá-la, incompatível, portanto, com qualquer posição progressista, de mulher ou de homem, pouco importa. A recusa à ideologia machista, que implica necessariamente a recriação da linguagem, faz parte do sonho possível em favor da mudança do mundo. [...] Não é puro idealismo, acrescente-se, não esperar que o mundo mude radicalmente para que se vá mudando a linguagem. Mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo. A relação entre linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória. (P. 34 – 35) [Grifamos]

Logo, a introdução desse tipo de linguagem, especialmente em documentos e políticas públicas, não é algo banal, uma vez que tem a função de exprimir o pensamento, a visão de mundo e a ideologia de um povo. A linguagem possui muito poder, pois é o espelho do conjunto de valores e princípios de uma sociedade. Adotar a linguagem de gênero representa, pois, uma atitude engajada crítica e politicamente, em que há o claro reconhecimento das diferenças entre os gêneros e da discriminação historicamente em torno do ser mulher, especialmente no contexto brasileiro (MENEZES, 2017).

Outro elemento importante para análise das políticas educacionais quanto às questões de gênero é em relação à igualdade. Tanto a Constituição Federal quanto a LDB e os PCNs trazem em seus textos a necessidade do estabelecimento da igualdade entre os sexos. Conforme evidenciado neste trabalho, desde a Decla-

ração Mundial de Educação para Todos, persegue-se a máxima de que meninas e mulheres tenham as mesmas condições de acesso e permanência de meninos e homens na educação. Seguindo essa linha de raciocínio, os países signatários devem levar em consideração a determinação dos "[...] níveis de desempenho e da proporção de participantes que deverão atingir esses níveis em programas específicos de educação básica, [...] a cargo de cada país".

Mesmo com a inserção desse debate, segundo a ONU (2010), os números revelam que os homens ainda dominam o espaço escolar em algumas regiões, tais como na África Ocidental e Central, onde menos de 60% das meninas em idade escolar se encontravam inseridas na escola; e nos Estados Árabes esse percentual chega a 61%, o maior do mundo. Na contextura mundial, os dados são mais satisfatórios, pois, de 1999 a 2007, a taxa de meninas em idade escolar frequentando a escola passou de 79% para 86%. De igual maneira, no Ensino Superior, salvo os casos relativos à África Subsaariana, as mulheres passam a ocupar mais espaço do que os homens.

Por conseguinte, o compromisso do Estado para com as meninas e mulheres não se restringe apenas à sua inserção, mas à promoção do debate sobre o tema no ambiente escolar desde a educação básica. Com isso, a escola possibilita estabelecer uma educação humanizadora, pondo em xeque as ideias preconcebidas, constituídas social e culturalmente, acerca dos papéis atribuídos a meninos e meninas, homens e mulheres na sociedade.

A educação humanizadora tem compromisso com a transformação da própria vida dos sujeitos, em que a coragem é condição necessária para a ruptura com os preconceitos, entendidos aqui especialmente aqueles advindos das questões de gênero e sexualidade. É por intermédio da visão crítica da realidade social e da problematização do acesso aos direitos sociais que as mulheres desenvolvem a autonomia, (re) aprendendo a ser livres para (re) constituir suas histórias e, consequentemente, a sociedade (LOURO, 1997).

4. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Embora tentem garantir o acesso e a permanência de mulheres no âmbito educacional, as políticas não levam em conta as suas trajetórias que, histórica e culturalmente, são diferentes das dos homens e refletem muito mais situações de exclusão, privação e violação sistemática de direitos. Em outras palavras, não basta garantir que meninas e mulheres sejam inseridas na escola, mas, também, possibilitar que outras políticas públicas atuem em relação aos demais direitos sociais - como saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, assistência à maternidade e à infância. Em uma palavra, é imprescindível que as políticas públicas atuem de maneira complexa e em rede.

De semelhante modo, os documentos e políticas em análise desconsideram a combinação perversa de fatores de exclusão, os quais permitem pensar as questões de gênero desde uma perspectiva interseccional, como raça/etnia, classe social, orientação sexual, idade, dentre outros. As intersecções de gênero e educação, bem como dos demais marcadores sociais, são de alçada relevância para "[...] apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado". Além disso, a com esteio nessa elaboração teórica, evita-se "[...] o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social". (BILGE, 2009, p. 70). O enfoque interseccional, assim, busca compreender as consequências estruturais e dinâmicas da interação de "[...] dois ou mais eixos da subordinação". (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Ao relacionar o machismo, o sexismo e a misoginia com os diversos tipos de opressão decorrentes de sua condição social, as mulheres experimentaram/experimentam sistemas discriminatórios multifacetados. Um desses sistemas é a educação, a qual, desde o acesso por parte de determinados grupos, até a permanência deles nesse espaço, vai se revelar, muitas vezes, como um meio que também contribui para a marginalização e até para a exclusão social. O direito à educação, com efeito, efetiva-se de maneira muito desigual e pulverizada para o conjunto da população. É igualmente importante concluir que as políticas públicas, aqui com destaque para aquelas vinculadas ao direito à educação, não são neutras, isto é, estão imbuídas de intencionalidades com base nas quais revelam posicionamentos e visões de mundo. As políticas públicas refletem, pois, os ideais e interesses do Estado que as promovem, além de manifestar o poder das classes dominantes, que garantem sua posição de privilégio e hegemonia na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

BELTRÃO, Kaizô I.; ALVES, José E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Anais** do XIV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, 2004.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. Tradução de Helena Hirata. **Diogène**, 1 (225): 70-88, 2009.

BRASIL, República Federativa do. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). 1961.**

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). 1996.**

_____.Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. *In*: Reunião Anual da ANPED, 2003. Poços de Caldas, MG, out. 2003. Conferência proferida na abertura.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas,** Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

FROTA, Maria H. de P. Igualdade/diferença: o paradoxo da cidadania feminina segundo Joan Scott. **O público e o privado** - Nº 19 - Janeiro/Junho – 2012.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

IBGE. Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisa Informação Demográfica e Socioeconômica** , n° 38. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/ SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Manual para o uso não sexista da linguagem** – o que bem se diz bem se entende. Rio Grande do Sul, 2014.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação***:* uma perspectiva pós-estruturalista. 6.

ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1997.

MENEZES, Kelly M. G. **"Agora é a minha vez de ir pra escola!"***:* os desafios na educação para mulheres velhas em um Programa de EJA, em Fortaleza - CE. 232f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Representação da UNESCO no Brasil.** Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/social-and-human-sciences/human-rights/gender-equality/>. Acesso em: jun. 2019.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, novembro/ 2001 Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 179-195, novembro/ 2001.

RIBEIRO, Maria L. S. **História da Educação Brasileira:** A Organização Escolar. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SHIROMA, Eneida O.; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional.** Rio de Janeiro: Lamparina, 4. ed., 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. Política educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990. **Cadernos Pagu** (16) 2001: pp.151-197.

VIANNA, Cláudia P.; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988 - 2002. **Cadernos de Pesquisa,** vol.34 no.121 São Paulo Jan./Apr. 2004.

Organização das mulheres no Ceará: A trajetória do Conselho Cearense de Direitos da Mulher - CCDM na viabilização de políticas para as mulheres

Maria Hermenegilda Silva[1]
Maria Helena de Paula Frota[2]

RESUMO

Expressa a trajetória do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher (CCDM), órgão governamental criado em 1986, visando promover medidas e ações que viabilizem o exercício dos direitos das mulheres e sua participação no desenvolvimento social, político, econômico e cultural no âmbito estadual. Esse Colegiado constitui experiência de construção de um espaço democrático, representando o papel de interlocutor das demandas dos movimentos feministas e de mulheres junto ao Poder Executivo. Responde, com efeito, pelo planejamento, articulação e proposição das políticas públicas para as mulheres. Os limites cronológicos da dissertação que originou este experimento, têm como recorte temporal a abrangência de atuação do CCDM em 24 anos - de 1986 a 2010 - desde sua criação até o ano em que completa vinte e quatro anos de resistência, quando foi criada a Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para a Mulher. Nessa trajetória, observaram-se momentos de crises, dificuldades, mas, sobretudo, de avanços na elaboração das políticas públicas para as mulheres nas diversas gestões do governo estadual que balizaram a atuação do Conselho e as demandas das mulheres. A metodologia utilizada se constituiu de ampla pesquisa histórica e documental, por intermédio de entrevistas estruturadas, com ex-presidentas e conselheiras do CCDM, que,

1 Assistente social/ UECE, especialista em Planejamento e Gestão em Políticas Públicas/ UECE. Presidente do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher. Mestra pelo Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas /UECE.

2 Doutora em Sociologia pela Universidad de Salamanca- Espanha (2000). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará. Professora Integrante do Programa de Pós-Graduação em Políticas Publicas- UECE. Líder do grupo de Pesquisa Gênero, Família e Geração nas Políticas Sociais, vinculado ao CNPq desde 1998. Coordenadora do Observatório da Violência Contra a Mulher – OBSERVEM. Membro efetivo do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher (2020) Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Sociais – NUPES. Tem experiência na Área de Sociologia, com ênfase em Gênero e Violência, Gênero e Trabalho.

mediante suas memórias, revelaram as negociações e articulações promovidas pelas feministas e movimento de mulheres para a criação do CCDM, assim como a inserção dos direitos femininos na Constituição Federal e Estadual. Demandou-se registrar a atuação das ex-presidentas e de parte das suas conselheiras, pois, ao relembrarem suas histórias, expressaram uma visão mais dinâmica sobre a trajetória do CCDM. O período de 1986-1991 demarcou fase exitosa do Colegiado, pela capacidade de aglutinar vários atores políticos, lideranças feministas e articulações das demandas femininas; de 1991-1995, registrou-se um período de crise, pelo afastamento da presidenta para se candidatar a um cargo eletivo, cuja indicação de sua substituta, o Colegiado considerou ilegal, por falta de *quorum* e de representatividade; de 1995-1999, verificou-se uma fase de engessamento, a institucionalização de outro formato do Conselho; de 1999-2010, efetivou-se a implementação das políticas públicas para as mulheres no âmbito estadual. Nessa perspectiva, a realização das entrevistas constituiu numa das fontes relevantes desta pesquisa, que qualificaram as argumentações no processo construtivo do CCDM, como espaço democrático do Estado com a sociedade civil, em que se observou que esta trajetória foi constituída de muita resistência, articulação e força do movimento de mulheres e das feministas, pautando na agenda governamental políticas públicas para as mulheres no âmbito do Estado do Ceará.
Palavras-chave: Conselho Cearense dos Direitos da Mulher. Movimentos de Mulheres. Feministas e Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Este ensaio tem como objetivo comunicar os processos de criação, constituição e articulação do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher (CCDM) como instância de interlocução do Estado com a sociedade civil, identificando as forças políticas, apoiadoras e a sistemática de execução de políticas públicas executadas por um grupo de mulheres cearenses.

Ao definir o tema da pesquisa durante o curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE), as indagações que povoaram nossa mente versaram sobre a natureza do Conselho, as trajetórias, as conquistas e a ação das mulheres que o compunham.

Inicialmente, formulamos os seguintes questionamentos: o CCDM foi um órgão criado para se constituir como instrumento de controle ou de execução de políticas públicas para as mulheres ou estrategicamente para esvaziar a ação dos movimentos feministas e de mulheres? O CCDM, consistiu, efetivamente, num espaço de articulação e de deliberação das políticas públicas para as mulheres? Quais os problemas, suas principais demandas femininas e lutas? A que grupos

políticos e entidades as mulheres pertenciam? Como se articularam e conseguiram implantar políticas públicas para as mulheres no âmbito estadual? Como explicar essas inquietações e respondê-las ? Foi desafiante, a fase investigativa.

A estratégia para o estudo, partimos para conhecer o contexto político do País no momento da criação do Conselho, procurando compreender quem eram essas mulheres, qual seu envolvimento político, quais as principais reivindicações do movimento e quais as primordiais ações do órgão como de representação e de promoção de políticas públicas para as mulheres. O sentimento em tal estudo foi, ao mesmo tempo sedutor e embriagador. Sedutor porque ao rever os documentos, a memória nos identificava e ia redesenhando uma história que para nós antes era considerada de total domínio pelo fato de termos passado oito anos à frente da sua Presidência [a primeira autora]. Embriagador porque essa história nos enlaçava e às vezes até nos sufocava pelo fato de redescobrir momentos que eram absolutamente novos e que nosso envolvimento com o Órgão não nos permitia enxergar.

Nossa trajetória no Conselho se deu ao realizarmos uma seleção para uma vaga, ali, como representante da sociedade civil. Considerando nossos estudos, o interesse pela temática, a experiência vivenciada em trabalhos de comunidades, com grupo de mulheres, e, mediante a organização exitosa do trabalho das mulheres num mutirão habitacional no Município de Pacatuba, objeto de pesquisa do curso de Especialização em Planejamento e Gestão em Políticas Públicas na UECE. Fomos selecionada como conselheira e, posteriormente, nos candidatamos à Presidência do CCDM, sendo eleita em 1999, primeiro mandato, tendo como governo do Estado Tasso Ribeiro Jereissati, e o segundo mandato, em 2006, o governador Lúcio Gonçalo de Alcântara. Foi uma experiência bastante significativa repleta de desafios, principalmente em referência à violência contra a mulher, bem como a implementação das políticas públicas para as mulheres. Tais políticas foram pactuadas pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República com o governo do Estado do Ceará e as prefeituras municipais, por meio do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Ao iniciar os estudos em campo, tivemos acesso ao acervo do CCDM, tais como relatórios, atas de reuniões, projetos desenvolvidos, assim como a toda a produção de material elaborado sobre a atuação do Conselho. Visitamos a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, que disponibiliza consulta aos jornais de grande circulação da época em questão. Também estivemos na Biblioteca César Cals de Oliveira, da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, que disponibilizou os Anais da Assembleia Estadual Constituinte – 1989, nos quais se encontra o registro da Carta do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, apresentada aos constituintes, a qual assegura os direitos e a cidadania das mu-

lheres na Constituição Estadual. Mesmo assim, sentimos a necessidade de obter mais dados dessa história, objetivando conhecê-la de maneira mais aprofundada e dinâmica.

O desafio foi grande e, ao mesmo tempo, instigante – o de realizar um estudo de memória transmitido por via da oralidade, um repensar, com imagens e ideias de hoje as experiências vivenciadas, possibilitando uma diversidade de informações, com base em elaborações individuais de cada entrevistada. Defrontamos com elaborações subjetivas, transmitidas no imaginário coletivo com riquezas de significados. A escolha das pessoas entrevistadas partiu das contribuições que poderiam dar à pesquisa, cujas informações não seriam encontradas nos documentos da época, nem nos documentos oficiais. Nesse sentido, os dados coletados com os depoimentos se colocaram como fontes fundamentais das análises e os documentos escritos foram utilizados de maneira complementar aos diálogos e narrativas. Obtivemos, com efeito, uma visão mais rica e ampliada da trajetória do Conselho.

As entrevistas foram transcritas por completo, sem cortes, nem interrupções, buscando fidelidade às gravações e ao relato das entrevistadas. Vale ressaltar o fato de que o manuseio de jornais disponíveis na Biblioteca Pública foi mais um desafio, visto que não estão microfilmados no período pesquisados, os quais estão compilados em livros grandes, por ordem cronológica de publicação, e não por assuntos, requerendo, assim, maior disponibilidade de tempo, e atenção minuciosa. Nesse sentido, as reportagens foram fotografadas por uma câmera digital e escaneadas. O procedimento utilizado no que se refere ao tratamento dos documentos se deu por meio das etapas de pré-seleção, seleção e análise, ou seja, os documentos impressos digitalizados foram selecionados após leitura, descartando aqueles que não estavam inseridos nos objetivos da pesquisa.

Na escolha das entrevistadas, privilegiamos as ex-presidentas, ex-conselhereiras e pessoas que tiveram uma atuação direta na implantação do CCDM, de acordo com a periodicidade de cada Colegiado, ou seja, de quatro em quatro anos. As entrevistas foram realizadas mediante roteiro semiestruturado para que possibilitasse a retomada de elementos não identificados ou não registrados, como, também, com vistas a propiciar às interlocutoras a expressão de suas vivências.

O recorte temporal da investigação recaiu nos 24 anos de existência do Conselho, indo de 1986 – data de sua criação – a 2010, ano de sua desativação.

Na estratégia metodológica, escolhemos pesquisa qualitativa, bibliográfica, documental, com seleção e organização de dados históricos, registrados nas atas das reuniões do Conselho, e legislações expressas no Diário Oficial do Estado do Ceará. A pesquisa rural (ou de campo) foi realizada por meio de entrevistas com

dezoito mulheres que participaram da luta da criação do Conselho.

O trabalho foi dividido em quatro módulos. O primeiro com uma parte introdutória em que estão contempladas as intenções da pesquisa, metodologia, objetivos e algumas categorias. Nesse escrito, nos propomos fazer uma leitura crítica, uma cartografia dos movimentos feministas no Brasil, demonstrando questões significativas da trajetória dos feminismos, os quais contribuíram de forma decisiva na promoção da visibilidade das mulheres como agentes históricas participativas do processo de redemocratização da política brasileira.

No segundo, situamos o Movimento de Mulheres e Movimento Feminino pela Anistia no Brasil. Tratamos do objeto principal da dissertação: o Conselho Cearense dos Direitos da Mulher. Apresentamos uma breve descrição de sua localização na estrutura organizacional governamental, levando em consideração os contextos políticos e sociais do recorte temporal definido. Também, apresentamos um panorama da realidade anterior à criação do Conselho, as interferências em sua formação, tentando compreender sua trajetória nas quatro fases, tendo como fontes documentos, atas e materiais de jornal antigos.

O terceiro módulo concentra a parte mais densa da pesquisa, a criação do Conselho Cearense de Defesa da Mulher, a conjuntura da época, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e as fases pelas quais o Órgão transitou, tendo como marco as administrações dos governadores do Estado, já que o CCDM tinha uma dimensão estadual e as respostas as suas reivindicações estavam diretamente dependentes das políticas desenvolvidas pela referida instância. Identificamos cinco partes, tendo como base os períodos de mandatos dos governadores, como se descreve a seguir:

> a) De 1986-1991 – governador Tasso Ribeiro Jereissati – primeiro mandato. O primeiro momento se refere à criação do Conselho, cuja característica principal se expressa na força do movimento organizado das mulheres que se articulou e desenvolveu importantes estratégias de ação para que o Estado incorporasse em sua agenda políticas públicas que atendessem suas demandas de interesse específico. Nesse período, foi observada a execução de grandes eventos, como seminários e encontros, que tinham como função estratégica mobilizar a população feminina, por meio de suas lideranças, para que estas exercessem pressão sobre o poder público e a sociedade no sentido das suas reivindicações.
>
> b) De 1991-1995 – governador Ciro Ferreira Gomes. Nesse momento, o Conselho atua por meio de articulações com pequenos grupos,

associações, organizações não governamentais (ONGs). Prioriza o trabalho educativo, nas áreas da violência doméstica, da criança e do adolescente. O Estado oferece cursos de capacitação para seus técnicos, especialmente, para educadores de rua que desenvolvem trabalhos profissionais na área da criança e adolescência, por solicitação dos financiadores internacionais, no sentido da mudança da prática política da atuação profissional.

c) De 1995-1999 – Tasso Ribeiro Jereissati – segundo mandato. Nesse meio-tempo, foi realizada uma reforma administrativa no Estado, com a criação dos conselhos setoriais. Com tal decisão, o CCDM saiu da Secretaria de Governo sendo transferido para a Secretaria do Trabalho e Ação Social[3]. Verificou-se, então, a necessidade de implantação de Colegiado Provisório, composto por 12 (doze) conselheiras titulares e 12 (doze) suplentes, convocadas pelo Governo do Estado e escolhidas por meio de currículo que comprovem o seu envolvimento com a questão feminina ou de gênero, seja pela produção de estudos e pesquisas, seja por ações desenvolvidas. A proposta inclui, também, a redução dos cargos comissionados, de 17 (dezessete) para 7 (sete), e a elaboração do Regimento Interno sob a anuência da Procuradoria Geral do Estado.

d) De 2002-2006 – Governador Lúcio Gonçalo de Alcântara. Neste quadriênio, o Conselho Cearense dos Direitos da Mulher foi vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania, em 7 de março de 2003. A partir do dia 5 de outubro de 2004, fomos escolhida para a Presidência do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, juntamente com Níobe Palmeira Fitipaldi – vice-presidenta, representante da Secretaria da Cultura, integrante do Colegiado, vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania.

Em 2005, pela Lei nº 13.579, de 07 de março de 2005, foi instituído o "O ANO DA MULHER" no âmbito do Estado do Ceará. Conforme Art. 2º: Os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta estadual deverão comemorar o "Ano da Mulher" e associarem-se nas promoções e divulgações de iniciativa oficial ou privada (CEARÁ, 2005). Com efeito, o governo lança uma proposta "POR

3 Conforme a Lei nº 12.606, de 15 de julho de 1996, o governador Tasso assina a reformulação do Conselho: vinculação do CCDM à Secretaria do Trabalho e Ação Social, constituição do Conselho por 12 (doze) conselheiras, sendo 6 (seis) representantes da sociedade civil, escolhidas entre pessoas que comprovadamente tenham envolvimento com a condição feminina e/ou masculina, com questões de gênero, e seis representantes de órgãos governamentais, além da redução para três cargos comissionados.

AMOR À VIDA DA MULHER- Compromissos do Governo do Estado do Ceará -2005- Ano Estadual da Mulher".

> e) De 2007-2010 – Cid Ferreira Gomes – primeiro mandato. Em 18 de dezembro de 2008, o governador Cid Ferreira Gomes assina o Acordo de Cooperação Federativo com a União, tendo como intermediária a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República – O Pacto Nacional de Enfretamento à Violência contra a Mulher, que consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações no combate à violência contra a mulher – 2008 a 2011.

O quarto segmento intitula-se, Trajetórias Institucionais do Conselho e Políticas Públicas Feministas, referente à criação do Conselho como espaço institucional agora inserido nos conselhos dos gestores. Registra-se, também, a criação dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres no Ceará e, finalmente, destaca-se a experiência exitosa da efetivação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no Ceará com os referidos projetos elaborados e assessorados pelo CCDM e com os resultados alcançados nesse período, como a criação da Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres e a desativação do Conselho ora analisado.

O estudo destacou três categorias teóricas relevantes: gênero, políticas públicas e feminismo.

O termo **gênero** começou a ser debatido, em 1970, como alternativa de refletir sobre a diferença entre os sexos. Os estudos de gênero, nos anos de 1980, transformaram o campo conceitual em que se fundamentava o feminismo.

Gênero é uma categoria relacional que indica papéis e relações socialmente construídas entre homens e mulheres. Para Simone de Beauvoir, "não se nasce mulher, torna-se mulher". Tornar-se mulher, ou tornar-se homem, são processos de aprendizagem, fundamentados em padrões sociais, pela estrutura normativa e de poder social. Nesse sentido, gênero, refere-se aos aspectos da vida social experimentados de maneira diferenciada entre homens e mulheres pelos papéis que lhes são designados na sociedade.

Consoante Scott (1995), gênero foi uma tentativa das feministas contemporâneas para expressar a inadequação das teorias, a fim de explicar as desigualdades entre as mulheres e os homens. E, com base nos estudos das ciências humanas, crítica à ciência, ao empirismo e ao humanismo do pós-estruturalismo, as feministas encontraram voz própria, como também conseguiram aliados científicos e políticos.

No Brasil, as mulheres, na condição de "novas atrizes", transcenderam o âmbito doméstico para o surgimento de outro sujeito social. Elas participaram dos movimentos contra o elevado custo de vida, pela anistia política, por creches, criaram associações e casas de mulheres, participaram dos sindicatos onde reivindicaram um espaço próprio e realizaram seus encontros. As mulheres, ao adentrarem o espaço público, no terreno científico, *locus* exclusivo do masculino, fizeram-nos perceber uma verdadeira revolução. As feministas atuam em várias frentes, no sentido da elaboração da individualidade do ser humano, denunciando a exclusão das mulheres do processo político e democrático que o Estado liberal manteve.

Como assinala Perrot (2008, p. 16),

> A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança.

Organizaram-se em movimentos multifacetários na perspectiva de uma prática democrática e moderna da cultura e dos costumes na sociedade brasileira. Nessas circunstâncias, as mulheres estiveram nas lutas democráticas, se inseriram na conquista da cidadania, transcendendo seu cotidiano doméstico, como um novo sujeito social participando dos movimentos contra o alto custo de vida, pela Anistia Política, por creches, criaram associações e casas de mulheres, participaram dos sindicatos, reivindicando um espaço próprio, e realizaram seus encontros. O movimento de mulheres de 1970 configurou uma nova versão da mulher brasileira que vai às ruas na defesa de seus direitos, realiza manifestações, denuncia as desigualdades sociais.

As feministas surgiram com o compromisso de lutar pela igualdade das mulheres, por anistia e abertura democrática. Eram grupos de reflexão e pressão que assumiram proposições relevantes com as mulheres, mobilizando-as contra a opressão de sexo e de classe. As comemorações do Dia 8 de Março – Dia Internacional da Mulher – contribuíram para a organização de fóruns feministas, com protestos públicos contra a discriminação de sexo e uma agenda de reivindicações. Os sindicatos também se constituíram em espaços de embates entre sindicalismo e mulheres trabalhadoras na perspectiva para não hierarquização das lutas.

Os demais movimentos de mulheres incorporaram outras reivindicações, como direito de ter ou não filhos, punição para os assassinos de mulheres, aborto, sexualidade, violência doméstica, dentre outros.

No Ceará, sob a influência dos movimentos feministas e de mulheres no avanço das reivindicações feministas, foram pautados na agenda governamental a implantação da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Fortaleza (1986) e do Centro de Orientação Jurídico para Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica – COJEM (1989), órgão que recebia denúncias e acompanhava as mulheres em situação de violência doméstica,

Com base nos documentos do CCDM, observamos que a criação do citado Conselho se caracterizava como um organismo de mediação política e institucional entre as demandas dos movimentos feministas e de mulheres e o poder público estadual. Desde sua criação, foi objeto de interferências e adequações das visões políticas e de correlações de forças, que muitas vezes fortaleceu, mas, também, enfraqueceu o Conselho, como se observará no decorrer do trabalho.

Nessa dinâmica do poder, a trajetória do CCDM compreende uma temática propícia e favorável campo para novas investigações para outros pesquisadores.

2 MOVIMENTOS FEMINISTAS E MOVIMENTOS DE MULHERES NO BRASIL

O movimento feminista no Brasil se fez mais expressivo, década de 1970, quando esteve articulado com outros movimentos sociais da época, tais como movimentos populares, os quais lutavam por melhores condições de moradia, de vida, por creches nas fábricas e universidades; movimentos políticos – como movimentos pela anistia aos presos políticos, pela luta contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas e o movimento dos homossexuais (CORRÊA, 2001). Este período coincide com a ditadura civil-militar, que assumiu o governo em 1964: havia uma forte repressão às lutas da esquerda contra o regime. Tortura e morte dos militantes ou simpatizantes dos militantes eram constantes, ausências dos jornais, esvaziamento dos canais políticos, com a censura aos órgãos da imprensa, dissolução dos partidos políticos e a ameaça de cassação dos direitos políticos daqueles que estavam atuando no contexto partidário.

O Partido Comunista e parte da Igreja Católica foram importantes apoiadores das lutas dos movimentos sociais. O movimento feminista também experimentou esta mesma realidade, pois várias iniciativas deste estavam vinculadas à Igreja Católica e aos partidos, embora existissem divergências com a Igreja, em razão da defesa do aborto pelas feministas. Também havia divergências com os militantes comunistas, por priorizar a "luta mais ampla", mais política.

As feministas daquela época pertenciam aos setores de classe média, destacando-se como exemplo Ruth Escobar, atriz portuguesa radicada no Brasil, que transformou seu teatro num ambiente de debate sobre a situação da mulher. Integraram o movimento professoras universitárias, estudantes, sindicalistas, ativistas dos movimentos populares, jornalistas, dentre outras.

Segundo Blay (1980), analisando um período histórico da vida brasileira, últimos 15 anos, anteriormente, aconteceram várias manifestações organizadas por associações ou lideranças femininas que se articularam em torno de problemas políticos e econômicos. No século XIX, a mulher foi atuante no período abolicionista, na luta pela República, e em vários movimentos de crise da política local; no século XX, houve participação feminina na luta pelo direito ao voto, em movimentos constitucionalistas e em movimentos populares pela melhoria das condições de vida. Não se observa, todavia, uma continuidade entre esses movimentos. As conquistas atingidas, segundo a autora, não foram direcionadas à "emancipação feminina".

Após 1975, houve a intensificação dos movimentos femininos e feministas, influenciados pelos movimentos internacionais e pelo estabelecimento do Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU); embora esses movimentos tenham sido reorganizados de acordo com as crises e reivindicações vivenciados pelo País, ou seja, pela alteração política, após o golpe militar de 1964, bem como pela deterioração da qualidade de vida de classe trabalhadora.

O I Encontro Nacional Feminista, em 1978, realizado no Rio de Janeiro, foi uma oportunidade de dar divulgação às publicações de jornais feministas, como Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio, em 1980, também o Comulher-Comunicação Mulher, de 1985, dentre outros (TELLES; CABANES, 2006). Esta foi fase de eclosão dos movimentos sociais identitários, dentre eles, o Conselho da Condição Feminina, publicações como Maria Maria, Revista do Unifem – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Verifica-se, então, o protagonismo das mulheres na defesa da sua cidadania, dos direitos humanos e na sua identidade de gênero, na perspectiva de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao tentar compreender a trajetória dos Movimentos de Mulheres e dos Movimentos Feministas, observamos que há diferenças e convergências entre esses movimentos. Então, buscamos em Gohn (2010) explicações para esses fenômenos que traduzem uma série de afirmações aqui explicitadas.

Gohn (2010, p. 41) compreende que "[...] os movimentos sociais têm sido considerados como fontes de inovações e mudanças sociais e que eles detêm um saber, decorrentes de suas práticas cotidianas, passíveis de serem apropriados e transformados em forças produtivas".

Os Movimentos Feministas estão pautados na teoria e na prática política, comprometidas com a transformação da sociedade e das relações humanas e sexistas. Estão envolvidas nos debates e na organização feminista, interferem nas políticas e participam das coordenadorias e das políticas sociais. Elas têm visibilidade e voz e dão voz às mulheres, aumentam seus espaços de atuação. Estão nas ONGs, nas passeatas, nos protestos etc. Mesmo que estejam mais "voltadas para si próprias", elas lutam por ideais e pelo pleno exercício da democracia, uma vez que a igualdade e a liberdade se constituem na perspectiva da ação coletiva.

2.1 Movimento de mulheres

O Movimento de Mulheres é mais numeroso, todavia é mais invisível. A visibilidade social e política se expressa por meio da procura por creches, vagas ou melhorias nas escolas, postos e equipamentos de saúde etc. São demandas que beneficiam toda a população, contudo são protagonizadas pelas mulheres. A atuação das mulheres é demonstrada em pesquisas, nas estatísticas, na educação formal, principalmente, no ensino fundamental. Ao tratar, porém, do movimento docente nas escolas, nos sindicatos e associações da categoria, a mulher não tem visibilidade. É como se o movimento fosse assexuado, ou seja, a temática da diferença não surge em sua dimensão vertical, como estruturas maiores que hierarquizam a sociedade.

2.2 Movimento feminino pela anistia –
como expressão da luta pela democratização do País

Um grupo de mulheres brasileiras tomou a iniciativa de encetar uma campanha pela anistia política aos presos e exilados políticos, cuja luta era direcionada no enfrentamento das medidas repressivas do regime militar, das quais filhos, esposos, parentes e amigos dessas mulheres haviam sido presos, banidos ou exilados. O lema do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) era: "Anistia Ampla, Geral e Irrestrita". Vinculado ao tema, estavam outras bandeiras, como a campanha pelos direitos humanos e a luta contra a discriminação da mulher. A campanha se espalhou progressivamente pelo País, dando sequência a vários movimentos e à criação de comitês em vários países. A popularização da campanha no contexto nacional e internacional significou um coroamento do esforço que inúmeras mulheres realizaram em prol do retorno à cidadania daqueles brasileiros que se opuseram ao Estado autoritário. Com o tempo, as integrantes dos MFPA foram percebendo que se tratava de uma luta mais profunda: tratava-se de uma luta pela democracia. A anistia se destacou como principal referência do movimento, deixando a questão feminina como secundária no processo de redemocratização

brasileira.

Em 1978, os surgiram os comitês brasileiros pela anistia compostos de homens e mulheres dando uma dimensão mais ampla ao movimento, enfatizando a urgência da democracia. A atuação desses movimentos foi fundamental para a abertura política brasileira. Entre as ações dos Movimentos pela Anistia, destacamos: a divulgação das condições carcerárias, das listas de torturados e a assistência pessoal e cotidiana nas prisões, por meio de visitas e leva de mantimentos, possibilitando o contato com presos políticos e o conhecimento do grau de torturas a que eram submetidos. Em virtude destas ações, os movimentos pela anistia foram objeto de inúmeras ameaças, atentados e algumas prisões.

O processo resultou na Decretação da Lei da Anistia – Lei Federal nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, iniciando-se nesta etapa da história brasileira, um movimento feminino de contestação.

3 CONSELHO CEARENSE DOS DIREITOS DA MULHER - CCDM

3.1 O Cenário Político que antecede à criação do Conselho

O feminismo firmado nos anos de 1960, nos Estados Unidos e na Europa, começou a ter maior visibilidade no Brasil, com propostas políticas bem definidas, em 1975, impulsionadas pela promulgação da ONU do "Ano Internacional da Mulher", mediante realização da Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, realizada no México. Contou com o comparecimento de mais de 8 (oito) mil mulheres representantes de 113 países e de organizações não governamentais, debatendo três temas principais: a igualdade entre os sexos, a integração da mulher no desenvolvimento e a promoção da paz. A conferência foi considerada um acontecimento relevante na luta pelos direitos das mulheres, resultando em organizações como o Centro da Tribuna Internacional da Mulher, o Instituto Internacional de Fundo Voluntário para a Mulher das Nações Unidas, além de instituir os anos de 1976 a 1985 como a Década da Mulher (PIMENTA, 2010).

De 1975 a 1979, as mulheres, reunidas em associações, grupos, coletivos, dentre outros, dialogaram com sindicatos, realizaram debates, seminários, manifestações e congressos e lograram conceder visão pública para suas reivindicações.

As eleições parlamentares realizadas em 1978 tinham candidatos de apenas dois partidos: Aliança Renovadora Nacional – ARENA (apoiadores do regime civil-militar) e Movimento Democrático Brasileiro – MDB (composto pelas forças de oposição ao regime), porém, nenhum dos dois contemplava em seus programas demandas das mulheres. Por se tratar de um governo autoritário, não havia reconhecimento das demandas das mulheres. Assim, os movimentos feministas enfrentaram o desafio de busca de seus direitos. É importante salientar que as fe-

ministas expressavam uma atenção especial no sentido de manterem a autonomia do movimento, como também não perderem o foco de suas lutas. Por essa "atitude subversiva" das feministas pelo fato de não se deixarem "contaminar" pelo acesso aos órgãos estatais, o movimento feminista brasileiro foi reconhecido na América Latina por não se subordinar a partidos políticos, e, haver atuado como sujeito político nos espaços públicos, com vários debates, situação essa de destaque em relação aos países vizinhos.

Embora com muitos interesses conflitantes, várias posições feministas, havia as separatistas, as intelectuais, as pequeno-burguesas preocupadas com o sexo, as proletárias com o casamento da luta geral com a específica, as defensoras do movimento autônomo, as "estrangeiras" ex-exiladas influenciadas pelo movimento feminista europeu etc. Verificou-se a eficácia das respostas às pressões e aos desafios e as feministas desenvolveram a capacidade de se manterem participantes no panorama político como personagem militante (PIMENTA, 2010).

No Brasil, os movimentos feministas estabeleceram suas lutas com vistas a dar visibilidade pública de suas reivindicações, e, por consequência, conseguir atingir a legitimação destas. Há uma tentativa de interferir nas ações governamentais, com apresentação de sugestões para o projeto de alteração no Código Civil, de 1916.

O movimento feminista, desempenhando seu novo papel na esfera pública, auferiu visão midiática e simbolizou um elemento "complicador" para o âmbito político. Articulado com outras agendas constituídas como o movimento negro e as demarcações das terras indígenas, e, como habilidade política, o movimento feminista utilizou o *slogan* da oposição - *O povo unido jamais será vencido!* - argumentando que "povo não tem sexo, nem raça, nem orientação sexual". Assim, as mulheres exprimem outra perspectiva do poder para o debate político.

Mediante vitória do MDB nas eleições de 1978, o último presidente militar, general João Baptista Figueiredo, decretou a Lei da Anistia, Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

> Esta Lei concedia o direito de retorno ao país para brasileiros condenados e exilados por crimes políticos. Essa volta, de políticos, artistas e intelectuais, viabilizou o processo de redemocratização do país e fortaleceu os movimentos sociais em suas agendas políticas. Neste mesmo ano, a Lei Nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, extinguiu a ARENA e o MDB e restabeleceu o pluripartidarismo no país. A ARENA mudou seu nome para PDS, enquanto o MDB mudou para PMDB, assim como, outros partidos foram criados: PT e PDT. (PIMENTA, 2010, p. 69).

No início dos anos de 1980, a sociedade brasileira vivia um momento bastante significativo na política, a transição democrática. Mediante a convocação de eleições diretas para governadores, um grupo de feministas paulistas propôs a criação de um órgão específico, para assumir a defesa da cidadania feminina e implementação de políticas públicas para as mulheres no Estado.

Em 1982, com a vitória da oposição nas eleições para governos estaduais em unidades da Federação, pelo *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB) Tancredo Neves, em Minas Gerais, Franco Montoro, em São Paulo, e, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, o movimento de mulheres reivindicou a implantação de espaços institucionais nestes governos para desenvolver políticas direcionadas para as mulheres. Resultantes dessas articulações, foram criados o Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo, e o Conselho dos Direitos da Mulher, em Minas Gerais.

Em meados de 1984, um grupo de mulheres apoiadoras da candidatura de Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, à Presidência da República, reivindicou a criação de um órgão, no plano federal, que orientasse o Poder Executivo referente às políticas públicas para as mulheres. Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral reuniu-se e, por meio de eleições indiretas, Tancredo Neves foi eleito presidente e José Sarney vice-presidente da República. Com a morte de Tancredo Neves, José Sarney assumiu a Presidência em 15 de março de 1985. As mulheres retomaram suas articulações e pressionaram para que o CNDM fosse criado pelo Congresso Nacional e não por um decreto presidencial. Em 29 de agosto de 1985, foi instituído o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, após mais de décadas de mobilizações dos movimentos feministas, Lei nº 7.353, publicado no Diário Oficial da União, em 30 de agosto de 1985.

3.2 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM

Em agosto de 1985, atendendo à histórica reivindicação das mulheres, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, vinculado ao Ministério da Justiça, por intermédio de Lei, com o objetivo de " promover em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país". A mesma Lei cria o Fundo Especial de Direitos da Mulher (F.E.D.M.), que dotou o CNDM dos recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades. O Fundo Especial era de natureza contábil, e seriam creditados todos os recursos, orçamentários e extra-orçamentários, para atender às necessidades do Conselho, assegurando as suas condições de operacionalidade. Conforme decretou o Chefe do Executi-

vo, deveria estabelecer limites financeiros e orçamentários, global ou específico, a que o CNDM ficaria submetido, conforme preconizado no § 2º, art. 8º da Lei nº 7.353/85 (BRASIL, 1985).

Na primeira gestão do CNDM - 1985-1989, entre outras ações, o Órgão apoiou a defesa das propostas da campanha "Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher", junto ao Congresso Nacional, que estabelecia uma nova Constituição para o País. Além da consulta à sociedade, foram desenvolvidas campanhas publicitárias e o acompanhamento dos trabalhos das comissões no Congresso, realizando um verdadeiro *lobby*, o "*Lobby* do Batom", como ficou conhecido na época. O CNDM aprovou 80% de suas reivindicações na Constituição Brasileira de 1988.

> [...] com a finalidade de promover, em âmbito nacional, políticas públicas que visem assegurar a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País. (BRASIL, 1985).

3.3 Criação do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher e conjuntura da época

No Ceará, a criação do CCDM aconteceu num momento de significativas transformações na realidade política local, com a participação de mulheres de variadas tendências ideológicas e com apoio de forças políticas sintonizadas com a transição democrática no âmbito nacional e estadual.

Figura 1 – Criação do CCDM, com a Presidenta Fátima Dourado e o Governador Luiz de Gonzaga Mota

3.3.1.1 Como as mulheres se inseriram no Conselho

Quem eram essas mulheres:

Quadro 1 – Perfil das mulheres que participaram do CCDM nos anos 1986-1991

Nome	Nível de Instrução	Profissão	Partido Político Participante	Organização Originária
Maria Luiza Fontenele	Nível superior	Assistente Social e Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC)	PT e União das Mulheres Cearense	Movimento Feminino pela Anistia
Nildes Alencar Lima	Estudou no Instituto de Educação\ Escola Normal	Professora Primária	União das Mulheres Cearense, MDB	Movimento Feminino pela Anistia, forte influência da Igreja Católica.
Maria Consuelo Bezerra Lins	Nível superior	Socióloga e Advogada	PT	
Maria Dias	Nível superior	Professora Universitária	MDB	Movimento de mulheres, e Associação dos Supervisores do Estado.
Maria Darciane Barreto	Nível Médio	Bancaria do BEC	PC do B	Presidente do Centro Popular da Mulher de 1981 a 1989; Presidente da União Estadual das Mulheres de 1989 a 2001; Diretora da união Brasil de Mulheres de 1985 a 2000.
Maria de Fátima Rodrigues de Andrade Dourado Mapurunga	Nível Superior	Médica Pediatra e Psiquiatra da Infância e da Adolescência	PRC e PCB	Movimento feminino pela Anistia da União das Mulheres Cearenses.
Maria de Nazaré Coelho Antero	Nível Superior	Administradora	PC do B	Movimento feminista em Belém, nível médio, pedagógico de Ação Popular (AP), União das Mulheres Brasileiras (UMB), Centro Popular da Mulher (CPM), União das Mulheres Cearenses.
Francisca Martir da Silva	Nível Superior	Advogada (popular)	PC do B	Centro Popular da Mulher, Movimento Estadual e Nacional.
Mônica Barroso	Nível Superior	Defensora Pública		

Fonte: As autoras.

Figura 3 – Instalação do CCDM e posse do Colegiado no Palácio da Abolição, em 21/12/87

Figura 21 – Assinatura do Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher pela ministra Nilcéa Freire e o governador Cid Ferreira Gomes e autoridades presentes, 18/12/2008

O Pacto Nacional é uma iniciativa do Governo Federal com objetivo de prevenir e enfrentar todas as modalidades de violência contra as mulheres. Consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações a serem executadas nos quatros anos sequentes - de 2008 a 2011. A coordenação do Pacto Nacional está a cargo da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República, e as atividades serão executadas em conjunto com ministérios, secretarias especiais e outros órgãos. Serão implantadas ações nas mais distintas esferas da vida social, na educação, no mundo do trabalho, na saúde, na segurança, na assistência social, entre outras. Também pretende promover uma mudança cultural com base na disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz; para garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência, considerando as questões raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional (BRASIL, 2010).

Figura 22 – Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher pelas autoridades

Fonte: Gabinete do governador.

Da esquerda para direita – a presidenta do CCDM, Maria Hermenegilda Silva, a ministra da SPM Nilcéa Freire, o governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, e o Secretário da Justiça e Cidadania Marcos Cals.

4 CRIAÇÃO DO ESPAÇO INSTITUCIONAL

Quadro 4 – Espaços institucionais do CCDM nos anos 1986 – 2010

GOVERNO	ESPAÇO INSTITUCIONAL	ANO
Tasso Ribeiro Jereissati	Lançamento do CCDM no Palácio da Abolição **Composição:** 24 conselheiras, sendo18 membros titulares e 06 suplentes com mandato de 04 anos. **Estrutura hierárquica**: Direção Executiva composta com 07 conselheiras escolhidas pelo chefe do poder executivo. **Cargos Comissionados**: 17 cargos comissionados DAS; Diretorias de Trabalho, Educação, Saúde etc. Promulgação da nova Constituição Federal e Estadual. **Criação do CFEMEA**.	1986-1991
Ciro Ferreira Gomes	**Constituição do novo colegiado**: com 06 representantes da sociedade civil. **Entrada de ONGs na composição do Conselho**. Passaram a atuar na coordenação e execução de programas e projetos sociais. **O CCDM amplia seu programa** dando ênfase ao enfrentamento á prostituição e na defesa dos direitos da criança e da mulher. **Uma das Conselheiras é escolhida para ser Secretária de Educação do Estado** - Guaraciara Barros Leal.	1991-1995
Tasso Ribeiro Jereissati	Transferência do CCDM da SEGOV para Secretaria do Trabalho e Ação Social- STDS. Realização de uma Convenção Estadual pela Efetiva Cidadania das Mulheres, definindo Diretrizes Estaduais para a Igualdade e Combate á Discriminação. Estabelecimento de lista tríplice para a escolha da presidenta pelo governador. Instituído um Fundo dos Direitos da Mulher (FEDM) que foi alocado recursos destinados a atender as necessidades do conselho. Extinção da Diretoria Executiva. Designação dos membros titulares para composição do colegiado do conselho com mandato de 04 anos e renovação de 2/3 ao termo de cada gestão. Seleção de conselheiras: através da apresentação de currículos que comprovem envolvimento com a questão feminina ou de gênero.	1995-1999
Tasso Jereissati	Em 1998, Maria Hermenegilda Silva assumiu o cargo de conselheira do CCDM.	1999-2002
Lúcio Gonçalo de Alcântara	Transferência do CCDM para SEJUS. Altera a estrutura da administração estadual. Promove a extinção e a criação de direção e assessoramento superior do poder executivo. Mudança na composição do colegiado. O colegiado delibera a portaria nº 001/2003 objetivando preenchimento de 6 vagas para representante da sociedade civil e seis vagas para representante de órgãos governamentais no colegiado do CCDM. Convocação da I Conferencia Estadual de Políticas para as Mulheres.	2003-2006
Cid Ferreira Gomes	Convocação da II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres; nomeação das mulheres para compor o CCDM. Criada a Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres- CEPAM como órgão vinculado ao Gabinete do Governador. O CCDM é extinto pela coordenadora.	2007-2010

Fonte: As autoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CCDM conforma uma experiência de constituição de um espaço público democrático, havendo representado o papel de interlocutor das demandas dos movimentos feministas e de mulheres junto ao Executivo. E, como tal, foi responsável pelo planejamento, articulação e proposição das políticas públicas para as mulheres no Ceará durante 24 anos, desde o seu surgimento, em 1988, até 2010.

No decurso da pesquisa, observamos ocasiões de crises, expansão e resistência no Conselho, intercalando sucessos com dificuldades, consensos e conflitos, entraves, mas, sobretudo, avanços e constituição de políticas públicas para as mulheres nas diversas gestões dos governos estaduais. Disputas e desafios compõem a história das conquistas alcançadas pelo CCDM que vieram a culminar com a criação da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher do Ceará.

Nossa pesquisa revela as negociações e as articulações realizadas pelos movimentos feministas e de mulheres para a criação do CCDM e a inserção dos direitos das mulheres na Constituição Estadual, em 1989, mediante apresentação de propostas de autonomia financeira e administrativa, além da institucionalização da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, o COJEM, como também criação de políticas para as mulheres nas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança Pública, Mulher Presidiária, Cultura, Mulher Rural e Servidores Públicos Civis e Militares.

Também é observável a atuação das ex-presidentas do Conselho em momentos difíceis, os quais atingiram sua estrutura, e foram determinantes para os momentos de crises entre as conselheiras e os governadores eleitos, bem como as cisões entre as mulheres que compunham o Conselho. Esses movimentos e ocasiões representaram avanços e retrocessos para o Conselho no que se refere à defesa dos direitos das mulheres cearenses.

Procuramos, também, demonstrar por intermédio das falas dessas mulheres a atuação das ex-conselheiras, uma vez que, ao relembrarem suas memórias, descreveram o dinamismo do Conselho como um órgão cheio de vida e contradições históricas.

Com efeito, percebemos a relevância das entrevistas, como fonte fundamental para o registro da história da luta das mulheres no Ceará durante o referido período, constituindo-se mais uma importante fonte a ser discutida e interpretada pelas futuras gerações, acerca da luta de resistência das mulheres e, mais especificamente, o debate e os argumentos sobre a criação do CCDM como espaço público democrático entre sociedade civil e Estado.

Os anos de 1980 demarcaram a experiência exitosa do CCDM, pela capacidade de aglutinar diversas atrizes políticas, articular múltiplas demandas e estrei-

tar as relações entre sociedade civil e Estado. As mulheres foram protagonistas, à frente do Conselho, assumindo o papel de mediadoras das reivindicações demandadas dos movimentos feministas e de mulheres e a pauta governamental, efetivando a inserção dos direitos das mulheres no texto da Constituição Estadual.

A mobilização das mulheres nos anos de 1980 propiciou a conscientização da sua força política, sendo os anos de 1990 conhecidos pelo surgimento das organizações não governamentais, que tentavam, dentre outras temáticas, defender os direitos das mulheres. O CCDM, nos anos de 1990, vive a restrição do âmbito de sua atuação e a redução de suas atividades.

Este período representa uma tentativa de rearticulação do Conselho como espaço de representação da sociedade civil, com a busca para a regulamentação de sua legislação complementar. O período de 1999 a 2010 marcou uma reestruturação do CCDM, como instrumento articulador das políticas e defensor dos direitos das mulheres com ênfase na violência contra a mulher, uma estratégia consistente de enfrentamento, mediante consolidação de uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por intermédio da elaboração de políticas públicas nas esferas nacional, estadual e municipal. Nesse processo, foram considerados, aspectos técnicos, políticos, culturais e sociais sobre o problema com sistematização de procedimentos, elaboração de protocolos e fluxos, visando à efetivação da institucionalização e a efetividade dos serviços e das políticas implementadas.

As dificuldades financeiras e as restrições administrativas jamais constituíram justificativas para o Conselho parar de funcionar, apesar de serem elementos fundamentais dessa dinâmica. A articulação com lideranças feministas, representações governamentais estaduais e com os conselhos municipais de direitos da mulher, universidades e Ministério Público foram importantíssimos para o planejamento de várias políticas públicas para as mulheres. Nessa realidade, o Conselho se estabeleceu como um relevante fórum de debates e contribuiu para um novo pensamento e elaboração das referidas políticas.

Compreendemos, portanto, que o Conselho foi protagonista nas lutas das mulheres cearenses como espaço institucional aberto, simbolizando uma grande conquista dos movimentos feministas e de mulheres e um importante instrumento para assessorar os governos na formulação de políticas públicas para as mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLAY, Eva. Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches. *In*: FÉLIX, M. (Org.). **Encontros com a civilização brasileira**. Mulher hoje. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 63-70.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília, 2010.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1º ago. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm>. Acesso em: 26 maio 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 ago. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_031980=1988/L7353.htm>. Acesso em: 26 maio 2014.

CARDOSO, Felizardo. **Mulher –** a luta dos direitos iguais pela conquista da liberdade. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 04 set. 1987. Segundo Caderno, Sec. Imprensa.

CEARÁ. Lei nº 14.639 - 09.03.2010 - DOE 11.03.10. Altera o art. 11 da Lei nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, 11 mar. 2010. Disponível em: <http://cepamce-leisedecretos.blogspot.com.br/ 2010/08/lei-n-14639-09032010-doe-110310.html>. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. Decreto nº 28.293, de 26 de junho de 2006. Altera a estrutura organizacional, dispõe sobre a distribuição e denominação de cargos de direção e assessoramento superior da Superintendência da Polícia Civil (PCCE), e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, ano IX, n. 119, 26 jun. 2006a. Série 2, p. 6-22.

_____. Decreto nº 28.527, 05 de dezembro de 2006. Aprova o Regulamento da Secretaria da Ação Social (SAS). **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, ano IX, n. 242, 21 dez. 2006b. Série 2, caderno 1, p. 3-15.

CEARÁ. Processo nº 06181246-3 do Sistema de Protocolo Único – SPU, e ainda de conformidade com a Lei nº 13.380, de 29 de setembro de 2003, resolve nomear: Maria Hermenegilda Silva – Presidente e Níobe Palmeira Fitipaldi – Vice Presidente para comporem o Conselho Cearense de Direitos da Mulher, vinculado a Secretaria de Justiça e Cidadania, a partir de 05 de outubro de 2004, com mandato de 04(quatro) anos. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, ano IX, n. 170, 06 set. 2006c. Série 2, p. 64.

_____. Lei nº 13.579, de 09 de março de 2005. Institui, no Estado do Ceará, o

"Ano da Mulher" e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, ano VIII, n. 047, 10 mar. 2005. Série 2, caderno 1/5.

_____. Constituição (1989). Assembléia Legislativa. **Constituição do Estado do Ceará 1989**. Atualizada, até a Emenda Constitucional n° 56, de 07 de janeiro de 2004. Coordenação editorial Gina Marcílio Pompeu. Fortaleza: INESP, ©2004a. 432 p.

_____. Decreto nº 27.424, de 19 de abril de 2004. Convoca a 1ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, ano VII, n. 074, 22 abr. 2004b. Série 2.

_____. Extrato da Portaria nº 001/2003, expedida pela presidente do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher - CCDM. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, ano VI, n. 103, 03 jun. 2003a. Série 2.

_____. Lei nº 13.280, de 29 de setembro de 2003. Dispõe sobre o Conselho Cearense dos Direitos da Mulher e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, ano VI, n. 187, 30 set. 2003b. Série 2, caderno 1/2.

_____. Secretaria do Trabalho e Ação Social. Nomear, com fundamento no art.3º, da Lei nº 12.606, de 15 de julho de 1996 e de acordo com o art.8º combinado com o inciso III do art.17 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, Maria Hermenegilda Silva para exercer o cargo de Direção e Assessoramento, de provimento em Comissão de Presidente do Conselho Cearense de Direitos da Mulher. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, 15 mar. 1999.

_____. Decreto nº 24.374, de 20 de fevereiro de 1997. Regulamenta o Fundo Especial dos Direitos da Mulher, instituído pela Lei nº 11.170, de 02 de abril de 1986 e alterado pela Lei nº 12.606, de 15 de julho de 1996. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, ano LXIII, n. 16.987, 20 fev. 1997. Parte I.

_____. Lei nº 12.606, de 15.07.96. Reformula o Conselho Cearense dos Direitos da Mulher - CCDM, criado pela Lei nº 11.170, de 02 de abril de 1986, modificado pela Lei nº 11.399, de 21 de dezembro de 1987 e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, 31 jul. 1996.

CEARÁ. Decreto nº 20.676, de 19 de abril de 1990. Cria, junto à Coordenadoria de Assistência Jurídica do Estado, o Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento da Mulher – COJEM e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, n. 15.299, 24 abr. 1990. Parte I.

_____. Decreto nº 18.267, de 05 de dezembro de 1986. Cria, na Secretaria de

Segurança Pública, a Delegacia de Defesa da Mulher e dá outras providências. **Diário Oficial (Estado do Ceará – Brasil)**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, n. 14.468, 09 dez. 1986a. Parte I, p. 36.

_____. Lei nº 17.170, de 02 de abril de 1986. Cria o Conselho Cearense dos Direitos da Mulher – CCDM e dá outras providências. **Diário Oficial (Estado do Ceará – Brasil)**, Poder Executivo, Fortaleza, CE, n. 14.317, 05 maio 1986b. Parte I, p. 2-4.

COMBATE à violência contra a mulher terá campanha lançada hoje. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 24 set. 1989. Cidade, 15 A.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L.; SAID, Magnólia Azevedo. O Conselho de Direitos da Mulher/ CCDM – espaço de interlocução entre as demandas dos movimentos de mulheres e o Estado. *In*: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 229-279.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Teorias dos movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

MOREIRA, Maria Targuina Vieira. Instâncias deliberativas dos sistemas descentralizados e participativos das políticas públicas de cunho social: contorno jurídico dos conselhos. **Informativo CEPAM**, São Paulo, ano 1, n. 1, mar. 1999.

MULHERES discutem seus direitos trabalhistas. **Jornal O Povo,** Fortaleza, 24 set. 1989. Caderno D- Cidades.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: contexto, 2008.

PIMENTA, Fabrícia Faleiros. **Políticas feministas e os feminismos na política**: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005). Brasília: [s.n.], 2010.

SCHWARZSTEIN, Dora. El lugar de las fuentes orales en los archivos: una cuestión en debate. **Estudios Sociales** – Revista Universitaria Semestral, Santa Fé, Argentina, año XII, n. 22-23, p. 11-22, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Alcebiades. Constituinte - Mulher ganha mais direitos. **Jornal O Povo,** Fortaleza, 04 de set. 1989. Polícia-17.

SOARES, Vera. Movimento Feminista: paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. espec., p. 11-24, 2º sem. 1994.

SUPLICY, Marta. **Comentários à IV Conferência Mundial da Mulher**. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.evirt.com.br/mulher/cap23.htm>. Acesso em: 18 nov. 2014.

TRABALHO da mulher. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 23 set. 1989. Política 04. Comunicado. Fatos hilariantes.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Instrumentos internacionais de direitos das mulheres**. Organização de Heloisa Frossard. Brasília, 2006. p. 148-258. (Série Documentos).

VIDAL, Diana Gonçalves. De Heródoto ao gravador: histórias da história oral. **Resgate**, n. 1, 1990.

Gestão das mulheres catadoras de materiais recicláveis

Maria Helena de Paula Frota[1]
Maria Valdicelia Cavalcante Lopes[2]

RESUMO

Debate a participação ativa das mulheres em espaços de poder, na gestão dos grupos de catadores de materiais recicláveis. O campo de estudo compõe as associações de catadores de materiais recicláveis em Fortaleza e Região Metropolitana, em que as mulheres representam 80% dos associados. Elas revelam um aprendizado empírico que avança nas conquistas, enquanto são maioria nas associações, rede, cooperativas, fóruns e espaços que discutem a política de resíduos sólidos com inclusão produtiva dos catadores. Olhar a história das mulheres catadoras com lentes do feminismo permite perceber a força da ação política. Mesmo contando com a fragilidade de seus corpos, a divisão física e sexual do trabalho, e segregação, elas surgem de maneira paradoxal, desestabilizando modelos determinados, possibilitando um novo enfoque na história da sociedade contemporânea. Mesmo em emaranhados de opressão, com uma vida desumanizada e relações de desigualdades entre os sexos, elas lutam por garantia de direitos e ressignificando a vida com cidadania. Essas mulheres estão nas diretorias e presidência, fazendo a gestão e alçando bandeiras de lutas incorporadas pela dimensão de gênero, contribuindo, portanto, para o aprofundamento da democracia interna das organizações.

Palavras-chave: Mulheres catadoras. Associações de catação. Gestão feminina.

1 Doutora em Sociologia pela Universidad de Salamanca- Espanha (2000). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará. Professora Integrante do Programa de Pós-Graduação em Políticas Publicas- UECE.Líder do grupo de Pesquisa Gênero, Família e Geração nas Políticas Sociais, vinculado ao CNPq desde 1998. Coordenadora do Observatório da Violência Contra a Mulher – OBSERVEM. Membro efetivo do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher (2020) Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Sociais – NUPES. Tem experiência na Área de Sociologia, com ênfase em Gênero e Violência, Gênero e Trabalho.

2 Possui graduação em Licenciatura Plena em Ciências da Religião pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2005), especialização em Pesquisa e Ensino do Fenônemo Religioso pelo Instituto de Ciências da Religião e graduada em Filosofia pelo Instituto Teológico Pastoral. Mestra em Planejamento e Politicas Publicas na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

1. INTRODUÇÃO

Na busca pela historicidade, é indiscutível perceber na extensão do trabalho feminino sucessivas situações de desvantagens e limitações intencionadas na restrição da mulheres lhes indicando o âmbito familiar e o nível inferior salarial, e levando a produzir no labor a condição de exclusão. O pauperismo foi o pano de fundo dessa trajetória que, apesar do trabalho em profissões lícitas ou ilícitas, prezadas ou desprezadas, revestiu aos homens, como classe dominante, a consagração da desigual empreitada, rendendo-lhe fontes lucrativas, apesar de uma realidade social alimentada por via da relação de domínio.

Desde a Idade Média, conforme Le Goff afirma, o trabalho rural é reconhecido como rústico, opondo-se à atividade que conferia ao homem da cidade época em, que valorização do trabalho é evidenciada. Como reflexo da Revolução Industrial, a vida nos dias atuais se desdobra numa atualização da troca de informação, de cultura e poder. Nesse lugar- a cidade - é que a maioria da população vive nas dissonâncias e nos paradoxos.

Quando as atividades predominantes na cidade fogem de padrões que o estilo de vida da sociedade prevê, emergem *flashes* de sentimentos de desenraizamentos expressados na identidade individual e ressignificados na identidade coletiva, vivenciados como um rito de passagem para uma iniciação da superação de violências sociais impostas a mulheres e homens que trabalham com a catação de materiais recicláveis, muitas ocorrendo de maneira silenciosa.

Às mulheres catadoras de materiais recicláveis da labuta nos lixões implicou o envolvimento para a organização na coletividade de associações e cooperativas, muitas histórias a serem contadas, muitas lágrimas roladas, muitos sonhos realizados e muitos deixados para trás. Ana Maria de Freitas, da Cáritas Arquidiocesana, responsável pelo Programa Cataforte, programa de fortalecimento das cooperativas de catadores em Fortaleza, lembra a colocação do catador Erivaldo, representante do MNCMR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis no Ceará, ao construir a linha do tempo: "A catação de lixo era uma atividade de mulher, lembro que minha mãe em Pacatuba e outras mulheres faziam isso pra sobreviver, e elas começaram juntando vidro. Enquanto meu pai ia beber cachaça na bodega".

É principalmente na participação política, além da força manual do trabalho realizado de sol a sol na exaustão das desesperanças, que essas mulheres presenteiam a cidade e a vida cotidiana de seus habitantes com um modo de vida mais humano (BOMFIM; 2010). A associação como organização de um grupo de pessoas que têm interesse comum e sem fins lucrativos é um dos direitos laborais previsto na Constituição de 1988, no artigo 7º, que visa à melhoria da condição social do trabalhador.

Para Foucault (1981), o corpo só se torna força de trabalho quando trabalhado pelo sistema político de dominação característico do poder disciplinar (p.XVII, 1981) que se dá em primeiro lugar na organização espacial e em segundo lugar no controle do tempo. E a cidade, com seu sistema fechado e de lógica própria dentro de uma razão maior, se insere aqui na lógica do trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Lefebvre (2001) defende a ideia de que a cidade tem seu valor de uso e não de troca, e que ela não deve ser comercializada nem mercantilizada. Portanto, no processo urbano deve constar que a cidade é uma continuidade em si mesma. Ela carrega sobre si o sentido da sociedade que traz a memória do rural.

A Modernidade convida ao aprendizado da vida, que não é dada como determinada (BAUMAN, 2001, p. 155) e o desfrutar da cidadania nos processos urbanos requer um movimento criativo-dialético que vai do universal à singularidade individual. É nesse sentido que a cidade é o conjunto de *locis* onde as pessoas vivem suas experiências cotidianas (BOMFIM, 2010). Isto porque a vida dos homens e das mulheres não é uma tarefa incompleta e o grande desafio é perceber que

> Quando nada, a condição humana no estágio da modernidade "fluida" ou do capitalismo "leve" tornou essa modalidade de vida ainda mais visível: o progresso não é mais uma media temporaries, uma question transitory, que lava eventualmente (e logo) a um estado de perfeição (isto é, um estado em que o que quer que devesse ser feito terá sido feito e não sera necessária qualquer mudança adicional), mas um desafio e uma necessidade perpétua e talvez sem fim, o verdadeiro significado de permanecer vivo e bem. (BAUMAN, 2001, p.155).

Nessa linha de pensamento é que é possível situar as associações de catadores de materiais recicláveis num sistema capitalista burguês, heteronormativo e opressor.

2. O CAMPO DE ESTUDO: ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM FORTALEZA E REGIÃO METROPOLITANA

Nas associações de catadores de materiais recicláveis em Fortaleza e Região Metropolitana, as mulheres representam 80% dos associados. Revelam um aprendizado empírico que avança nas conquistas, enquanto são maioria nas associações, rede, cooperativas, fóruns e espaços que discutem a polítca de resíduos sólidos com inclusão produtiva dos catadores. É possível ler uma história política de mu-

lheres compreendida por sua condição de individualidade antes de ser sexo, antes de ser grupo. Olhar a história das mulheres catadoras com lentes do feminismo permite perceber o que elas vislumbram no ímpeto do impulso vital intuitivo do ser triunfa na força da ação política. Mesmo contando com a fragilidade de seus corpos, a divisão física e sexual do trabalho, e a segregação, surgem de maneira paradoxal, desestabilizando modelos determinados, possibilitando um novo enfoque na história da sociedade contemporânea. Mesmo com a identidade feminina oprimida, impulsionada do fundo poço da vida desumanizada, a garantia de direitosressignifica a vida com cidadania.

O galpão de triagem é o sonho de todo catador e catadora como espaço adequado para selecionar o material reciclável. Foi expresso em diversas visitas nas ruas e reuniões do Fórum Lixo e Cidadania. Se eles garantem o espaço para selecionar e armazenar, protegidos de chuva, pode ser garantido o tempo da valorização do produto que sofre as especulações dos deposeiros que apostam na ausência dessa infraestrutura e a impossibilidade de armazenamento para negociar o preço para a mercadoria ao seu critério.

A relação social na produção requer que o trabalhador e a trabalhadora controlem as ocorrências dos processos naturais para que a força humana de trabalho promova o desenvolvimento humano. Para isso, as regras de funcionamento dos galpões precisam ser discutidas e acordadas.

O setor de produção do galpão de triagem das associações funciona com o trabalho distribuído em quatro áreas: a primeira é onde o resíduo seco é colocado em alguns galpões, onde existe uma rampa de cimento arrodeada por alambrado, formando um tipo de gaiola, onde o resíduo sólido coletado é colocado ainda misturado para passar pelo processo de triagem pelos catadores. Para facilitar o funcionamento deste setor, um catador fica na parte interna da rampa, mexendo e facilitando a descida do material. A segunda área é o lugar onde os resíduos (papel branco, jornal e revista, garrafas *peti*, plásticos de embalagens, *tetrapack* (caixas de embalagem de leite), filmes (sacos para lixo), ferros, latinhas de aço, alumínios e vidros) estão separados em tambores onde são pesados em grande balança, ou, após o caminhão carregado, em balança própria. A terceira área é a das prensas. Para diminuir o volume do produto selecionado, em seguida, este é amarrado por fardos. Na quarta área é onde se armazenam o produto e são carregados os caminhões após comercialização com os intermediários deposeiros. As vendas diretamente para a indústria não são realizadas porque não conseguem armazenar quantidade em tonelada de material suficiente, pela ausência de capital financeiro.

A divisão do trabalho é organizada segundo afinidades e habilidades dos catadores, que são distribuídos em cada área. O turno da manhã funciona de 8h às

11h30min, e à tarde de 13h as 16h30min. Alguns assumem quatro horas diárias, outros trabalham oito horas. Um turno equivale, em média, o valor de R$13,04 (treze reais e quatro centavos), dependendo da quantidade de resíduos doados ou coletados. Os caminhões das associações, normalmente, saem às 7h para pegar resíduos, obedecendo a um agendamento, seguem uma rota e retornam às 12h30min. Na maior associação, a ASCAJAN – Associação de Catadores do Jangurussu, as mulheres também são maioria. "Do produto individual de um artífice autônomo, que faz muitas coisas, a mercadoria transforma-se no produto social de uma união de artífices, cada um dos quais realiza ininterruptamente uma mesma tarefa parcial". (MARX, 1971, p. 454).

A saída dos catadores e catadoras do antigo aterro sanitário para a organização em cooperativa ou em associações gerou uma série de mudanças em suas vidas, enquanto garantia a inclusão social. Buscando melhor renda,foram sobrecarregados por pressões que não foram superadas pela modificação do trabalho, mas que se intensificaram, como problemas financeiros, as dificuldades na organização do trabalho e o desafio das parcerias institucionais (COCKELL *et. al.*,2004). Mesmo trazendo na memória momentos difíceis,

> Eu vivia com o pé no chão disputando lixo com o bico do urubu pra comer (Catadora Maria Iracy Teixeira que chegou ao lixão da Colônia na Barra do Ceará com oito anos de idade).

A participação ativa das mulheres destaca-se na ocupação de espaços de poder, formando rede e animando os grupos de catadores; e é imprescindível para a compreensão das relações de desigualdades.

3. MULHERES NA CATAÇÃO: PENSANDO AS RELAÇÕES DE PODER

Para Foucault, a relação de poder deve ser analisada no grande modelo da guerra e da batalha na inteligência das lutas, estratégias e táticas (FOUCAULT, 2011).O poder é uma força reprodutiva que atravessa o corpo social em permanentes negociações. Para o movimento feminista, o que foi fixado às mulheres, somente a condição de sexo recria ou reinventa a própria existência das mulheres na polítca, na cultura e na economia (FOUCAULT, 2011). Não é o poder considerado por Foucault aquilo que aprisiona ou censura e sim aquilo que produz. Segundo ele, a vida política, as relações de economia e os grupos de ação revolucionária a partir século XIX se revelam em representações de poder. Por isso, as relações de poder devem estar entre as coisas mais escondidas no corpo social, ou seja, nesse grupo social ao qual estamos submetidos (FOUCAULT, 2011).

Ao observer a execução das tarefas por intermédio do método da AET – Análise Ergométrica do Trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras da reciclagem nos galpões, em sua maioria, descumprem o uso de EPI - equipamento de proteção individual, possibilitando a exposição a uma variedade de riscos de doença ou acidente de trabalho ao manipularem o lixo que não passou por uma forma adequada de coleta. Também trabalham com a roupa com a qual vêm vestidos. No galpão do Bonsucesso, em Fortaleza-CE,quando a cogestão acontecia com ECOFOR e Associação Aran, no ano 2012, houve uma tentativa do uso de batas, porém as catadoras se recusaram a usar porque estas tinham a logomarca da Prefeiturae elas não queriam submeter, pela imagem, a impressão de que eram funcionárias. Queriam deixar os papéis distintos.

A força produtiva do trabalho se dá numa ação limitada de contínuas repetições e concentração de atenção para um efeito útil que seria minimizar o gasto de força. Esse é o método da divisão manufatureira do trabalho observado por Marx (1971). Os galpões das associações de catadores com variados tamanhos e espaços têm a função de possibilitar a seleção dos resíduos sólidos (lixo seco) que chegam ainda misturados e colocadospara serem selecionados, e encaminhados às prensas, ou para amarração e empilhamento até a venda do produto. Atualmente, três galpões de associações (Jangurussu, Maravilha e Bonsucesso) são parceiros diretos da Prefeitura Municipal de Fortaleza, aos quais são destinados, ainda timidamente, resíduos secos por não haver sido implementada, ainda, uma coleta seletiva dos resíduos sólidos.

Como expressamos antes, o trabalho está dividido por afinidades e habilidades. Alguns selecionam mais rapidamente o papel, outros são hábeis com as caixas *tetrapak* ou latinhas, outros com as garrafas *peti*. A ASCAJAN é a maior associação, contando com 70 associados no interval etário de 25 a 60 anos. Existem vínculos familiares entre os associados - como irmãos, filhos, maridos e esposas. São as regras da Associação orientadas pelo Estatuto.

Diagnosticar os problemas do corpo social com base nos *sujeitos constituintes,* para Foucault, só poderia acontecer se a análise genealógica se encarregasse da busca do sujeito na trama da história que pudesse dar conta das constituições dos saberes, dos discursos e domínios (FOUCAULT, 2011). O grupo social de catadores, assim, seria marcado em sua singularidade - homens e mulheres que vieram de vários lugares e encontraram na catação uma célula geneticamente distinta que teve origem com distintas identidades identificadas pela história (IBIDEM,2011).

Normalmente, os homens estão na prensa, na amarração dos fardos e carregando os caminhões. O trabalho realizado por todos leva horas, com as pessoas se encurvando e se levantando. As mulheres que ficam com o papel despejam os

tambores na esteira e rasgam papéis em outro tambor, ficam selecionando o *tetrapak* e um homem mais jovem puxando os resíduos misturados na rampa, indo de um lado para o outro, fazendo chegar mais resíduos para aquelas que estão embaixo; este se reveza com outro ou outra. Quando os *bags* (sacos grandes) estão cheios, são colocados nos cantos para aguardarem a vinda dos caminhões dos depósitos. Às vezes a pesagem é feita dentro do galpão, outras vezes a carrada é pesada na balança de caminhões. Quando têm muito material eles preferem pesar a carrada no caminhão.

A convivência social no galpão nem sempre ocorre harmoniosamente. Os conflitos acontecem, principalmente, por sucessivas cobranças, desde o cumprimento dos horários à quantidade de resíduos conseguidos por semana. Lembram que, quando estavam no lixão, logravam uma renda maior por semana, algumas vezes. Vivem amedrontados com o valor que vão conseguir alcançar a cada semana. Enquanto isso, as catadoras mais velhas se lamentam de problemas de saúde, de cansaço, dor no corpo e querem justificar ausência sem fazer consulta no posto de saúde para trazer atestado médico. Outras saem para representação externa, junto à Rede de Catadores, Fórum Lixo e Cidadania, ou para alguma articulação com órgãos públicos. São, às vezes,malvistas, como oportunistas, acusadas de ganhar trabalhando menos, como aquelas que militam na parte de cima do galpão, com o artesanato, que, apesar de costurarem os *bags* (sacos grandes) para facilitar o transporte dos resíduos e produzirem tapetes e outras peças encomendadas para uma renda, são citadas por passarem muito tempo sem selecionarem material.

As mulheres catadoras se queixam pela falta de compreensão dos catadores homens, que não são bem dados ao diálogo, e insistem em que os trabalhos braçais são mais importantes. A articulação com novos parceiros doadores e grandes geradores de resíduos, normalmente, é realizada pelas mulheres. Por outro lado, a parte financeira tem sido de responsabilidade dos homens, que conhecem melhor os números. Sr. Arnaldo, responsável financeiro da ASCAJAN, já cumpriu mandato de presidente e está sempre com a parte financeira porque é dos poucos alfabetizados.

É dentro de uma organização social da relação entre os sexos (SCOTT, 1989, p.2) que se aborda a atuação das mulheres catadoras, observando as relações de poder e construções sociais nas associações, rede e cooperativa. Portanto, não se trata uma análise biológica de gênero e sim uma observação com lentes de gênero, considerando as diferenças entre indivíduos, partindo do principio de que cada ser é singular, único e com direitos iguais; por isso, tratar gênero como campo da política, considerando que os paradoxos são elementos que compõem o próprio feminismo (SCOTT, 2002, p.29).

> No que diz respeito à história das mulheres, a reação da maioria dos(as) historiadores(as) não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres para depois descartá-la ou colocá-la em um domínio separado ("as mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazer a história das mulheres, que não nos concerne necessariamente" ou "a história das mulheres trata do sexo e da família e deveria ser feita separadamente da história política e econômica". ,(SCOTT, 1989, p.5).

Na história das mulheres pobres desde a virada do século estão registradas as muitas horas de trabalho e as relações informais com os companheiros (PRIORE; P.371; 2009).As exigências morais paternalistas mediante a impossibilidade econômica dos homens era causa de conflitos que se estendem até hoje, garantindo a autonomia das mulheres, mesmo vivendo autônomamente.

4. DESAFIOS NAS ASSOCIAÇÕES DE CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Em Fortaleza, das quinze associações de catadores, apenas oito possuem galpão. As associações não conveniadas diretamente com a Prefeitura, como a SOCRELP (Pirambu), Rosa Virgínia (Parque Santa Rosa), ACORES (Serrinha), Viva a Vida (Otávio Bonfim), Reciclando (Tancredo Neves) e que têm galpão próprio contam com catadores externos que fazem as coletas e selecionam no próprio galpão. Recebem também doações de resíduos de órgãos federais, de grandes geradores e de condomínios residenciais.

Transportar os resíduos representa um dos maiores desafios enfrentado pelas associações e, pela falta de uma logística adequada, se perde muito resíduo. Apenas quatro associações dispõem de caminhão para transportar os resíduos sólidos e com algumas dificuldades, como manutenção e abastecimento. Outro desafio é que, para agregar mais-valia ao produto, os catadores necessitam obter um grande volume em estoque de cada produto comercializado no mercado.

Fortaleza é a primeira capital do Nordeste e a terceira do Brasil com a maior geração diária de resíduos sólidos por pessoa. Com cerca de 2,4 milhões de habitantes, em 2010, a cidade contabilizou 553,4 mil toneladas de lixo domiciliar (RAONE SARAIVA, *Diário do Nordeste*). Este levantamento está registrado no PMGIRS- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos elaborado para orientar a gestão de resíduos, a partir da análise do crescimento populacional e dispõe seus resíduos paraASMOC – Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia.

Segundo Sergio Firmeza (2005), sobre a caracterização dos resíduos sólidos, a coleta do lixo domiciliar é a mais onerosa e, onde é encontrada a maior parcela de resíduos urbanos, é coletada de forma sistemática, pela empresa ECOFOR - concessionária da Prefeitura de Fortaleza, que recolhe o material disposto nas ruas, sem nenhuma separação, em rotas predeterminadas, três vezes por semana de forma alternada, nos turnos manhã, tarde e noite, em caminhões coletores compactadores (equipamento que comprime o lixo para reduzir o seu volume). Parte do lixo das SER II, IV e VI coletado é transportado para a unidade de triagem de Jangurussu, aproximadamente (10 a 20%), no entanto, são triados apenas 3 a 4% de materiais recicláveis. O rejeito da triagem e a outra parte dessa coleta (80 a 90%) - que está disposta na estação de transferência. Vai para o ASMOC, por meio de caminhões do tipo carretas basculante de 40m3. O restante de lixo domiciliar coletado das SER I, III e V é transportado e disposto no ASMOC, sem nenhum processo prévio de aproveitamento, conforme observado no reconhecimento de campo (FIRMEZA, 2013, p.26).

O reconhecimento desse trabalho, ou melhor, a condição laboriosa desses trabalhadores, apresenta em si os estigmas reproduzidos até os nossos dias pelo pensamento religioso de que o trabalhador deve ser digno do seu sustento, tornando lícito o ofício por eles desenvolvido.

Na atividade social da catação de materiais recicláveis, os catadores organizados em associações e cooperativa ressignificam a sua existência social e surgem reabilitados por sua utilidade coletiva. O trabalho manual, desprovido das regulações, não permite que o trabalhador ou a trabalhadora sejam considerados verdadeiramente livres, pois sofrem as piores cobranças e se submetem a obrigações gerais e ao sistema de caráter coercitivo. Esses "processos devoradores" (ARENDT, 2010, p.123) de trabalho e consumo que ameaçam o ser humano como processo natural de crescimento e declinação encontram resistência na condição da vida humana.

Ao tratar da vida ativa e da condição humana, Arendt (2010)aponta três atividades básicas que correspondem à vida humana na terra. O trabalho que corresponde ao biológico, a obra que corresponde a não naturalidade que abriga vida individual, e ação como atividade da política que acontece entre as pessoas e corresponde à pluralidade na própria condição humana (ARENDT, 2010). As condições pelas quais a vida é dada é que cria a condição humana, o que difere da natureza humana. As condições são criadas constantemente pelo ser humano.

Quando Marx enfatiza que o trabalho diferencia o ser humano do animal, registra o trabalho como uma necessidade da natureza humana. Conforme analisa Hannah Arendt, sua teoria tem pretensão de, mais do que emancipar as classes trabalhadoras, emancipar o homem do trabalho (2010, p. 129). Segundo os cata-

dores de materiais recicláveis, a motivação ao trabalho de colaboração simultânea manufatureiro nos galpões trouxe para eles qualidade de vida, permitindo lhes viver no circulo da vida "labutando, e descansando, trabalhando e consumindo". (ARENDT, 2010, p.131). Não está previsto é que suas fadigas na benção da vida em geral possam ser consideradas como um cartão de acesso à cidadania e aos direitos fundamentais.

5. A ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

A gestão administrativa conjunta do sistema da Prefeitura de Fortaleza com a associação de catadores enfrenta problemas que precisam ser superados ainda nos dias de hoje, vinte anos após a sua implementação, no que se refere a recursos humanos, implementação definitiva da coleta seletiva domiciliar pelo poder público e a garantia da autonomia dos catadores.

A atividade de catação de material reciclável atualmente configura-se em um trabalho caracterizado como uma ocupação regulamentada, embora informal. É uma atividade incluída desde 2001 no Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO, 2010) sob o no. 5192-05, e, mesmo assim, não estão sendo garantidos direitos sociais e trabalhistas destes que vivem e trabalham em condições precárias.

Os catadores de materiais recicláveis como trabalhadores encontraram uma possibilidade de sobrevivência e de inclusão no mercado. Apesar da relevância da atividade para o meio ambiente, o foco maior tem sido o econômico.

Por meio da organização e luta do MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis por direitos, alcançou-se o Plano Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS após aprovação da Lei nº 12.305/10. Esse plano está correlacionado com os Planos Nacionais de Mudanças do Clima (PNMC), o de Recursos Hídricos (PNRH), de Saneamento Básico (Plansab) e de Produção e Consumo Sustentável (PPCS). E pretende dialogar os conceitos e propostas para viabilizar a interface dos diversos setores da economia, compatibilizando crescimento econômico e preservação ambiental com desenvolvimento sustentável segundo informação do Ministério de Meio Ambiente – MMA.

O Fórum Lixo e Cidadania do Ceará é um parceiro que tem como objetivo viabilizar a discussão da política de resíduos sólidos no Estado do Ceará e nos municípios, com inclusão produtiva de trabalhadoras e trabalhadores da catação de materiais recicláveis. É preciso, então, se considerar a participação das mulheres, em especial nas modalidades de organizações nos movimentos sociais, nas associações e demais espaços de luta por direitos, possibilitando a conquista de direitos violados. "Gênero é também um conceito ancorado na história, um ins-

trumento analítico que traduz na academia o que os movimentos feministas escreviam nas ruas: o sexo é político". (BRUSCHINI, 2002, p. 118).

Atuando na articulação de instituições governamentais, não governamentais e rede de catadores, é concentrado esforço em planejamento de ações para estabelecer metas, definir responsabilidades e garantir mais conquista para a sociedade -especialmente, pela inclusão socioprodutiva de catadores de materiais recicláveis na cidade de Fortaleza, e no Estado do Ceará. Oferece, por meio de uma elaboração coletiva diversificada de saberes, subsídios para implantação de um sistema gestor integrado dos resíduos sólidos com a participação de todos os envolvidos. O Fórum foi criado em 1988, estimulado pelo UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, tendo como desafio a retirada de crianças e adolescentes do trabalho com lixo nos lixões e nas ruas. Em Fortaleza, este fórum - que também possui uma articulação nacional - iniciou com a coordenação da Cáritas, Caixa Econômica Federal e Engenharia Sanitária Ambiental – ABES-CE.

O Fórum, que tem mais de dez anos de atuação, realiza reunião ordinária a cada segunda quarta-feira do mês, compondo um importante espaço para discussão da cidadania cearense, e é composto por órgãos públicos municipais, estadual e federal, empresas privadas que são grandes geradoras de resíduos e a Rede de catadores do Ceará juridicamente legalizada. As temáticas abordadas em suas discussões visam a mostrar experiências exitosas desenvolvidas no Brasil junto às associações de catadores e catadoras, bem como oportunidades em financiamentos para projetos. Sua estrutura organizacional interna, composta por coordenador, diretor, secretaria executiva e cinco comissões de trabalho: de capacitação, de projetos e pesquisas, da infância e juventude, mobilização e eventos, comunicação e divulgação. Priorizam capacitações conforme demandas dos recicladores e apoiam processos de formalizações de associações, acompanhamento na gestão fiscal, financeira e administrativa das associações, sistematizações para uma evolução continua das associações, revisão de estatutos, orientação técnica sobre manejo dos materiais recicláveis.

A participação efetiva dos catadores de materiais recicláveis, que no inicio do Fórum era de quatro grupos organizados, Cooperativa do Jangurussu, em processo de reformulação que se tornara ASCAJAN de órgãos parceiros e a contratação do INSEA – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável, SOCRELP e Associação Rosa Virgínia. No ano 2000, mobilizados pelo MNCMR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e PPR – Pastoral do Povo da Rua e Cáritas por meio das plenárias mensais dos catadores, foi despertada a necessidade de participação destes também nas reuniões mensais e ordinárias do FLC – Fórum Lixo e Cidadania.

Os catadores chegaram ao fórum em pequenos grupos e foram motivados a fazer uma organização, ao serem despertados pelo interesse à participação, seguidada criação de uma rede de associações de catadores que garantisse um espaço de discussão específico de interesse da categoria e a busca por possibilidade de beneficiamentoe fortalecimento socioeconômico dessas organizações. O Fórum, como espaço politico, tem possibilitado novas articulações propositivas e discussões de assuntos que surgem na necessidade de encaminhamentos e sugestões para a política de resíduos sólidos dos setores municipal, estadual e federal. Os principais assuntos gerados circulam conduzidos pelo quarteto: coordenação, rede de catadores, órgãos federais e gestão municipal e estadual dos resíduos sólidos. Possui uma mística focada na organização dos catadores, no incentivo e estímulos ao seu protagonismo e motivando a participação da sociedade civil para que assuma compromisso ambiental e social. Além das plenárias que ocorrem mensalmente, o Fórum, como espaço consultivo, realiza seminários e é parceiro na consolidação de políticas públicas de resíduos sólidos com inclusão social do catador. Além disso, estimula a participação no Festival Nacional Lixo e Cidadania, sempre retoma a discussão sobre o Decreto número 5.940, de 25 de outubro de 2006, que instituiu a separação dos resíduos recicláveis pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, discutem apoio da Prefeitura aos galpões de triagem e a possibilidade da construção de galpões, a aquisição de caminhões junto à FUNASA, a coleta dos OGRs – óleos e gorduras residuais, incubadora de cooperativas, participação no evento de negócios, troca de experiências, estimula a participação dos catadores na Expocatador, que dissemina conhecimentos e tecnologias para a gestão eficiente dos resíduos sólidos, organizada pela ANCAT – Associação Nacional de Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis, divulga e acompanha a implementação do Programa Cataforte para fortalecimento do associativismo e cooperativismo dos catadores, mobiliza os catadores para acompanhamento do CEREST – Centro de Referência Estadual de Saúde do Trabalhador, lei número 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos e a previsão do fechamento dos lixões até o ano 2014.

Participam do Fórum Lixo e Cidadania: Rede de Catadores de Materiais Recicláveis do Estado do Ceará, CAF- Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, SMMA – Secretaria Municipal de Santa Quitéria, TRT, SEUMA – Secretaria de Meio Ambiente de Fortaleza, Secretaria das cidades - CE, Comunidade São Vicente, UMJIR, CEREST, CNDH-Centro Nacional de Direitos Humanos, STDS – Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento social, EMLURB – Empresa Municipal de Limpeza Urbana, Banco do Brasil, COOPEMARES- Cooperativa Metropolitana de Catadores de Materiais Recicláveis e Rede de Catadores, Movimento Pro-Co-

leta seletiva com geração de renda, Paróquia Nossa Senhora de Fátima, ABES, SESA/NUAST, IBGE, ACFOR, BNB, ECOFOR, Coca- Cola. Há uma realimentação no fluxo de participação conforme demandas ou temáticas enfatizadas em cada período.

Um dos principais aspectos que diferencia a participação dos catadores de materiais recicláveis é a presença em grande escala das mulheres tanto nas plenárias ordinárias e extraordinárias do Fórum, como na frente das organizações da Rede de Catadores e da Cooperativa da Região Metropolitana, composta pelas associações da rede, acrescentadas as associações de Itaitinga, Guaiúba, Pacatuba e Caucaia. São dezenove associações, cinco das quais, apenas, são presididas por homens. A ASCAJAN tem o maior numero de associados, com setenta, e 70% destes são mulheres e (por que não dizer?) o maior numero de associadas. Esse dado se repete nas demais, sempre com a comparência maior de mulheres. Portanto, percebe-se é que, nos espaços da discussão política e nos galpões, o comparecimento efetivo é das mulheres que, além de serem a maioria, são as principais provedoras do sustento da família.

Na contextura nacional, ocorreram três encontros de mulheres catadoras de materiais recicláveis no Paraná, o primeiro em setembro de 2008, o segundo em junho de 2011 e o terceiro em julho de 2012. Sempre debateram a inclusão social da mulher catadora, igualdade de gênero, saúde, violência doméstica e políticas públicas. No último encontro, participaram quinhentas catadoras de vinte e três Estados, conforme divulgação no site do MNRMR.

Pensar em cidades inclusivas passa pela atuação política das mulheres catadoras de materiais recicláveis na organização e participação com entidades parceiras que tenham o compromisso em dialogar as relações de poder e gênero. Iracy, em 2009, quando presidenta da ASCAJAN, solicitou a PPR – Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Fortaleza "[…] um trabalho na associação para vê se abria a cabeça dos homens que não conseguiam compreender a necessidade em participar de reuniões e nem a importância do trabalho das catadoras artesãs que perdiam tempo produzindo artesanatos com material reciclável". Na transgressão, as mulheres vão construindo uma nova história, demonstrando a sua reavivada autoestima nos processos coletivos (VIEIRA, 2011, p.15). O reconhecimento no espaço político garantido por mulheres, como sujeitos de direitos, e dos direitos que a mulher constrói, como lembra Maria Betânia Ávila (BRUSCHINI e UNBEHAUM, 2002), se revela na história desde a conquista do direito à educação, como no direito ao voto, privadas ao acesso à esfera pública.

O INSEA – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, coordena uma pesquisa sobre o Estudo de Monitoramento da Economia Informal

com a Organização Não Governamental WIEGO – *Mulheres no Emprego Informal: Globalizando e Organizando*. Observam os processos inclusivos das organizações de base dos trabalhadores informais e esse estudo tem o fim de Monitorar anualmente o estado dos trabalhadores pobres em três setores da economia informal urbana (http://www.insea.org.br/projeto-mulheres-no-emprego-informal--globalizando-e-organizando-wiego/, 2012).

Nesse período foi realizada uma pesquisa sobre a atividade dos catadores de materiais recicláveis do Brasil em Belo Horizonte pelo INSEA.As demais cidades que onde houve pesquisas sobre a categoria dos catadores foram Bogotá, Colômbia na América Latina, Durban na África do Sul, Ahmedabad e Pune, na Índia, acompanhadas por outros parceiros. O objetivo foi observar as tendências econômicas, práticas e políticas urbanas, dinâmicas de cadeia de valor e mudanças climáticas para dar visibilidade da economia informal local.

Segundo Maria Betânia Ávila, a Constituição Federal do Brasil marca, fundamentalmente, a cidadania das mulheres, pois prevê que homens e mulheres são iguais perante a lei, sendo, desde então, que as outras regulações são criadas (BRUSCHINI e UNBEHAUM, 2002). Defende, portanto, a vivência de um processo educativo para que a conquista dos direitos promulgados - ainda um desafio na vida das mulheres - sejam apreendidos como um bem social para que superem situações de exclusão e desigualdades sociais tendo seus direitos violados.

Asmulheres estão nas diretorias e presidências,fazendo a gestão e têm o objetivo de responder socialmente à atividade exercida por mulheres e homens trabalhadoras e trabalhadoras, mas é a cooperativa que possibilita o maior acesso ao mercado. Por isso, as associações, por meio da Rede de Catadores, se juntam e criam a COOPMARES - Cooperativa dos Catadores de Materiais Reciclaveis de Fortaleza e Região Metropolitana para o beneficiamento dos cooperados como trabalhadores presidida por Charliany Morais.

O maior desafio encontrado por elas é aumentar o acesso ao material reciclável. Enfrentam vários problemas por ausência de políticas públicas de moradia, assistência, saúde e educação. Contam com os problemas de alergias, dermatológicos, de coluna (19,1%), doenças cardíacas, respiratórias, verminoses, diarreias, desidratação e gripes.

Desdobrar teorias sociais sugere abertura sem negligenciar as fronteiras do pensamento complexo na fluidez da Modernidade, mas na apropriação de uma identidade social urbana revelada numa perspectiva do simbolismo do espaço (BONFIM, 2010). Na cidade como mediadora, a sociedade se projeta no local e no urbano, o modo de vida não é tangível. Portanto, para Lefebvre, dito por Zulmira Bonfim,

> A apropriação e Identidade social urbana se dá num processo importante contra a alienação da vida cotidiana, porque é graças à apropriação que o indivíduo se identifica com os objetos que são produzidos no cotidiano (BONFIM, 2010, p.78).

Pela etimologia da palavra "protagonista", é perceptível o jeito como esta é apropriada às mulheres catadoras de materiais recicláveis. A palavra vem do grego *πρωταγωνιστής* (*protagonistes)* onde prótos significa primeiro e ἀγωνιστής (agonistès) quer dizer ator, lutador. E ἀγών (agon), por sua vez,significa disputa, exposição.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo o *Relatório sobre Gênero e Pobreza no Brasil*, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2005, a inserção feminina no trabalho aconteceu em paralelo ao crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e aumento das taxas de desemprego. Assim, as mulheres continuam ainda concentradas em segmentos menos organizados da atividade econômica, são mais submetidas a contratos informais. A estruturação do mercado de trabalho mudou, entretanto, essa condição de atividade: a taxa de atividade feminina passou de 20% da população economicamente ativa (IPEA) de 1920 a 1960 para 40% em 2000 (Censos Demográficos/IBGE). Considerando apenas a taxa de participação feminina no Brasil metropolitano, esta passou de 43,3%, em 1994, para 43,9%, em 2001 (IBGE/PME). Acrescenta que os fatores que contribuíram para o crescimento da taxa de atividade feminina decorre de queda da fecundidade, expansão da escolaridade, aumento do número de famílias chefiadas por mulheres e mudanças nos valores relativos do papel social feminino, nesta década, cada vez mais dirigido ao trabalho fora de casa.

A reciclagem realizada por catadoras e catadores de materiais recicláveis vem sendo aprimorada para o fim de autogestão e compreende as etapas do processo produtivo desde a prestação do relevante serviço público de coleta seletiva à devolução , para a indústria, desse material. E para esse processo ocorre uma série de participações políticas das mulheres catadoras de todo o Brasil.

As catadoras e catadores como categoria social vivem relações conflitivas e experimentam sofrimentos e dores na vida quotidiana, principalmente pelos imediatismos das necessidades fundamentais desenvolvidas nesse arcabouço social de hierarquias esubordinações a serem superadas para marcar novo tempo de igualdades, em que mulheres têm direito inclusive ao seu corpo. Nas lutas de homens e mulheres trabalhadores que se identificavam como proletários e tinham

seus interesses de explorados diante do Estado burguês patriarcal se evidenciaram desvantagens das mulheres, com direitos não reconhecidos sendo subordinadas e efetivamente alimentando a subordinação social (SCOTT, 2002). As bandeiras de lutas incorporadas pela dimensão de gênero devem contribuir para o aprofundamento da democracia interna das organizações e para estabelecer relações igualitárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira. **A Miséria e os Dias**: História da Mendicância no Ceará; São Paulo: Ed. Hucitec, 2000.

ARENDT, Hanna. **A Condição Humana**. 11 ed. São Paulo: Forence, 2010.

ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA. Notícia.Disponível: http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/atualidades/noticias/catadoresas-de-materiais-reciclaveis-reivindicam-sua-inclusao-no-plano-municipal-de-gestao-integrada-de--residuos-solidos-de-fortaleza/. Acesso em 13 de Dezembro de 2012.

BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. **Cidade e Afetividade**. Fortaleza; Edições Universidade Federal do Ceará - UFC, 2010.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plinio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____ **Comunidade**: A busca por segurança no mundo atual. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____ **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros.Rio de Janeiro: Zahar, 2005. Disponível: http://identidadesculturas.files.wordpress.com/2011/05/bauman-zygmunt-identidade.pdf. Acesso em 08 de Fevereiro de 2014.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida, Org. **Velhos Trabalhos, Novos Dias**. Fortaleza. Ed. UFC, 2007.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis**. Disponível:http://www.coletasolidaria.gov.br/menu/material-de-apoio/Analise%20do%20Custo%20de%20Geracao%20de%20Postos%20de%20Trabalho.pdf. Acesso em: 17 de Abril de 2014.

_____, Ministério do Meio Ambiente. Portal Brasil. Disponível
http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/gestao-do-lixo. Acesso em: 17 de Abril de 2014.

BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). **Gênero e Pobreza no Brasil.** Disponível: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAF-

FE3B012BCB0B9B4B1EBA/GEneroPobreza_Brasil04.pdf. Acesso em: 17 de Abril de 2014.

BRASIL, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República / IPEA. **Diagnóstico dos Resíduos Urbanos no Brasil**. Disponível: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/121009_relatorio_residuos_solidos_urbanos.pdf. Acesso em 16 de Agosto de 2013.

BRUSCHINI, Cristina e Unbehaum, Sandra G. (Org). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira.** São Paulo: FCC, 2002.

CANEVACCI, Massimo**. A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004 (reimpresso em 2011).

CÁRITAS, nacional. **Notícias sobre os catadores**. Disponível em:http://caritas.org.br/novo/tag/catadoras/. Acesso em 07 de Julho de 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Reprodução do Espaço Urbano**.São Paulo; EDUSP, 2008.

CASTEL, Robert.As **metamorfoses da questão social**: Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA-FILHO, Alfredo. **Paul Israel Singer.** Disponível em:

http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a26.pdf. Acesso: 28 de Outubro de 2013.

CAVALCANTE, Sylvia. Profissão perigo: percepção de risco à saúde entre os catadores do Lixão do Jangurussu. **Mal-Estar e Subjetividade.**ISSN (Versão impressa): 1518-6148 malestar@unifor.br. Universidade de Fortaleza Brasil. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27170112. Acesso em 17 de Novembro de 2013.

DIONYSIO, Luis Gustavo Magro e DIONÍSIO, Renata Barbosa**. Lixo urbano**:

descarte e reciclagem de materiais. Disponível em: http://web.ccead.puc-rio.br/condigital/mvsl/Sala%20de%20Leitura/conteudos/SL_lixo_urbano.pdf. Acesso em 28 de Outubro de 2013.

FELIPE, Kelma de Freitas. **As mudanças no mundo do trabalho e o movimento da economia solidária** – "Utopia concreta?" 2008. Dissertação mestrado acadêmico em políticas publicas e sociedade. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados; Fortaleza, 2008.

FEDERAL,governo.**PNSR**.Disponível:http://www.cnrh.gov.br/pnrs/documentos/consulta/versao_Preliminar_PNRS_WM.pdf. Acesso em: 11 de dezembro de 2012.

FEITOSA, Larissa de Brito**. Sentidos atribuídos às políticas públicas de inclusão dos catadores pelos atores envolvidos nas discussões dos resíduos sólidos**. Dissertação de Mestrado UNIFOR, 2011.

FIRMEZA, Sergio de Miranda. **A Caracterização Física dos Resíduos Sólidos Domiciliares de Fortaleza como Fator Determinante do Seu Potencial Reciclável**. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/bitstream/123456789/1627/1/2005_dis_sdmfirmeza.pdf. Acesso 29 de Junho de 2013.

FIEC. **História da Industrialização no Ceará**. Disponível: http://www.fiec.org.br/cultura/. Acesso em: 09 de Abril de 2014.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Fortaleza - Estado do Ceará.** Disponível: http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/pmgirs-final-3011.pdf.Acesso em 11 de Agosto de 2013.

_____. **Políticas para as mulheres em Fortaleza**: Desafios para a igualdade. ALVES, Maria Elaene Rodrigues; VIANA, Raquel (Orgs). Coordenadoria Especial de Política para Mulheres; 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. **As Palavras e as Coisas**; Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2005.

_____. **Sexo, poder e a política da identidade.** Entrevista com B. Gallagher e A. Wilson, Toronto, junho de 1982; trad. F.Durant-Bogaert). Disponível: http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/4995/3537. Acesso em: 20 de Abril de 2014.

FROTA, Ma. Helena de Paula e OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Família, Gênero e Geração - Temas Transversais**; Fortaleza: EDUECE, 2004.

_____. **A Industria de Beneficiamento de Castanha de Caju no Ceará:** "Uma Máquina de Fazer Louco". Dissertação de Mestrado em Sociologia - UECE, 1984.

GONÇALVES, Rubia Cristina Martins. **A Voz dos Catadores de Lixo em sua Luta pela Sobrevivência**. 2005. Dissertação Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Fortaleza, 2005.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2002.

IMPARH, Instituto Municipal de Pesquisa. **Diagnóstico da Situação Socioecnômica e Cultural do(a) Catador(a) de materiais recicláveis de Fortaleza-CE**. Fortaleza, 2006.

IZAIAS**,** Fabiana Maria de Carvalho. **Na rota do lixo**: percursos de vida e trabalho de catadores do complexo de tratamento de resíduos sólidos do Jangurussu. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em

Sociologia da Universidade Federal do Ceará; 2010.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As Razões de uma Cidade:** Conflito de Hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LIMA, Rafael Galeoti de. Resenha do Livro de LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas. Disponível: http://portalcp2.files.wordpress.com/2010/09/henry-lefebvre--o-direito-c3a0-cidade-rafael-galeoti.pdf. Acesso em: 16 de Agosto de 2013.

MARICATO, Erminia. **Conhecer para resolver a cidade ilegal.** Disponível: http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_conhecercidadeilegal.pdf; Acesso em 07 de Abril de 2014.

MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. **As Novas Fronteiras da Desigualdade Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho**. São Paulo; SENAC; 1998.

MARX, K. e ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 13 ed. Rio de Janeiro:

Bertrand Brasil, 1995.

MARX, Karl**. O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasiçeira,1971.

_____. **Teses sobre Feuerbach.** The Marxists Internet Archive. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000081.pdf. Acesso em: 25 de Agosto de 2013.

MUNIZ, Maria Águeda Pontes Caminha. **O Plano Diretor como Instrumento de Gestão da Cidade**: O Caso da Cidade de Fortaleza/CE. Disponível: http://bdtd.bczm.ufrn.br/tde_arquivos/22/TDE-2007-11-09T015253Z-912/Publico/MariaAguedaPCM.pdf. Acesso em: 08 de Abril de 2014.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

Pastoral do Povo de Rua. **Vida e missão**. São Paulo: Loyola, 2003.

PERROT, Michelle. **Minhas Histórias das Mulheres**; São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

_____. **Os Excluídos da História**: Operários, Mulheres e Prisioneiros; São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2010.

PIMENTEIRA, Cicero Augusto Prudêncio. **Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no Rio de Janeiro**: Impactos das decisões dos gestores nas políticas públicas. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de

Pós-graduação em Planejamento Energético. UFRJ, 2010. Disponível:

http://www.ppe.ufrj.br/ppe/production/tesis/cicero_pimentel.pdf. Acesso em 16 de Agosto de 2013.

PINTO JUNIOR, Luiz Araujo Gomes. **Catadores de Materiais Recicláveis como Agentes de uma Educação Ambiental não – Formal.** Monografia para ob-

tenção do título de Especialista em Educação Ambiental Universidade Estadual do Ceará, 2010.

PRIORE, Mary Del (Org), BASSANEZI, Carla (Coord. de textos) **História das Mulheres no Brasil**; São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza *Belle Epoque***. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha. Multigraf Editora LTDA, 2010.

PONTE JUNIOR, Osmar de Sá, organizador. **Mudanças no Mundo do Trabalho Cooperativismo e Autogestão.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2000.

PREFEITURA Municipal de Fortaleza – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDU. **Estudo da Organização e Funcionamento da Entidade Destinada a Operar a Unidade de Catação de Material Reciclável de Jangurussú.** Fortaleza; 1993.

PULEO, Alicia H.: **Filosofía, Género y Pensamiento Crítico.** Servicio de Publicaciones Universidad de Valladolid. Valladolid 2000.

RAMALHO,Júlia Sebba. **Hanna Arendt *versus* Marx**: Uma defesa de Marx frente à Crítica Arendtiana.Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás. Disponível em: http://200.17.141.110/periodicos/prometeus/revistas/ARQ_PROMETEUS_4/Arq_Art_PROMETEUSjulia.pdf. Acesso em: 03/08/2013, pp. 211.

REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE OCUPACIONAL. **A triagem de lixo reciclável**: análise ergonômica da atividade. Vol.29 no.110 São Paulo2004. Disponível:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303765720040002000003&script=sci_arttext. Acesso em 10 de Abril de 2014.

ROCHA, Maria Izabel Baltar da (Org) .**Trabalho e Gênero**: Mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP E CEDEPLAR/UFMG; São Paulo, 2000.

ROSADO, Rosa Maris. **Por uma Cartografia do Lixo Seco de Porto Alegre/RS/Brasil**: Catadores, Complexidade e Educação Ambiental. Disponível em: www.reseau-amerique-latine.fr/ceisal-bruxelles/cyt.MA-2-ROSADO.pdf. Acesso em 24/06/2013.

SADER, S. e GENTILI, P. (Org) Pós-Neoliberalismo – **As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra,1996.

SANTOS,Gemmelle Oliveira; ALVES, Catarina de Brito; SANTOS Germana Oliveira; ZANELLA, Maria Elisa. **Estimativa da Quantidade de Resíduos Sólidos Urbanos Coletados em Fortaleza e Destinados ao Aterro Sanitário de Caucaia** (CEARÁ). Disponível em: http://www.resol.com.br/textos/Gemmelle-Artigo%206.pdf. Acesso 29 de Julho de 2013.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SAWAIA, Bader (Org). **As Artimanhas da Exclusão**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SCOTT, Joan Walach. **A Cidadã Paradoxal.** Florianópolis. Ed. Mulheres, 2002.

_____, **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 17 de Abril de 2014.

SCALON, Maria Celi. **Desigualdade e Percepção**: uma Análise Comparativa Internacional. Disponível: http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel42/MariaCeliScalon.pdf

Acesso em: 19 de Junho de 2013.

SENA, Francisca Maria Rodrigues. **Mulheres em Movimento**: Construção de relações de gênero na militância política das mulheres. 2004. Dissertação Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Fortaleza, 2004.

SILVA, Leiriane de Araújo. **As mulheres faces da pobreza**: uma análise sobre as formas de manifestação da pobreza no Município de Maracanaú-Ceará. 2009. Dissertação Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicado. Fortaleza, 2009.

SILVA, Ari Rocha**. Sociedade, Estado e Catadores de Materiais Recicláveis**:a subjetivação na esfera da produção, na organização associativa e a

emergência de novas relações de trabalho. Disponível em: http://www.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/dvd/documentos/gts_llleics/gt3/gt3ari.pdf. Acesso em 07/07/2013.

SILVA, M.L.L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 3. ed. São Paulo: Contexto; 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese da História da Cultura Brasileira**.São Paulo:

Difel, 1985.

SOUZA, Rafael Pires de. A **Cidade de Fortaleza na contemporaneidade:** transformações sócio espaciais do Mucuripe no final do século XX. Fortaleza: Dissertação Mestrado Acadêmico em Sociedade e Políticas Públicas, UECE, 2007.

SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Organizadores). **Gênero**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

VIEIRA, Maria Eulaidia de Araújo. **Percepção de Autonomia entre Catadores de Materiais Recicláveis de Associações e Organizações Privadas de Fortaleza-CE**. Dissertação de Mestrado. UNIFOR, 2011.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo Sobre a Noção de Exclusão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 55., ano XVIII, p. 74-83, nov. 1997.

WEBER, Max.**Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**; São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

Capítulo V
Gerações em debate

Mulheres, velhice e o acesso à educação: significados e desafios interseccionais[1]

Kelly Maria Gomes Menezes[2]

RESUMO

O envelhecimento da população é uma realidade brasileira e mundial, e possui um componente de gênero de teor contundente, haja vista o fenômeno de feminização da velhice. Embora a população velha, especialmente das mulheres, esteja vivendo mais, seu crescimento não é acompanhado de políticas públicas que garantam os seus direitos. Dentre esses, a educação emerge como um desafio no que tange ao seu direcionamento a mulheres na fase da velhice. Assim, o objetivo geral do estudo consistiu em analisar os significados que as mulheres velhas – participantes de um Programa de EJA em Fortaleza (CE) – atribuem à educação, para compreender se essa experiência influencia em suas vidas, na perspectiva de gênero. Para tanto, lançou-se mão da pesquisa qualitativa, com auxílio das buscas bibliográfica, documental e de campo, além das técnicas para obtenção das informações, configuradas em observação direta e entrevista não estruturada baseada no método História Oral Temática. Como terreno da pesquisa, selecionou-se um Programa de EJA em uma Escola Municipal de Fortaleza, com a participação de cinco mulheres velhas alunas desse estabelecimento, cujas narrativas foram interpretadas à luz da Hermenêutica-Dialética. As percepções sobre o retorno ou acesso pela primeira vez aos estudos foram reunidas em três categorias empíricas: lazer/sociabilidade, cidadania/ pertença, liberdade/ autonomia. Com efeito, os significados foram muito diversos, mas todos concorreram para a necessidade de ampliação de espaços educacionais para as mulheres, especialmente na velhice,

1 Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa de tese intitulada: "Agora é a minha vez de ir pra escola!: os desafios na educação para mulheres velhas em um Programa de EJA", realizada em Fortaleza-CE para conclusão do Doutorado em Educação na Universidade Federal do Ceará (UFC).

2 Doutora em Educação (UFC), Professora Adjunta da Faculdade de Educação (FACED)/ UFC, vice-coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas e Gestão Educacional (GEPGE), ambos na UFC. E-mail: kelly.menezes@ufc.br

quando possam reconhecer suas demandas singulares no decorrer de todas as fases de suas vidas.
Palavras-chave: Velhice. Gênero. Educação.

1. **INTRODUÇÃO**

O envelhecimento da população constitui hoje um fenômeno mundial, uma vez que os números revelam o seu crescente aumento em relação às demais faixas etárias. O contingente da população mais velha nunca foi tão grande em todo o mundo e no decorrer de toda a história. De acordo com dados estatísticos de 2012, do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), estima-se que, a cada segundo, duas pessoas completam 60 anos no mundo, o que significa um total de quase 58 milhões de aniversários de 60 anos por ano. Outro dado relevante apontado pelo referido Fundo é que uma em cada nove pessoas no mundo tem 60 anos de idade ou mais, e calcula, para 2050, esse número sendo aumentado para uma em cada cinco pessoas.

Ainda de acordo com o IBGE (2017), em 2030, os números absolutos e percentuais de brasileiros com 60 anos ou mais irão ser maiores do que os de crianças de zero a 14 anos de idade. Em outras palavras, em 2030, as pessoas velhas alcançarão o expressivo número de 41,5 milhões (equivalente a 18% da população total), e as crianças atingirão 39,2 milhões (17,6% em dados percentuais).

O fato de o envelhecimento populacional ser uma crescente nos índices brasileiros decorre, especialmente, de dois fatores distintos: queda da mortalidade e redução das taxas de fecundidade. Além disso, com o avanço da Medicina e das demais áreas de saúde, torna-se possível desenvolver um modo de vida mais favorável para as pessoas mais velhas, prolongando, assim, seu tempo de vida e demandando políticas públicas direcionadas a elas (VERAS, 2011).

É imprescindível ressaltar que, retomando as estimativas do FNUAP (2012), nos países desenvolvidos, a expectativa de vida para 2050 será de 87,5 anos para o público masculino e 92,5 para o feminino; em 1998, esse dado era de 70,6 e 78,4 anos, respectivamente. No caso dos países em desenvolvimento, estima-se que os números serão de 82 anos para os homens e 86 para as mulheres, isto é, 21 anos a mais do que nos dias atuais, que é de 62,1 e 65,2.

Segundo a publicação de 2017 do IBGE, em 2060, haverá um contingente de 33 milhões de homens velhos e 40,6 milhões de mulheres velhas, apontando um superávit feminino de 7,6 milhões de mulheres. No Ceará, segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), existem 514.498 mulheres com 60 anos ou mais, enquanto os homens dessa faixa etária somam 283.811 (2010). Nessa perspectiva, há, em todo o mundo, inclusive no contexto cearense, uma

tendência para o que os autores especialistas no assunto têm chamado de fenômeno de feminização da velhice.

Segundo as Estatísticas de Gênero do IBGE (2018), constata-se, no entanto, que a condição da mulher continua desfavorável em relação à dos homens. Não obstante a mulher brasileira tenha galgado êxito em quase todos os indicadores educacionais – hoje existem menos mulheres analfabetas e, entre as pessoas de 18 a 24 anos, 15,1% das mulheres estão no Ensino Superior, contra 11,3% dos homens – a renda média do homem ainda é maior. Um homem recebe, em média, R$ 1.522 por mês, enquanto uma mulher tem como salário o valor de R$ 1.123. Ainda segundo os dados, ao realizar uma análise por área de atuação, os salários das mulheres também continuam menores.

Ainda sobre os aspectos referentes à educação, o capítulo V do Estatuto do Idoso é especialmente dedicado aos direitos fundamentais das pessoas velhas, incluindo a educação, a cultura, o esporte e o lazer. Relativamente à educação, é dever do Poder Público criar oportunidades de acesso a cursos especiais que abranjam também o domínio de novas tecnologias. No sentido da preservação da memória e da identidade culturais, os velhos participam das comemorações de caráter cívico ou cultural. Ademais, eles têm, ainda, direito a desconto de 50% em eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer (BRASIL, 2003).

Segundo, porém, dados da pesquisa *Idosos no Brasil: vivências, desafios e experiências na terceira idade*, em 2006 – de iniciativa da Fundação Perseu Abramo (FPA) em parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc) – é justamente na educação que se encontram os maiores contrastes entre as pessoas na fase da velhice e o restante da população, uma vez que, quanto maior a idade, mais alto o número daqueles que nunca foram à escola. Ao todo, 89% não passaram do Ensino Fundamental, 49% continuam analfabetos funcionais, 18% nunca nem foram à escola. A pesquisa também denota a relação entre o nível de escolaridade e o de renda, já que é visível o salto qualitativo entre aqueles que ganham mais de 10 salários mínimos: 46% frequentaram o Ensino Superior, 21% concluíram o Ensino Médio e 15% fizeram, inclusive, cursos de pós-graduação. Os que nunca foram à escola e os que tinham apenas o curso primário completo ou incompleto são os de renda mais baixa (NERI, 2007).

No Ceará, segundo o Censo Demográfico de 2010, do IBGE, cerca de 1 milhão de pessoas nunca sequer frequentaram a escola. Com isso, o Estado é o terceiro lugar do Nordeste com o menor índice de escolaridade, ficando atrás apenas da Bahia e de Alagoas. Em seu contexto específico, existem 881 mil velhos no Ceará – representando 10,5% da população total – em que 50,4% não têm nenhuma instrução ou registram menos de um ano de estudo, 20,9% têm de um a

três anos, 18,7% possuem de quatro a oito anos e apenas 9,8% afirmaram ter nove anos ou mais de estudo.

Desse modo, esta pesquisa buscou responder ao seguinte objetivo geral: analisar os significados que as mulheres velhas – participantes de um Programa de EJA em Fortaleza (CE) – atribuem à educação, para compreender se essa experiência influencia em suas vidas, na perspectiva de gênero. Para fins de organização, o segmento está dividido em quatro módulos: Introdução, Materiais e métodos; Resultados e discussão; e Considerações finais.

2. **METODOLOGIA**

Para alcançar o objetivo pretendido, recorremos à pesquisa de natureza qualitativa, cuja escolha decorreu de um posicionamento científico direcionado à compreensão de processos subjetivos, mediante os discursos dos agentes sociais. Assim, Minayo (2011, p. 22) esclarece que "[...] a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. Esse nível de realidade não é visível, precisa ser exposta e interpretada, em primeira instância, pelos próprios pesquisados".

O viés qualitativo da pesquisa vem ao encontro da "hermenêutica da profundidade", defendida por Thompson (1995), cujo âmbito comporta três momentos de análise: "Análise Formal ou Discursiva", "Análise Sócio-Histórica" e "Interpretação/ Re-Interpretação". O primeiro corresponde à leitura, não apenas, da elaboração teórica, mas, também, metodológica das obras em estudo; o segundo abrange a leitura da realidade, isto é, transpondo os conceitos defendidos nas referências, fazendo-se indispensável que o pesquisador analise o contexto histórico-social em que foram constituídos; e o terceiro diz respeito à possibilidade de atribuir novos significados ao fenômeno estudado, imprimindo-lhe uma proposta própria, informado pelas teorias, mas de maneira pessoal e criativa.

Além da pesquisa bibliográfica, nos reportamos àquela de cunho documental, uma vez que a produção sobre o tema, bem como artigos de jornais e revistas, que ainda não passaram por análise, foram levados em consideração. A pesquisa documental é definida como aquela que se vale de "[...] materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada" (BEUREN; RAUPP, 2008, p. 89), ou seja, de "[...] materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa". (GIL, 2002, p. 45-46).

E, por fim, a pesquisa de campo foi outro tipo de investigação empreendido na busca por experiência das próprias interlocutoras participantes da pesquisa, suas concepções e visões acerca da educação. O campo desta pesquisa foi uma Escola da rede municipal de Fortaleza que possui a modalidade presencial da Edu-

cação de Jovens e Adultos (EJA). Para a obtenção das informações, foi necessário o uso de técnicas e instrumentos que privilegiassem a complexidade do tema e do perfil das interlocutoras.

O método adotado neste trabalho, cujo tema perpassa os asectos de Educação, Velhice e Gênero, sobre a educação para mulheres velhas em um Programa de EJA em Fortaleza, foi a História Oral. Neste tipo de metodologia, devem prevalecer as observações, visões de mundo e pontos de vista dos participantes, ou seja, o foco está pendido para a história de vida dos envolvidos, com suporte em seus relatos. Para a obtenção das informações, as técnicas utilizadas foram a observação direta e não participante, com auxílio do diário de campo, e a entrevista não diretiva, baseada no método História Oral Temática (ALBERTI, 1990).

Dessa maneira, segue uma breve apresentação das 5 (cinco) mulheres que participaram desta pesquisa (cuja organização obedeceu o critério da idade, em ordem crescente, e os nomes apresentados são fictícios a fim de preservar as suas identidades).

1) Ana, 60 anos, cursando a primeira etapa do Ensino Fundamental, participante da EJA há cerca de 8 (oito) meses: é natural do interior do Ceará, casada, trabalhou como empregada doméstica, hoje é dona de casa e tem como renda mensal familiar 2 (dois) salários-mínimos, provenientes do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de seu marido e do trabalho de seu genro como auxiliar de pedreiro; tem 6 (seis) filhos e 2 (dois) netos, mora em casa própria com o marido, 2 (duas) filhas, 2 (dois) netos e 1 (um) genro;

2) Maria, 61 anos, cursando a segunda etapa do Ensino Fundamental, participante da EJA há 4 (quatro) meses; é natural do interior do Ceará, casada, nunca trabalhou fora de casa, hoje é dona de casa e tem como renda mensal familiar cerca de R$ 500 provenientes do trabalho do marido como camelô no Centro da Cidade e R$ 130 do Programa Bolsa Família (PBF); tem apenas 1 (um) filho, mora em uma casa própria com o marido;

3) Fátima, 64 anos, cursando a primeira etapa do Ensino Fundamental, participante da EJA há cerca de 1 (um) ano e meio; é natural do interior do Ceará, viúva, trabalhou como costureira, hoje é dona de casa, tem como renda mensal familiar 1 (um) salário-mínimo proveniente do BPC, tem 4 (quatro) filhos e 6 (seis) netos(as), mora em uma casa alugada com 2 (duas) filhas, 2 (dois) netos e 1 (um) genro;

4) Dora, 64 anos, cursando a primeira etapa do Ensino Fundamental, participante da EJA há cerca de 1 (um) ano: é natural do interior do Ceará, solteira, trabalhou em uma fábrica, hoje é dona de casa, tem como renda mensal familiar 1 (um) salário- mínimo proveniente de sua aposentadoria, não teve filhos, mas

considera as 2 (duas) sobrinhas como filhas, mora em uma casa própria com 2 (duas) irmãs, 1 (um) cunhado e 2 (duas) sobrinhas;

5) Glória, 71 anos, cursando a primeira etapa do Ensino Fundamental, participante da EJA há cerca de 4 (quatro) meses; é natural do interior do Ceará, viúva, nunca trabalhou fora de casa, hoje continua como dona de casa, tem como renda mensal familiar 2 (dois) salários-mínimos provenientes da pensão do marido falecido, tem 9 (nove) filhos e 4 (quatro) netos, mora em uma casa própria com 1 (um) irmão, 2 (dois) filhos e 1 (uma) nora.

Relativamente aos aspectos éticos, no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as participantes tiveram acesso às informações básicas da pesquisa (título provisório, objetivo geral e objetivos específicos e período de realização). Ademais, ficaram cientes da finalidade das entrevistas e concordaram em ter toda a conversa gravada com uso de aparelho celular. Após essa etapa, as falas foram transcritas, organizadas e analisadas. Informamos às mulheres participantes que o anonimato seria garantido, daí a necessidade de elas trocarem os seus nomes por pseudônimos.

3. **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O envelhecimento, dada a sua complexidade, é também uma questão de gênero, tanto em razão do aumento quantitativo de mulheres nessa fase da vida em relação aos homens, como porque as mulheres velhas experienciam situações ainda mais complexas pela sua condição de gênero. Assim, o fenômeno de feminização da velhice é um continuum que se estende por todo o País:

> A classe, o gênero e a raça são influências importantes na experiência do envelhecimento. Por exemplo, o envelhecimento é um fenômeno relacionado ao gênero. As mulheres tendem a viver mais do que os homens, fazendo com que os mais velhos sejam na maioria "mulheres". Os anos posteriores são muito influenciados por experiências anteriores na vida por causa das responsabilidades domésticas e maternais, as mulheres em geral participam menos que os homens do trabalho remunerado. Elas também recebem pagamentos mais baixos (GIDDENS, 2005, p. 147).

Gradativamente, como a mortalidade dos homens é maior do que a das mulheres, o número destas supera o deles, constatando-se, dessa maneira, por meio de censos e dados estatísticos, que a velhice tem, paulatinamente, se feminizado. O fato é que a população velha já se configura como predominantemente femini-

na: a proporção de homens tende a diminuir com o aumento da idade. Segundo o documento *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*, publicado em 2017 pelo IBGE, são 34 mil mulheres acima dos 60 anos, contra 28 mil homens na mesma idade, o que significa 22% a mais de mulheres, ou, ainda, dez mulheres para oito homens.

Analisada sob o ponto de vista sociodemográfico, a feminização na fase da velhice está, indissociavelmente, associada a determinados fenômenos sociais:

> 1) maior longevidade das mulheres em comparação com os homens; 2) maior presença relativa de mulheres idosas, principalmente nos estratos mais velhos; 3) crescimento do número de mulheres idosas que integram a população economicamente ativa; e 4) crescimento do número de mulheres idosas que são chefes de família. (NERI, 2008, p. 48).

Além disso, as mulheres são mais oneradas física, psicológica e socialmente porque cabe a elas o jugo de cuidar do cônjuge, das mães e pais, de outros parentes velhos e até de filhos e netos, funções estas consideradas de menor poder social. Nenhuma sociedade, no entanto, sobreviveria sem essas funções e, contraditoriamente, não são reconhecidas como trabalho inscrito na lógica de produção de lucro do sistema capitalista. Neste sentido, é fundamental reconhecer "[...] o pouco valor social e, paradoxalmente, a importância social que tem certas funções laborativas femininas, como cuidar de parentes doentes e inválidos, educar netos(as) em função da ausência dos pais". (PAIVA, 2006, p. 20).

As pesquisas mostram que a mulher ainda tem a imunidade maior a doenças infecciosas, um fator hormonal de proteção próprio da diferença entre os sexos. Já os homens são acometidos por mortes violentas, sendo a maioria destes óbitos ocorridos na cidade e ocasionados por fatores externos - violência no trânsito, homicídios, questões de segurança, dentre outros. Os homens, pelo fato de, historicamente, se encontrarem no centro dos processos decisórios, bem como por ocuparem lugar de destaque na esfera pública, experimentam, no decorrer de suas vidas, muito mais situações de perigo do que são expostas as mulheres, as quais, em sua maioria, tiveram o âmbito doméstico como o seu espaço por primazia. Isso quer dizer que, em geral,

> [...] as mulheres usufruem de maior expectativa de vida do que os homens em quase todos os países. Ao mesmo tempo, as mulheres também sofrem de maior incidência de doenças do que os homens, particularmente na velhice. As mulheres são propensas a buscarem cui-

> dados médicos e a apresentarem maiores taxas de doenças detectadas através de autoexame do que os homens. (GIDDENS, 2005, p. 133).

As políticas sociais criadas, tais como o BPC, aliadas ao trabalho feminino e à maior longevidade das mulheres, proporcionaram, entre os velhos, um maior número de mulheres do que entre os homens que são chefes de família (IBGE, 2010).

A queda das taxas de fecundidade, aliada ao crescimento da escolaridade e à inserção das mulheres no mercado de trabalho, propiciaram mudanças nos arranjos familiares. Uma das alterações mais significativas observada foi em relação ao acréscimo da proporção de mulheres como "pessoa de referência da família" que, em 2005, era de 30,6%, passando a 40,5% em 2015. Nas famílias formadas por casal com filhos, a mulher como pessoa de referência passou do percentual de 6,8% para 22,5%, de 2005 para 2015. E, finalmente, entre aqueles casais sem filhos, a mulher como pessoa de referência na família cresceu de 8,4% para 22,0%, no mesmo período. Há, portanto, uma tendência de crescimento na indicação da mulher com a condição de pessoa de referência familiar, sobretudo nos arranjos formados por casais (SIS, 2017).

Em termos sociológicos, o fenômeno de feminização da velhice relaciona-se com as transformações das normas etárias e de gênero que ditam os padrões de comportamentos preestabelecidos às mulheres velhas, as relações intergeracionais e os intercâmbios de apoio material, instrumental e afetivo entre gerações, pois "[...] a ausência de relações intergeracionais causa o abandono de crianças, a desorientação de jovens e a internação ou desvalorização social de velhos". (PAIVA, 2006, p. 82).

Então, em ultrapasse ao prisma quantitativo de análise, mesmo que a velhice não seja considerada universalmente feminina, Lloyd-Sherlock (2002) teoriza que ela possui um componente de gênero considerável, pois as mulheres velhas são mais propensas a ficarem viúvas e/ ou a sofrerem com situações econômicas bem menos vantajosas do que os homens. A maioria sequer teve acesso à educação ou mesmo a algum tipo de trabalho remunerado na vida.

As características das mudanças variam de acordo com o pertencimento das mulheres a distintos estratos sociais. Independentemente dessas diferenciações sociais, entretanto, existe hoje uma flexibilidade muito maior do que no passado em relação a assuntos tais como a época de constituir família, ter filhos e número de filhos, as "[...] relações dos jovens com os pais e com os parentes mais velhos, as relações dos avós com os netos, a indumentária, o lazer, a educação, o trabalho, o comportamento sexual e a liberdade da mulher de decidir de si". (NERI, 2008, p. 48). A libertação do dever da mulher em procriar, cuidar dos filhos e da casa, e

até da sujeição ao marido, é considerada, por muitos autores estudiosos do tema, como um ganho da "nova velhice" feminina, com maior autoafirmação, autovalorização, atividade e participação social, ao transpor o domínio privado do lar e das relações sociais com a família.

De modo geral, as mulheres velhas são mais participativas em centros de convivência, em fóruns deliberativos e de discussão, em conselhos de direitos, dentre outros grupos. Além de frequentadoras assíduas dos espaços políticos mencionados, elas são mais envolvidas nos projetos de lazer oferecidos. Esses dois fatores fazem com que também, durante a velhice, as mulheres tenham maior evidência na sociedade. Dependendo da classe social e dos arranjos familiares, ser velha é passível de significar

> [...] viver em grande pobreza, ou até na miséria, mesmo para aquelas originalmente de classe média, por tratar-se de uma geração de escassa participação no mercado de trabalho e, portanto, com poucos recursos pessoais de sobrevivência. Pode significar, também, falta de companheiro ou solidão mais freqüente, devido ao maior número de viúvas, ao crescente número de separadas, ou de solteiras com filhos, mulheres chefiando famílias que nunca se constituíram "completas". (BRITTO DA MOTTA, 1999, p. 210).

A constatação de que as mulheres são mais longevas, mas possuem pior qualidade de vida do que os homens, todavia, não só em decorrência dos riscos biológicos associados ao sexo, mas também em função das variáveis sociológicas, traz à baila repercussões importantes nas demandas por políticas públicas específicas. A esse respeito, Faleiros (2007, p. 55) ensina que "[...] a associação entre idade e incapacidade tem efeitos altamente prejudiciais para as mulheres, que terão mais risco de sofrer abandono e maus-tratos, principalmente em ambientes de pobreza, baixa escolaridade e violência".

Em relação a isso, as interlocutoras participantes da pesquisa reportaram diferenças expressivas em relação à vida delas comparada à dos homens com quem conviveram/convivem. Vejamos. "Minha mãe tinha que tomar conta da casa e da gente [...] meu pai tinha que trabalhar cedo, e nós tinha que ajudar em casa..." (ANA, 60 anos). "[...] Nesse tempo, a mamãe já tinha morrido e eu ia mais meu irmão estudar de noite porque eu ajudava em casa... [...]". (MARIA, 61 anos). "Minha mãe arrumava a gente [ela e os irmãos] pra gente ir estudar [...]". (FÁTIMA, 64 anos). "O [nome do irmão] se deu foi bem porque eu mais minhas irmãs não tivemos isso não [de ir para a escola]... nossa escola foi a lida no roçado do pai e da mãe... mas ele era o único homem, né?!" (DORA, 64 anos).

Assim, sobra claro que a condição de ser mulher está diretamente atrelada às funções de casar e procriar, como tarefas femininas fundamentais. O casamento e a maternidade constituíam/constituem, pois, o destino "natural" e a carreira desejados para todas as mulheres, além do que, "[...] qualquer atividade profissional será considerada como um desvio dessas funções sociais, a menos que possa ser representada de forma a se ajustar a elas". (LOURO, 2003, p. 96).

As narradoras também trazem essa demarcação de papéis, na vida adulta e durante a velhice, conforme os trechos de suas falas ressaltados a seguir. "Meu marido sempre lutou pra dar as coisa pra mim e nossos filho! Não tenho do que reclamar não... [...] e nem ele tem o que reclamar de mim porque nunca deixei ele ir trabalhar com fome [...], sair com a blusa amassada..." (MARIA, 61 anos). "[Tenho] casa, marido pra cuidar... [...] os meninos tão encaminhado na vida [...] eu só tenho esse neto pra me preocupar [...]". (FÁTIMA, 64 anos). "[...] eu era sozinha [pra dar conta da] em casa. Meu marido me ajudava, mas sempre trabalhou demais! [...]" (GLÓRIA, 71 anos).

Há, pois, uma continuidade da vida de suas mães à vida das mulheres interlocutoras. Desde a infância, as mulheres são levadas a serem mães/cuidadoras, por meio do brincar de boneca, passando até à função de cuidadoras de irmãos. Em geral, as mulheres entendem que têm um futuro papel a desempenhar, quando os cuidados são transferidos para filhos, companheiros(as) e netos.

Segundo Butler (2003), é imprescindível partir das performatividades dos agentes sociais, superando a oposição binária e simplista masculino-feminino. A suplantação do pensamento dicotômico sobre os gêneros é considerada pela autora como uma condição indispensável à compreensão da categoria. A desconstrução dessa falsa polarização conduz o pesquisador a uma problematização muito mais complexa e aproximada do real, uma vez que transcende a rígida ideia de naturalização dos papéis, admitindo que o polo masculino possui componentes do feminino e vice-versa. Nessa análise, as interlocutoras, embora exprimam uma noção imposta cultural e historicamente dos papéis a serem desempenhados na sociedade por homens e mulheres, também demonstram uma certa plasticidade quanto a alguns pontos de suas vidas. "Sempre fui pau pra toda obra! Sempre tive vontade de trabalhar, sair de casa, de estudar, aprender mais..." (ANA, 60 anos). "Era pequena e ouvia meu pai dizer que mulher que trabalhava fora não era decente. Pois nunca deixei de trabalhar e sempre fui decente, nunca fiz vergonha a ninguém! [...]" (FÁTIMA, 64 anos).

> [...] hoje em dia, o meu cunhado também faz as coisas dentro de casa e cuida de duas netinhas! Tem que ajudar, minha filha! Não mora lá

> também?! Minhas sobrinha trabalha e estuda, não têm como se ocupar disso não! E outra: minha irmã já trabalhou demais naquela casa, não tem mais condição de se abaixar [...] (DORA, 64 anos).

As participantes da pesquisa relacionam atividades historicamente masculinas às suas trajetórias e à de outras mulheres, tais como: trabalhar fora de casa, estudar e ocupar os espaços públicos; ao mesmo tempo, atribuem aos homens com quem convivem tarefas consideradas femininas, a saber: tomar conta da casa, cuidar dos netos e de assuntos domésticos. As percepções que deparamos nas narrativas possuem similitudes com aquelas encontradas na pesquisa de Soihet (1989, p. 11), intitulada *Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana*, quando esta afirma que as suas interlocutoras se mostraram, em grande parte, não adeptas às características dadas como "[...] universais ao sexo feminino, como submissão, recato, delicadeza, fragilidade, etc.". São mulheres que trabalham, e muito, em sua maioria "[...] não são formalmente casadas, brigam, pronunciam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos que lhes são atribuídos".

Fora isso, há o fato de que, de acordo com essa nova compreensão, as instituições sociais – a exemplo de família, casamento, justiça, política, escola, empresas – de maneira geral, não estão preparadas para lidar com o fenômeno ora focalizado e, assim, "[...] está em curso o processo de feminização da velhice, em um contexto de forte heterogeneidade nas formas de gestão da velhice pelos idosos, pelas famílias e pelas instituições públicas" (NERI, 2008, p. 61).

Em relação aos significados da educação para as participantes da pesquisa, em que elas relatam suas novas possibilidades, a velhice é redefinida, passando a ser vista como continuidade, e em que o ser mulher não inviabiliza mais seus objetivos de vida. O enfrentamento dos desafios encontrados por elas impõe-lhes a obrigação de tecer novas estratégias de se posicionarem no mundo e defenderem os próprios direitos.

As mulheres participantes da pesquisa relatam que a garantia do direito à educação impõe muitas variáveis, as quais inviabilizaram a sua inserção na educação formal anteriormente. Por conseguinte, destacamos a narrativa de Fátima (64 anos) que traz diversos elementos importantes para essa discussão:

> Só deu certo eu ir pro EJA depois que o finado [nome do marido] se foi [porque] não dava tempo não, minha filha... o [nome do marido] foi um homem bom demais pra mim, eu não tenho do que dizer dele, mas eu não parava dentro de casa, tinha que lavar e passar a roupa dele do trabalho, fazer almoço e janta... e os menino [filhos(as)] eram tudo

> pequeno, eu não tinha mãe pra deixar eles com ela porque minha mãe morreu muito cedo de um derrame [...] Tudo era eu!

Esse relato vai ao encontro da pesquisa de Debert (1999), a qual assinala que, para a nova velhice, a viuvez é ressignificada, incorporando sentimentos de autonomia e independência, configurando-se como um momento de liberdade para as mulheres. A morte dos cônjuges livra-as do mando a que foram submetidas durante toda a sua juventude e vida adulta, em decorrência das relações de gênero prevalecentes. Essa libertação de certos controles societários que as tolheram durante toda a juventude vem, "[...] surpreendentemente, entusiasmando as mulheres idosas, a ponto de, por vezes, obscurecer-lhes a percepção de toda uma gama de preconceitos sociais ainda vigentes em relação aos velhos e às mulheres". (BRITTO DA MOTTA, 2009, p. 211).

Ao pressupormos que um dos compromissos da educação concerne à autonomia dos sujeitos envolvidos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, ratifica em seu artigo 35 "[...] o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico". Já a concepção de liberdade, entendida neste trabalho, ancora-se na perspectiva freireana que pressupõe um movimento coletivo ante as opressões:

> A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos. (FREIRE, 1987, p. 34).

A quebra da opressão vivenciada pelas interlocutoras da pesquisa, tendo, majoritariamente, um polo masculino como agente principal de autoridade e proibição, acarreta o sentimento de liberdade e autonomia durante a velhice. Com a ausência dessa figura para determinar as suas vidas – seja o pai ou o cônjuge – as mulheres podem, por elas mesmas, ditar os limites e as possibilidades de atribuírem sentido às suas existências (LOURO, 1997).

As trajetórias sociais de gênero são, pois, essenciais para determinar os sentimentos de bem-estar, liberdade e autorrealização durante a fase da velhice. Muitas

das elaborações mentais, sociais e culturais dos velhos foram forjadas com amparo em suas experiências com o mundo, as quais datam de um outro tempo social e cujas representações e atitudes tecem subjetividades e identidades particulares.

Alicerçada no fomento a essa ponderação, a escola deve, paulatinamente, adotar novos padrões de conduta com vistas ao empoderamento de sujeitos que não se enquadram nos padrões normativos impostos, apontando para o descerramento das desigualdades nas relações escolares e para a relativização dos comportamentos tradicionalmente considerados femininos e masculinos. Desse modo, paradoxalmente, "[...] a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução". (LAURETIS, 1994, p. 209).

Nessa perspectiva de empoderamento, todas as interlocutoras revelaram, em suas falas, posicionamentos que indicam uma mudança de atitude após a sua inserção no ensino formal: "Voltar os estudos foi uma coisa boa demais pra mim. [...] pensei que não aprendesse mais nada, mas tô gostando, é bom você conhecer as coisa da vida pelos livros também, né?!" (MARIA, 61 anos).

> [...] Eu me arrependo é de não ter ido antes pra escola, mas também eu não podia, né?! Fui criar meus filho, depois teve o falecimento do meu menino mais velho [fala com muita tristeza desse episódio em que o filho morreu atropelado], tinha casa, marido pra cuidar... não dava pra ir não. Mas eu hoje tô satisfeita, agora que os meninos tão encaminhado na vida [...] eu só tenho esse neto pra me preocupar, ajudo até no dever [de casa passado pela escola] dele [...] agora é a minha vez de ir pra escola! (FÁTIMA, 64 anos).

> [...] Minha mãe era uma mulher analfabeta porque só assinava o nome dela, mas sempre disse pra nós [ela e os irmãos] que desse valor ao estudo. [...] demorei foi muito pra voltar [a estudar], mas agora deu certo e não vou parar! (GLÓRIA, 71 anos).

Sobre o relato de Fátima (64 anos), a professora Britto da Motta (1999, p. 211) explica que é como se os velhos, principalmente as velhas, se realizassem por intermédio do sucesso de seus filhos e netos: "Na modernidade ocidental, ser velha é, sobretudo, ter perdido uma importante e não-falada condição social de reprodutora, é colher um pouco dos frutos desta nos filhos – uma compensação afetiva, um apoio ou uma carga, a depender do caso."

Por isso a condição de gênero é essencial para a compreensão da velhice e dos processos de envelhecimento, uma vez que não aponta somente para o avanço

quantitativo de mulheres em relação ao de homens, mas também e, sobremaneira, porque a história, o cotidiano e a trajetória de vida dos dois sexos desenvolveram-se de modo tão dessemelhante que marcam, diferencialmente, "[...] certas situações e sentimentos específicos que velhos e velhas vivem hoje" (BRITTO DA MOTTA, 2005).

As mulheres, ensinadas desde sempre sobre o seu lugar restrito ao âmbito da domesticidade, além da repressão social e sexual que vivenciaram, encontram na velhice – e na viuvez – uma fase de suspensão do domínio e da inferioridade. É como se as mulheres, agora na velhice, tivessem tomado "[...] as rédeas de suas próprias vidas, onde, independente dos desafios encontrados para a sua condição de autoafirmação social, protagonizar suas histórias fosse uma questão de honra". (Nosso Diário de Campo - julho de 2017).

Assim, paradoxalmente, a gradativa libertação de certos mecanismos de controle e das imposições sociais de comportamento converge para o desvelamento de novas modalidades de ser e se portar no mundo. A consolidação das experiências justifica a libertação de determinadas obrigações, bem como incita a procura por atividades nunca ou pouco experienciadas, como a educação formal. As mulheres encontram na velhice outro tempo social, que se revela favorável a mudanças de conduta no concernente à liberdade de gênero, embora ainda encontrem adversidades nos pontos relacionados à idade e à condição social.

Ainda assim, as mulheres enfrentam preconceitos dentro de suas casas, de pessoas da família ou muito próximas. A sociedade, tendo como parâmetro de organização e de integração social os aspectos relativos, principalmente, à idade e ao sexo/gênero, criou, simultaneamente, ideias preconceituosas e excludentes que repercutem em ações discriminatórias e marginalizadoras. Sobre isso, as participantes da pesquisa relatam, como se divisa na sequência. "Muita gente não botava fé que eu passasse um mês na escola. [...] Agora, elas [vizinhas] pensava que eu ia dar pra trás porque nunca tinha estudado [...]" (ANA, 60 anos). "[...] meu neto me deu força pra estudar [...]. Se não fosse por ele, eu acho que não tinha ido não. [...] Eu me arrependo é de não ter ido antes pra escola, mas também eu não podia, né?!" (FÁTIMA, 64 anos).

O comportamento da mulher velha passa a ser controlado pela sociedade que, com base na negação da diferença, determina que lugar ela deve e não deve ocupar e de que atividades deve ou não deve participar. Com esteio na elaboração de ideias mais amplas sobre seus direitos sociais, as mulheres são capazes de ocupar outro lugar de poder, rumo a uma sociedade mais equânime em suas relações de gênero e de idade.

Além do desestímulo fomentado por familiares e amigos, as interlocutoras relatam que voltar a estudar é um ato que exige coragem, conforme está sequenciado. "[...] tem uma hora que a gente não tem mais nem graça de estudar porque já passou da idade mesmo! Eu vou lhe dizer uma coisa: tem que ter muita força de vontade, coragem, pra enfrentar uma sala de aula depois de véi!" (DORA, 64 anos). "O problema é que depois de um tempo, você não tem mais coragem de estudar... e fica se perguntando pra que ir se não vai mais trabalhar, nem fazer uma faculdade [...] eu acho que eu não via serventia de ir!" (MARIA, 61 anos).

A educação humanizadora tem compromisso com a transformação da própria vida dos sujeitos, em que a coragem é condição necessária para a ruptura com os preconceitos, entendidos aqui especialmente aqueles advindos das questões geracionais e de gênero. É mediante a visão crítica da realidade social e da problematização do acesso aos direitos sociais que as mulheres velhas são habilitadas a desenvolver a autonomia, (re) aprendendo a ser livres para (re) constituir suas histórias e, consequentemente, a sociedade (LOURO, 1997).

A concepção libertadora da educação precisa ser vivenciada na "[...] família, na escola, nas universidades, nos ambientes de trabalho e de lazer, nos grupos de convivência, nas associações, incluindo a transversalidade do envelhecimento como princípio". (SILVEIRA, 2009, p. 26). A escola configura-se como um dos espaços privilegiados de autonomia e independência para o velho, mesmo com a imposição de dificuldades que obstaculizam seu acesso, como o fator da idade apontado por duas das participantes da pesquisa. "Idoso nenhum devia ter vergonha de estudar [porque] é sempre hora pra aprender alguma coisa na vida! [...] e todo mundo pode aprender e ensinar!" (ANA, 60 anos). "[...] e tem idade pra ler, pra escrever, pra aprender alguma coisa que preste nessa vida, minha filha?!" (GLÓRIA, 71 anos).

Assim, mesmo com as adversidades impostas, a (re) inserção das interlocutoras na escola possui uma relação intrínseca com o desenvolvimento de sua autonomia, na medida em que adotam uma atitude emancipatória, que vai de encontro à ocupação exclusiva do ambiente doméstico, à invisibilidade feminina nos espaços públicos e à subalternidade em relação ao homem.

O relato de Maria (61 anos), quando afirma que voltar aos estudos foi "[...] uma coisa boa demais pra mim. [...] pensei que não aprendesse mais nada, mas tô gostando, é bom você conhecer as coisa da vida pelos livros também, né?!", retrata o valor atribuído à educação. Em uma sociedade marcada pelo fosso das desigualdades de todos os tipos – como classe social, idade, sexo/gênero, raça/etnia – o ato de aprender/ conhecer o mundo imprime especial importância, como enfatiza a

interlocutora Fátima (64 anos): "[...] é como se a gente passasse a ver as coisa tudo colorida! [...]."

A educação, como processo formal vivido nas escolas ou em outros espaços de convivência, deve deixar transparecer seu compromisso de formar pessoas críticas "[...] na infância, na juventude, na idade adulta e, de modo especial, na velhice, concebendo e cuidando do envelhecimento como processo de desenvolvimento da maturidade em busca da felicidade". (SILVEIRA, 2009, p. 25).

Os padrões engessados por essa ideologia de gênero só poderão ser transformados desde o deslocamento cultural que distingue as atividades por sexo/gênero. Atualmente, a elaboração de velhices femininas diversas contribui para o desnudamento de novos projetos de vida que, na contramão das imposições normativas, concorrem para uma maior autonomia por parte das mulheres velhas, além do gozo de sua "relativa liberdade recém-adquirida". (BRITTO DA MOTTA, 1997).

Além disso, os sentimentos de liberdade e autonomia encontram lugar na independência, na emancipação, no direito de ir e vir das participantes: "[...] leio tudo, pego ônibus sozinha, vou pra todo canto..." (DORA, 64 anos); "[...] Eu hoje quero ler uma bíblia, eu leio; quero ler uma revista, uma coisa, eu vou lá e leio. Antigamente, eu pedia a um e a outro que lesse as coisas pra mim! Isso não é coisa de gente, minha filha! [...]" (GLÓRIA, 71 anos).

Independentemente dos preconceitos provocados pela idade e pela condição de gênero, as narrativas das interlocutoras colaboram para a desmistificação dos estereótipos de ser mulher e de ser velha. "A impressão que tenho é que o caminho que essas mulheres trilham perpassa várias estruturas mais ou menos rígidas" – dentre as quais estão: a família, a escola, o ambiente de trabalho e a sociedade como um todo – e que, em todas elas, "[...] houvesse uma barreira a ser suplantada. Todos os dias, elas enfrentam lutas diferentes..." (Nosso Diário de Campo - Julho de 2017).

A independência feminina é determinante para potencializar a superação dessas barreiras, pois contribui com a ruptura do silenciamento histórico atribuído às mulheres. Assim sendo, a autonomia, enaltecida por intermédio da educação, enseja à mulher velha um (re) encontro com os seus desejos mais íntimos, fazendo com que ela passe a participar mais ativamente dos processos decisórios de seu interesse e na condução dos caminhos de sua cidadania e dignidade.

Nesse escopo, o acesso à informação é condição fundamental para que essas mulheres persigam a inclusão social. Desde 1997, a Organização das Nações Unidas (ONU), por via de seus relatórios especiais, tem estimulado a promo-

ção à informação por parte do conjunto de mulheres, por acreditar na íntima conexão entre o combate à discriminação e violência de gênero e a capacidade de as mulheres tomarem conhecimento de seus direitos e responsabilidades na sociedade.

Em última análise, é somente com suporte nessa mudança de pensamento e, consequentemente, de paradigma, que a escola capaz de abraçar, democraticamente, homens e mulheres, de idades distintas, de pertencimentos de classe os mais diversos, de múltiplas religiões e nacionalidades. Essa desconstrução requer o engajamento de grupos historicamente colocados à margem do direito à educação formal – em especial, para este estudo, as mulheres na fase da velhice – que, se reconhecendo como protagonistas desse processo, são susceptíveis de contribuir com a criação de uma ordem societária diferente e, isto posto, de outra sociabilidade assente na igualdade de gênero e sem nenhum tipo de preconceito e ou discriminação.

Conforme teoriza Arendt (2000), a ação, a palavra e a liberdade não estão prontas e acabadas, muito menos são acessíveis sem a sua elaboração, por parte dos sujeitos em pleno exercício de sua autonomia, na esfera pública. Para a estruturação desses elementos, a educação, entendida como uma dimensão potencializadora da criação, do prazer e da solidariedade em comunidade, possui papel essencial.

Além de a liberdade não estar dada na realidade, é indispensável ressaltar que a quebra da domesticidade feminina a que os referimos não tem ocorrido de modo linear, muito menos em uma linha ascendente; seu movimento é constituído por continuidades e rupturasem, idas e vindas, avanços e retrocessos. No decorrer da pesquisa, ao mesmo tempo que notamos traços de maior liberdade e autonomia por parte das mulheres velhas interlocutoras, também divisamos recuos quanto aos seus processos de empoderamento e liberdade.

Portanto, os significados encontrados foram os mais variados possíveis, mas todos concorrem para o aspecto positivo, salientando a importância de ampliação de espaços educacionais para as mulheres que reconheçam suas demandas singulares no decorrer de todas as fases de suas vidas. É fato que, a despeito dos avanços evidenciados nas narrativas das mulheres velhas participantes desta pesquisa, ainda hoje, desigualdades entre homens e mulheres são assistidas a olho nu. O fomento à reflexão sobre as questões de gênero atreladas ao desenvolvimento do lazer, da cidadania e da autonomia femininos é condição para o empoderamento das mulheres. A educação para a vida supõe que as mulheres velhas superem a visão de inferioridade, submissão e dependência que foram/são pano de fundo de suas existências.

.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade da educação para as mulheres denota uma nova configuração, cujos desdobramentos se dão no nível mais elevado de escolarização por parte do público feminino, tanto em termos históricos quanto se comparados às taxas de escolarização dos homens. Mesmo dedicando maior tempo de vida aos estudos, no entanto, as estatísticas evidenciam que as mulheres, ocupando os mesmos cargos e funções que os homens no mercado de trabalho, continuam ganhando menos do que eles. Ao interseccionar esses números com aqueles relativos aos aspectos de idade e classe social, as mulheres na fase da velhice enfrentam um perverso decurso de múltiplas exclusões, os quais se revelam das mais variadas modalidades, conforme evidenciado na pesquisa de campo.

Para as mulheres participantes da EJA na Escola estudada, são inúmeros os desafios de retorno ou início aos/dos estudos, dentre os quais são destaques: a ausência de políticas públicas de educação desenvolvidas nos anos de 1950 e 1960 para a zona rural, da qual todas advêm; a apropriação desigual do saber ocasionada pela diferença de classes, sob a qual as pessoas – principalmente homens – de classes mais abastadas estudavam, enquanto aquelas pertencentes à classe trabalhadora, cujas famílias enfrentavam uma diversidade de vulnerabilidades sociais, não tinham o direito à educação garantido; a desigualdade entre os sexos, marca profunda na história da educação brasileira, que permitia o acesso de homens, mas não o de mulheres, ao ensino formal; o casamento e a maternidade precocemente impostos às mulheres do século passado – que também se configuram como um desafio que marca as desigualdades de gênero – fazendo com que os estudos não fossem uma prioridade para elas.

É válido ressaltar que, além dessas dificuldades de inserção, as mulheres velhas participantes da pesquisa relataram óbices de permanência na escola, onde muitos, inclusive maridos, filhos e netos as desestimulam quando da continuação de seus estudos. O preconceito aqui se revelou em duplo aspecto: por ser mulher, à qual cabe apenas a tarefa de cuidar e servir, em que a escola é passível de funcionar como uma ameaça para essas funções, haja vista o tempo empregado para tal atividade; e por ser velha, fase em que se pressupõe que não há mais nada a aprender, nem a ensinar, e que esse retorno ou acesso inaugural aos estudos não significará mais nenhuma vantagem a quem já se encontra no final da vida e não utilizará nada do que aprendeu na lógica produtivista do capital e do mercado de trabalho em tempos neoliberais.

Em contrapartida, essas mulheres, diariamente, encontram estratégias de resistência, de contrapoder, ao permanecerem indo para a escola. Ao estabelecerem mecanismos de pontos de resistência, as mulheres conseguem subverter padrões,

colocando em competição, com o padrão de vida hegemônico dominante, modelos alternativos nos arranjos sociais e políticos e, portanto, contra-hegemônicos. Com isso, as mulheres velhas que, segundo uma visão estereotipada, deveriam estar como as avós propagadas pela mídia – em uma cadeira de balanço, fazendo tricô/ crochê e quitutes para a família – estão aptas, também, a ocupar espaços públicos, como o da escola, que até então, muitas delas, nunca haviam acessado.

Suas reações emergem como dispositivos transgressores e se constituem como uma espécie de militância, embora muitas vezes solitária, em prol da efetivação de direitos de grupos marginalizados durante a história da humanidade. Logo, seu acesso à educação não se resume à acumulação de conhecimentos, mas transcende seu objetivo conteudista à possibilidade cidadã e democrática de contrapor valores e submeter a xeque ideias preconcebidas.

Esse terreno de tensões que articulam, dialeticamente, opressões e resistências possibilita o encontro com o outro, cuja identificação fortalece os sujeitos. Além disso, o acesso à educação formal concede azo às mulheres velhas a um (re) encontro com a sua maneira de ver o mundo e a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** 10. ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2000.

BEUREN, Ilse M.; RAUPP, Fabiano M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais *In*: BEUREN, Ilse M. (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu** (13): pp.191-221, 1999.

_____. Pesquisa e relações em Campo – Subjetividades de Gênero e de Geração. *In*: BRITTO DA MOTTA, Alda; AZEVEDO, Eulália. L.; GOMES, Márcia. (Orgs.). **Reparando a falta:** dinâmica de gênero em perspectiva geracional. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher. P. 11-25, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEBERT, Guita G. **A reinvenção da velhice:** socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999.

BRASIL. **Lei N.º 9.394,** de 20 de dezembro de 1996, que aprova a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá outras providências. Brasília, 1996.

_____. **Lei Nº. 10.741**, de 01 de outubro de 2003, que aprova o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003.

FALEIROS, Vicente de P. Cidadania: os idosos e a garantia de seus direitos. *In*: NERI, Anita L. (Org.). **Idosos no Brasil:** Vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Edição SESC, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GIDDENS, Anthony. Sociologia do corpo: saúde, doença e envelhecimento. *In*: _____. **Sociologia.** Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2005. P. 128 – 149.

GIL, José. O corpo paradoxal. *In*: GADELHA, Sylvio. (Org.). **Nietzsche e Deleuze** – o que pode o corpo. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. IBGE. Perfil dos Idosos responsáveis por domicílios no Brasil 2010. Rio de Janeiro: **Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.9, 2010.

_____. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2017. Rio de Janeiro : IBGE, 2017 147p. **Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica.** Número 37.

_____. Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisa Informação Demográfica e Socioeconômica.** Número 38. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa B. de (Org.) **Tendências e impasses.** O feminismo como crítica da Modernidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LLOYD-SHERLOCK, Peter. **Ageing, development and social protection:** a research agenda. Madri: UNRISD Meeting on Ageing, Development and Social Protection, 2002.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1997.

_____. Mulheres nas salas de aulas. *In*: DEL PRIORE, Mary. (Org.) **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1996.

NERI, Anita L. **Envelhecer num país de jovens.** Campinas: UNICAMP, 1991.

_____. Feminização da velhice. *In*: _____. (Org.). **Idosos no Brasil:** vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC/ SP, 2008.

PAIVA, Vilma M. B. Relações intergeracionais. *n*: _____. **O idoso e a construção do envelhecimento saudável.** Fortaleza: Banco do Nordeste, pp. 73 – 82, 2006.

SILVEIRA, Nadia D. R. **A pessoa idosa:** educação e cidadania. São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social/ Fundação Padre Anchieta, 2009.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência:** mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1995.

VERAS, Renato. **País jovem de cabelos brancos:** a saúde do idoso no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará & UnATI/UERJ, 1994.

A inclusão de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas pela escola: Um desafio a ser superado

Maria de Castro Damázio Queiroz[1]

RESUMO

Alunos em cumprimento de medidas socioeducativas nas escolas constituem uma realidade no Brasil, no entanto, essa política pública não tem sido praticada como deveria. O objetivo geral deste escrito é analisar o papel da escola como garantia de direitos na perspectiva dos alunos que passam pelo cumprimento de medidas socioeducativas. Sob o prisma metodológico, é uma pesquisa descritiva e exploratória com abordagem qualitativa, sendo o estudo de caso o procedimento técnico utilizado, cuja fonte de informação foi a pesquisa de campo. Quanto às técnicas de coleta de dados utilizadas, foram realizadas entrevistas de natureza semiestruturada, com a participação de professores, pais e alunos em cumprimento de medidas socioeducativas - visando a compreender o papel dos sujeitos na interação social. Os achados apontam no sentido de que a escola, sem a parceria da rede de garantias de direitos de crianças e adolescentes, não se expressa com a devida eficácia com vistas à reinserção, na sociedade, dos adolescentes que cometeram atos infracisendo necessários mais investimentos e maior capacitação dos profissionais para lidarem com essa realidade. Esta seção da Coletânea é estruturada em Introdução, Fundamentação Teórica, Metodologia, Análise e Discussão e, como remate, Considerações Finais.

Palavras-chave: Medidas Socioeducativas. Adolescentes. Inclusão Escolar.

1. INTRODUÇÃO

O tema sobre inclusão escolar já comparece aos círculos de discussões educacionais há algum tempo, porém o debate sobre a inclusão de adolescentes em cumprimento

1 Professora da Rede Estadual do Ceará e do Município de Fortaleza. Graduada em Letras (UFC), com especialização em Ensino da Língua Portuguesa e suas literaturas (FGF), Planejamento Educacional, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e Gestão da Educação Pública, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-MG). Atualmente exerce o cargo de diretora da Escola de Ensino Médio Prof. Jader Moreira de Carvalho, em Fortaleza/CE e mestra em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE.

de medidas socioeducativas ainda carece de maior estudo no País. Mesmo que a ideia de inclusão seja utilizada para atender as demandas dos educandos que precisam de algum auxílio específico em suas necessidades, não é bem o que se observa no caso dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

O fato é que a ideia de educação inclusiva parece remeter a um imaginário de atendimento a portadores de alguma necessidade especial e, nesse aspecto, os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa não se enquadrariam, sendo, muitas vezes, responsabilizados pela situação em que se encontram e, portanto, cabendo-lhes, unicamente, a busca por se adequar a escola.

A participação crescente de adolescentes como autores de atos infracionais é uma realidade no Brasil (ABRAMOVAY, 2005). Em sua maioria, estes jovens são oriundos das camadas sociais mais pobres, sendo expostos constantemente a situações de violência, criminalidade e vulnerabilidade social.

Um dos aspectos que é intrínseco a essa vulnerabilidade social, sem dúvidas, é a inserção no sistema educacional, pois esta, juntamente com o envolvimento em atos infracionais, costura um arcabouço de interdependência no qual o jovem que é excluído do processo educacional fica vulnerável socialmente, levando-o a reincidir nos atos infracionais (PIRES *et al.*, 2018).

Neri *et al.* (2015) destacam dois pontos importantes, ao proporem o debate acerca da elevada evasão escolar no País. O primeiro diz respeito à necessidade de que jovens humildes têm de obter o sustento da família, fazendo com que as questões de subsistência se sobressaiam sobre quaisquer outras perspectivas e desejos que possam ter. O segundo aspecto aponta para a falta de interesse do aluno, motivada muitas vezes pela percepção de que o estudo não é para ele, ou que não será capaz de adicionar ganho algum à situação em que se encontra.

Nestas circunstâncias, o envolvimento com atos infracionais, exprime-se como a principal modalidade de obtenção de renda e afirmação pessoal por parte dessa parcela da juventude (PARADA, 2013). Portanto, a busca por incluir esses jovens junto ao sistema educacional se justifica como um modo de cessar com a retroalimentação de uma identidade associada à infração, que favorece a manutenção de um círculo vicioso de agravamento das tensões e desigualdades sociais.

Esta parte capitular do livro baseia-se em elementos e materiais produzidos ao largo dos nossos estudos de mestrado. Esse percurso trouxe à tona uma percepção de que a educação precisa ser de fato inclusiva, precisamente, no que diz respeito ao "recomeço" de vida para jovens que cumprem medidas socioeducativas.

O segmento desta Coletânea ora relatado tem como objetivo geral analisar o papel da escola como direitos na perspectiva dos alunos que passam pelo cumprimento de medidas socioeducativas. Assim, cumpre-nos expressar que, partindo

da meta geral, restam estabelecidos os objetivos secundários, como entender a visão dos profissionais de educação acerca da inclusão de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e perceber a compreensão das famílias sobre o que são ditas providências.

A metodologia classifica a pesquisa como descritiva e exploratória, calcada em uma abordagem qualitativa. Dentre as técnicas de busca disponíveis, optamos pelo estudo de caso. O instrumento de coleta utilizado foi a entrevista semiestruturada, procurando ouvir os partícipes, sendo eles profissionais, famílias e os próprios jovens que cumprem medidas dessa natureza.

A estruturação deste escrito conforma uma seção introdutória; um módulo de fundamentação teórica - a qual conversa com a produção acadêmica sobre a temática e a relaciona com os objetivos traçados pela pesquisa; um segmento de descrição da metodologia adotada e aplicada na busca; a seção de análise e discussão dos dados que oferece os consolidados da demanda de campo e os discute perante a teoria mostrada; a propósito de fecho, estão as considerações finais, arrematando o escopo aqui pretendido.

2 ADOLESCENTES E O CONTEXTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A violência configura-se como um dos grandes desafios da sociedade moderna, principalmente no que tange aos grandes centros urbanos. Estes espaços exprimem grandes densidades populacionais que se organizam com base em marcadores socioeconômicos, os quais, a seu turno, estamentam grupamentos humanos sob uma lógica marcada pela desigualdade social e ausência de políticas públicas que garantam as condições mínimas para uma vida digna (SILVA; OLIVEIRA, 2015).

A imagem abaixo demonstra como a situação de violência é delicada. Nessa realidade está envolvido, em grande parte, o adolescente.

Figura 1 – Violência em números

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020

Estudo procedido por UNICEF (2017, p.11) traz uma constatação que corrobora a ideia de círculo vicioso, posta na introdução deste texto, quando afirma que

> A maioria dos adolescentes assassinados nos sete municípios do Ceará também tinha abandonado a escola por desinteresse há mais de um ano. Pararam no 6º ou 7º ano, quando já poderiam estar concluindo o ensino médio. Trabalharam de forma eventual no comércio ou em serviços da construção civil. Bebiam e fumavam.

Chama a atenção o abandono ao processo de escolarização por parte desses jovens, fator que parece ser comum em se tratando de adolescentes em conflito com a lei, pois muitos, quando não perdem a vida em meio a esse conflito instalado nas periferias das cidades, são alvos do cumprimento de medidas socioeducativas, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (BISINOTTO et *al*, 2015).

2.1 Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e vulnerabilidades sociais

Ao analisar a situação dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, remansa evidenciado o fato de que, em sua maioria, eles provêm de camadas sociais marginalizadas e que não dispõem de meios econômicos para atender as necessidades básicas de um jovem na atualidade (PIRES *et al*, 2015). Dita constatação pressupõe a necessidade de que exista uma rede de apoio a esses jovens, no sentido de acompanhá-los na tarefa de ressocialização, porém, observa-se é que, embora existam algumas ações e políticas afirmativas sendo aplicadas nos últimos anos, o estado de omissão do poder público em relação a essa parcela da população é muito sentido (ABRAMOVAY, 2005).

A exclusão é entendida em um aspecto puramente econômico e se relaciona com ausência de recursos financeiros, mas, segundo Rodrigues (2000, p.177), também é alcançada como "[...] um processo cumulativo de vulnerabilidades econômicas, sociais, culturais e simbólicos que promovem a marginalização e a ruptura dos laços sociais". A ampliação desse sentido faz com que se note o quão é delicada a situação do contexto em que esses jovens estão inseridos.

A necessidade urgente de políticas públicas que enfrentem, de maneira efetiva, a situação de vulnerabilidade é clara. Na linha de esforços para mitigar tais vulnerabilidades se enquadra a política educacional, passível de lograr êxito junto ao trabalho de ressocialização do jovem se de fato conseguisse se efetivar com amparo na inclusão dele em seu universo, mas parece que a própria educação patina em suas demandas e não dá conta de incluir jovens

vulneráveis socialmente em seu arco de possibilidades (SOUZA; LACÉ; NASCIMENTO, 2019).

Ademais, a vulnerabilidade aqui evocada só existe por ser acompanhada de um elevado risco social, com o qual parcela significativa de jovens convive diariamente nos grandes centros urbanos e cidades menores, pairando sobre suas trajetórias a iminente possibilidade de condutas ilícitas, ou seja, a vulnerabilidade é o conceito que desvela a tensão, a incerteza e a susceptibilidade de jovens carentes enveredarem pelo mundo do crime (JANCZURA, 2012).

2.2 Medidas socioeducativas e garantias de direitos

É de se reconhecer que vários avanços foram obtidos com vistas a melhorar e ampliar as ações de políticas públicas oferecidas à juventude, os investimentos realizados nas escolas, programas de auxílio a renda, criação de espaço de convivência que favoreçam a cultura e a arte, entre outras ações afirmativas para sustentar uma transformação mais profunda da realidade experimentada nas periferias das grandes cidades.

Dentre os grandes avanços, aponta-se a criação da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Sem dúvida alguma, esse funciona como o instrumento mais importante na legitimação e luta para assegurar os direitos relacionados a esse público, como se verifica no que descreve o art. 3° do Documento:

> A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990, *online*).

Faz-se mister compreender alguns aspectos legais envolvendo os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, primeiramente, a lacuna que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deixa quanto ao conceito de socioeducação, pois ele não aparece no documento, senão em seu formato adjetivo (BISINOTO *et al,*2015).

A ausência de um conceito teórico e de uma maior clareza na explicação do que significa uma medida socioeducativa, bem como quais são os elementos que a conferem esse caráter socializante, faz com que, muitas vezes, seu cumprimento seja prejudicado ou o resultado esperado por sua aplicação não seja obtido, como assinala Zanella (2011 *apud* BISINOTO *et al,* 2015, p.577):

> Como consequência dessa lacuna conceitual e teórica, identificam-se uma falta de clareza e pouca intencionalidade, teoricamente embasada na execução das medidas, dificultando o exercício da função profissional. Essa lacuna deixa margens para a manutenção de práticas discricionárias, atreladas a visões políticas societárias pessoais e/ou corporativistas como, por exemplo, práticas de caráter meramente punitivo, empreendidas espontaneamente com base em crenças e experiências pessoais.

Assumindo-se, segundo Henriques (2002, p. 14), a ideia de que a educação "[...] participa do conjunto mínimo de oportunidades sociais básicas que contribuem para assegurar equidade e justiça social", depreende-se que a exclusão de adolescentes desse processo educativo, por qualquer que seja o motivo, trará prejuízos irreparáveis, não somente para o desenvolvimento individual desse adolescente, mas, também, para a sociedade como um todo.

Vale mencionar que o direito à educação se encontra consolidado em muitos outros documentos, como se observa na Constituição Cidadã de 1988:

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2016, *online*).

Além disso, os planos estaduais de educação e o Conselho Nacional de Educação discorrem sobre como deve ocorrer o atendimento educacional ao jovem em cumprimento de medida socioeducativa, garantindo a eles o direito à educação, como evidencia a Resolução CNE/CEB n° 3 (2016, p.3), que, em seu artigo 7°, expressa: "Os sistemas de ensino devem assegurar a matrícula de estudante em cumprimento de medidas socioeducativas sem a imposição de qualquer forma de embaraço, preconceito ou discriminação, pois se trata de direito fundamental, público e subjetivo".

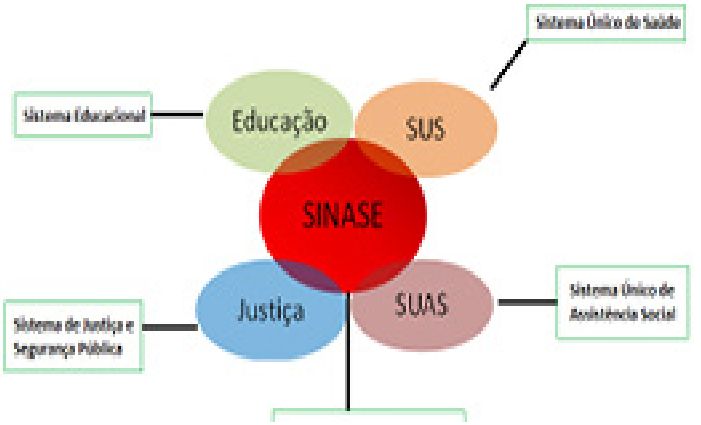
É importante destacar que todo o arcabouço legal aqui levantado se dirige a demandas oriundas de uma sociedade marcada pela exclusão, pela invisibilidade dos menos favorecidos e prevalência de interesses individuais sobre os coletivos. Com efeito, a luta por transformar essas demandas em leis e, posteriormente, em uma rede de garantias e proteção, talvez, por si, não traga a certeza de que ado-

lescentes em conflito com a lei sejam ressocializados, mas, com certeza, permite que eles tenham assegurada a possibilidade de que ela aconteça (SOUZA; LACÉ; NASCIMENTO, 2019).

Efetiva-se a percepção de que o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa é um cidadão que tem direitos e que necessita de ações do Estado para auxiliá-lo no retorno à trajetória de desenvolvimento e formação adequadas, quando políticas públicas encabeçadas por distintos setores se somam à ideia de conceder garantias ao jovem, contribuindo como rede de apoio, para que, nas mais diversas vertentes, os jovens se achem acolhidos e seguros, consoante acentua Queiroz (2017, p. 46):

O Sistema de Garantias de Direitos é a articulação e a integração de instituições e instâncias do poder público na aplicação de mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal, efetivando as normativas do Estatuto da Criança e Adolescente.

Figura 2 - Sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente



Fonte: SINASE (2006).

2.3 Medidas Socioeducativas em regime aberto e a inclusão no sistema escolar

As medidas socioeducativas são previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), configurando sanções aplicadas ao adolescente que comete ato infracional. No artigo 112 do ECA (BRASIL, 1990, *online*), estão explicitadas as medidas socioeducativas cabíveis, a depender da gravidade do ato infracional:

I- Advertência;
II- Obrigação de reparar o dano;
III- Prestação de serviços à comunidade;
IV- Liberdade assistida;
V- Inserção em regime de semiliberdade;
VI- Internação em estabelecimento educacional;
VII- qualquer uma das previstas no art.101, I a VI.

Entre as medidas aplicadas em regime aberto, destaca-se a de liberdade assistida (LA), caracterizada, segundo Brasil (2015, *online*), por uma "[...] certa restrição de direitos e um acompanhamento sistemático do adolescente, mas sem impor ao mesmo o afastamento de seu convívio familiar e comunitário".

Com efeito, o jovem que cumpre tal medida socioeducativa deve frequentar normalmente a escola, e sua matrícula é garantida por lei. Do ponto de vista educacional, quase não se observa descumprimento desse dispositivo, porquanto há previsão legal que estabelece essa obrigatoriedade, porém a parte do acompanhamento não se mostra assegurada.

É importante destacar o fato de que o acompanhamento do adolescente está entre as atribuições do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – TNSS/2009, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) tem como finalidade precípua prover atenção e assistência social, bem como contribuir para a garantia e acesso a direitos (COSTA, 2015).

Nessa circunstância, a escola recebe o adolescente, porém, muitas vezes, tem de lidar com as situações derivadas de sua inclusão (aspecto social e jurídico), pois não recebe a ajuda de outras instituições que participam dessa política pública. Seabra e Oliveira (2017, p. 640) exprimem que "O direito à matrícula escolar reflete a visão da escola como contexto favorecedor de processos abrangentes de aprendizagem e desenvolvimento". A escola, entretanto, também reflete as tensões da sociedade em que se insere, de sorte que a escola também demonstra traços de violência, exclusão e preconceito.

Considerando adolescentes que trazem consigo um histórico de fracasso escolar e abandono, e vivem em contexto de vulnerabilidade social - pois este é o perfil mais comum entre aqueles que cumprem medidas socioeducativas - Seabra e Oliveira (2017, p. 641) evidenciam que "[...] a escolarização se configura tal como um desafio para o sucesso do atendimento a adolescentes que cometeram atos infracionais". Esses autores complementam, lembrando que "[...] a ruptura

entre adolescente e escola se dá por um conjunto de fatores que não podem ser analisados somente como uma questão de escolha individual".

3 METODOLOGIA

A pesquisa se baseou em um estudo de caso realizado em uma escola pública estadual situada no município de Fortaleza. Esta dispõe de ensino médio regular nos três turnos e, à noite, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Foram entrevistados pais de alunos, professores e coordenadores da escola, além de alunos que se encontravam cumprindo medidas socioeducativas. As entrevistas foram realizadas separadamente, para garantir ambiente livre de interferências externas e deixar à vontade o entrevistado, evitando constrangimentos.

A amostra contou com dez entrevistas, sendo três coordenadores pedagógicos, três professores, três mães de alunos e um aluno em cumprimento de medida socioeducativa. Aproveitamos o ensejo para destacar o fato de que, inicialmente, a amostra contaria com a participação de mais dois alunos que estavam em cumprimento de medida socioeducativa, mas, antes que participassem das entrevistas, os jovens voltaram a reincidir no cometimento de infração e, por já haverem atingido a maioridade, foram recolhidos a unidades prisionais do Estado, ficando impossibilitada sua participação na pesquisa.

A pergunta central foi o ponto de partida para envolver o problema proposto inicialmente na pesquisa – Em relação aos alunos em medidas socioeducativas, quais os desafios para realizar a inclusão escolar? Foi utilizada a técnica de Bardin (2009), que divide a entrevista em três etapas: pré-análise, exploração do material e, por fim, tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

A fim de preservar as identidades dos entrevistados, adotamos a nomenclatura de letras para referência aos alunos e mães de alunos e as respectivas áreas de conhecimento para fazer remissão a professores e coordenadores escolares.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os alunos que fazem parte desta pesquisa passaram por medidas socioeducativas quando estavam cursando o Ensino Médio. Todos cresceram em um contexto de pobreza, privação e violência. Dois dos entrevistados nasceram no período de adolescência das suas mães. Atualmente, os alunos B e C (presos) habitam em residências sem acesso a serviços, como saneamento básico e pavimentação, um deles morando em um beco. Enquanto isso, o aluno A, atualmente, mora em um apartamento do programa *Minha casa, minha vida*.

A violência no contexto em que os adolescentes estão inseridos está relacionada com ausência de políticas públicas. Considerando a falta de oportuni-

dades que jovens em classes sociais menos favorecidas enfrentam, percebem-se a necessidade de um envolvimento dos órgãos públicos, assim com um maior monitoramento do Conselho Tutelar para garantir a integridade das crianças e adolescentes. Por tal pretexto, resta evidente o fato de que, em relação aos direitos, os jovens reconhecem e reivindicam

> Uma reabilitação, de mostrar a ele que aquela forma de sair do erro. Assim, é certo que a gente é jovem, que, tipo assim, a cabeça às vezes é muito imatura. A gente tá crescendo e tal, o jovem tá vendo tudo novo. Às vezes eu quero andar com a roupa que um trabalhador conquistou com suor anda, tá entendendo? Olha que carrão massa, olha que roupa massa e tal. Às vezes, não tem emprego, tipo assim como eu tive, uma oportunidade dum curso, de um Jovem Aprendiz. Agora tá tendo bastante, graças a Deus. (ADOLESCENTE A).

O consumo é o modo pelo qual o adolescente se afirma perante a sociedade e uma maneira de se inserir nos grupos sociais, sendo valorizado e aceito. Na atual sociedade, onde os meios de comunicação exploram o consumo e reforçam cotidianamente sua importância, os adolescentes que não têm poder de consumo se sentem excluídos das relações com os seus pares, como se nota:

> Rapaz, eu acho que... É aquela coisa... Má conduta, né? As amizades. E ele por não ter me escutado, nem eu nem o pai dele, né? Isso tudo... Quando ele era pequeninho, com dez anos, ele dizia assim: "— Mãe, só eu crescer, aumentar minha idade, eu vou trabalhar pra lhe ajudar..." O itinerário dele era esse: "— Eu vou ajudar a senhora. Eu vou ajudar a senhora. Dar presente, fazer compra pra mãe..." Era tanta coisa boa... Ele sonhava: "— Vou comprar uma moto pra mim..." E isso acabou nessa arrumação, desse menino estar desse jeito (MÃE DO ADOLESCENTE C).

4.1 O adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e a escola

A despeito dos outros alunos que participariam da pesquisa, o aluno B, quando reincidiu, estava no terceiro ano do Ensino Médio. Hoje se encontra na Casa de Privação Provisória de Liberdade (CPPL IV). Foi flagrado com drogas em sua residência. O aluno C, quando reincidiu, estava na EJA- Educação de Jovens e Adultos. Hoje encontra-se no Carrapicho, em Caucaia - Casa de Privação Provisória de Liberdade Desembargador Francisco Adalberto de Oliveira Barros Leal.

O aluno C, por sua vez, foi matriculado em várias oportunidades na escola quando adolescente, mas era internado nas unidades educacionais sob pena de privação de liberdade. Quando retornava à escola, evadia-se, muitas vezes desestimulado por não acompanhar os conteúdos ou achar que a escola não tinha muitos atrativos. A escola fazia seu papel de entrar em contato com a família, mas esta alegava que o aluno estava viajando, cabendo ressaltar que a escola nunca foi informada por nenhum órgão de garantia de direitos a localização exata do adolescente.

Quando ocorreu o retorno do jovem à escola, alguns professores desse aluno pediram uma reunião com a gestão. Alegavam que o discente não tinha condições de retornar àquela turma, pois não tinha frequência, notas e, quando vinha às aulas, no ano anterior, às deixavam intranquilas, perturbando a ordem da classe. Em razão dos fatos evidenciados, a gestão informou à família das dificuldades do retorno às aulas do discente, o que a fez recorrer ao Conselho Tutelar para que ocorresse a integração do aluno.

O aluno foi matriculado por determinação judicial, mas não chegou a frequentar, pois foi flagrado cometendo delito - assalto a mão armada - no dia em que deveria voltar a frequentar às aulas, sendo recolhido por 45 dias. Após cumprir esse período, retornou novamente à escola por ordem judicial da Vara da Infância da Adolescência. Diante dos fatos ocorridos, alguns professores começaram a ficar com medo, relutando em pedir ao aluno que cumprisse normas do cotidiano escolar como o uso do livro e a realização de tarefas.

Esta situação acabou por tornar o aluno "uma autoridade" na sala de aula, pois, percebendo o medo de colegas e de profissionais da escola, ele se sentiu confortável em burlar, algumas vezes, os acordos estabelecidos em sala. A gestão, depois de acatar a ordem do juiz, tentou entrar em contato por diversas vezes com o órgão, mas sempre era dada a resposta de que seriam buscadas informações com a pessoa de direito, o que nunca se concretizou.

Tendo passado três meses da permanência do aluno na escola, sem nenhum contato por parte do profissional responsável que deveria acompanhá-lo nessa medida, a família informou que o aluno não tinha acompanhamento. A escola ficou impossibilitada de transformar positivamente a vida desse jovem, ficando por muitas vezes de mão atadas, como nas situações em que o aluno faltava, alegando doença, mas não apresentando atestado, pois dizia que o sistema de saúde não o atendia.

Este fato foi invalidado por muitos colegas de classe, pois, em relatos, afirmavam que o viam em festas, muitas delas depois das vinte e duas horas, o que não era permitido a esse jovem, complementando que os episódios comuns de

sonolência durante as aulas se davam por ficar acordado durante grande parte da noite e madrugada. Em decorrência dessa realidade, com a escola impotente em ajudar este jovem, pela falta de acompanhamento da medida junto à escola, e diversas razões que não nos cabe aqui relatar, retornou aos centros de medidas socioeducativas e atualmente encontra-se em uma prisão.

Essas e outras situações possibilitam a formulação de determinados pontos de vista sobre os adolescentes. No âmbito escolar, algumas pessoas afirmam que,

> Normalmente, não apresentam um bom desempenho de aprendizagem, até mesmo porque, pelo menos os que eu convivo e já convivi, eles continuam muito dependentes das drogas. Então, são alunos que às vezes já chegam na escola alterados e que não ficam muito tempo, né, são bastante ausentes. (COORDENADORA DE EXATAS).

O aluno A tem 18 anos e está cursando o Ensino Médio. Começou a se envolver em atos infracionais aos 11 anos, com os colegas da rua. É um jovem simpático, gosta de conversar, andar bem vestido, com o cabelo bem arrumado e sempre chega para as aulas bem apresentável.

4.2 A família e a inclusão escolar

Como a maioria dos jovens que habitam em comunidades vulneráveis à violência, o conhecimento da prática de infração começa dentro de casa, em razão da influência de pais ou irmãos. O uso de drogas começa, na maioria das vezes, na adolescência, sendo influenciado pelo fácil acesso dentro da comunidade, assim como pelos componentes familiares.

> Acho que, assim, os principais motivos foi... É como eu falei, o exemplo dentro de casa, tá entendendo? Eu via meu pai nos bares, tipo assim, dentro de favela, tá entendendo? Eu observava tudo... Já cheguei a achar cigarro, droga, mas só que eles vinham me engabelando, mas, como eu já era um pouco grande, eu já sabia que ele me levava pro meio e escutava as pessoas falando. Tipo assim, a pessoa da minha família que eu sou mais apegado é o meu pai, porque, tipo assim, ele teve uma caminhada parecida com a minha, tá entendendo? Não igual, eu fiz mais coisas erradas, mas ele viveu a caminhada... Metade da minha caminhada, ele viveu, tá entendendo? Só não começou a cometer furtos... Eu não sei, ele não conta, mas eu acho que não [risos] (ADOLESCENTE A).

Como foi percebido, os adolescentes foram expostos a um ambiente de vulnerabilidade pela própria família que, muitas vezes, faz parte de um círculo vicioso. Sabe-se que a família passa os seus valores e as suas crenças através das gerações, sendo a fonte primeira de acolhimento para os seus membros. Pelo fato de ser corresponsável pela formação das pessoas, ela está diretamente implicada no desenvolvimento saudável ou adoecido de seus membros.

O grupo familiar tem um importante papel para que os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas se achem seguros a retornar ao convívio da sociedade, pois ele, também, precisa de suporte dos órgãos competentes para dar condições aos seus filhos. Um bom acompanhamento familiar contribui, sem dúvidas, para o êxito na vida dos adolescentes, conforme fala a mãe do entrevistado:

> Desconfiada, porque ele teve mudança. Ele fica respondendo a gente, não parava em casa. E eu: "— Você vai pra onde?". "— Vou ali, vou ali, venho já". E muitas pessoas chamando ele. E ali eu desconfiando. Eu tinha dez anos numa empresa, aí chegou uma época que eu vi que ele tava demais. Aí eu pedi as contas. Minha patroa nem queria me dar as contas. "— Não, prefiro meu filho". Aí eu peguei e saí de um emprego de dez anos e fui lutar por ele. Aí a primeira vez eu já... Ficar esperando ele até dez, onze horas. Já tava aumentando os horários. E eu falando pras amigas dele... Pra ver se ele entrava em contato com os amigos. Amigos, não, colegas. Aí sempre entrando em contato, pra saber onde é que ele tava. Desse jeito. Aí num certo dia... Eu só dormia quando ele chegava. Aí chegou um menino batendo na porta, pelas doze horas, falando assim: "— Ele foi preso". Pra mim, ali foi um... Meu Deus, foi muito triste, sabe? Eu fiquei muito desesperada, mas pedi muita força a Deus, que Deus me ajudou muito também. E a gente foi lá no [inaudível], que já era tarde, quando eu vi ele assim... Vi muitos menores assim, me partiu o coração, né? Porque muita criança... Muito adolescente. Aí ali... (MÃE DO ALUNO A).

4.3 Olhares sobre a escola e as relações com os adolescentes em medidas socioeducativas

A escola deve ser um espaço de desenvolvimento da aprendizagem, onde os alunos se achem inseridos e motivados a participar de seus projetos como parte deles, tendo direito às tomadas de decisões e sentindo-se acolhidos, respeitados nas suas diversas manifestações culturais. Deve ser um local de inserção social, de maneira a motivar o interesse e o desejo de permanecer nele, seja participan-

do de atividades musicais, teatro, esportes ou simplesmente ficar conversando com os amigos.

> Relação com a escola é bem tranquila... Eu continuo aprendendo bastante. Eu gosto muito dos professores, vários professores... Saber um pouco da minha caminhada e saber que eu não sou aquele cara... O que as pessoas falam, tá entendendo? ... [riso] O que eu mais gosto é... É do intervalo... [riso] Na hora do intervalo, jogar bola... Agora eu tô gostando muito de Português, porque eu tô aprendendo um pouco de redação, coisa que eu não sabia. Aí eu já tô me aperfeiçoando um pouco na redação. Tipo assim, acho que não tem nada que eu não goste, porque tem as meninas, tem tudo, tem o jogo... Tem as meninas, tem o futebol e tem a escola, pronto [riso]... Tá bom pra mim, é o melhor canto. (ADOLESCENTE A).

Além de trabalhar seus profissionais, a escola precisa estabelecer uma relação com a família, tendo como base a confiança. Isso é essencial para o desenvolvimento pleno do aluno. A família precisa estar em contato com a escola, visando a corrigir pontos negativos e reforçar os aspectos positivos.

Nas escolas estão as relações sociais da sociedade, entre as quais a prática da violência no espaço social escolar. São manifestações de violências simbólicas que acontecem nas escolas das mais diversas maneiras: é o professor que não deixa o aluno entrar em sala porque atrasou poucos minutos, são palavras que deixam o aluno constrangido diante dos colegas, e abuso de poder baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade institucional.

> O colégio deveria botar pessoas capacitadas pra ajudar, não tá julgando, porque, hoje em dia, muitos jovens se sentem excluídos. Então, se você dá a mão, se você tá ali acolhendo, eles vão sentir aquele amor e vão querer... "— Eles gostam de mim, eu vou estudar mesmo". Eu acho que isso ajuda muito. (MÃE DO ALUNO A).

Sabe-se dos muitos desafios que são impostos ao professor, mas, ao abraçar a profissão para trabalhar no Ensino Médio, o docente tem consciência de que vai trabalhar com adolescentes. Deste modo, o professor precisa, ao assumir essa função, estar consciente da responsabilidade de desenvolver um trabalho que vai contribuir com a formação acadêmica, mas por outro lado, não há que perder de vista outros aspectos da formação do adolescente, como seu caráter, por exemplo.

> O trabalho com o aluno que nós temos conhecimento que ele está em medida socioeducativa é um trabalho um pouco diferenciado na questão de um olhar... Um olhar diferenciado do professor para com este aluno [...]. Quanto ao meu trabalho, eu já procuro ter um olhar diferenciado pro aluno. Meu trabalho com os jovens tem sido um trabalho desenvolvido dentro do currículo da escola, de professora de Língua Portuguesa, mas também tem um contato também... Como sou PDT, Professora Diretora de Turma, eu também tenho contato mais voltado pra questão da formação cidadã desse jovem e em alguns trabalhos interdisciplinares também. Esse é o contato que eu tenho com os jovens. (PROFESSOR DE LINGUAGENS).

Com isso, entende-se que as práticas educativas precisam acontecer no formato de uma rede colaborativa, de maneira que Escola, Família, Conselho Tutelar, Serviço Social, Saúde, Ministério Público e outros órgãos ajam conjuntamente, garantindo os direitos sociais básicos para a cidadania dos jovens, evitando a reincidência de infrações e aumento da violência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão dos alunos em cumprimento ou que cumpriram medidas socioeducativas na escola, levando em conta todos os aspectos aqui expressos, se mostrou ineficiente. As fragilidades sociais dos pesquisados e de suas famílias são comprovadas pela não inclusão dos pais no mercado de trabalho formal.

Além disso, as famílias vivem em um estado de pobreza, privados de direitos diversos, como o direito à alimentação. Também se percebe a falta de formação e informação suficientes para que essas famílias busquem os direitos dos seus filhos.

Quanto à escola, as famílias demonstram acreditar em sua eficácia, acreditando ser um investimento o tempo gasto nela. Relativamente aos profissionais, eles exprimiram a necessidade de maior e melhor formação dos que lidam diretamente com os adolescentes que cometeram infração, pois, mesmo os profissionais entrevistados, possuindo conhecimento do ECA, exibiram o anseio de uma formação mais específica. Quanto ao sistema de garantia de direitos, constatou-se que a escola e os órgãos de direitos não exprimem ações conjuntas para a reinserção dos adolescentes infratores no ambiente social adequado com seus pares.

No encerramento da seção, como sugestão para o prosseguimento de estudos nessa temática, vislumbramos o aprofundamento sobre as ações dos distintos agentes do sistema de garantias de direito e a aparente atuação isolada de cada um deles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Violencia en las escuelas: un gran desafío**. Revista Iberoamericana de Educación, v. 38, n. 53-66, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. rev. e atual. Lisboa: Edições 70, n. 3, 2009.

BISINOTO, C.; OLIVA, O.; ARRAES, J.; GALLI, C.; AMORIM, G.; ALVES, L.; STEMLER, S. Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo**. Psicologia em Estudo**, v. 20, n. 4, p. 575-585, 2015.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, [1990]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 22 dez 2020.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para o Atendimento Escolar de Adolescentes e Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas. **Resolução CNE/CEB nº 3/2016**. Brasília: Ministério da Educação, 13 mai. 2016. Disponível em: < https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/mec/resolucao_ceb_cne_mec_03_2016.pdf>. Acesso em 23 dez 2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm>. Acesso em 23 dez 2020.

_____. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. **Medidas Socioeducativas.** Brasília, DF: Ministério da Cidadania, [2015]. Disponível em: < http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servico-de-protecao-social-a-adolescentes-em-cumprimento-de-medida-socioeducativa-de-liberdade-assistida-la-e-de-prestacao-de-servicos-a-comunidade-psc#:~:text=A%20Liberdade%20Assistida%20pressup%C3%B5e%20certa,substitu%C3%ADda%20caso%20a%20Justi%C3%A7a%20determine.>. Acesso em: 26 dez 2020.

COSTA, Margareth Maria Souza Oliveira. **Educação e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto**: desafios e contradições. Monografia (Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano), Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 47p. 2015.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero no sistema de ensino**: os limites das políticas universalistas na educação. Brasília: Unesco, 2002.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301-308, 2012.

NERI, Marcelo *et al*. **Motivos da evasão escolar**. 2015. Disponível em < http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1166/1789.pdf?seq>. Acesso em 23 dez 2020.

PARADA, J. J. Aspectos psicossociais relacionados ao uso de drogas na adolescência. **Percurso Acadêmico**, v. 3, n. 5, p. 10-21, 2013.

PIRES, Sanyo Drummond; SARMENTO, Myrian de Moraes; DRUMMOND, Marianna Florentina Lima Alves de Oliveira. O adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e sua inserção escolar. **Pesqui. prát. psicossociais**, São João del-Rei , v. 13, n. 3, p. 1-17, set. 2018 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000300014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 fev. 2021.

QUEIROZ, Maria de Castro Damázio. **Alunos em medidas socioeducativas**: os desafios para a inclusão escolar. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 111p. 2017.

SEABRA, Raíssa Costa Faria de Farias; OLIVEIRA, Maria Claúdia Santos Lopes de. Adolescentes em atendimento socioeducativo e escolarização: desafios apontados por orientadores educacionais. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, p. 639-647, 2017.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; OLIVEIRA, Raissa Menezes. O adolescente em conflito com a lei e o debate sobre a redução da maioridade penal: esclarecimentos necessários. **Nota Técnica número 20**. Brasília: IPEA, 2015.

SOUZA, Lívia Silva de; LACÉ, Andréia Mello; NASCIMENTO, Daniela Gomes do. O direito à educação de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas: uma reflexão a partir dos planos estaduais de educação no Brasil. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 8, n. 2, p. 175-195, 2019.

UNICEF..**Homicídios na adolescência em Fortaleza e em seis municípios do Ceará**. 2017, 48p. Disponível em < https://www.unicef.org/brazil/media/1261/file/Trajetorias_interrompidas.pdf> Acesso em: 22 dez 2020.

Formação cidadã e projeto de vida na socioeducação infantojuvenil, na perspectiva da garantia dos direitos humanos: Um Estudo sobre a Experiência da Frente de Assistência à Criança Carente - FACC

Mônica Sillan de Oliveira[1]
Maria Helena de Paula Frota[2]

RESUMO

Surgiu este estudo da intenção de investigar como a socioeducação de crianças, adolescentes e jovens na perspectiva da garantia de direitos humanos vivenciada na Frente de Assistência à Criança Carente (FACC) contribui para o empoderamento, formação cidadã e elaboração de projetos de vida dos grupos atendidos pela proposta. A FACC tem mais de 30 anos de trabalho social na referida comunidade e, em seu currículo institucional, é uma constante o atendimento das demandas sociais da população, com foco na atenção direta a crianças e adolescentes na perspectiva da implementação de ações promocionais e preventivas sociais. O período escolhido para o foco deste estudo centra-se no período de 2007 a 2013, quando da experimentação da Pedagogia freireana na área programática, associada a estratégias metodológicas e criação de tecnologias sociais na perspectiva da garantia dos direitos humanos infanto-juvenis, visando a contribuir na formulação de padrões de sociabilidade fomentadores de uma *cultura de paz* nas relações familiares e comunitárias. A pesquisa compreendeu estudo bibliográfico, investigação documental e imagética, reavendo a memória institucional indexa-

1 Graduada em Serviço Social, Mestra em Planejamento e Políticas Públicas pela UECE, Especialista Internacional em Infâncias e Juventudes pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Buenos Aires/Argentina); Coordenadora Geral da ONG FACC.

2 Doutora em Sociologia pela Universidad de Salamanca- Espanha (2000). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professor Associado da Universidade Estadual do Ceará. Professora Integrante do Programa de Pós-Graduação em Políticas Publicas- UECE. Líder do grupo de Pesquisa Gênero, Família e Geração nas Políticas Sociais, vinculado ao CNPq desde 1998. Coordenadora do Observatório da Violência Contra a Mulher – OBSERVEM. Membro efetivo do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher. (2020) Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Sociais – NUPES. Tem experiência na Área de Sociologia, com ênfase em Gênero e Violência, Gênero e Trabalho.

da, com brevidade, ao recobro das lutas travadas pela comunidade do Lagamar. A fim de compreender as prováveis influências produzidas pelo trabalho da organização no público atendido dentro da referida propositura, o trabalho de campo foi direcionado para a escuta dos envolvidos, mediante a realização de grupos focais, aplicação de meios para elaboração dos diagnósticos e rodas de conversas, subsidiando o monitoramento, avaliação e formulação de ações estratégicas para o enfrentamento das demandas sociais trazidas pelos grupos. O estudo revelou aspectos e conquistas positivas no âmbito das relações sociofamiliares, no empoderamento pessoal e social dos adolescentes e jovens, por meio da adoção de projetos de vida altruístas.
Palavras-chave: Infância e juventude. Direitos humanos. *Cultura de paz*. Sociabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Este experimento, de teor acadêmico, concentra esforços com vistas a registrar o histórico e apontar a experiência de intervenção social da organização não governamental **Frente de Assistência à Criança Carente (FACC)** junto aos segmentos infantojuvenis e seus familiares, moradores da Comunidade do Lagamar, localizada em Fortaleza – CE.

A organização foi criada mediante intervenção de uma agência de apadrinhamento internacional, com a finalidade de oferecer serviços que contribuíssem para a emancipação social dos grupos atendidos. Basicamente, a história da organização divide-se em dois períodos, que se afastam no que remete à abordagem interventiva.

Os resultados da pesquisa aqui procedida, transpondo o registro e memória dessa contribuição, tem por interesse indigitar os resultados conquistados pela organização no que diz respeito à adoção do modelo de socioeducação baseado nas ideias de Paulo Freire, associado às noções de *cultura de paz* como garantia dos direitos humanos para crianças e jovens[3].

Com este intento, realizamos um levantamento de condicionantes que revelam quem são esses meninos e meninas e quais são os dilemas e adversidades enfrentadas no seu cotidiano. Esse conjunto de medidas foi estruturado como meio de oferecer argumentos que possibilitem compreender quais influxos a referida proposta propiciou a sociabilidade de crianças e jovens moradores da comunidade do Lagamar.

Evidencia-se o fato de que os avanços buscados pela organização no que remete ao seu modelo de socioeducação foram perceptíveis pelos atendidos e que,

3 Os adolescentes serão incluídos na categoria sociológica juventude (s), mesmo que esta não limite faixa etária de forma rígida. De acordo com a Lei n.° 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) adolescente é o ser humano entre 12 e 18 anos de idade (BRASIL, 1990).

com suporte na sua implementação, baseada na estratégia freireana aliada à *cultura de paz*, as crianças e jovens em atendimento ou já egressos conseguem praticar o exercício da autonomia e da busca por projetos de vida afirmativos, cada um no seu tempo, nas suas condições e limites.

2 O DESPERTAR DA CURIOSIDADE INVESTIGATIVA, TENDO COMO FOCO OS DIREITOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Nosso primeiro contato com a matéria infância e juventude ocorreu nos anos de 1990. À época cursávamos Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE), cumprindo estágio supervisionado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza (COMDICA), sob a presidência da Socióloga Maria das Graças Sá Gadelha. a (*Graça Gadelha*).

No final de 2005, quando chegamos para coordenar a Frente de Assistência à Criança Carente, topamos muitos desafios. Dentre tantos, compreendemos que o primordial seria encontrar um novo caminho do fazer institucional. Era preciso pensar e estabelecer outra cultura organizacional que atendesse aos aspectos surgidos na nova realidade política e social das famílias.

Foi quase uma década intervindo na realidade social de mais de oitocentas famílias residentes na segunda mais antiga periferia de Fortaleza e observando avanços, estagnações e retrocessos nesse percurso, registrando, passo a passo, as ocorrências dessa trajetória, desvelando e acompanhando o cotidiano comunitário de desafios e lutas históricas de gente simples e de luta por condições humanas dignas.

2.1 O motivo da escolha da Instituição

A instituição FACC é uma personalidade jurídica de Direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, de caráter socioassistencial e cultural, portanto, de defesa e garantia de direitos humanos e sociais.

> Tem um currículo de 26 anos de atuação social, acompanhando a mudança das demandas sociais e políticas dos segmentos populares em exclusão social, na perspectiva de contribuir para a construção de uma *cultura de paz* social, através da transformação e melhoria das condições de vida de mais de 600 crianças, adolescentes e jovens em integração com famílias e comunidades .(FACC, 2013, p. 1).

Numa série histórica de dez anos, compreendida de 2004 a 2013, foram realizados 72 mil e 633 atendimentos diretos à comunidade do Lagamar e a um pe-

queno contingente do público de outros municípios, pelas ações, programas e projetos sociais realizados pela organização. Destes, 87,5% foram direcionados, exclusivamente, para crianças, adolescentes e jovens. A média anual, nesse percurso, é em torno de sete mil e duzentas pessoas atendidas diretamente.

Nesse percurso, movimentou quase dez milhões de reais, dos quais 65% procederam do recurso da cooperação internacional, advindos de pessoas físicas, padrinhos e madrinhas alemães que doaram e confiaram na boa utilização desse montante. As demais fontes derivaram de subvenções sociais, editais e chamadas públicas, bem assim, de doações de gêneros diversos.

2.2 A trajetória da pesquisa: fundamentos metodológicos

Visando à compreensão do objeto deste ensaio, consideramos relevante a revisão dos marcos históricos, legais e políticos referentes à matéria *infância e juventude*. A garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil, mesmo com as conquistas legais, continua sendo um desafio para todos os setores, especialmente para as políticas públicas destinadas a esse segmento populacional. Parcela significativa da sociedade brasileira não reconhece como sujeitos de direitos sua infância e juventude.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8069, promulgada em 1990, inaugurou o paradigma da Proteção Integral, regulamentando direitos de crianças e adolescentes, seguindo as diretrizes do Art. 227 da Constituição Federal de 1988 e ratificando a Declaração Universal dos Direitos da Criança – 1959, a Convenção sobre os Direitos da Criança – 1989, em contraposição à Doutrina da Situação Irregular do Código de Menores, que se baseava na exclusão, quando tratava acerca da infância como caso de polícia.

Assim como as demais políticas de garantias de direitos humanos (idoso, mulher, pessoa com deficiência etc.), a Política de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes deve se efetivar com suporte no conjunto articulado de programas, projetos, ações e orçamento das políticas setoriais nas diversas esferas de governo – União, Estado, Distrito Federal e Municípios - embora nestes 22 anos de existência do ECA o acúmulo de ações esteja concentrado na Política da Assistência Social.

Segundo a Lei n.º 8069/90, crianças e adolescentes são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, sendo estipulados o início e o término de cada fase, situando-os em dois grupos etários: de zero a doze anos incompletos (infância) e de doze a dezoito anos incompletos (adolescência), respectivamente (BRASIL, 1990).

Ariès (1981, p. 4) identifica, no histórico das sociedades, o modo como os infantes eram tratados pela "velha sociedade tradicional":

> Afirmei que essa sociedade via mal a criança, e pior ainda o adolescente. A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje.

Groppo (2008, p. 8) agrega ao novo conceito de adolescência e juventude, quando lhe reconhece na qualidade de categoria social, ampliando, desse modo, a definição de juventude, ao deixar de considerá-la exclusivamente como grupo etário, passando à "[...] concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a eles atribuídos".

A proposta de trabalho da FACC pretende contribuir com a melhoria nos padrões de sociabilidade desse público, estreitando o pensamento de Freire às noções de *cultura de paz* e direitos humanos. Para embasar este estudo, firmamos nosso conceito de paz, aliada aos direitos humanos, com esteio no pensamento de Bobbio (1992, p. 4): "Sem direitos humanos reconhecidos e protegidos, não há democracia. Sem democracia não há solução pacífica. [...] Haverá paz quando todos forem cidadãos do mundo".

Santos (2009) considera que a aplicação dos direitos humanos fica prejudicada na sua universalidade, uma vez que somente a cultura ocidental se exprime como globalização hegemônica, a qual ele denomina de "localismo globalizado".

O contexto social, político e cultural em que o País está inserto e, em especial, a Comunidade do Lagamar, ressente-se desta ausência de garantia de direitos humanos, geradores de uma cidadania em sua plenitude. Esta realidade que despreza o direito à vida revela-se nos altos índices de violências múltiplas na vida privada e na existência pública, o que nos leva à crença de que, quanto maior a ausência e/ou ineficiência das políticas públicas que são garantes dos direitos, maior é a distância para a edificação de uma sociedade pacífica.

Freire (1996, p. 47) reporta-se às resistências física e cultural no mundo, e não à resignação as injustiças, como meio de afirmação humana: "A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de superação, no fundo, o nosso sonho".

Aliar pesquisa científica à perspectiva de contribuir para o debate reflexivo e propositivo acerca das negações e violações dos direitos sociais e humanos, vivenciados pelos grupos assistidos pela organização, significa um desafio bastante instigador. Pensar em ações a serem realizadas com e por grupos focais e por pessoas-chave que evidenciam a operacionalização da proposta da FACC, seja de maneira direta, por meio da participação nas atividades educativas e culturais, seja pela observação contínua desse fazer institucional pelas lideranças locais, significa reunir valor, tanto às pessoas e comunidades envolvidas, como para o ambiente institucional.

3 SITUAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL E NO CEARÁ

Esta seção intenta contribuir com o debate acerca da garantia de direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens, preconizados nas Leis n.º 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e n.º 12.852/13 – Estatuto da Juventude, assim como as demais legislações competentes para os segmentos, com base na análise dos dados exibidos por institutos, órgãos setoriais e pesquisadores.

Para tal análise, consideramos ser de sobrada relevância estabelecer relação entre os documentos: *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010* – SIS do IBGE 2010, SIS do IBGE 2012, com revisão na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD 2014, *Índice de Homicídios na Adolescência 2009/2010, Mapa da Violência de Waiselfisz (2010, 2012, 2013, 2014)*, *Disque 100,* dentre outros que exprimem correlação com as diretrizes das Políticas Nacionais de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (PNDHCA) e de Juventude, recentemente organizadas no País, por meio de uma elaboração coletiva, dentro dos espaços deliberativos das conferências municipais, regionais, estaduais e nacional.

Assim, esta análise, ainda que breve, tem a intenção de, nesses documentos, evidenciar em que situação se encontram a infância e a juventude na realidade brasileira, no que diz respeito ao cumprimento das metas do milênio, como estratégia para cumprimento da Convenção dos Direitos da Criança, da qual o Brasil é signatário, comprometendo-se, com este ato, a empreender todos os esforços com vistas a situar esse segmento nos padrões de condições dignas de vida e de acesso aos direitos e oportunidades, aceitáveis mundialmente.

Apesar de todos esses dispositivos legais para proteção, as pesquisas exprimem situações de violações em todos os direitos fundamentais. Para este ensaio, fizemos recorte nas dimensões: vida e saúde, educação, integridade física, emocional e sexual e trabalho forçado.

3.1 A análise dos direitos fundamentais de crianças, adolescentes e jovens no IBGE 2010

Para compreendermos a situação da infância e adolescência no Brasil, devemos conhecer, minimamente, acerca dos marcos legais, dos paradigmas teóricos que servem de base para tudo o que diz respeito a esse segmento, seja a análise de seus indicadores, seja na elaboração das diretrizes para a política, seja para movimentos, lutas e ações de prevenção, proteção e enfrentamento de direitos, ordenados no Sistema de Garantia de Direitos (SGD), no qual se propõe aliar organismos governamentais, não governamentais e sociedade, na luta intransigente pela efetivação dos direitos de nossos infantes.

No caso específico da análise dos indicadores sociais do segmento crianças, adolescentes e jovens do IBGE (2010, p. 148), toma-se como referência o que dispõe o UNICEF, que, desde os anos de 1950 vem investindo técnica e financeiramente em projetos e ações no Brasil, "[...] com vistas à sobrevivência, ao desenvolvimento e à proteção de crianças e adolescentes, colaborando assim para a superação dos desafios que a pobreza, a violência, as doenças e a discriminação impõem à infância e à adolescência".

Quando nos referimos ao segmento infantojuvenil (pessoas entre zero e 18 anos incompletos), estamos falando de quase 78 milhões, representando mais de 38% da população do País entre zero a 24 anos até 2014. O público infantoadolescente do Ceará representa 34% do total de 8.842.791 de habitantes, mais de 51% do sexo feminino; destes, cerca de 70% se declaram negros e pardos, 75% residem em área urbana, 22% têm serviço de energia elétrica e 26% tem água encanada.

3.2 Análise das violações do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade de crianças, adolescentes e jovens

Os dados do IBGE (2010b) enfatizam na SIS que, agregadas a outras fontes, nos revelam um País ainda com cultura adultocêntrica que ainda não aprendeu a ter uma atitude protetiva, desconhece a legislação vigente e os protocolos, cartas e legislações internacionais dos quais o País é signatário. O conceito de adultocentrismo, aqui compreendido, é o adotado por Nogueira Neto (2004):

> Relações de discriminação, negligência, exploração e violência, isto é, de dominação sobre crianças e adolescentes, num claro (mas raramente reconhecido) processo de hegemonia social, cultural, econômica e jurídica do mundo adulto em detrimento do mundo infantoadolescente.

3.2.1 Da exploração do trabalho infantil de crianças e adolescentes no Brasil

No relacionado ao fenômeno do trabalho infantil, Medeiros (2011) afirma ser um problema ligado à cultura, e não à baixa renda familiar e só será mudada por meio da educação.

O ECA, art. 60, proíbe qualquer tipo de trabalho para menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, em consonância com a Constituição Federal de 88.

Dentro da análise dos dados referentes a essa violação, reside a preocupação geral por estudiosos, militantes e ativistas que a consideram como uma das mais antigas e perversas formas de violação dos direitos humanos desse público, por ser o trabalho infantil a "porta de entrada" (causa) para outras violações, como a violência sexual, violência letal, abandono escolar, situação de rua e ao mesmo tempo ser consequência de muitas outras graves violações, que vão desde a pobreza extrema da família, dificuldades na convivência familiar, ausência de uma escola atrativa, vulnerabilidade social, ausência de políticas públicas, dentre tantas.

3.2.2 Dos maus tratos e violências (física, sexual e letal) contra crianças e adolescentes no Brasil e no Ceará

As denúncias de violência contra crianças e adolescentes dividem-se em: negligência (40,88%), seguida da violência psicológica (24,34%), violência física (21,67%) e sexual (11,53%). Esta última divide-se em: abusos (70%) e exploração sexual (30%). A Capital cearense ocupou o 3º lugar no ranque nacional no período de 2005 a 2010, conforme dados Disque Denúncia – Disque 100.

Consoante à **letalidade de crianças e jovens**, na SIS do IBGE (2010, 2013, p. 219), há dados referentes à mortalidade de jovens compreendidos na faixa de "20 a 24 anos de idade, revelando que a taxa de óbitos por agressão por 100 mil habitantes é de 30,0 para brancos, contra 82,0 para pretos ou pardos, uma taxa que chega a ser 2,7 vezes maior do que a para brancos em 2010".

No concernente às violações e violências entre as regiões metropolitanas do Nordeste, é a de Fortaleza que possui maiores índices de homicídio envolvendo crianças e adolescentes de zero a 19 anos, conforme Waiselfisz (2010), em "Mapa da violência 2010 – anatomia dos homicídios no Brasil", que revela um aumento de 119,5% nos números de assassinatos de crianças e adolescentes na grande Fortaleza.

No tocante, ainda, aos direitos humanos de crianças e adolescentes, há um discurso de ranço menorista e conservador que sataniza adolescentes e jovens, colocando-os como causadores da agudização da violência urbana. Os dados oficiais dão conta, no entanto, de que, na verdade, os adolescentes e jovens brasileiros são as maiores vítimas da violência letal nos centros urbanos. Um levantamento feito

pelo próprio Senado Federal junto ao Ministério da Justiça, em 2011, revelou que, dentre os adolescentes que cumprem medida socioeducativa, a larga maioria – cerca de 43,7% – cometeu crimes patrimoniais (furto e roubo); em seguida, vem o envolvimento com tráfico de drogas (26,6%) e **0,9% de crimes contra a vida**. Em contrapartida, **87,6% do total de homicídios** no Brasil no intervalo de 22 anos é de jovens de 15 a 19 anos, de acordo com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.

4 FRENTE DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA CARENTE: RELATO HISTÓRICO DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL NA COMUNIDADE DO LAGAMAR

4.1 A singularidade da criação da instituição na perspectiva de responder às demandas sociais das famílias da comunidade do Lagamar

A Frente de Assistência à Criança Carente – FACC é uma organização não governamental, de Direito privado e sem fins lucrativos, localizada no Lagamar, que atende crianças, adolescentes, jovens e seus componentes familiares. A instituição foi constituída em 13 de outubro de 1986, sob a razão social Projeto[4] Frente de Assistência à Criança Carente, mediante a intervenção da organização internacional *Christian Children's Fund* (CCF), no Brasil Fundo Cristão para Crianças. Tinha por finalidade prestar atendimento social às "crianças carentes", visando ao enfrentamento da desnutrição e mortalidade infantil e reduzir a miséria da comunidade.

4.2 O alinhamento da prática institucional com a Política da Assistência Social desde os anos de 1980: assistência ou assistencialismo?

Em 1985, as organizações da sociedade civil e movimentos populares encampavam uma luta na busca de inovação da assistência social no Brasil, que, até então, era realizada pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundamentada na filantropia e no voluntariado.

A natureza da prática institucional da FACC, conforme descrição no seu cadastro de pessoa jurídica, deveria centrar-se na política da assistência social, uma vez que está cadastrada como entidade de **atividades de associações de defesa de direitos sociais**, todavia também atuou na educação infantil, dada a alta demanda decorrente do número insuficiente ou ausência de escolas para esse segmento ou creches no Estado do Ceará.

4 Todas as instituições que foram criadas por motivação do Fundo Cristão para Crianças receberam o nome de "Projeto", uma vez que, na concepção do financiador, a relação acordada entre ambas não comportava autonomia da parte conveniada - estas deveriam ser extensão das suas ações na comunidade.

Esse conjunto de ações realizadas pela FACC, nessa cultura institucional, perdurou por vinte anos, mesmo com os avanços e mudanças de paradigmas nas políticas públicas, notadamente na Infância e Juventude e na Assistência Social ocorrendo no País.

4.3 A reconstituição programática institucional com base no reconhecimento das novas demandas dos direitos humanos infantojuvenis no séc. XXI

No final de 2006, com o intuito de elaborarmos uma proposta interventiva com amparo na escuta dos segmentos, foi utilizada a metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), por via da criação de uma ferramenta simplificada com uma pergunta-chave: - Qual o seu sonho?

Depois de mais de vinte anos, com base nesse diagnóstico social, a Instituição constatou a necessidade de revisitar a prática institucional e comunitária, na perspectiva de atender às novas necessidades e demandas no contexto social no qual estão inseridas as crianças, adolescentes, juventudes e suas famílias.

O resultado do diagnóstico revelou, além das necessidades socioeconômicas, outras dimensões, não apenas relacionadas ao ponto material, que se traduzem, principalmente, na baixa expectativa dos grupos geracionais em desenvolvimento (crianças, adolescentes e jovens), comprometendo seus sonhos e projetos de vida. Tal quadro é facilmente identificado com o que Freire (2000) denomina de "cansaço existencial".

Arrimada nesses dados, a equipe de trabalho passou a esforçar-se pela busca de alicerce para implantação de uma nova lógica de educação social, que tivesse por base o empoderamento pessoal e comunitário. Era necessária uma proposta que levasse em conta as expressões sociais afloradas nessa sociabilidade humana marcada por profundas desigualdades sociais, relações frágeis e extrema importância do "ter em detrimento do ser", tal como acredita Freire (1996, p. 8):

> É que me acho absolutamente convencido da natureza ética da prática educativa, enquanto prática especificamente humana. É que, por outro lado, nos achamos, ao nível do mundo e não apenas do Brasil, de tal maneira submetidos ao comando da malvadez da ética do mercado, que me parece ser pouco tudo o que façamos na defesa e na prática da ética universal do ser humano.

Essa posição foi assumida durante uma semana de reflexão social e pedagógica, quando a equipe de trabalho (pedagogos, assistente social, gestora, cozinheira, auxiliar de serviços gerais, estagiários de Serviço Social) resolveu

propor o eixo estruturante ***cultura de paz* e espiritualidade**, a ser desenvolvido, experimentalmente, em cinco anos, com abertura para reflexão, monitoramento, revisita e reformulação durante a implementação por parte de todos os envolvidos.

A perspectiva da implantação dessa proposta é que pessoas e grupos sociais envolvidos rompam com a lógica da exclusão, da vulnerabilidade, e reforce a ideia de soberania popular, mediante sua participação e incidência em políticas públicas, como um meio de promover uma *cultura de paz*, balizada nos princípios da justiça social, evocando equidade, tolerância, respeito às diversidades, solidariedade social e cidadania.

5. A PROPOSTA DE SOCIOEDUCAÇÃO ADOTADA PELA FACC E E SUAS INFLUÊNCIAS NOS PADRÕES DE SOCIABILIDADE DE CRIANÇAS E JOVENS MORADORES DA COMUNIDADE DO LAGAMAR

As pesquisas documental e imagética, bem como as falas dos entrevistados, revelaram que o levantamento da situação socioeconômica das famílias atendidas, das condições de desenvolvimento das crianças, no que remete à situação educacional e à saúde sempre esteve presente no modo de fazer da organização. O que se evidencia, com a implantação da proposta freireana, é a mudança de foco dos processos avaliativos, que deixa de ser unicamente dirigida para a pesquisa quantitativa e passa a considerar elementos direcionados para a qualidade e resultados dos trabalhos realizados na socioeducação.

Num levantamento feito em três anos de DRP's, foram detectadas mudanças nas respostas para aspectos positivos desde o ano de 2009, dois anos após a implantação da proposta freireana, aliada à *cultura de paz*.

As mudanças mais relevantes são as que dizem respeito à autoavaliação. As crianças e jovens demonstram maior **satisfação neles próprios**, o que nos aponta que o trabalho voltado para o empoderamento e resiliência na perspectiva da melhoria da autoestima obteve êxito num prazo de dois anos de atenção initerrupta, com no mínimo 80% de frequência mensal.

5.1 Há avanços a reconhecer na implementação da estratégia freireana adotada pela FACC?

Para mensurar os avanços percebidos depois de implementada a proposta socioeducativa freireana apoiada na *cultura de paz* experimentada pela FACC, consideramos que seria relevante fazê-lo por intermédio da coleta de depoimentos feitos espontaneamente ou dirigidos com jovens egressos dos programas e projetos sociais da organização.

Vejamos como se reconhecem os sujeitos entrevistados:

> Meu nome é fulano, eu tenho 19 anos, moro do Lagamar. Eu já sou mãe e minha filha tem três anos e engravidar aos 15 anos foi muito complicado por que eu faltava muito ao colégio por causa do pré-natal e quando foi pra ter ela eu tive que tirar licença de cinco meses. Tirei até notas baixas, coisas que eu não tirava notas baixas e quando foi pra recuperar foi muito difícil, mas ai eu consegui. Foi logo quando eu passei para o primeiro ano, minha mãe ficava com ela e eu ia para o colégio; ai eu terminei os estudos. (ENTREVISTADO 1).

> Meu nome é Cicrano 2 e tenho 20 anos, sou evangélico, meus pais nasceram de família pobres, mas estão construindo um belo futuro para mim. Quero falar sobre minha infância. Minha vida toda eu morei no Lagamar e fiz muitos amigos. Falar um pouco da minha adolescência, eu não pensava que iria chegar tão longe, no meu colégio eu só fazia brincar e não queria saber de estudo e pensava que a vida era como flores que tudo iria ficar bem e sempre iria depender dos meus pais. (ENTREVISTADO 4).

> Meu nome é Fulana 2 tenho 19 anos. [...] Na minha infância eu não pensava em muita coisa, pensava só em brincar [...] Sempre fui moleca, brincalhona e sempre queria ser como os professores, mas tudo se resumia mesmo em brincar. A minha adolescência foi mais difícil por que quando eu fiquei adolescente eu comecei a ver que as coisas não eram só brincadeira, começaram a vir responsabilidades, problemas, problemas com famílias, uma delas foi com o meu irmão que começou a usar drogas e eu vi todo sofrimento. A minha mãe, o meu pai que era alcoólatra e por causa disso eu sempre via meu pais brigando dentro de casa e ficava sem saber o que fazer. (ENTREVISTADO 5).

No referente à análise do segundo eixo, que versa sobre a chegada dos jovens na organização, consideramos importante conhecer porque, desde o entendimento das intenções e circunstâncias que os levaram a ingressar nos programas da organização, compreendemos quais eram suas expectativas. Para a proposta, isto tem importância, uma vez que não se pensa em estruturar uma abordagem educativa voltada para autonomização dos sujeitos, para seu empoderamento, sem con-

siderar suas expectativas, e reconhecer o que esse sujeito já traz com ele. Vejamos em quais situações chegou o público entrevistado:

> A minha infância no "Projeto" quando eu tinha três anos, era na escola; eu me lembro de pouca coisa, era a parte dos colegas. [...] Eu fiquei na FACC até os 14 anos; eu saí por que eu não queria mais fazer os cursos, por que os cursos que eu queria não tinham lá. (ENTREVISTADO 1).

> E entre esse espaço da minha infância e adolescência encontrei uma segunda casa, e encontrei amor, carinho, encontrei uma família. Pela dádiva de Deus acabei encontrando a FACC. (ENTREVISTADO 4).

> A minha mãe, o meu pai que era alcoólatra e por causa disso eu sempre via meu pais brigando dentro de casa e ficava sem saber o que fazer. Então a minha ocupação era a FACC. (ENTREVISTADO 5).

Vejamos, com suporte nos depoimentos, quais são as impressões e apreensões que os jovens têm dessa proposta:

> Eu me lembro de que teve esses temas, mas eu não me lembro de como foi, o que me lembro é que tinha muitas palestras e as que eu me lembro de lá era de palestra de artesanatos, de violência, eu me lembro de umas de anticoncepcional que o Fernando passava pra gente, ele mostrou um pouco sobre drogas... (ENTREVISTADO 1).

> Quando criança eu participei da instituição FACC. Participei do judô gostei muito e tive oportunidade de crescer com eles e me ajudou muito, tanto na minha vida pessoal, como me interessando pelo esporte, pelas pessoas; ajudando-me a construir meu caráter, me ajudando a ser uma pessoa ética, uma pessoa sem preconceitos, que não faz distinção de raça. (ENTREVISTADO 4).

> [...] Eu que tinha que construir a minha vida e uma parte desta construção da minha vida eu devo a FACC por que aqui eu conheci pessoas que me apoiaram. Eu participei do judô, eu participei da juventude positiva que reunia os jovens para falar de varias coisas e a ensinar como ser ético, a como se comportar. Isso não ajudou só a mim como ajudou jovens que estavam em casa sem fazer nada. Eles vinham e aprendiam

> a fazer alguma coisa. Faziam peças (teatro) e eu me impressionava com a capacidade que eles tinham. Eu olhava para eles e pensava: isso ai não tem futuro de nada e vi que aqui é um lugar que pode ser um lugar onde pessoas podem aprender muitas coisas. (ENTREVISTADO 5).

Procuramos conhecer, ainda, o resultado dessa formação humana na vida dos atendidos, questionando-os acerca dos seus sonhos e projetos de vida. Durante toda vigência da proposta, a Instituição introduziu a temática dos sonhos, desejos de felicidades e projetos de vida para crianças, adolescentes e jovens, inquirindo-os anualmente.

Se a juventude estava mostrando altos índices de envolvimento com atividades ilícitas, desinteresse relativo à educação formal, dificuldades extremas nas suas relações afetivas, com suas famílias ou até em não pensar em constituir novas famílias por não acreditarem num mundo possível de significados e de esperança, revisitar intenções, desejos, sonhos, aspirações e projetos de vida, parece-nos ser como fechar um momento cíclico desta análise.

> Faculdade, eu ainda não fiz, mas eu pretendo fazer. Têm três coisas, eu ainda não escolhi. Eu queria fazer Direito, queria fazer Engenharia Civil ou então Administração. Eu já queria estar fazendo o cursinho, mas eu não consegui fazer porque eu não tenho dinheiro, e eu acho que esse negócio do FIES é uma enrolação [...].

> O meu sonho é que eu arrume um trabalho bom que eu possa pagar o meu curso e que eu possa colocar a minha filha no colégio que ela não estuda ainda, é o meu maior sonho que vive me pedindo pra ir pro colégio e não posso levar porque eu não tenho como pagar. E eu sonho em fazer um curso técnico. (ENTREVISTADO 1).

> Eu quero atuar enquanto assistente social na área da assistência social na proteção especial dentro dos centros educacionais e a minha monografia ia ser voltada para isso. [...] Mas eu queria que fosse sobre a FACC, sobre o papel das ONG's e a importância que elas têm na inserção politica da juventude. [...] Porque a minha inserção foi através disso aí. Foi a influência dentro do conselho de direitos, dentro das conferências, que a maioria dos adolescentes, dos jovens que participam politicamente do diálogo nas conferências querendo reivindicar seus direitos é através das ONG's. Foi aí que eu pude ter uma dimensão, tipo assim: "MEU DEUS

> É ISSO QUE EU QUERO FAZER!"... Academicamente falando o meu trabalho tem sido voltado para isso, qual é o papel nesta participação de politica de criança e adolescentes e ai fazendo recorte na FACC foi que eu pude ter uma vivência maior [...] me inserir no conselho municipal de juventude, participar do meu segundo colegiado no conselho estadual, ir para Brasília participar da conferência nacional, construir a conferência estadual de diretos de crianças e adolescentes, fazer a conferência magna dentro da conferências regionais aqui dentro do estado do Ceará, e a coisa mais relevante era ter participado do Fórum Mundial dos Direitos Humanos que aconteceu ano passado, poder tanto levar a FACC e mostrar como era essa experiência com a juventude, mostrar o espetáculo Reflexus que já é uma referência internacional, que a gente já foi até para Guatemala, mesmo que em vídeo. E ganhar esse referencial para poder ir sozinha, já que o espetáculo todinho não pode ir, (que foi uma pena). Poder representá-los foi muito bom. E ainda participar de uma mesa como conferencista que era também pra falar das ONG's fazendo esse recorte na FACC e como foi importante essa ação politica, sendo a pessoa não só falando, não especulando, mas sendo a pessoa que vivenciou isso e que pode hoje falar um pouco disso ai [...]. (ENTREVISTADO 6).

Todas as respostas que foram dadas a esse questionamento tão difícil que foi feito a essas meninas e meninos, moradores de uma das maiores favelas de Fortaleza, traz nas entrelinhas o forte desejo de não conformidade com suas condições sociais. São reveladoras de uma força que vem sendo alimentada cotidianamente em meio a tantas adversidades vividas. Para quem não conhece a realidade becos da comunidade do Lagamar, parecem respostas simples para quem é jovem; mas a juventude de que trata este trabalho é aquela que teve muitos dos seus direitos negados, que não teve as mesmas condições e oportunidades de preparação e escolha de quem vive uma vida plena de possibilidades, de proteção e de tempo para crescer e tornar-se pessoa na melhor expressão vocabular.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise e a reflexão dos dados colhidos neste trabalho, tanto na garimpagem dos documentos, como na coleta dos depoimentos da observação cotidiana nos permitiram divisar nuanças imperceptíveis no decorrer dessa experiência profissional, constatar aspectos que permaneciam no campo da dubiedade, desmitificar e desvelar muitos detalhes que aparentavam ser verdades inquestionáveis.

Dos quase trinta anos de trabalho social no Lagamar, mais de duas décadas foram de atuação focada na lógica assistencialista, gerando insatisfação, incompreensão e resistência na participação das famílias, quando foram colocadas as atividades baseadas na proposta freireana. O estranhamento das famílias para com essa nova abordagem também foi um forte fator para a não adesão imediata nas atividades propostas.

Os fatores tempo e paciência histórica foram ingredientes cruciais nessa nova empreitada, mas, induvidosamente, o elemento imprescindível foi o do convencimento da equipe e do seu debruçamento sobre o processo educativo e formativo, de modo insistente e contínuo. Nesse sentido, restou evidenciado, pelos registros, o fato de que no percurso da elaboração, implementação e revisita da proposta, o pensamento de Freire, principalmente, na *Pedagogia da Autonomia*, e de Comte-Sponville, com o *Pequeno tratado das grandes virtudes,* foram referenciais, construtores da orientação pedagógica no caminho trilhado nessa socioeducação infantojuvenil.

Portanto, a experiência de educação social desenvolvida pela FACC tem contribuído para o empoderamento, formação cidadã e construção de projetos de vida afirmativos de crianças, adolescentes e jovens, na busca da sua autonomia, visando a uma convivência social diferenciada ante as adversidades vividas por eles no seu contexto local. Isso é validado quando se comparam as respostas dadas pelas crianças, adolescentes e jovens no primeiro Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) no ano de 2006 e as últimas no DRP de 2013, e evidencia-se que ambas revelam aspectos negativos percebidos, principalmente quando dizem respeito às suas relações familiares e à dinâmica comunitária, contudo mostram outro panorama quando se relacionam aos seus sonhos, aspirações ou projetos para o futuro. Notamos que a análise da realidade feita pelos meninos e meninas também registrou mudanças no foco. Aspectos antes não perceptíveis, por parecem naturais ou normais, agora povoam suas preocupações, o que traduzimos como sendo o despertar para desnaturalização e consciência das limitações e potencialidades nos seus contextos familiar e comunitário, o qual interpretamos como algo positivo por acreditarmos que não se concebe a ideia de autonomia dos sujeitos sem contar com sua plenitude de consciência e de pertencimento.

A pesquisa realizada com os egressos revelou que o esforço da FACC nessa nova formatação de intervenção socioeducativa que leva em consideração a pessoa como ser espiritual, sinaliza a possibilidade de um novo direcionamento das políticas sociais pendidas para esse segmento, com vistas a contribuir para a mudança de realidades sociais de grupos em situações de exclusão social. A experiência da organização demonstrou, entretanto, que não há estratégia pronta, fazendo-se necessárias várias idas e vindas na implementação das estratégias.

A socioeducação dos grupos atendidos pela FACC alcançou, de maneira exitosa, resultados na mudança de visão de mundo e de adoção de novas atitudes sociais, com suporte nas aprendizagens realizadas com o estudo das virtudes, associando-as aos desafios cotidianos de cada ser e por intermédio de soluções na coletividade. Esse resultado foi constatado, principalmente, nos jovens cuja frequência ultrapassou 70% de atendimento por duas vezes na semana, revelando que a proposta somente se efetiva pelo trabalho sistematizado, cotidiano e processual. Mesmo com fortes evidências da mudança positiva de atitude conseguida junto às pessoas atendidas, as mudanças sentidas e referidas pelas lideranças do Lagamar em relação a essa abordagem na realidade comunitária dão conta de que houve contribuição de grande valia, mas ainda não foram percebidos grandes Influências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elservier, 1992.

BRAGA, Letícia Junqueira; SOSA, Maria Eugenia; NOGUEIRA, Renata de Menezes. **Na escola – 8 jeitos de mudar o mundo**. Nós podemos. Colaboração de Priscila Fonseca da Cruz, Maria Lúcia Meirelles Reis, Kátia Regina Gonçalves Mori. Campinas, SP: Fundação EDUCAR DPaschoal, Faça Parte - Instituto Brasil Voluntário, 2005. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/ 139486porb.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 20 maio 2014.

BRASIL Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 20 maio 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012a. 454 p. (Série textos básicos, n. 67).

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Brasil). **Resolução nº 113**, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâ-

metros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/infancia/legislacao/id2410.htm>. Acesso em: 20 maio 2014.

COSTA, A. C. G. **20 anos do ECA**: Professor Antônio Carlos Gomes da Costa relembra a mobilização da sociedade civil para a criação do Estatuto. [S.l.], 2010. Disponível em: <http://www.viablog.org.br/20-anos-do-eca-professor-antonio-carlos-gomes-da-costa-relembra-a-mobilizacao-da-sociedade-civil-para-a-criacao-do-estatuto/#sthash.V0Zu7Lvg.dpuf>. Acesso em: 26 set. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Rio de Janeiro, 2013. (Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 32). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012. Rio de Janeiro, 2012. (Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 29). Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/ Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de indicadores 2009**. Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/ populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese dos Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. Rio de Janeiro. 2010b. 317 p. (Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 27). Disponível em: <http://www.ibge. gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil Populacional do Ceará**. Organização de Leandro Oliveira Costa, autores Leandro Oliveira Costa, Eveline Barbosa Silva Carvalho, Elisa de Castro Marques

Ribeiro, Daniel Cirilo Suliano, Raquel Silva Sales, Vitor Hugo Miro, Jimmy Lima Oliveira. Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ Perfil_Populacional_do_Ceara.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

NOGUEIRA NETO, W. **Direitos humanos de geração**.? Fortaleza: CEDCA-CE & SEDH-PR, 2004.

PORTAL BRASIL. Cidadania e Justiça. **Novo *hotsite* marca 10 anos do Bolsa Família**. Brasília, 02 set. 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/novo-hotsite-marca-10-anos-do-bolsa-familia>. Acesso em: 20 maio 2014.

SANTOS, B. S. Direitos humanos: o desafio da interculturalidade, **Revista Direitos Humanos**, v. 2, 10-18, 2009.

THIOLLENT. M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

UNICEF. **A Convenção sobre os Direitos da Criança**. Adoptada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990. [Lisboa, 2004]. Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética da Universidade Estadual do Ceará. Laboratório de Estudos da Conflitualidade da Universidade Estadual do Ceará. Universidade Federal do Ceará. Laboratório de Estudos da Violência. **Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza**: perfil da SER II. Fortaleza, 2011. (Cartilha da Regional II). Disponível em: <http://www.uece.br/covio/dmdocuments/regional_II.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2014** – os jovens do Brasil. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude/ Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf>. Acesso em: 18 maio 2014.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013** – homicídios e juventude no Brasil. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude, 2013. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/ mapa2013_homicidios_ juventude.pdf>. Acesso em: 18 maio 2014.

_____. **Mapa da violência 2012** – crianças e adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Criancas_e_Adolescentes.pdf>. Acesso em: 18 maio 2014.

_____. **Mapa da violência 2010** – anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/docs/MapaViolencia2010.pdf>. Acesso em: 18 maio 2014.